

**Raízes**

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU -33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

**Revista de Ciências Sociais e Econômicas**  
**v.33, n.2, jul-dez /2013**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

[www.ufcg.edu.br/~raizes](http://www.ufcg.edu.br/~raizes)



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com  
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Edgard Malagodi - emalagodi@uol.com.br  
Jean-Philippe Tonneau - tonneau@cirad.fr  
Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com  
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia ( EHSS-CNRS) \*Aldenor Gomes da Silva ( UFPG)  
\*Antônio Carcanholo (UFES) \*Antônio Gomes da Silva ( UFPG)\* Bernard  
Roux (INRA/Paris)\* Bernd R. Rabehl ( FU/Berlim) \* Delma Pessanha Neves  
( UFF) \* Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) \* Eric Sabourin (CIRAD/  
FR) \*Francisco de Paula Barreto Filho ( UFPG) \* Gian Mário Giuliani  
(UFRJ) \* João Otávio Paes de Barros Júnior ( UFPG) \* Josefa Salete Bar-  
bosa Cavalcanti ( UFPE) \* Lemuel Dourado Guerra Sobrinho ( UFPG)  
\*Leonilde Sérvolo Medeiros ( CPDA-UFRJ) \* Magnólia Gibson da Silva  
(UFPG) \* Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) \*Norma Montalvo de  
Soler ( UFPG) \*Olívio Alberto Teixeira (UFS) \*Paolas Cappelini Giuliani  
(UFRJ) \*Paulo Ortiz Rocha de Aragão ( UFPG) \*Régina Célia Reis Novais  
(UFRJ) \*Reinaldo Antônio Carcanholo ( UFES) \*Robério Ferreira dos  
Santos ( UFPG) \*Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFPG) \*Sônia Maria  
Pessoa Bergamasco (UNICAMP) \*Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Yasmine Lima

REITOR:

José Edílson Amorim

VICE-REITOR:

Vicemário Simões

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

DIRETORA:

Luciênio de Macêdo Teixeira

VICE-DIRETOR:

Alarcon Agra o Ó

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ramonildes Alves Gomes

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes  
UFPG - CH  
Av. Aprígio Veloso, 882  
58109-970 - Campina Grande-PB  
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066  
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br  
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.33, n.2, jun-dez /2013 - . -  
Campina Grande: UFPG/PPGCS, 1982 - .

v.

Semestral

Resumos em *português*, *abstracts in English*

ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.  
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDD 330

CDU 338-43 (05)



# SUMÁRIO

EDITORIAL ..... 05

## APRESENTAÇÃO

Marilda Aparecida de Meneses e Celso Gestermeier do Nascimento

*Práticas cotidianas de resistência: diálogos de pesquisa com a obra de James Scott* ..... 06

Celso Gestermeier do Nascimento

*Trajetórias de um conceito: a economia moral dos pobres* ..... 09

Karl Monsma

*Resistência cotidiana, fugas e a dominação negociada: os campeiros escravizados do*

*Rio Grande do Sul* ..... 28

Benedita de Cassia Ferreira Costa e Maristela de Paula Andrade

*Briga com poderosos: resistência camponesa contra grandes projetos no Maranhão*..... 52

Frederico de Castro Neves

*O discurso oculto dos retirantes das secas*..... 66

Beatriz Medeiros de Melo e Maria Aparecida de Moraes Silva

*Expansão canavieira e resistência sitiante*..... 81

Jaime Santos Júnior

*Entre o palco e a coxia: a dramaturgia das formas de resistência nos canaviais sergipanos* ..... 103

Francisco de Assis Batista

*Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses do Cariri paraibano (1900-1950) ..... 122*

Darcon Sousa

*Aplicação do conceito de “resistência cotidiana” de James C. Scott ao universo das organizações empresariais: perspectivas e aproximações..... 136*

ARTIGOS TÉCNICO CIENTÍFICOS ..... 149

Carla Ladeira Pimentel Águas

*Festa, fronteira e resistência: o território flutuante do Congo..... 150*

Glaucia Macedo Sousa, Heribert Schmitz e Dalva Maria da Mota

*A reciprocidade nas organizações dos agricultores familiares em comunidades rurais no Nordeste do Pará ..... 164*

## EDITORIAL

A Revista Raízes traz neste número o Dossiê “Práticas cotidianas de resistência: Diálogos de pesquisa com a obra de James Scott”, organizado por *Marilda Menezes e Celso Gestermeier*. Os oito artigos reunidos neste dossiê foram criteriosamente mobilizados pelos organizadores e trazem um esforço de reflexão, a partir de recortes empíricos, espaciais e temporais diversos, mas articulados pelo fio condutor das categorias de análise propostas por esse importante pensador, que permitem interpretar a multiplicidade das formas de resistência.

Além do Dossiê, neste número de Raízes, apresentamos mais dois artigos. O trabalho assinado por Carla Ladeira Pimentel Águas – Festa, fronteira e resistência: o território flutuante do Congo – explora os vínculos entre festa, produção de identidade e resistência, a partir da trajetória do quilombo de Mata Cavalo, uma comunidade negra rural situada no município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, cuja população foi expulsa do território original nos anos 40 do século passado. Já o artigo de Gláucia Macedo, Heribert Schmitz e Dalva Mota - A Reciprocidade nas Organizações dos Agricultores Familiares em Comunidades Rurais no Nordeste do Pará -, busca refletir sobre o conceito de dádiva – desenvolvido por Marcel Mauss – para problematizar as relações de reciprocidade entre os agricultores familiares que participam de organizações comunitárias no Estado do Pará. Os autores observam que nas relações de troca realizadas pelos agricultores familiares leva-se em consideração a circulação de bens materiais e simbólicos. O conjunto dos trabalhos resultou em um produto com um conteúdo rico e significativo, que pode servir a interesses variados.

A todos uma boa leitura!

Os Editores

## APRESENTAÇÃO

PRÁTICAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA: DIÁLOGOS DE PESQUISA COM A OBRA DE JAMES SCOTT  
MARILDA APARECIDA DE MENESES E CELSO GESTERMEIER DO NASCIMENTO

A proposta desse dossiê é reunir artigos de pesquisadores de diversas disciplinas que, de algum modo, tenham mobilizado a noção de prática cotidiana de resistência, proposta pelo antropólogo e cientista político James Scott, em suas pesquisas e construções analíticas. Não faremos aqui uma apresentação da obra nem da trajetória deste pensador, tarefa que já foi realizada anteriormente<sup>1</sup>.

A nossa inspiração para reunir artigos de categorias sociais como escravos, camponeses, trabalhadores assalariados rurais, sitiante, e organizações empresariais, bem como eventos, temas e acontecimentos em espaços e tempos diversificados fundamenta-se na compreensão de que James Scott não propõe propriamente uma teoria geral da resistência, mas sim uma interpretação das formas de resistência. Nesse sentido, a noção de resistência só pode ser teorizada em sua especificidade, ou seja, a partir da multiplicidade de formas de ação e pensamento dos sujeitos envolvidos em relações de dominação.

O conjunto de artigos aqui reunidos mostram, a partir de um cenário amplo de atores, espaços sociais, tempos históricos, objetos de disputa e negociações, como ocorrem os significados das formas de resistência ocultas, dissimuladas, ou abertas, públicas, de confronto com os detentores do poder. Assim, representam um exercício teórico e metodológico de aproximação entre a conduta política “fugidia” e a escrita acadêmica sobre relações de poder.

O artigo de Celso Gestermeier do Nascimento “Trajetórias de um conceito: a Economia Moral dos Pobres” privilegia o uso do conceito de Economia Moral desenvolvido por Edward P. Thompson para análise de motins de fome na Inglaterra do século XVIII, propondo que os mesmos não sejam vistos como simples “revoluções do estômago”, mas providas de uma série de comportamentos morais. Dessa forma é que o conceito foi reaproveitado por James Scott, alargando em muito o seu uso no tempo e no espaço, tornando-o útil para pensar inclusive os movimentos sociais contemporâneos.

Karl Monsma, em “Resistência cotidiana, fugas e a dominação negociada: os campeiros escravizados do Rio Grande do Sul” analisa algumas práticas de resistência dos campeiros escravizados do Rio Grande do Sul, no século XIX, como as fugas ou violência contra o senhor ou o capataz. Confirma a teoria de James Scott, assinalando que a “hegemonia” é rasa, pois a grande maioria dos escravos não acreditava na justiça de seu cativo. Porém, problematiza a ideia de Scott, que os subalternos formulam suas demandas dentro da lógica da ideologia hegemônica por motivos puramente estratégicos. As evidências históricas apresentadas pelo autor levam a conclusão que, mesmo dentro de um sistema reconhecidamente injusto, indivíduos poderosos podem ganhar o respeito de grupos subalternos pelo tratamento relativamente decente e pela distribuição de favores. Assim, chama atenção para as diferenciações internas entre os escravos na relação com os senhores, mostrando que a presença de informantes, colaboradores e espiões dificulta o pleno desenvolvimento da transcrição escondida e limita o apoio coletivo tácito aos atos de resistência cotidiana.

---

<sup>1</sup> Citamos aqui os artigos de Marilda A. Menezes: “O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott”. In: Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002 e o de MONSMA, K. “James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica”. In: BIB, Rio de Janeiro, n. 49, jan./jul. 2000, p. 95-121.

O artigo de Benedita de Cassia Ferreira Costa e Maristela de Paula Andrade “Briga com poderosos – resistência camponesa contra grandes projetos no Maranhão” revela o contexto da introdução de usinas termoeletricas na região de cocais, no Médio Mearim Maranhense e a reação de famílias que dependem da atividade extrativista do coco de babaçu. Valendo-se do uso de entrevistas, as autoras puderam corroborar ações anônimas de resistência cotidiana, tais como disparos de tiros, incêndios, “greves na estrada” contra veículos da empresa, o episódio da “greve do container” etc. O artigo argumenta que tais ações não eram isoladas, mas compunham um continuum de respostas ao processo de humilhação e vergonha a que estavam sendo submetidas as famílias.

Jaime Santos Júnior, com o artigo “Entre o palco e a coxia: a dramaturgia das formas de resistência nos canais sergipanos” apresenta reflexões a partir da pesquisa com trabalhadores dos canais sergipanos e de como ali se pode observar as ações de resistência presentes em seu cotidiano. Fazendo uso de uma metodologia particular, ao “ler as falas ao avesso”, mostra-nos a consciência de que para isso é necessário recorrer à percepção de uma dramaturgia das formas de conflito que impele o pesquisador às coxias do teatro, local onde espera observar – no contato com os próprios trabalhadores - como eles incorporam o conceito de exploração e injustiça para daí desenvolverem um leque de ações de resistência que, à primeira vista, estão encobertas.

O artigo apresentado por Francisco de Assis Batista, “Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)” mergulhamos na história de violência da região do cariri paraibano dos anos de 1900 a 1950, período em que a dominação de uma elite rural está se efetivando a partir da imposição de uma disciplina ferrenha sobre camponeses que estão sendo expropriados. No entanto, as ações violentas são acompanhadas por diversas táticas de resistência, como a queima de cercas e assassinatos, que devem ser pensados numa perspectiva do uso do anonimato e da reciprocidade. Assim também a existência de resistências menos diretas e mais simbólicas, como as cantorias – oriundas de uma tradição oral camponesa - que se faziam sem que os dominantes, muitas vezes, percebessem seu conteúdo subversivo.

Com o trabalho de Beatriz Medeiros de Melo e Maria Aparecida de Moraes Silva “Expansão canavieira e resistência sitiante”, saltamos para o noroeste paulista de tempos recentes, a estudar a expansão recente do agronegócio sucroalcooleiro num espaço dominado por sítiantes, em sua maioria, descendentes de italianos e japoneses. A resistência à chegada da novidade ocorre de várias formas, como nos mostram as autoras: na produção material, através da persistência na manutenção da agricultura familiar diversificada, policultora e na variada comercialização de produtos, a propensão ao autoconsumo etc. Mas também resistem de outras formas, destacando-se o que as autoras chamam de “sentimento de ruralidade”, que procura manter a imagem de si mesmos como “jecas”, “caipiras”, e mesmo englobando uma “identidade nacional” que reforça as tradições dos de fora: nordestinos, italianos, japoneses etc. Tal resistência pode ser vista em atividades cotidianas, como a pescaria, o churrasco partilhado, as comidas herdadas dos antepassados e partilhada com os vizinhos, unidos pela identidade do saudoso sítio.

Darcon Sousa, no artigo “Aplicação do conceito de “resistência cotidiana” de James C. Scott ao universo das organizações empresariais: perspectivas e aproximações”, realiza um interessante trabalho de aplicação de conceitos de James C. Scott, notadamente o de resistência cotidiana. Dessa forma, o autor contraria a visão de que nas organizações empresas a hierarquia neutralizaria as reações dos dominados e impediria o surgimento de comportamentos e respostas diferenciados por parte de seus funcionários. Nelas, o autor encontra também formas de resistência bem conhecidas que Scott apresenta para compreensão do universo camponês, como o boato, a fofoca, o uso do discurso oculto, a repreensão a colegas etc.

Ou seja, verifica que também nessas organizações, que primam pela eficiência e por uma suposta homogeneidade de opiniões, também ocorre uma divisão entre dominantes e dominados e, sendo assim, pontos em comum com o trabalho de James Scott podem ser verificados, confirmando a eficácia de seu trabalho.

Frederico de Castro Neves, em “O discurso oculto dos retirantes das secas”, explora o conceito de discurso oculto de James Scott para entender ações de camponeses durante o período de secas no Ceará entre os séculos XIX e XX. O autor estuda as ações das multidões em concordância com as noções de resistência cotidiana e de justiça popular – também propostas por Scott - em contraposição à “visão espasmódica” de tais ações. Sob tais pressupostos, Neves reflete a visão das multidões sobre o imperador Dom Pedro II e suas ações frente às secas no final do século XIX – o “monarquismo ingênuo” – a questão da liderança de tais movimentos, defendendo a existência de uma “infrapolítica dos pobres” e termina por rasgurar os elementos que compõem a utopia dos pobres na luta contra a implantação da economia de mercado em fins do século XIX no semiárido cearense.

Esperamos, por fim, que os artigos aqui reunidos possam contribuir para aumentar a discussão em torno do trabalho de James C. Scott, por acreditarmos que muito ainda há para ser refletido a cerca dos conceitos construídos por este autor fascinante. Boa leitura a todos!

Trabalho recebido em 10/11/2013  
Aprovado para publicação em 02/04/2014

## TRAJETÓRIAS DE UM CONCEITO: A ECONOMIA MORAL DOS POBRES

---

Celso Gestermeier do Nascimento

---

### RESUMO

O século XXI trouxe à tona novos movimentos sociais que fazem uma crítica severa ao sistema capitalista e ao processo de globalização econômica, amparado pela ideologia neoliberal que floresce desde os anos de 1980. Neste artigo faremos a trajetória do conceito de Economia Moral dos Pobres, proposto pelo historiador Edward P. Thompson nos anos de 1970 para pensar os motins de fome na Inglaterra no século XVIII, o qual, ao nosso ver, continua útil para refletirmos acerca dos movimentos sociais recentes, como atestam o cientista político James C. Scott e o antropólogo Marc Edelman, mostrando que tal conceito não se restringe a estudos de história, mas também a sociologia do século atual.

**Palavras-chave:** Economia Moral; Resistência Cotidiana; Movimentos Sociais.

## PATHS OF A CONCEPT: THE MORAL ECONOMY OF THE POOR

### ABSTRACT

The Twenty-first Century has brought about new social movements that make a severe criticism of the capitalist system and the economic globalization process, supported by the neoliberal ideology that blooms from year 1980. In this article we will focus on the trajectory of the concept of Moral Economy of the Poor proposed by historian Edward P. Thompson in the 1970s to think the hunger riots in England in the Eighteenth Century, which, in our view, remains still useful to reflect on the recent social movements, as evidenced by the political scientist James C. Scott and anthropologist Marc Edelman, showing that such a concept is not restricted to history studies, but also to the sociology of the present Century.

**Key words:** Moral Economy; Everyday Resistance; Social Movements.

## INTRODUÇÃO

O século XXI traz como principal característica um modelo de globalização que não se restringe apenas à esfera econômica, mas busca impor um modelo de sociedade a partir do viés ocidental. Nesse sentido, diversos movimentos sociais têm surgido para galvanizar as insatisfações mundiais contra tal projeto e nos colocar questões importantes a serem pensadas na relação entre o local e o global.

Uma das possibilidades de ação que muitos ativistas têm colocado em tela refere-se a ações diretas contra instituições, consideradas símbolos do modelo neoliberal, como recentemente pode-se ver pelas ações do Movimento Passe Livre, ou mais particularmente dos Black Bloc, nas ruas das grandes cidades brasileiras. Por outro lado, a ação político partidária parece está descreditada no mundo todo, com o estado-nação cedendo espaço para grandes corporações multinacionais e, dessa forma, verificamos uma época de crise da democracia representativa, ao passo que projetos de democracia participativa ganham espaço no discurso dos citados movimentos sociais contemporâneos.

Uma opção que tem sido colocada junto às ações diretas é a resistência cotidiana, particularmente em movimentos de ecologia e preservação ambiental, em que uma nova educação para o ser humano do futuro passa pelo respeito para com a natureza e oposição a projetos de degradação ambiental. Dessa forma, ouvimos cada vez mais termos como “desenvolvimento sustentável”, “respeito à biodiversidade”, etc. Tais questões parecem se aliar a um combate mais direto, político, de enfrentamento aos símbolos do sistema capitalista e pare-

cem refletir um momento marcante da sociedade do século XXI.

No entanto, muitas estratégias de oposição ao sistema capitalista, representado pelo combate a seu mais importante instrumento, o livre mercado, podem ser encontrados em infinitas variações há séculos. Neste caso em particular pretendemos refletir acerca de atitudes que geralmente não são registradas pelos livros de história, mas que servem de instrumento a quem não se encaixa na elite do modelo econômico, as classes subalternas – mas não só elas – e têm legado um arsenal de formas de resistência durante esses anos.

Nesse sentido, propomos refletir acerca do conceito de Economia Moral proposto pelo historiador Edward Thompson e aprofundado pelo cientista político e antropólogo James C. Scott, professor do Centro de Estudos Agrários de Yale - que influenciou e continua a influenciar muitos trabalhos acerca da dominação e da resistência de grupos dominados. Nesse rastro que a utilização do conceito nos legou dialogaremos ainda com outros autores, brasileiros e estrangeiros, notadamente o antropólogo Marc Edelman, da Universidade da Cidade de Nova York. Tal trajeto aponta para a importância dos estudos interdisciplinares, tanto no campo das teorias, quanto das metodologias para que possamos refletir acerca da complexidade social que se apresenta no novo século.

A defesa da existência de uma Economia Moral dos Pobres nos coloca face a face com muitas ações contemporâneas que buscam enfrentar no cotidiano as premissas básicas do sistema capitalista e suas contradições, que parecem se tornar cada vez mais óbvias ante o processo de globalização econômica<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Utilizamos o conceito de globalização econômica para nos diferenciarmos de outro, globalização humana, que caracteriza os movimentos sociais mais recentes.

## 1. E. P. THOMPSON E A ECONOMIA MORAL NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII

No ano de 1971, Thompson traz à luz um trabalho que vinha executando desde 1963, intitulado *Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII*<sup>2</sup>. Nesse trabalho o autor chama a atenção para a temática dos motins de fome e da ação da multidão na Inglaterra do século XVIII, alertando para o perigo da “visão espasmódica” que retrata a gente comum como apenas reagindo a estímulos, no que se chamou de “rebeliões do estômago”. Tal constatação serve para o autor contestar uma “visão redutora do homem econômico”, perspectiva teórica muito poderosa na época:

Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência. (Thompson, 1998b, p. 152).

Thompson afirma que os conflitos por pão nos mercados ingleses do século XVIII não são simplesmente uma resposta óbvia ao problema da fome. Para tal, faz-se necessário perceber a importância cada vez maior do trigo

branco na vida da população pobre inglesa e a recusa em se conformar com um pão grosseiro, negro, visto até como “venenoso”.

Para consolidar sua tese, o autor explica como eram as normas do mercado até 1777, quando primeiro os pobres compravam, depois – e somente depois – é que os comerciantes abastados tinham acesso ao produto, sendo proibido o açambarcamento, a revenda, a compra antecipada, a retenção de produto no campo etc. Ou seja, havia toda uma legislação para controlar um mercado “paternalista”, impedindo a “livre concorrência”, protegendo os mais pobres e prescrevendo punições para os infratores. O preço do trigo era usado para fixar-se o preço do pão, segundo os dizeres da época, a um “preço justo”, o que se espalhava para todos aqueles que lidassem com o produto, como os moleiros e os padeiros, que também deviam ser remunerados “justamente”, sem lucros extorsivos.

Tal situação passa a ser contestada por fazendeiros, que buscam negociar fora do mercado valendo-se do sistema de amostragem – quando se negociava sem o produto presente – o que começa a colocar em dúvida a transparência dos procedimentos do mercado:

Os paternalistas e os pobres continuavam a se queixar da extensão das práticas do mercado que nós, em retrospectiva, tendemos a admitir como inevitável e “natural”. Mas o que agora parece inevitável não era necessariamente aceito no século XVIII. Um folheto característico (de 1768) exclamava de modo indignado contra a suposta liberdade

<sup>2</sup> Este trabalho foi apresentado originalmente como *The Moral Economy of the English crowd in the 18th – century. Past & Present*, 50, 1971. A edição que usamos foi Thompson (1998b).

de cada fazendeiro fazer o que bem quisesse com o que era seu. Isso seria uma liberdade “natural”, mas não “civil”. (Thompson, 1998b, p. 158).

É aqui que começa a se esboçar o centro da argumentação de Thompson, pois se verifica o rompimento do modelo paternalista ao mesmo passo em que cresce o ressentimento popular que iria originar os motins. O novo modelo de mercado é caracterizado pela lei da oferta e da procura, estocagem, associação entre intermediários e importadores, acompanhados pelo processo de cercamento dos campos e expulsão de camponeses. Pouco a pouco, o preço deixa de ser “justo” para ser visto como um sinal de exploração pelo produtor, que tinha como resposta os motins:

Na verdade, cresce a convicção de que o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grãos não era malvisto pelas autoridades. Desviava a atenção das pessoas dos fazendeiros e dos que viviam de rendas, enquanto as ameaças vagas das sessões trimestrais do tribunal contra os que compravam os cereais de antemão davam aos pobres a noção de que as autoridades estavam cuidando de seus interesses. (Thompson, 1998b, p. 166).

As ações dos açambarcadores são contestadas pelos pobres, da mesma forma que cresce a visão de que as autoridades estão cada vez mais “desatentas” e que muitos moleiros

e padeiros começam a ter má fama: molestadores de mulheres, ladrões, cúmplices de exploradores etc. As insurreições populares possuíam objetivos bem claros e ações organizadas, por exemplo, quando o preço do cereal estava muito elevado, a “turba” enfurecida podia atacar as carroças dos comerciantes e tomar os produtos, pagando por eles o preço considerado justo e devolvendo as sacarias junto com as carroças a seus donos. Em muitos casos exigia-se o cumprimento do “Book Of Orders”<sup>3</sup>, destacando-se a moderação o que, segundo o autor, denota a exigência de regulagem de preços em épocas de escassez, como algo fundamental para a sociedade, chamando a atenção do autor para o fato de que nem sempre a violência está presente e, quando está, é geralmente acompanhada por algum tipo de agravante ou de punição:

(...) se quisermos questionar a visão espasmódica e unilinear dos motins da fome, basta apontar esse motivo contínuo da intimidação popular, quando homens e mulheres, quase a ponto de morrer de fome, ainda assim não atacavam os moinhos e os celeiros para roubar alimentos, mas para punir os proprietários. (Thompson, 1998b, p. 182).

Cumprir notar os pormenores de toda a negociação: avisos ameaçadores colocados nas igrejas e estalagens, formação de multidões e uso de tambores e trompas o que, para Thompson necessita de um baixo grau de organização, formando um padrão que ele considera herdado<sup>4</sup> e que, por repetir-se há séculos, deve de-

3 Uma compilação das regras de comércio foi forjada entre os anos de 1580 a 1630, cujos elementos centrais eram: inspeção de estoques, especificação de quantidade a serem levadas para o mercado e a imposição de legislação.

4 Esse baixo grau de organização continuará a ser importante nos movimentos sociais que estudamos no século XXI e um dos elementos centrais do pensamento de James C. Scott.

monstrar eficiência<sup>5</sup>. Além disso, há ainda o fato de que a ameaça contava, muitas vezes, com a conivência de uma polícia indefesa e o horror ao uso de força militar – que aumentaria a ira do povo. Assim o melhor seria evitar o conflito:

Essas questões, como forma de prevenir os motins, talvez fossem mais eficazes do que se tem proposto: conseguindo levar os cereais para o mercado, restringindo o aumento dos preços e intimidando certos tipos de lucratividade. Além disso, a disposição para motins certamente funcionava como um sinal para os ricos de que era preciso colocar em bom estado os mecanismos de assistência e caridade da paróquia – cereais e pão subsidiados para os pobres. (Thompson, 1998b, p. 190)

Para o autor, isso leva a observação de dois importantes fatores, ao lado do “contexto socioeconômico total em que operava o mercado”, a própria lógica da pressão que a multidão exercia:

É no interior desse contexto que a função dos motins pode ser esclarecida. No curto prazo, os motins talvez fossem contraproducentes, embora isso ainda não esteja provado. Porém, uma vez mais, os distúrbios eram uma calamidade social, que devia ser evitada mesmo a um custo alto. O custo podia ser o de encontrar um meio-termo entre o preço “econômico” elevado no mercado e o preço “moral” tradicional determinado pela multidão. Esse meio-termo podia ser alcançado pela intervenção dos paternalistas, pelos prudentes limites que fazendei-

ros e negociantes se auto-impunham, ou pela compra de apoio de parte da multidão em troca de subsídios e caridades. (Thompson, 1998b, p. 192).

Parece que tal padrão de protesto social seria “genuína corrente subterrânea de motivação política articulada” (Thompson, 1998b, p.194). Entretanto, ele chama a atenção para o fato de que tais eventos mostram o fim de uma tradição e o começo de outra, onde a pressão por salários, criação de ligas clandestinas, luta pelo salário mínimo etc. seriam marcantes. Sem esquecer, também que as formas de organização – “antigas” – “dependiam de um conjunto particular de relações sociais, o equilíbrio particular entre a autoridade paternalista e a multidão” (Thompson, 1998b, p.196). Portanto, a Economia Moral vista por Thompson refere-se a um “padrão de comportamento”:

Era o lugar onde ocorriam centenas de transações: as notícias eram dadas, os rumores e os boatos corriam por toda parte, discutia-se política (se é que se discutia) nas estalagens ou vendas de vinho ao redor da praça do mercado. O mercado era o lugar onde as pessoas, por serem numerosas, sentiam por um momento que tinham grande força.

Os confrontos do mercado numa sociedade “pré-industrial são certamente mais universais do que qualquer experiência nacional” (Thompson, 1998b, p. 201).

Para o autor trata-se do fim da Economia Moral das Provisões e a ascensão de outra economia, a política que, entretanto, ainda preserva a economia moral das multidões:

---

<sup>5</sup> A presença das mulheres é algo que chama atenção, talvez por serem elas que negociavam face a face no mercado, fossem mais sensíveis aos significados dos preços e tivessem mais experiência para detectar estratégias tais como peso insuficiente ou qualidade inferior.

Um sintoma de morte definitiva é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista “economicista” dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome - um ponto de vista, em si, produto de uma economia política que fez do salário o nexa das reciprocidades humanas. Mais generosa, mas também mais autorizada, era a opinião do xerife de Gloucestershire em 1766. As turbas daquele ano (escreveu) tinham cometido muitos atos de violência, “alguns de dissipação e desregramento; e, em outros casos, de coragem, prudência, justiça, além de demonstrarem perseverança em procurar aquilo que professam querer alcançar”. (Thompson, 1998b, p. 202)

Em *Economia Moral Revisitada* (1998)<sup>6</sup>, Thompson aproveita para retomar questões que havia discutido em seu texto cerca de 20 anos atrás e afirma que isso não tira a contemporaneidade do trabalho, mas que objetiva responder a muitos estudiosos que o criticaram. Não é nossa questão refazer o caminho dessas discussões com os vários autores que ele discute, mas aproveitar o texto e adicionar algumas observações a aproveitar a própria análise de Thompson do trabalho de James Scott, em particular do campesinato.

Um aspecto interessante a cerca do motim que merece ser ressaltado é que nem sempre a fome significa existência de motim – já colocada anteriormente – as comunidades pobres não estão sempre dispostas a eles, ou seja, não é uma resposta “natural” ou “óbvia”, é um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva às estratégias indi-

vidualistas de sobrevivência. No caso dos camponeses as revoltas nem sempre são prestigiadas, pois acreditam que elas possam abalar os deuses, ou a ordem social e fundamentalmente ocorrem “quando os pobres sentem que têm um pouco de poder”, ou seja, não se faz motim em cima do nada, na improbabilidade de sucesso.

O que gostaríamos de destacar neste texto de Thompson é a sua simpatia pelo trabalho de James Scott, que lhe tomou o conceito de Economia Moral e o ampliou em seus trabalhos, aplicando-o a concepções camponesas, notadamente em termos de justiça social e reciprocidades. Embora Scott não faça descrições de valores e de atitudes morais, Thompson reconhece sua necessidade de ampliar o debate sobre tal conceito, aplicando-o na análise de costumes de usos da terra, direito de acesso a produtos etc. e, sobretudo, quando assinala a questão da resistência:

(...) o professor Scott levou o debate para mais adiante (e para os flancos) em sua obra *Weapons of the weak* (Armas dos Fracos), entrando num território no qual as comparações podem ser examinadas com proveito. Esse território não é apenas o das formas tenazes de resistência ao poder que os fracos e os fortes possuem: “o ridículo, a truculência, a ironia, os pequenos atos de não submissão, a dissimulação (...), a descrença nas homilias da elite, os esforços contínuos e dolorosos de defender o que é seu contra desvantagens esmagadoras” É igualmente e ao mesmo tempo, os limites que os fracos podem impor ao poder. (Thompson, 1998c, p. 260)

---

<sup>6</sup> Publicado originalmente em 1991: *Customs in commom*. Penguin Books, Harmondsworth.

Quer dizer, Thompson percebe que Scott trabalha Economia Moral como equilíbrio de forças<sup>7</sup>. Ou seja, Economia Moral em Scott é uma “série não verbalizada de entendimentos mútuos”. Isto interessa porque na medida em que o próprio Thompson diz que o conceito já ganhou a maioria, não se julgando mais o responsável por ele e percebendo que Scott o expande para construir um leque de estudos de várias partes e de vários campesinatos do mundo e suas formas de resistir à dominação.

Sabemos que o legado de Thompson às ciências humanas é ainda instigante e rico, e que autores brasileiros ainda são influenciados por ele, como acerca de sua análise da formação e consciência de classe, por exemplo<sup>8</sup>. Entretanto, no que diz respeito a nossa pesquisa, gostaríamos de destacar o trabalho de Castro Neves (1998), no qual é nítida a defesa do uso do conceito de Economia Moral, que o autor percebe como um “curso de argumentos”, na medida em que articula moral, política e mercado. A importância de Thompson dá-se ao verificar que o que podia ser visto como “resquício” pela historiografia operária na verdade poderia ser resgatado como elementos constitutivos de uma cultura plebeia e, conseqüentemente, como uma forma de se relacionar com o mercado:

A defesa de valores comunitários, que a racionalização capitalista transforma em “tradicionalismo” ou “ignorância popular”, unifica estas lutas ao fornecer uma base moral relativamente sólida que tece o fio invisível e não-verbal de solidariedade que une as pessoas que formam a multidão. Por ou-

tro lado, “economia moral” também pode designar a dialética social da reciprocidade desigual (necessidade e obrigação) que está no centro de muitas sociedades. (Castro Neves, 1998, p. 52).

Tal objeto de trabalho é encontrado pelo autor no Brasil, ao contar com o conceito de Economia Moral aplicado a uma sociedade paternalista nordestina, verificando-se que o “tradicionalismo” pode vir a ser importante elemento de mobilização e resistência. O leque aberto por Thompson para novas – e ilimitadas – pesquisas é tal que permite a Castro Neves (1998) uma nova reflexão acerca da ação das multidões no estado do Ceará no Brasil, de fins do século XIX ao início do século XX.

O autor alerta para o fato de que a ação de multidões de pessoas esfomeadas pelas crises periódicas de seca que assolam o sertão cearense tem como data marcante o ano de 1877 quando cerca de 100.000 pessoas invadiram Fortaleza, que contava então com 25.000 habitantes. Veja-se, portanto, a possível imagem do caos, numa cidade que tem sua população quintuplicada por esfomeados que, inclusive, atacam um trem carregado de alimentos. Castro Neves (1998) verifica que tal evento ainda ocorre num contexto de dominância de um sistema social paternalista marcado pela deferência e pela submissão que, em contraposição, exigia a proteção dos dominantes em períodos de crise e que deixava aberta a possibilidade de ações violentas de cangaceiros – “banditismo social” – e de costumes como o de “lavar a honra com sangue” que, apesar de tudo, mantinham o paternalismo em equilíbrio. Dessa for-

7 Que não deixa de ser semelhante a ideia do campo de forças de Thompson.

8 Para tal discussão veja-se o trabalho de Fortes (2006), por exemplo.

ma, até 1877 em épocas de seca, os camponeses podiam ocupar as terras férteis dos fazendeiros, sua água ou mesmo refugiar-se nos currais, era a forma através do qual o fazendeiro “cuidava da sua gente”.

A partir de meados do século XIX dois acontecimentos começam a abalar essa lógica paternalista, em primeiro lugar a Lei de terras de 1850, tornando as propriedades legítimas dos grandes fazendeiros – à custa de terras indígenas, por exemplo – com escrituras lavradas em cartórios e a expansão da economia agrária mercantil, em particular do algodão, que se tornava um bom negócio devido à falência da produção algodoeira dos Estados Unidos em virtude da Guerra de Secessão (1861-1865). Dessa forma, com a valorização das terras, o camponês passa da condição de um migrante eventual para um retirante, pois os laços de reciprocidade se afrouxam e as “turbas” dirigem-se agora para as cidades em busca da proteção das autoridades. Portanto, após 1877, cada vez mais as secas tornam-se um problema social, pois a multidão exige proteção agora do poder público, contestando a racionalidade capitalista que se instala numa sociedade ainda paternalista. A proximidade do trabalho de Castro Neves (1998) com os trabalhos de Thompson salta aos olhos, de forma que a conclusão do autor nos interessa sobremaneira:

A “economia moral”, portanto, como expressão de uma resistência geral e plebéia aos avanços dos princípios da “economia de mercado”, permanece como categoria de análise cuja validade ultrapassa os limites da obra de Edward P. THOMPSON e é permanentemente atualizada pelas transformações históricas. Significa dizer que o espaço para uma interpretação “moral” a respei-

to das formas de produção da riqueza social e de seu mecanismo de distribuição – o mercado – está sempre aberto para aqueles que não se conformam aos modelos estabelecidos de (in)justiça social. (Castro Neves, 1998, p. 57).

Nesse sentido é que a Economia Moral proposta por Thompson está diretamente ligada à resistência cotidiana, o que nos permite discutir as duas questões quase ao mesmo tempo. A quebra dos laços de Economia Moral pelos dominantes em busca do estabelecimento de uma Economia de Mercado, que significa uma verdadeira traição a visão moral dos dominados, colocando em xeque uma tradição de valores compartilhados pela comunidade, valores esses que lhe davam a sensação de segurança e conforto. É o rompimento de um pacto que dá sensação de proteção a pessoas que convivem periódica e perigosamente próximas de um limite a partir do qual suas necessidades básicas podem não ser mais satisfeitas. E isso gera respostas imediatas – resistência cotidiana – das mais variadas formas, como nos aponta o autor.

Outro trabalho recente que recupera a importância de Thompson é Fortes (2006), um autor brasileiro que nos chamou a atenção pelo destaque feito a duas questões:

Em primeiro lugar, ao defender a contemporaneidade da obra de Thompson, em particular em “A Formação da Classe Operária Inglesa”, pois nos mostra como ele se diferencia de muitos historiadores – por exemplo Hobsbawm – no tocante ao “fazer-se da classe operária”. Tal discussão foge do nosso objeto de estudo, entretanto, é importante lembramos que nessa trajetória de “construir-se”, a classe operária inglesa beneficia-se de uma “cultura polí-

tica de oposição”. Ao chamar a atenção para a importância da formação de clubes jacobinos na Inglaterra de fins do século XVIII, da expansão do metodismo e suas noções de autodisciplina e de convivência em comunidade, de autodidatismo e autoaperfeiçoamento de artesãos radicais, ele destacou os “elementos de continuidade subterrânea” de uma cultura popular de oposição que muito legou à classe trabalhadora inglesa e que pode ser pensada em termos de uma cultura de resistência ligada às tradições populares, desenvolvendo-se passo a passo com o capitalismo. Eis uma das riquezas do trabalho de Thompson: conforme o capitalismo avança pela Inglaterra, as classes trabalhadoras são diretamente prejudicadas por ele ao mesmo tempo que resistem, criando e recriando uma nova cultura de resistência.

Nesse sentido é que Fortes (2006) pode apresentar Thompson como um precoce inimigo do neoliberalismo, pois ele recupera séculos de uma tradição de enfrentamento entre dominantes e dominados. Quando da emergência do neoliberalismo – perfeitamente coerente com esse processo histórico – as formas de reação popular já estão à disposição após séculos de desenvolvimento. Dessa forma, não seria de se espantar que elementos como uma “tradição clandestina cooperativa”, calcada na valorização de um senso de comunidade – herdado do metodismo – possa ser encontrado em manifestações populares no século XXI. Ou seja, a Economia Moral talvez tenha perdido batalhas importantes contra o Mercado Livre na Inglaterra, mas continua atualmente a travá-las em vários outros lugares do planeta e o estudo da história inglesa da classe trabalhadora, feito por Thompson, retoma o que chamamos de herança de resistência popular.

## 2. JAMES C. SCOTT: A ECONOMIA MORAL NA MALÁSIA DO SÉCULO XX

Para James C. Scott o conceito de “economia moral” não serve apenas para pensar sociedades que antecederam ao capitalismo, é também um instrumento para estudar os movimentos sociais nos séculos posteriores ao que Thompson estudou, até mesmo na atualidade, em grupos sociais que lutam por liberdade e mesmo por atuar politicamente e chegar ao poder, como ocorre nos séculos XX e XXI, não sendo apenas uma luta de caráter “econômico”.

Acreditamos que o trabalho de Scott (1976) – “The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia” – lançado cinco anos após o de Thompson – “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”, de 1971 - apresenta três elementos fundamentais para a valorização do enfoque da resistência cotidiana. O primeiro deles é o conceito de “safety first”:

Segundo Scott (1976, p. 5), o princípio da “segurança em primeiro lugar” é o que fundamenta uma grande variedade de arranjos técnicos, sociais e morais de uma ordem agrária pré-capitalista. Os camponeses preferem culturas tradicionais e técnicas de produção que são conhecidas por garantirem a produção requerida pela família (Haggis ET a. 1986: 1436; Scott, 1976, p. 7). A unidade doméstica familiar é chave no comportamento econômico, social e político de todos os camponeses e não apenas aqueles no sudeste asiático. (Menezes, s/d).

O conceito de “safety first” é um bom instrumento para pensar grupos sociais que vivem ameaçados pela miséria absoluta, não de-

vendo ser aplicado a qualquer sociedade camponesa sem uma análise prévia. Ao mesmo tempo, ele pode ser válido para comunidades não camponesas, como pescadores, onde as necessidades básicas nem sempre são supridas. O medo da penúria e da fome tende a fazer com que camponeses muitas vezes recusem métodos novos de produção, ficando enclausurados no que Scott chama de “perímetro defensivo”, constituído por métodos tradicionais e seguros. Entretanto, isso não significa rejeição total a qualquer inovação, principalmente quando a subsistência básica não está em risco.

A segunda questão refere-se às normas de justiça, afirmamos anteriormente a preocupação da “turba inglesa” do séc. XVIII apontada por Thompson, em estabelecer o preço justo e, além disso, chamamos a atenção para o fato de ele notar a organização da ação da multidão, não no sentido de roubar, mas de confiscar os alimentos vendidos a preços extorsivos e pagar por eles um “preço justo”. A justiça tem como base uma intrincada rede de reciprocidades, tanto interna à comunidade quanto externamente: atitudes são tomadas com relação a amigos e parentes em caso de crise e/ou necessidade e, conseqüentemente, atitudes são esperadas da parte de quem prestou algum favor ou ajuda. O mesmo se aplica a elementos exteriores à comunidade, como na relação com os patrões, por exemplo, como Scott discute em seus trabalhos dando grande atenção à quebra de tradições por parte de fazendeiros da Malásia, o que gera revolta, e que até mesmo em relação ao Estado Nacional isso se aplica e, provavelmente, ajuda a explicar a decep-

ção das populações com governantes em países com numerosa presença campesina. Entretanto, essa noção de justiça - assim como os próprios princípios de reciprocidade - não é estática, ela muda conforme os panoramas históricos e das subjetividades em jogo, ou seja, o que é considerado justo para um grupo não necessariamente o será para outro, fazendo com que a história específica de cada povo e lugar não possa ser descartada, o que reafirma o uso da experiência que Thompson apontava, centrando análise nos homens reais:

If the analytical goal of a theory of exploitation is to reveal something about the perceptions of the exploited - about their sense of exploitation, their notion of justice, their anger - it must begin not with an abstract normative standard but with the values of the real actors. (Scott, 1976, p. 160).

Além da reciprocidade, o princípio da subsistência também influencia naquilo que uma comunidade considera justo ou injusto, pois os grupos dominados têm percepção do “direito à vida” e, para tal, não incluem apenas direitos à alimentação, mas auxílio à saúde, educação, funerais dignos, festas, etc.<sup>9</sup>:

The operating assumption of the “right of subsistence” is that all members of a community have a presumptive right to a living so far as local resources will allow. This subsistence claim is morally based on the common notion of a hierarchy of human needs, with the means for physical survival naturally taking priority over all other claims to village disparities in wealth and resources

---

<sup>9</sup> Isso pode ser verificado nas reivindicações do Exército Zapatista de Libertação Nacional que, desde 1994, luta nas selvas do estado mexicano de Chiapas, e tem a ver com o que se considera decência, a possibilidade de receber parentes decentemente, cumprir atividades religiosas, organizar festas, casamentos, etc. Tudo isso compõe a “subsistência”.

can be legitimated unless the right to subsistence is given priority. This right is surely the minimal claim that an individual makes on his society and it is perhaps for this reason that it has such moral force. (Scott, 1976, p. 176).

O direito à sobrevivência dos dominados é praticamente um dever dos dominantes, desde que o princípio da reciprocidade assimétrica – entre patrões e empregados – não tenha sido rompida pelos dominados. Entretanto, é necessário reafirmar que a quebra do direito de sobrevivência não significa, para Scott, uma ligação automática com as rebeliões camponesas<sup>10</sup>. Contrariamente, esse é um ponto de realce em seu trabalho, pois tal rompimento – com as normas da Economia Moral – que significam um ataque aos valores e costumes compartilhados e pode gerar infinitas formas de resistências, cotidianas, que não necessariamente as armadas e que requerem diferentes graus de organização, geralmente pouca. E aqui novamente a experiência é possibilitará ao pesquisador discernir o tipo de resistência pelo qual cada grupo opta e entender o porquê dessa escolha:

Regardless of the particular form it takes, collective peasant violence is structured in part by a moral vision, derived from experience and tradition, of the mutual obligations of classes in society. The struggle for rights that have a basis in custom and tradition and that involve, in a literal sense, the most vital interests of its participants is likely to take on a moral tenacity which move-

ments that envisions the creation of new rights and liberties are unlikely to inspire. (Scott, 1976, p. 192).

É nesse momento em que Scott defende o estudo das ações cotidianas de resistências que, se não são capazes de derrubar sistemas políticos ou governos, estabelecem uma base de procedimentos que serão herdados por futuros rebeldes. Atitudes como a sabotagem, o trabalho lento, o roubo de mercadoria, ameaças anônimas etc, compõem esse arsenal que os dominados passam de geração a geração. É o que Scott chama de “as armas dos fracos”, título de seu trabalho de 1985, ainda inédito o Brasil.

E são essas reflexões que ele deixa de herança para outros pensadores que se debruçam sobre essa temática. Vejamos agora um pouco do trabalho de outro autor:

### 3. MARC EDELMAN: RESISTÊNCIAS TRANSNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Em um número especial da Revista *American Anthropologist*<sup>11</sup>, dedicado à reflexão acerca do trabalho de James C. Scott, Marc Edelman faz uma interessante ponte entre os trabalhos de Thompson, Scott e os movimentos transnacionais de camponeses no século XXI que, devido à sua relevância em nosso estudo, vale a pena a reflexão, pois ele defende a pertinência do conceito de Economia Moral de Scott para o século XXI por três razões:

10 Ele também rechaça a visão da falta de energia/vigor físico causado pela fome como explicação para a não ocorrência das rebeliões.

11 Focus: Moral Economies, State Spaces, and Categorical Violence: Anthropological Engagements with the Work of James Scott”. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, 2005.

em primeiro lugar, pela sua importância em estudos agrários e a outros objetos; em segundo lugar, ao estudar na Ásia, Scott também mostrou como os movimentos agrários, políticos e econômicos mudaram nas últimas décadas, ganhando maior importância devido à dimensão transnacional que ocupam e, por fim, em seu livro de 1976 discutiu com correntes teóricas que impactaram os debates de estudos agrários. Da mesma forma, ele destaca a importância dos estudos de Thompson, embora lembre que sua discussão acerca de Economia Moral está restrita a tempos de carência em que ocorrem conflitos no mercado:

(...) Thompson reminds us that his own conception of “moral economy” was “in general... confined to confrontations in the market-place over access (or entitlement) to ‘necessities’ - essential food,” particularly profiteering and the beliefs, usages, forms, and deep emotions that surround “the marketing of food in time of dearth (1991) (Edelman, 2005, p. 331)

Edelman (2005) argumenta que os dois autores possuem visões muito parecidas, mas que pequenas diferenças podem ser notadas entre eles, com Scott preocupando-se mais com as seguintes questões: os valores sociais dos dominados<sup>12</sup>, preço justo, acesso a terra, a produtos e mecanismos de reciprocidade, apontando para a subsistência segura e a aversão ao risco como chave para se entender momentos pacíficos e de transição à rebelião aberta, além do fato de que a noção de “justiça” é construída por camponeses na Ásia que se baseia, principalmente, na luta pelo direito a continuar sendo agricultor:

This means, in essence, the right to continue living from the land as well as the protection of a patrimony both of public-sector institutions, which made being an agriculturalist possible and which are now target by neoliberal privatizers, and of plant germplasm and cheese cultures, which peasants’ antagonists now sometimes euphemize and covet as “intellectual property”. (Edelman, 2006, p. 332)

Tanto Thompson quanto Scott entendem o mercado enquanto construção política e, portanto, local de uma luta social. Entretanto, Thompson preocupa-se mais com a condição de consumidores do mercado, em sua luta por acesso a produtos e direitos, em épocas de crise, incrementando os debates sobre a história do mercado, natureza humana e instituições, ao passo que Scott, ao focar uma “teoria fenomenológica da exploração”, alarga a aplicabilidade do conceito de Economia Moral, ampliando seu uso no tempo e no espaço<sup>13</sup>.

É esse conceito que permite que se perceba uma lógica histórica de resistência contra o estabelecimento de um mercado livre, em diversos locais e nos ajuda a pensar o contexto contemporâneo, no qual o desenvolvimento capitalista tem provocado muitas mudanças nos camponeses, que não podemos deixar de observar. Assim, para o autor é necessário considerar uma “economia moral rural contemporânea”, relacionando-a ao imaginário e consumo urbanos, precipitado por uma crise demográfica nas famílias camponesas, o que limita em muito a participação no sistema de ajuda coletiva, modificando antigos preceitos de reciprocidade:

12 Diferentemente de Thompson, que centra sua atenção nos consumidores do mercado inglês.

13 No decorrer do texto, o autor discute as influências que Scott recebeu de outros autores, o que se afasta de nosso objetivo.

Today's campesinos, when they remain on the land, have frequently had to learn not only about fertilizing with chemicals of grafting fruit trees, as Warman suggest, but also the language of bankers and lawyers, market intelligence and computers, business administration and phytosanitary measures, biotechnology and intellectual property, and at least the rudiments of trade policy and macroeconomics. They have had to become sophisticated and wordly. (Edelman, 2005, p. 337).

Desde a crise mundial da década de 70 do século passado, verificamos um processo de ascensão de Instituições Supranacionais – tais como FMI, Banco Mundial – que tornou possível a emergência de novos movimentos camponeses e organizações em redes globais, além de outros acontecimentos importantes nos últimos anos, tais como o Fórum Social Mundial e problemas políticos internos em países de acentuada população camponesa, como Equador e Bolívia, o que leva a pensar na globalização também de princípios da economia moral, como orientadores de comportamentos sociais anti-neoliberais.

Talvez o maior exemplo de atuação transnacional de camponeses no mundo venha a ser a Via Campesina, organizada em 1993 na Bélgica e atualmente congregando mais de 50 países, focando suas “demandas e campanhas políticas em direitos humanos, reforma agrária, meio ambiente e agricultura sustentável, biodiversidade e recursos genéticos, reforma do estado e comércio, entre outras” (Edelman, 2005, p. 338). Tal diversidade de ações para os movimentos mundiais camponeses podem ser concentrados, em primeiro lugar, na luta contra a supervisão agrícola da WTO – World Trade Or-

ganisation Agreement on Agriculture - criticada em seus quatro pontos básicos, vejamos:

1. Produto agrícola não é mercadoria, mas meio de vida.
2. Regras deveriam ser só para alimentos comercializados internacionalmente.
3. Não há “mercado mundial” de produtos agrícolas.
4. WTO não é democrática, é irresponsável, pois aumenta desigualdade e insegurança, promove consumo padrão, erode diversidade, despreza prioridades sociais e de meio ambiente.

Edelman (2005) lembra que a Via Campesina não tem como objetivo criticar os subsídios, mas estabelecer normas de “preço justo” para os produtos, o que implica numa regra de economia moral, só que agora como uma “norma transnacional universal”, pois ela não somente embasa princípios de movimentos sociais como também de ações coletivas e difusas. Ou seja, os movimentos antiglobalização econômica se utilizam de princípios da economia moral.

Outro elemento aglutinador nessa luta é o conceito de “food sovereignty” – “alimento soberano” - como o direito de todos, o que pode ser exemplificado por diversas lutas travadas recentemente, nas ações de Bové contra o MacDonalds, a luta contra os transgênicos, ou na defesa das oliveiras da Palestina. Tal organização levou, inclusive à formação da “Caravana das Pessoas pelo Alimento Soberano”, em 30/9/2004:

The caravan's final declaration highlights the moral economic aspirations behind this multifaceted transnational demonstration:

Food Sovereignty is the inalienable RIGHT of peoples, communities, and countries to define, decide and implement their own agricultural, labour, fishing, food and land policies which are ecologically, socially, economically and culturally appropriate to their unique circumstances. It includes the true right to food and to produce food, which means that all people have the right to safe, nutritious and culturally appropriate food and to food producing resources and technologies and the ability to sustain themselves, their societies. The People's Caravan is calling for an International law and institute food sovereignty as the principal policy framework for addressing food and agriculture. (People Caravan for Food Sovereignty 2004) (Edelman, 2005, p. 340).

A luta pelo direito ao “alimento soberano”, ao mesmo tempo em que precisa recuperar a ideia de normas morais, preço justo, acesso à terra, injustiça das leis de mercado etc., também representa uma luta mais radical, pois busca colocar nas mãos dos produtores diretos, camponeses e cidadãos em geral, a liberdade de escolha acerca dos alimentos, sua qualidade, sua própria noção de “mercadoria” e analisar criticamente as leis do mercado internacional. Isso leva a novas especificidades que os movimentos sociais transnacionais têm gerado, fruto de uma continuidade organizacional e histórica, que vai do local ao nacional, daí ao regional e, por fim, ao transnacional, o que requer novos graus de sofisticação política, novas alianças e movimentos em diferentes espaços geográficos e institucionais:

Num artigo que fecha o dossiê sobre James Scott, ele próprio comenta ver com bons

olhos os trabalhos de Edelman (2005), ao reconhecer a influência que recebeu de Thompson – além de Chayanov e Polanyi – e destaca a oportuna observação do autor acerca do aumento da insegurança nas sociedades camponesas após a globalização econômica:

What has happened, as I understand Edelman's argument, is that the scale of “market failure” has been vastly amplified and that, as a consequence, the scale of Polanyian reflexes of self-protection must correspondingly be amplified. Typically, in the world that Polanyi, Thompson, and I were describing, the remedy for the collapse of local-insurance arrangements designed to avoid subsistence crises lay in new rational schemes of social insurance. (Scott, 2005, p. 397).<sup>14</sup>

Scott (2005) concorda com Edelman (2005) no sentido de que, se o capital internacional está “embebido” em instituições e agribusiness multinacional, também os esquemas de seguro social precisam ser internacionalizados, embora Scott pareça cético com relação à formação de uma “Internacional Camponesa”. Em outros trabalhos publicados anteriormente, Edelman já vinha desenvolvendo interessantes argumentos acerca dos novos movimentos sociais camponeses, em 1998 ele reflete acerca de políticas camponesas transnacionais, tomando camponeses na América Central como alvo de estudo e ressaltando a rápida internacionalização das políticas camponesas em contraposição à lentidão de trabalhos acadêmicos em acompanhá-los. Em seu artigo ele acompanha a formação, em 1991, da Asociación Centroamericana

14 Essa insegurança crescente caminha lado-a-lado com o desmantelamento do Estado de Bem-Estar-Social, conforme discutiremos adiante com Castells (1999a), (1999b) e (1999c).

de Organizaciones Campesinas para la Cooperación y el Desarrollo (ASOCODE), e suas estratégias de ação, ao enviar delegações para Europa, ao mesmo tempo em que abria um escritório em Manágua para facilitar intercâmbios, e fazer uso de contribuições de entidades europeias para organizar seminários com líderes camponeses.

Em termos de atuação política, a ASOCODE buscou assediar ministros e presidentes na tentativa de organizar lobby, entre as várias consequências da atuação da entidade, destaca-se sua presença como “para-choques” contra a repressão camponesa nos vários países centro-americanos, o fato de servir como fonte de informação para barrar mudanças políticas e de fornecer alternativas aos problemas camponeses sem que gere confrontos, o que contribui para a democratização, gerando debates sobre temas relacionados à questão agrária, auxiliando a atuação política conjunta entre bancos, ministros de Estado e camponeses, além da óbvia consequência de valorizar a presença de movimentos populares em corpos supranacionais.

A existência da ASOCODE, na opinião de Edelman (1998), trouxe colaborações sugestivas para as organizações camponesas, num processo de “globalização de baixo”, que cria redes internacionais de alianças inclusive com grupos não ligados diretamente à agricultura, propondo novas formas de desenvolvimento e marcando um novo estágio na organização de movimentos sociais que, todavia, não se esquecem das tradições.

Ao continuar suas reflexões sobre a América Central, ele analisa movimentos sociais surgidos na Costa Rica e, em um artigo curto,

apresenta questões importantes para nosso trabalho que vale comentar. Uma primeira observação está relacionada à participação nos movimentos sociais, segundo o autor, é preciso levar em consideração que em suas ações normalmente a participação é de uma minoria e que trabalhos de teoria da ação coletiva, como assinala Mancur Olson, por exemplo, não explicam a contento, pois encaram o indivíduo como um ser isolado, sem laços sociais, sem paixões ou ideologias e portador de uma racionalidade exagerada que quase nunca corresponde à realidade. De tal forma, para Edelman (2003), um tema a ser pensado acerca dos movimentos sociais é o distanciamento que muitas pessoas sentem a respeito deles, o que pode levar-nos pensar e analisar o não-militante e suas razões para tal distanciamento.

Outra questão interessante é o fato de que os cientistas sociais possuem uma tendência a tomar a fala de organizações formais como as mais importantes, cristalizando a sua concepção a cerca de determinado processo quando, em muitos casos elas já se tornaram “organizações fictícias” e, dessa forma, o pesquisador tende a não enxergar outros processos organizados informalmente, outras ações coletivas e espontâneas, que “escapam” às organizações formais. Ele aponta ainda para os “ciclos de protesto” – como também havia chamado a atenção James Scott – que tende a atrair a atenção dos pesquisadores nos seus momentos de auge, tais como confrontações diretas, greves, manifestações etc, mas que deixam para um segundo plano de análise o momento em que o movimento perde força, quando não há “tumulto”<sup>15</sup>.

15 Isso é o que procuramos fazer, ao analisar tanto os momentos de enfrentamento quanto os de “calmaria” através dos comunicados nos sites dos movimentos bolivianos.

Por fim, aponta ainda para os novos movimentos sociais, mais ligados a questões de gênero, raça, etnia, meio ambiente e mostra a necessidade de pensar essa “novidade”, afinal desde o século XIX questões como cultura e identidade já estavam presentes nos estudos, embora os aspectos econômicos, ao serem preponderantes, eclipsavam-nos. E, além disso, a partir dos anos 90 do século passado a união dos movimentos sociais contra a globalização econômica, produz um novo nível de unidade contra o crescimento de corporações transnacionais e organismos internacionais, o que torna esses movimentos também transnacionais: “son movimientos que exigen respeto por los derechos y las identidades diversas de los seres humanos y a la vez reivindican câmbios profundos en el sistema economico mundial” (Edelman, 2003, p. 2003). É dessa forma que devemos entender a discussão que ele aponta em seu texto de 2005 acerca da soberania alimentar como um novo elemento mobilizador das lutas contra a globalização econômica.

Nessa linha destacamos ainda para as reflexões de Naomi Klein, jornalista e ativista canadense, que aponta para modificações nas ações e formas de pensar das pessoas na contemporaneidade:

Los estudiantes estadounidenses están echando a puntapiés los anuncios de las aulas. Los ecologistas y los ravers europeos están organizando fiestas en lugares de abundante tránsito. Los campesinos tailandeses sin tierra están plantando vegetales orgánicos en campos de golf profusamente regados. Los trabajadores bolivianos están haciendo retroceder la privatización de sus reservas de agua. Herramientas como Napster han estado generando una especie de co-

mún en internet, donde los jóvenes pueden intercambiar música entre sí, en lugar de comprársela a las compañías multinacionales. (Klein, 2001, p. 155)

Para a autora, não se trata mais de esperar a Revolução, mas atuar no cotidiano, onde se mora, estuda, trabalha etc. Foi à ambição desmedida das empresas que criou um inimigo global comum e um elo unificador, ao perceber que nas privatizações o “comum” é perdido. Daí que o movimento antiglobalização atual lembra os antigos movimentos antimerca- do estudados por Thompson, pois fazem parte do mesmo processo histórico, crescendo e se desenvolvendo juntamente com o capitalismo e, inclusive, lidando com uma nova visão acerca de hierarquia:

En lugar de formar una pirâmide, tal y como hacen la mayoría de los movimientos, con los líderes en la cumbre y los seguidores por debajo, el movimiento se asemeja más a una compleja red. Em parte, esta estrutura de tipo redes es el resultado de una organización basada em internet. (Klein, 2001, p. 159)

Nessa batalha de séculos, novas armas entram em cena, como o uso da internet, levando a contendas em outro local, o ciberespaço. É nítido como os atuais movimentos sociais valem-se desse local para confrontar o capitalismo e, nesse sentido, convém lembrar rapidamente as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional que, desde 1994 vem confrontando os governos mexicanos e escolhido o ciberespaço como um local para expor suas reivindicações, não apenas de caráter local, mas contra o processo de globalização econômica e,

é nesse momento que o subcomandante Marcos recolhe simpatias pelo mundo todo ao seu projeto.

Sem querer aprofundar muito esse tema, satisfazemo-nos em lembrar que o movimento zapatista foi chamado de “primeiro movimento informacional”, de “netwar” ou “guerra de tinta”. Dessa forma, os zapatistas não apenas valem-se da ferramenta da internet – como atualmente dezenas de organizações indígenas – como também recorre ao passado, à tradição, colocando no cenário dos movimentos sociais a retomada não apenas de estratégias de ação como também de simbologias e crenças que, simplesmente por sua existência, já são extremamente subversivas ao capitalismo.

## CONCLUSÕES

Acreditamos que o conceito de Economia Moral mais do que nunca pode nos ajudar a pensar o mundo do século XXI e, em especial os movimentos sociais que têm se rebelado contra as políticas neoliberais. Cada vez que normas de conduta se chocam, serão muitos séculos de embates pela frente e esses autores nos fornecem elementos importantes para reflexão.

Os trabalhos de E. P. Thompson nos mostraram que a Economia de Livre Mercado passou por uma longa luta para se impor na Inglaterra, contrastando com princípios da Economia Moral, da mesma forma pode-se pensar para o que Thompson chama de “campo de força societal” (Thompson, 1974, p. 11) aparece nas entrelinhas dos discursos e das ações dos movimentos sociais. A própria tese thompsoniana de que na legislação também ocorre luta de classes, de que o “direito importa” acaba tendo

ilustrações bem significativas dos confrontos. Assim também outros autores mais atuais corroboram a importância de ler Thompson ainda hoje, como Castro Neves mostra ao falar que as multidões emergem perigosamente no cenário cearense quando o paternalismo que regia a sociedade começa a ruir, juntamente com a Economia Moral ou quando Fortes (2006) lembra da atualidade do autor inglês nos discursos dos movimentos antiglobalização, organizados em redes, voltados para o Bem-Estar das comunidades e da recusa de expor os bens coletivos à vontade da Economia de Mercado, sugerindo-nos que se Thompson estudou os operários ingleses, talvez nós devamos estudar esses “novos sujeitos” que também estão se formando.

James Scott trouxe Thompson para os dias de hoje, mostrando que a Economia Moral é um conceito que ainda está longe de ser esgotado, fortemente ancorado em três pilares: a dos “safety first”, da justiça/reciprocidade e do “direito à vida”. Ao estudar a Malásia ele mostra as variedades da resistência camponesa, adaptáveis a cada contexto histórico, e sua relação com o Teatro da Dominação, onde são travados constantemente debates entre dois discursos, o oculto e o público. Conclui pela pouca importância da liderança camponesa e da revolução vitoriosa ou fracassada, que tende a cegar os analistas para aquela outra ação, cotidiana e sempre presente.

Já Marc Edelman traz os conceitos de Economia Moral para o século XXI e destaca a revalorização de seus princípios enquanto elementos mobilizadores em torno de uma “Economia Moral Rural Contemporânea”, contrária à globalização econômica e a tendência da disseminação de uma insegurança generalizada, mas que afeta principalmente as camadas mais

pobres das sociedades, onde se encontram os camponeses e os índios. Daí que a valorização da “soberania alimentar” torna-se um elemento importante que pode unificar essas camadas, produzindo movimentos sociais transnacionalizados, como de camponeses e indígenas, por exemplo.

Provavelmente estamos apenas no limiar do surgimento de novas formas de atuação e participação política, que poderão nascer dos eventos que estão sacudindo o mundo do século XXI, mostrado que “um novo mundo é possível” e que, se ele vier, será edificado por cima dos alicerces de lutas de séculos.

Trabalho recebido em 02/05/2013

Aprovado para publicação em 10/08/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO NEVES, Frederico de. Economia Moral versus Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

EDELMAN, Marc. Bringing the Moral Economy back in... to the Study of 21 st-Century Transnational Peasant Movements. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, September 2005.

\_\_\_\_\_. *Global Trade Rules and Smallholding Agriculture: problems for Sustainability*. Global Trade Rules and Smallholding Agriculture: Problems for Sustainability,” invited paper, Queen Elizabeth House 50<sup>th</sup> Anniversary Conference on New Development Threats and Promises, Oxford University, July 3-4, 2005.

Disponível em <http://www.qeh.ox.ac.uk/dissemination/conference-papers/edelman.pdf>. Acesso 10 abr 2007.

\_\_\_\_\_. *Movimientos sociales y campesinado. Algunas reflexiones*, invited lecture, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad de Costa Rica, San José, July 1, 2003. Disponível em: <<http://iis.ucr.ac.cr/publicaciones/libros/textos/5/medelman.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. *Transnational Peasant Politics in Central America. In Latin American Research Review*, vol. 33, number 3, 1998.

FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E.P. THOMPSON. In *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, junho 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/v18n1/30014.pdf> . Acesso em 21 jan 2008.

KLEIN, Naomi. Reclamemos los Bienes Comunes. In *New Left Review* 9, May-June 2001, PP. 81-89. Disponível em <http://www.newleftreview.org/?view=2323>. Acesso em 12 fev 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Economia Moral*: um conceito para o campesinato? (mimeo.).

\_\_\_\_\_. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In *Raízes*, Campina Grande, vol.21, nº 01 – janeiro a junho de 2002.

SCOTT, James C. Afterword to “Moral Economies, State Spaces and Categorical Violence”.

ce”. In *American Anthropologist* – vol. 107, issue 3, September 2005. University of California Press.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas da resistência camponesa. In *Raízes*, Campina Grande, vol.21, nº01, p. 10-31, jan/jun 2002.

\_\_\_\_\_. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

\_\_\_\_\_. *The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven and London, Yale University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII in *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b, p. 150-202.

\_\_\_\_\_. Economia Moral Revisitada in *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998c, p.203 – 266.

\_\_\_\_\_. Prefácio in *Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 9-14.

## RESISTÊNCIA COTIDIANA, FUGAS E A DOMINAÇÃO NEGOCIADA: OS CAMPEIROS ESCRAVIZADOS DO RIO GRANDE DO SUL<sup>1</sup>

Karl Monsma

### RESUMO

Os campeiros escravizados nas estâncias de criação de gado no Rio Grande do Sul no século XIX trabalhavam a cavalo, armados e sem fiscalização constante em uma região perto de fronteiras internacionais, o que certamente facilitava sua resistência, especialmente as fugas. A evidência examinada aqui sobre as relações entre os senhores e estes cativos confirma aspectos centrais do argumento de James Scott, mostrando que a maioria desses escravos não acreditava que seu cativo fosse justo e que a resistência cotidiana e de pequena escala proporcionava melhorias nas suas condições materiais e simbólicas de vida. Entretanto, a evidência não é totalmente coerente com outro argumento de Scott, segundo o qual a deferência dos subalternos é simplesmente fingida e as exigências deles são formuladas dentro da lógica hegemônica por motivos puramente estratégicos. Os campeiros cativos não se rebelavam ou evadiam a cada oportunidade que aparecia. A evidência sugere que, dado a existência da escravidão, eles reconheciam as normas e obrigações morais que haviam se desenvolvido ao longo do tempo para regular as relações entre senhores e cativos. Essas normas implicavam obrigações de ambos os lados e, em muitos casos, constituíam a melhor maneira de limitar a brutalidade dos senhores ou capatazes e de ganhar algumas melhorias dentro do sistema. Existe uma diferença importante entre a legitimidade de um sistema de dominação e a autoridade de indivíduos com poder dentro do sistema. Como indivíduos, os senhores podiam ganhar o respeito dos cativos pelo tratamento relativamente decente e pela distribuição de favores. Os escravos estavam enredados em uma teia de relações pessoais de poder que minavam sua solidariedade, separando e individualizando-os, premiando a lealdade a senhores específicos e punindo a rebeldia.

Palavras-chave: Resistência Cotidiana; Dominação; Rio Grande do Sul.

## EVERYDAY RESISTANCE, ESCAPES AND NEGOTIATED DOMINATION: ENSLAVED CAMPEIROS IN RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

### ABSTRACT

The enslaved cowboys on the cattle ranches of 19th century Rio Grande do Sul worked on horseback, armed and without constant supervision in a region close to international borders, which certainly facilitated their resistance, especially flight. The evidence examined here regarding relations between masters and these captive confirms some central aspects of James Scott's argument, showing that most of these slaves did not believe their captivity was just and that small scale and everyday resistance brought important improvements in their material and symbolic living conditions. However, the evidence is not completely consistent with another of Scott's arguments, according to which subaltern deference is simply simulated and their demands are formulated within the hegemonic logic for purely strategic reasons. The enslaved cowboys did not rebel or run away at every opportunity that appeared. The evidence suggests that, given the existence of slavery, they recognized the norms and moral obligations that had developed over time to regulate relations between masters and captives. These norms implied obligations for both sides and, in many cases, constituted the best way to limit the brutality of masters or administrators and to gain some improvements within the system. There is an important difference between the legitimacy of a system of domination and the authority of individuals within the system. As individuals, masters could win the respect of captives through relatively decent treatment and the distribution of favors. Slaves were enmeshed in a web of personal power relations that undermined their solidarity, separating and individualizing them, rewarding loyalty to specific masters, and punishing rebelliousness.

Keywords: Everyday Resistance; Domination; Rio Grande do Sul.

---

Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa apoiada pelo CNPq (Bolsa Produtividade, Auxílio à Pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica) e pela FAPERGS (Programa Pesquisador Gaúcho e bolsas de iniciação científica). Agradeço a ajuda de Patrícia Bosenbecker na codificação e digitação dos dados quantitativos usados neste texto.

---

1 Partes de este artigo foram apresentadas no V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2011, e no 38º Congresso Anual da Social Science History Association, Chicago, 2013. Agradeço a Regina Xavier seus comentários sobre uma parte do texto.

## INTRODUÇÃO

No capítulo de *Weapons of the weak* dedicado à crítica a noções de hegemonia, James C. Scott elabora dois argumentos aparentemente contraditórios, que ele repete no capítulo semelhante de *Domination and the arts of resistance*. Primeiro, afirma que a noção de que os subordinados dão seu consentimento ativo à dominação simplesmente não faz sentido, pelo menos para sistemas de dominação pessoal e coercitiva como a escravidão ou a servidão, em face de ampla evidência de revoltas e resistência de escravos, camponeses e outros subordinados. Além disso, os subalternos sempre podem imaginar a inversão do sistema de dominação vigente, com eles reinando sobre seus exploradores, ou a eliminação das suas obrigações para com o grupo dominante – a emancipação dos escravos ou a eliminação dos direitos senhoriais de cobrar aluguéis ou serviços dos camponeses. Existe ampla evidência desse tipo de inversão ou liberação imaginada nos produtos culturais dos dominados e nas representações populares em festas e carnavais. Para Scott, somente uma versão extremamente “rasa” da hegemonia faz sentido, a crença na inevitabilidade da estrutura de dominação e na incapacidade dos subalternos eliminá-la. Essa crença, para Scott, pode ser perfeitamente razoável e realista, dado a força coercitiva esmagadora de que as classes dominantes tipicamente dispõem, e não pode ser vista como evidência de que os subalternos acreditam na justiça das relações de dominação.

Mas, poucas páginas depois Scott afirma que mesmo quando as exigências dos subalternos são formuladas dentro da lógica da ideo-

logia hegemônica, as consequências podem ser revolucionárias. Ele (1985, 342-344) fornece vários exemplos de exigências dos dominados que só buscavam melhorias dentro das relações de dominação existentes, mas contribuíram para derrubar a ordem vigente, como a jornada de trabalho de oito horas e banheiros, no caso dos trabalhadores russos durante a Revolução Bolchevique; salários melhores e tratamento digno, no caso dos trabalhadores alemães antes da quase revolução que seguiu a Primeira Guerra mundial; a devolução de terras comunitárias usurpadas por latifundiários, no caso dos camponeses mexicanos que apoiaram Zapata. De fato, segundo Scott, a grande maioria das exigências dos subalternos envolvidos em qualquer revolução são “reformistas”, consistindo na eliminação de abusos e excessos dos poderosos que são injustificáveis dentro da lógica da ideologia hegemônica.

Entretanto, se os subalternos não acreditam na justiça de sua subordinação e não são enganados pela ideologia dos poderosos, porque formulam suas demandas com a lógica dessa ideologia. Scott resolve essa aparente contradição com a afirmação de que tal formulação das demandas é estratégica, desenhada para proteger seus proponentes. Aqueles que assinam uma petição ou se manifestam em praça pública podem alegar que nunca quiseram derrubar a estrutura de poder, só eliminar alguns abusos que impediam o bom funcionamento do sistema. Poderiam até alegar que estão protegendo o rei ou outra autoridade máxima da corrupção de seus súditos da classe dominante. Mesmo em situação de revolta aberta e violenta, os subalternos não podem ter certeza que a rebelião será bem sucedida – e a grande maioria das revoltas históricas foi reprimida.

Depois da repressão, os revoltosos que formularam suas demandas nos termos da ideologia dominante podem alegar que não tinham intenções subversivas. Somente quando ficar aparente que não sofrerão a repressão é que os subalternos falam abertamente o que realmente pensam, baseado no “transcrito escondido” de entendimentos compartilhados que eles mantêm vivos nos interstícios do sistema, nos espaços sociais em que podem se comunicar sem a presença dos poderosos.

Aqui examino evidências sobre a escravidão – uma das formas de dominação centrais para o desenvolvimento das ideias de Scott – para elaborar uma interpretação diferente dessa tendência de formular demandas dentro da ideologia dominante. A categoria considerada aqui, os campeiros escravizados do Rio Grande do Sul no século XIX, consistiam em escravos móveis e perigosos, porque andavam a cavalo e armados de facas, lassos e boleadeiras para o desempenho de suas tarefas. Os campeiros escravizados podiam fugir com certa facilidade. Além do mais, a proximidade das fronteiras internacionais significava que os países vizinhos de Uruguai e Argentina constituíam regiões de refúgio, onde, dependendo da época, os fugitivos podiam ganhar a liberdade ou pelo menos dificultar sua recaptura.

O fato de que os escravos quase sempre optavam pela liberdade quando oferecidas uma oportunidade real para consegui-la, ou pela alforria ou pela fuga com pouco risco de recaptura – como aconteceu durante a Guerra Farroupilha – sugere que não consideravam justo ou natural à escravidão. Entretanto, os cativos não aproveitavam qualquer oportunidade para a rebelião, para a violência contra os senho-

res ou administradores ou para a fuga. De maneira geral, os escravos só agrediam os senhores ou seus representantes quando sentiam o ultraje moral contra algum ato destes, tipicamente castigos sentidos como injustos, ou excessivos, o que sugere a existência de um código moral implícito da dominação escravista e noções e sentimentos entre os cativos de comportamentos aceitáveis e inaceitáveis por parte dos senhores, mesmo que os subalternos nessa situação não tivessem achado justo serem escravizados (Moore 1987). As fugas podiam acontecer nas mesmas circunstâncias, ou quando os cativos avaliavam que os riscos de recaptura eram baixos. O simples fato de ser escravizado não era suficiente, por si só, para suscitar o ultraje moral contra senhores específicos. De maneira geral, os cativos não agrediam ou matavam os senhores ou os administradores antes de fugir, simplesmente iam embora. Nas fontes examinadas – processos criminais e a correspondência de uma família de estancieiros – os escravos campeiros em nenhum momento se levantaram em violência generalizada contra a classe dos senhores. Mesmo uma conspiração dos campeiros cativos de várias estâncias visava à fuga coletiva e não à vingança contra os senhores. Em vez disso, a violência era direcionada contra indivíduos específicos – ou aqueles que ocasionaram a ultraje moral, ou que tentaram recapturar os escravos fugidos.

## 1. A ESCRAVIDÃO NAS ESTÂNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL

A historiografia recente do Rio Grande do Sul colonial e imperial tem demonstrado a importância da escravidão para a economia

regional. Além do grande número de escravos que trabalhava nas charqueadas e em vários ofícios urbanos, escravos predominavam entre os trabalhadores das estâncias (fazendas de gado), sobretudo os trabalhadores permanentes (Bell 1998; Farinatti 2003, 2007; Matheus 2012; Monsma 2011; Osório 2007). Censos e inventários *post-mortem* evidenciam que muitos cativos eram campeiros, que participavam de todas as tarefas necessárias para a criação de gado. A grande maioria das pesquisas já realizadas sobre a escravidão nas estâncias se concentra em fontes quantitativas, que mostram claramente a presença dos escravos campeiros, mas fornecem pouca informação sobre a vida cotidiana. É importante saber mais sobre a vida cotidiana dos escravos campeiros, sobretudo suas relações com os estancieiros e com os administradores de estâncias, porque estes cativos trabalhavam com um alto grau de autonomia, a cavalo e armados. Os senhores e seus capatazes precisavam controlar e assegurar a obediência de escravos que podiam fugir ou matá-los com relativa facilidade.

Em outro texto (Monsma 2011), assinala que a preferência dos grandes estancieiros oitocentistas do Rio Grande do Sul por trabalhadores permanentes escravizados, complementados por peões livres temporários nas estações de maior demanda por mão-de-obra, não era consequência de uma falta absoluta de trabalhadores. Como seus congêneres do Rio de la Plata, os estancieiros rio-grandenses poderiam ter empregado trabalhadores imigrantes do Paraguai e das províncias empobrecidas do norte da Argentina. Mas preferiam escravos para o trabalho permanente porque eram mais baratos a médio e longo prazos e porque eram mais constantes que os peões livres, que falta-

vam ao trabalho para jogar ou descansar, e muitas vezes se demitiam por pequenas insatisfações ou porque queriam trabalhar nas suas roças ou nas plantações de outros. Os estancieiros tinham mais recursos para a negociação com os escravos – por um lado, comida farta, roupas adequadas para o frio do inverno, a permissão para plantar roças ou criar animais e, em alguns casos, promessas de alforria; por outro lado, a ameaça de castigos físicos ou da venda para as charqueadas de Pelotas ou para as fazendas de café do Sudeste, no caso de cativos desobedientes ou fujões. Este artigo examina alguns aspectos das relações cotidianas de dominação e resistência de senhores e escravos nas estâncias do Sul do Rio Grande do Sul no século XIX, baseando-se em processos criminais envolvendo escravos das estâncias como réus ou como vítimas, na correspondência particular de uma família de grandes estancieiros, e em dados quantitativos sobre fugas de escravos coletados de inventários *post mortem*.

Os materiais pesquisados foram produzidos em vários momentos entre 1821 e 1888, principalmente nas décadas de 1850 e 1860. Houve mudanças importantes no contexto legal, político e econômico do escravismo rio-grandense ao longo desse período. Na Guerra Cisplatina, ambos os lados recrutavam para o serviço militar os escravos fugidos do outro lado (Aladrén 2009). A Guerra Farrroupilha, de 1835 a 1845, aumentou bastante as oportunidades para a fuga dos escravos, ou para a República Oriental do Uruguai ou para se juntarem aos Farrapos, que prometeram a liberdade (Petiz 2006). As consequências da fuga para a República Oriental também mudaram ao longo do tempo, em função das guerras daquele país e dos tratados internacionais. Durante a Guerra

Grande, de 1831 a 1851, o exército blanco, que controlava o campo uruguaio, recrutava escravos brasileiros fugidos. Em 1842, os colorados, que controlavam a cidade de Montevideo, decretaram a abolição, e em 1846 os blancos, que controlavam o resto do país, fizeram o mesmo. Em ambos os casos, a intenção explícita era recrutar os libertos como soldados. Agora o cativo fugido do Brasil seria oficialmente livre, mas muitas vezes obrigado a alistar-se (Isola 1975, pp. 320-21; Borucki, Chagas e Stalla 2009, p. 65-70). Finalmente, depois da intervenção brasileira, que selou a vitória dos colorados, o Brasil impôs o Tratado de Extradicação em 1851, pela qual qualquer escravo fugido deveria ser devolvido, o que diminuiu a atração do Uruguai como destino dos escravos fugidos.

Em nível nacional, o efetivo fim do tráfico internacional depois da lei Eusébio de Queirós, de 1850, levou à valorização dos cativos no mercado interno, acompanhado pelo aumento gradual na proporção dos escravos nascidos no Brasil. Em todo o país, uma das consequências da valorização dos escravos era sua concentração nas grandes fazendas, porque comprar um escravo ficava cada vez mais difícil para os pequenos agricultores e pecuaristas. O fim do tráfico também produziu a progressiva criouliização da população cativa, impedindo os senhores de manipular divisões entre africanos e crioulos como estratégia de controle (Mattos 1998). Embora muitos autores tenham enfatizado as compras de escravos pelos cafeicultores do Sudeste nesse período, e essas compras certamente incluíram um bom número de escravos do Rio Grande do Sul, Maestri (2002) mostra que a população escrava da província continuou crescendo depois de 1850, possivelmente até a década de 1880, em função do crescimento vegetativo.

De fato, com um pouco mais de 20% de sua população escravizada em 1874, o Rio Grande do Sul era a província com a terceira maior proporção de escravos (Zarth 2002, p. 109).

Certos aspectos da escravidão nas estâncias a distinguiam. Era difícil um adulto aprender bem as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço e da boleadeira, marcação e castração, ao passo que aqueles que começavam jovens podiam ser bons campeiros. Em consequência, havia forte demanda entre estancieiros para escravos meninos e adolescentes – sejam africanos ou crioulos. A natureza do trabalho também exigia que os campeiros andassem a cavalo e armados com facas e laços, o que significava que esses escravos valiosos também eram perigosos e podiam fugir com certa facilidade. O isolamento das estâncias e o número relativamente pequeno de trabalhadores necessário para a criação de gado – quando comparado, por exemplo, com os grandes plantéis de escravos nas fazendas de cana ou de café – também criavam problemas e oportunidades específicos para senhores e para escravos. As relações de dominação nas estâncias geralmente eram pessoais, o que podia trazer benefícios ou sofrimentos adicionais para os cativos, e as autoridades e vizinhos ficavam relativamente distantes, dificultando sua intervenção para proteger ou reprimir os escravos.

Esta era justamente o tipo de relação de dominação que Scott mais enfatizava nos escritos sobre a dominação e a resistência cotidianas – dominação clara, respaldada pela coerção, mas ao mesmo tempo pessoal. Portanto o caso dos campeiros escravizados evidencia algumas das afirmações centrais de James Scott, especialmente a ideia de que os subalternos não aceitam a justiça do sistema de dominação,

quando muito a percebem como inevitável, e a ideia de que os dominados quase sempre enquadram suas reivindicações na lógica do sistema de dominação vigente - enfatizando seus direitos e os deveres dos poderosos dentro deste sistema – por motivos estratégicos, para evitar os riscos associados com exigências abertamente revolucionárias.

## 2. VIOLÊNCIA ENTRE CAMPEIROS ESCRAVIZADOS E ESTANCIEIROS

Os incidentes de violência contra capatazes ou estancieiros encontrados nos processos criminais, em geral aconteciam nas situações em que a vítima havia violado as normas implícitas do sistema, tipicamente dispensando castigos percebidos por cativos como injustos ou excessivos. Em 1853, um escravo campeiro, com a ajuda de outro escravo, matou sua senhora a facadas e pauladas porque, segundo sua declaração ao juiz, “O mau tratamento que sofria tanto ele réo, como seus parceiros, o obrigaram a cometer esse crime”. Os dois decidiram que “era melhor matar a sua senhora do que esperar que ela os matasse como havia feito a outros seus parceiros”.<sup>2</sup> Em 1870, o escravo campeiro Ricardo, de quinze anos, matou o capataz Estevão Gonçalves Chaves porque este o perseguia. Segundo sua declaração ao delegado de Pelotas “O capataz da estancia, a tempos andava de mau humor com ele, e que pela mais diminuta coisa lhe prometia castigar”.<sup>3</sup> O capataz havia lhe mandado abrir uma porteira e, quando demorou, começou a castigá-lo com um laço. “No dia da ocorrência, por ter ele respon-

dente se demorado um pouco em abrir a porteira que ele [o capataz] tinha mandado abrir, se pôs a castigá-lo com um laço, e que por mais que lhe pedisse, ele continuava com o castigo, sem querer ceder”. Com isso, Ricardo puxou uma faca e matou-o. Além da perseguição ao escravo, este caso ilustra o perigo de castigar homens e adolescentes armados. As fontes sugerem que os campeiros eram escravos particularmente briosos. Ricardo simplesmente negou o direito do capataz lhe castigar sem um bom motivo. Referindo-se ao assassinato, afirmou: “quando isso praticou foi porque o Capataz o estava castigando sem motivo, e depois de pedir que o deixasse”.

Se os cativos estivessem prontos para a rebelião a qualquer hora, rejeitando conferir qualquer legitimidade à autoridade dos escravocratas e só se controlando por motivos estratégicos, o conceito de castigo justo não faria nenhum sentido a eles. Em alguns casos, seria possível alegar que o escravo usou o argumento da justiça e do ultraje moral para justificar ações realizadas por outros motivos, como estratégia para aumentar as chances de absolvição na Justiça, mas em outros a violência do cativo é obviamente espontânea e emocional, sem planejamento prévio nenhum, em resposta aos maus tratos que sofria. Se os cativos sentissem ultraje moral contra todos os escravocratas o tempo todo, por eles se aproveitarem de um sistema imoral, eles teriam planejado os atos de violência com cuidado, para maximizar as chances de fuga depois. Em vez disso encontramos muitas fugas sem nenhuma violência contra os senhores, suas famílias ou seus capatazes, e, por ou-

2 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Caixa 418, Número 34, Rio Grande, 1853, Pedro e Desiderio.

3 APERS, C. 006.0324, N. 871, Pelotas, Tribunal do Júri, 1870.

tro lado, atos de violência contra os estancieiros ou seus capatazes aparentemente sem planejamento prévio e sem planos de fuga.

Os escravos campeiros do Rio Grande do Sul podiam exibir bastante solidariedade contra atos de seus senhores que consideravam injustos ou cruéis. Em 1857 três campeiros escravizados fugiram de uma estância em Taim para denunciar seu senhor e sua senhora ao subdelegado de polícia, dizendo que os dois haviam assassinado uma escrava a bordo das. Os cativos concordaram que o senhor não era mau, mas sua senhora sim, e que era ela que incentivava o marido a espancar os escravos.<sup>4</sup> Em um caso semelhante de 1854, um grupo de escravos desenterrou o corpo do cozinheiro de uma estância na Ilha do Machadinho, e o levaram ao delegado de Rio Grande para denunciar o capataz da estância, que havia mandado quatro escravos distintos açoitarem o cozinheiro com um laço de couro trançado e também lhe dera pancadas pessoalmente com uma vara, resultando na morte do cozinheiro, porque este não havia colocado sal na comida do capataz e respondeu quando este o repreendeu.<sup>5</sup> Um dos escravos que levou o corpo ao Rio Grande, o campeiro e roceiro Adão, também havia participado do castigo, afirmando ao Juiz Municipal que:

Fis o castigo forçado, e com repugnância em consequência da ordem, que me deu o capataz e tanto que sendo eu o primeiro não puxando os laços com força, o mesmo capataz me deu pancadas com a vara que tinha, mandando seguir o castigo pelo Chico da Lomba, e quando este cansou pelos outros dois. (...) [Fui] forçado pela condição

de escravo a fazer um castigo, que repugnava, e me foi muito sensível, o mesmo que aconteceu aos outros meos parceiros.

Essas denúncias feitas por escravos implicavam riscos consideráveis. Nenhum senhor gostava de ter sua autoridade particular sobre os cativos questionada com apelos diretos às autoridades, e os escravos que realizaram tais denúncias teriam que enfrentar a raiva de senhores ou capatazes depois de voltar às estâncias. As denúncias às autoridades também mostram que os cativos confiavam que as leis e a Justiça imporiam alguns limites aos abusos dos senhores.

O fato da violência de escravos contra senhores e as denúncias de senhores ou capatazes efetuadas por cativos, acontecerem em situações específicas de ultraje moral, em função de violações das obrigações informais dos senhores, e não em qualquer ocasião em que seria possível prejudicar os senhores sem grandes riscos, sugere que os cativos reconheciam senhores bons e maus, e que era possível ser um “senhor bom” dentro de um sistema mau e ganhar o respeito dos cativos por isso. A evidência sugere que os cativos não aceitavam sua condição como justa, mas dada a existência da escravidão, reconheciam as normas e obrigações morais que haviam se desenvolvido para regular as relações entre senhores e cativos. Essas normas implicavam obrigações de ambos os lados e, em muitos casos, constituíam a melhor maneira de limitar a brutalidade de senhores ou capatazes e de garantir que os escravos podiam ganhar algumas melhorias dentro do sistema.

4 APERS, C. 421, N. 94, Rio Grande, Serafim Antunes da Porciúncula, 1857.

5 APERS, C. 419, N. 46, Rio Grande, Adão, 1854.

As circunstâncias da violência de escravos campeiros contra estancieiros e capatazes também mostram, por implicação, a importância, para a administração eficiente das estâncias, de tratar esses escravos com certo grau de respeito, evitando perseguições, humilhações e castigos injustificados.

Sem dúvida os momentos de ultraje aberto e enfrentamento aos senhores não eram tão comuns, mas a possibilidade de sua ocorrência deve ter acautelado muitos senhores. Boa parte do impulso por traz do conjunto de entendimentos coletivos dos subalternos que Scott denomina a “transcrição escondida” surge da necessidade prática de suportar insultos e indignidades em silêncio, sem “falar a verdade ao patrão”. Scott enfatiza o papel da transcrição escondida como suporte pela resistência cotidiana, mas esta linha de pensamento também implica que os senhores ou patrões que tratam seus trabalhadores com um mínimo de respeito e dignidade podem explorá-los com maior facilidade, trocando algumas concessões simbólicas por taxas de extração materiais maiores.

Os estancieiros tentavam tratar os escravos campeiros relativamente bem, em comparação com outros escravos. O grande estancieiro João Francisco Vieira Braga mandou o capataz da Estância da Muzica “Prestar todo o bom tratamento aos Escravos, e muito especialmente nas ocasiões em que estivessem doentes”.<sup>6</sup> Ele mandou alimentar bem os escravos e, no outono, enviou calças, camisas de algodão e de baeta, e ponchos para agasalhá-los. Até en-

viou um urinol de cobre para os escravos doentes não terem de sair da sua moradia. Também mandou lhes dar um pouco de fumo todos os dias, e água quente com aguardente e açúcar nos dias de frio ou chuva. Para fixar os escravos, Vieira Braga, como os escravocratas de outras regiões, permitia que eles plantassem roças próprias e criassem galinhas.<sup>7</sup> Outros estancieiros deixavam os escravos criarem algumas rezes (Maestri 2008, p. 222).

A regulamentação das relações entre senhores e escravos por normas informais fornecia proteções importantes aos cativos contra a violência dos senhores, ou administradores e impunha limites à exploração, além de assegurar que os cativos teriam abrigo, agasalho e comida o suficiente para seu sustento, alguns luxos, como fumo e aguardente, e oportunidades para a sociabilidade e divertimento com outros trabalhadores cativos e livres, tipicamente nas vendas rurais. Em boa medida, esses direitos informais foram conquistados pela resistência, geralmente individual e em pequena escala, dos escravos, sobretudo na forma de fugas, embora a possibilidade de violência por cativos armados também deva ter influenciado na conformação dessas normas. Desde jovens, os escravos aprenderam que não podiam tolerar castigos sem motivo ou que colocavam em risco a vida do cativo. Também aprenderam que podiam criar pequenos animais próprios e beber e jogar nas vendas. Em internalizar o sentido de dignidade e autoestima que acompanhava o reconhecimento desses direitos – que os senhores

6 Instruções para o Senr. João Fernandes da Silva, Capataz da Estancia da Muzica, Artigo 13. 28 julho 1832. Bibliotheca Rio-Grandense (BRG), Lata 27.

7 Vieira Braga a João Fernandes da Silva, 28 março 1833, Copiador de todas as cartas qe tenho escrito a João Fernandes da Sa Capataz da Esta da Muzica. BRG, lata 27. Instruções para o Senr. João Fernandes da Silva, Capataz da Estancia da Muzica, 28 julho 1832. BRG, Lata 27.

sem dúvida definiam como concessões – os escravizados necessariamente reforçavam as mesmas normas, o que validava um sistema de obrigações mútuas entre senhores e cativos e implicitamente reconhecia a autoridade dos senhores que respeitavam essas normas. O direito a proteção contra castigos arbitrários ou excessivos implicava na existência de castigos justos. O direito de frequentar as vendas nas horas livres implicava na obrigação de trabalhar para o estancieiro o resto do tempo. O reconhecimento da propriedade do escravo nos pequenos animais que criava necessariamente implicava o reconhecimento que os rebanhos de gado eram propriedade do senhor. Como Giddens (1989) enfatiza, a manipulação ou uso de uma estrutura social, composta de regras e recursos, para servir aos fins dos atores tende a reforçar essa mesma estrutura.<sup>8</sup>

O livro de Eugene D. Genovese, *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made* (1972), que serve como referência para Scott, capta bem a ambiguidade da resistência cotidiana dos escravos do Sul dos EUA no século XIX.<sup>9</sup> Ao mesmo tempo em que os cativos conquistaram direitos consuetudinários reais – à folga, a níveis adequados de nutrição, a plantar roças próprias, à vida familiar – que permitiam melhorias dentro do sistema, ficaram enredados em uma teia de relações e obrigações pessoais que implicavam a colaboração na manutenção do sistema escravista e o reconhecimento, pelo menos provisório, da autoridade dos senho-

res. Em parte, isso era porque os direitos conquistados significavam que os cativos tinham algo a perder pela rebelião aberta ou por fugas, mas também acontecia porque para manipular os senhores e ganhar vantagens dentro do sistema, os escravos tinham que pelo menos fingir que reconheciam a autoridade dos senhores. Mesmo o respeito fingido trazia consequências, porque os outros cativos não podiam ter certeza se indivíduos só fingiam a deferência ou não.

Parece que Scott não reconhece a profunda ambiguidade da análise da resistência cotidiana na obra de Genovese, e enfatiza somente a conquista de direitos e a cultura semiautônoma dos escravizados. Para Scott, a existência de práticas culturais próprias dos cativos e espaços físicos onde eles podiam se reunir sem a presença dos senhores era suficiente para assegurar entendimentos coletivos (a “transcrição escondida”) que apoiavam a resistência cotidiana e o respeito fingido. Ou seja, somente os senhores de seus agentes eram enganados pelas representações de humildade e deferência pelos escravos. Mas como Scott nota, a cultura dos subalternos também pode ser coercitiva. Parece que ele não reconhece uma implicação importante disso: pelo menos alguns entre os subordinados podem fingir sua conformidade com as representações e práticas de seu grupo ao mesmo tempo em que se identificam com os poderosos ou se vendem a estes. Isso significa que a existência da transcrição escondida não era suficiente para os cativos terem certeza que a de-

8 Embora o uso repetido da estrutura por uma categoria de atores possa mudar a natureza da estrutura ao longo do tempo. No caso discutido aqui, o estabelecimento do princípio de obrigações recíprocas entre senhores e escravos implica o reconhecimento da autoridade dos senhores, mas ao mesmo tempo permite lutas dos cativos para conquistar novos direitos informais e amenizar ainda mais sua exploração material e simbólica.

9 Infelizmente somente a primeira metade desse livro foi publicada em português, com o título *A terra prometida* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988). Aparentemente a editora dividiu o livro em dois volumes para poder cobrar mais – assim violando a integridade do livro original, que é um volume só - mas nunca chegou a publicar o segundo volume.

ferência de todos os outros aos senhores fosse fingida. Tampouco impedia a atuação de espiões e informantes entre os cativos. Provavelmente havia alguns escravos, talvez uma pequena minoria, que realmente aceitavam a ideologia dos senhores. Essa minoria poderia cumprir um papel importante no controle dos outros escravos, servindo como espiões dos senhores e ocupando posições de fiscalização e direção como feitores ou, nas estâncias, posteiros. Outros não acreditavam na justiça da escravidão mas se vendiam aos senhores por favores e tratamento preferencial.

Os estancieiros ou seus capatazes conheciam os cativos individualmente, o que tendia a individualizar as suas relações. Estancieiros evidenciavam certo grau de respeito pela competência de escravos específicos e uma tendência de confiar neles e de atribuir-lhes maiores responsabilidades. Os estancieiros da família Vieira Braga frequentemente enviavam correspondência a outras estâncias ou à cidade com escravos de confiança.<sup>10</sup> Estes escravos aparentemente eram mais confiáveis como mensageiros que os peões livres. João Francisco Vieira Braga escreveu a seu tio Manoel Rodrigues Mendes, na fazenda da Boa Vista: “Peço lhe o favor de remetter por um seu escravo á minha sobrinha Anna Joaquina Leopoldina Braga a carta que remetto junto a esta, pois desejo q’ lhe seja entregue com brevidade e segurança, porque a ella vão annexos papeis de importância”.<sup>11</sup> Os escravos que se mostravam confiáveis podiam ser promovidos a funções de maior res-

ponsabilidade e autonomia, tais como a de posteiro, que cuidava de um rebanho. Carlos Mayo (1997) encontrou até um caso de um escravo que virou capataz de uma grande estância na Banda Oriental (posteriormente Uruguai), pela sua competência extraordinária, reivindicando, e ganhando, a liberdade em troca pelos seus serviços por certo período.

O reconhecimento da competência e lealdade de escravos específicos podia até levar estancieiros a defender cativos que haviam brigado com parentes dos próprios estancieiros. Não é claro o grau de parentesco entre Antonio Cardoso Osório e Benjamim Cardoso Osório, mas Antonio defendeu seu escravo campeiro Felicíssimo, servindo como seu curador depois dele matar Benjamim com um facão em julho de 1864. Segundo as declarações de Felicíssimo, ele e Benjamim já eram desafetos havia bastante tempo, mas ele só matou Benjamim depois deste surgir repentinamente, enquanto Felicíssimo conversava em uma venda, e lhe dar uma pancada na cabeça com uma espada, história corroborado pelas testemunhas, que acrescentaram que Felicíssimo só se salvou porque a ponta da espada bateu no quadro da porta. Depois de cada depoimento, o curador Antonio Cardoso Osório argumentou que Felicíssimo só agira em defesa própria.<sup>12</sup>

Na estância de Polycarpo Severo Gonçalves, no terceiro distrito de Pelotas, no início de 1868, o escravo campeiro Belisário foi ao mato buscar um favo de mel com um filho pequeno do seu senhor. Na volta, chegou Ze-

10 Cf. Joaquim Vieira Braga a Vicente Vieira Braga, Fazenda de São João, 13 julho 1855. BRG, lata 27; Francisco Vieira Braga a Vicente Vieira Braga, Arroio Grande, 20 setembro 1858. BRG, lata 27.

11 Pelotas, 8 março 1858. BRG, lata 29.

12 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS), Pelotas, Tribunal do Júri, Caixa 006.0317, Processo 675, 1864.

ferino Ignacio Barcelos, sobrinho da mulher de Polycarpo, exigindo do menino uma bocada de mel. O menino se recusou e Zeferino tentou tirar o mel dele a força, mas Belisário defendeu o menor. Segundo o relato do escravo, com isso, Zeferino lhe atacou com uma faca. Belisário repondeu com um pau, que quebrou, e depois puxou uma faca. Na luta que se seguiu Zeferino sofreu uma facada na barriga, morrendo pouco tempo depois.

O que mais interessa aqui é a resposta do estancieiro ao evento. Apesar da mulher dele lhe instar para surrar ou matar o escravo, Polycarpo Gonçalves simplesmente mandou um filho pequeno segui-lo. Informado pelo menino que Belisário estava no mato pronto para se enforcar, mandou um filho mais velho e outro escravo buscá-lo. No julgamento de Belisário, o juiz perguntou por que não simplesmente entregou o mel, respeitando a “condição de superioridade” de Zeferino e o fato dele ser sobrinho de sua senhora. Entretanto, o estancieiro, no seu depoimento, não incriminou Belisário e desqualificou Zeferino, caracterizando-o como “louco” e “muito desordeiro”.<sup>13</sup>

Um aspecto do reconhecimento concedido aos cativos era o trabalho e a sociabilidade junto com trabalhadores livres, tolerado pelos senhores e pelos trabalhadores. Parece que os escravos campeiros participavam das brincadeiras e zombarias masculinas das vendas, às vezes provocando homens livres. Em 1863, dois campeiros livres mataram um escravo campeiro no distrito de Boqueirão porque, segundo sua confissão ao delegado de Pelotas, o escravo implicava com eles em uma venda, dizendo que

ele era o Juiz de Paz e dando-lhes pancadas com um relho.<sup>14</sup> A familiaridade e, principalmente, a falta de respeito às hierarquias, podiam ocasionar conflitos violentos. Em 1853 três escravos foram acusados de matar um capataz de estância no decorrer de um conflito que começou, segundo as declarações do único escravo preso, quando um dos cativos não cumprimentou o capataz com o devido respeito.<sup>15</sup>

A convivência próxima e o trabalho colaborativo nas estâncias também podiam levar à perseguição de escravos específicos por estancieiros e seus familiares ou administradores, como aconteceu em alguns casos mencionados acima. Com o isolamento relativo dessas propriedades, sem autoridades ou vizinhos próximos, que podiam inibir as tendências cruéis de alguns senhores e, sobretudo, de seus capatazes e outros prepostos, os escravos ficavam vulneráveis a castigos horríveis. É possível que a valorização dos escravos depois de 1850 tenha ocasionado certa diminuição na frequência desse tipo de violência gratuita, mas senhores ou administradores com raiva nem sempre pensavam no valor econômico do ser humano que estavam matando ou aleijando, e muitas humilhações e maus tratos não destruíam o valor econômico do cativo.

Às vezes estancieiros manifestavam o ultraje moral contra o comportamento de capatazes ou de outros estancieiros, o que tendia a reforçar as normas informais governando as relações entre senhores e escravos. Em 1822 José da Costa Santos chegou à sua estância no distrito de Boqueirão (depois São Lourenço) e descobriu que o patrão de seu Iate havia castigado

13 APERS, Pelotas, Tribunal do Júri, Caixa 006.0321, Processo 773, 1868.

14 APERS, C. 006.0318, N. 691, Pelotas, Tribunal do Júri, 1863.

15 APERS, C. 016.0088, N. 3355, Bagé, Adão, 1853.

o escravo Fernando tão severamente que estava à beira da morte. Fernando fora acusado de roubar três bexigas de graxa. Como ele negava o furto, o patrão o espancou e mandou que outros o espancassem. Depois da surra, Fernando, que não conseguia mais caminhar, foi carregado a um rancho e deixado por quatro ou cinco dias sem comida nem tratamento médico. Quando o estancieiro viu o escravo, este começou a delirar, repetindo que não havia roubado nada, e morreu poucos dias depois. Costa Santos estava revoltado pela atitude do patrão, afirmando em uma carta “foi forte crueldade dar em hum escravo velho por V<sup>r</sup> de 3 Bexiga de graxa que não herão Suas e Sino m<sup>as</sup> e ao depois não mandar tratar deste enfeliz que tanto trabalhou p<sup>a</sup> esta caza. (...) e tendo morido 12 EsCravos nesta Caza não tenho sentido como Este pelo triste modo com que fes este maldito dar fim a Seus dias”.<sup>16</sup> Mesmo assim, o ultraje moral do estancieiro encontrou limites econômicos. Costa Santos não denunciou o patrão à Justiça, preferindo receber dele o valor do escravo perdido.

A teia de relações individuais que os senhores e capatazes construíram com os cativos minava a solidariedade destes, dificultando a rebelião aberta, porque em muitos casos os escravos não podiam ter certeza que seus colegas de trabalho não informariam aos senhores sobre planos de fuga ou rebelião. O contato cotidiano com trabalhadores livres produzia o mesmo efeito. Em vários casos, escravos testemunharam contra outros escravos acusados de violência contra senhores, quando podiam ter

alegado ignorância dos fatos. No caso de Ricardo, o escravo campeiro que matou seu capataz em um caso discutido acima, dois outros cativos, um deles um campeiro, testemunharam contra o réu.<sup>17</sup> Em outro caso, três escravos parecem realmente querer contribuir para a condenação de três escravos campeiros acusados de matar um negro forro, que era o senhor de uma das cativas. A testemunha das três escravas, as únicas testemunhas presentes no momento do crime, foi crucial para a condenação de dois réus à pena capital (transformada em galés perpétuas no segundo julgamento) e do terceiro a galés perpétuas.<sup>18</sup>

### 3. FUGAS DE CAMPEIROS CATIVOS

As fugas de escravos constituíam um problema especial para os estancieiros rio-grandenses. Os escravos campeiros necessariamente andavam a cavalo e podiam fugir facilmente. Além disso, os escravos das estâncias andavam armados de facas, facões, laços, boleadeiras e, às vezes, armas de fogo, o que dificultava sua recaptura. Tal como a violência contra os senhores ou contra os capatazes, as fugas podiam ser motivadas por castigos percebidos como injustos ou excessivos. João Congo, roceiro na estância de Luisa Gomes de Oliveira em Arroio das Cabeças, município de Rio Grande, que fugiu com o campeiro Antonio Cassange, disse ao juiz que “tinha fugido [em 1852] por causa do injusto castigo, que lhe fiserão”.<sup>19</sup> O campeiro e roceiro João não disse por que fugiu, mas deixou claro que não gostava de seu

16 José Da Costa Santos a João Francisco Vieira Braga, 08/05/1822, BRG, Lata 25, Correspondência de 1822 a 1826.

17 APERS, C. 006.0324, N. 871, Pelotas, Tribunal do Júri, 1870.

18 APERS, C. 418 N. 31, Rio Grande, 1852, Gomercindo, José e Domingos.

19 APERS, C. 418, N. 25, Rio Grande, 1852.

senhor, expressando ao juiz, depois de ser recapturado no início de 1875, “o dezejar pedir que seo senhor Manoel Marques das Neves Lobo, o venda para outra pessoa por que elle prezo não o quer servir”.<sup>20</sup>

Alguns escravos fugiram com medo da Justiça depois de se envolver em conflitos violentos. Por exemplo, o escravo campeiro Desiderio, acusado com outro cativo de matar sua senhora, conseguiu fugir e não foi encontrado durante todo o desenrolar do processo contra seu colega.<sup>21</sup> Outros fugiram, como mencionado acima, para denunciar seus senhores à Justiça, ou para visitar parentes ou namorados em outros lugares. O campeiro Justino fugiu da casa de seu senhor na área rural de Porto Alegre para visitar sua mãe em Santo Antonio da Patrulha.<sup>22</sup> Francisco Vieira Braga, estancieiro em Arroio Grande, Boqueirão, suspeitava que seu escravo Israel havia fugido para procurar a namorada em outra estância da família, e escreveu para seu irmão Vicente, na Fazenda São João: “O meu negro Israel fugio à dias, e o Suponho p<sup>r</sup> S<sup>m</sup> João, lugar de sua paixão e deve estar acoutado pelos outros”.<sup>23</sup>

Em muitos casos, porém, não aparece nenhum motivo específico pela fuga, além do próprio cativo. O escravizado simplesmente queria a liberdade e vislumbrava uma boa oportunidade para consegui-la. Ou seja, ao contrário da violência contra senhores ou capatazes, as fugas se explicam mais pelas oportunidades disponíveis que pela natureza das interações específicas entre senhores e escravos. Mesmo os escravos dos “bons senhores” se evadiam quan-

do achavam que a fuga seria bem sucedida. Isso em si mesmo constitui boa evidência de que os escravizados não acreditavam na justiça de seu cativo. Se os cativos percebiam sua condição como um infortúnio ou ato de Deus, como sofrer um acidente ou contrair uma doença incurável, ou como consequência de uma injustiça cometida pelos homens, não podemos dizer. As percepções sem dúvida variavam, e podiam incluir uma mistura desses elementos. Provavelmente os africanos que se lembravam de sua captura, travessia ao Brasil e venda tinham consciência mais aguda da injustiça original que fundou sua condição, mas nenhum escravo brasileiro tinha motivo para achar que a escravidão fosse justa.

Mesmo com bom tratamento, comida farta, agasalho e rações regulares de aguardente e fumo, as fugas de campeiros constituíam um problema constante para os estancieiros. Com o bom tratamento, os estancieiros só podiam assegurar que os campeiros teriam mais a perder com a fuga e minar a solidariedade entre eles. Do ponto de vista dos escravos campeiros, a facilidade da fuga assegurava que os senhores os tratavam melhor que outros cativos. Os fugitivos geralmente não atacaram ou mataram os senhores ou capatazes, simplesmente foram embora. Isso sugere que a rejeição radical da escravidão não era incompatível com o reconhecimento de “bons senhores”.

Não é fácil conseguir dados quantitativos sobre as fugas, mas os inventários post mortem fornecem alguns indícios, porque em muitos casos os cativos fugidos eram arrolados jun-

20 APERS, C. 006.0329, N. 1033, Pelotas, Tribunal do Júri, 1875.

21 APERS, C. 418 N. 34, Rio Grande, 1853, Pedro e Desiderio.

22 APERS, C. 004.5916, N. 1089, Porto Alegre, Tribunal do Júri, 1866, Justino.

23 Francisco Vieira Braga a Vicente Vieira Braga, Arroio Grande, 28/03/1859. BRG Lata 27, Correspondência de 1856 a 1860.

to com os outros, provavelmente porque os herdeiros ainda esperavam recapturá-los. A Tabela 1 se baseia em dados de todos os inventários com alguns escravos fugidos de quatro municípios do Sul do Rio Grande do Sul. Este banco de dados permite a comparação de cativos dos mesmos senhores que fugiram e não fugiram. A tabela inclui somente os escravos com ocupação identificada. A probabilidade de fuga era muito maior para os campeiros que para os trabalhadores das charqueadas ou para escravos com “outras” ocupações, tipicamente serviço doméstico ou trabalho artesanal urbano. A explicação mais óbvia para essa diferença é que os campeiros andavam a cavalo e conheciam a geografia do interior, podendo chegar rapidamente ao Uruguai ou à Argentina. A tendência relativamente forte para fugas entre os escravos da lavoura também chama a atenção, embora essa percentagem seja menos confiável porque se baseia em somente 38 indivíduos. Muitos escravos roceiros ou lavradores também sabiam andar a cavalo, embora com menos destreza que os campeiros, e trabalhavam sem fiscalização constante em áreas rurais onde era relativamente fácil roubar cavalos.

TABELA 1. PERCENTAGEM DE ESCRAVOS MASCULINOS ARROLADOS COMO FUGIDOS NOS INVENTÁRIOS QUE INCLUEM ESCRAVOS FUGIDOS, POR CATEGORIA OCUPACIONAL, 1822-1888

Ocupação	% fugido	Total
Campeiros	15.2	151
Trabalhadores agrícolas	13.2	38
Trabalhadores das charqueadas	3.1	195
Outros	4.7	359
Todas as ocupações	6.9	743

$$\chi^2=25.8, 3 \text{ g.l.}, p<,001$$

Fonte: Inventários Post Mortem dos municípios de Pelotas, Piratini, Jaguarão e Bagé, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota: Inclui somente os escravos com informação sobre ocupação registrada nos inventários.

A literatura sobre a escravidão também enfatiza a tendência para a fuga de africanos escravizados. Pelo menos alguns africanos rejeitavam veementemente o cativo e empreenderam fugas desesperadas, ao passo que os escravos crioulos – os nascidos no Brasil – tinham alguns privilégios relativo aos africanos e aprenderam a manipular o sistema para ganhar algumas melhorias e amenizar o cativo. Por outro lado, os africanos no Rio Grande do Sul geralmente não andavam a cavalo e não conheciam a geografia do interior, o que dificultava as fugas. A Tabela 2 examina as tendências para a fuga dentro das categorias definidas por ocupação e lugar de nascimento, para a minoria de escravos com informação sobre essas duas variáveis. Muitos africanos se concentravam entre os trabalhadores das charqueadas, e manifestavam uma tendência baixíssima para a fuga, bem menor que seus colegas de trabalho nascidos no Brasil. Isso provavelmente é consequência de muitos deles serem recém-chegados, sem habilidades equestres e sem conhecimento do interior. A mesma tendência é evidente entre os africanos empregados em “outras” ocupações. Entretanto, os campeiros africanos evidenciavam uma tendência para a fuga duas vezes maior que a tendência entre campeiros crioulos. Embora estas percentagens não sejam muito confiáveis, por basear-se em números pequenos de cativos, este resultado sugere que os africanos com possibilidades reais para a fuga tendiam a aproveitar essas possibilidades mais que os cativos nascidos no Brasil. Ou seja, a memória da vida na África e da violência da escravização e da passagem para o Brasil estimulava a rejeição radical do cativo com maior frequência entre os africanos. Ao mesmo tempo, esse resultado sugere que nem todos

os cativos rejeitavam o cativo com a mesma veemência. Muitos crioulos, especialmente, se conformavam mais e tentavam ganhar vantagens dentro do sistema em vez de arriscar a rejeição radical dele.

TABELA 2. PERCENTAGEM DE ESCRAVOS MASCULINOS ARROLADOS COMO FUGIDOS NOS INVENTÁRIOS QUE INCLUEM ESCRAVOS FUGIDOS, POR CATEGORIA OCUPACIONAL E ORIGEM, 1822-1888

Ocupação	Brasileiros	Total	Africanos	Total
Campeiros	13.6%	44	28.1%	32
Trabalhadores das charqueadas	5.4%	37	1.2%	86
Outros	7.6%	79	4.5%	111

N=359

$\chi^2$ (brasileiros)=2.0, 2 g.l., não significante;  $\chi^2$ (africanos)=29.2, 2 g.l.,  $p < .001$

Fonte: Inventários Post Mortem dos municípios de Pelotas, Piratini, Jaguarão e Bagé, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota: Inclui somente os escravos com informações sobre ocupação e lugar de origem registradas nos inventários.

Os fugitivos geralmente não agrediam ou matavam os senhores ou capatazes antes de fugir, mesmo quando isso poderia ter facilitado a fuga. Encontram-se evidências de ódio a alguns senhores “maus” nos autos penais, mas não de um desejo de vingança contra todos os escravocratas. Em uma conspiração de 1865, pelo menos 16 escravos, quase todos campeiros, de várias estâncias de Piratini pretendiam atacar a povoação para roubar armas e roupas e depois fugir ao Uruguai. Alguns dos acusados disseram que também queriam levar as “moças brancas” da vila, mas somente um dos escravos interrogados mencionou a possibilidade matar

os “homens brancos”.<sup>24</sup> Esta conspiração para a fuga coletiva fracassou porque alguém, muito provavelmente um dos cativos convidados para participar, denunciou-a.

Alguns escravos fugidos ficavam no Rio Grande do Sul, muitas vezes na vizinhança das estâncias de onde haviam fugido, dependendo de uma rede de contatos entre escravos e negros livres para sobreviver. João Congo, roceiro, fugiu junto com Antonio Cassange, campeiro, de uma estância em Arroio das Cabeças em 1852, mas ficaram relativamente próximo, no mato da Ilha do Machado.<sup>25</sup> Outros foram para as cidades. O campeiro e roceiro João fugiu da casa de seu senhor ao final de 1874 ou início de 1875, aparentemente nos arredores de Pelotas, mas ficou na própria cidade de Pelotas, onde foi reconhecido.<sup>26</sup> Mas para muitos outros foragidos, sobretudo aqueles que andavam a cavalo, a fronteira era um destino natural. Chegando ao Uruguai ou à Argentina, os escravos dificultavam os esforços dos estancieiros e capitães de mato para capturá-los. Depois da abolição uruguaia, em 1842 (cidade de Montevideu) e 1846 (o resto do país), a atração do Uruguai como destino dos fugitivos só aumentou.

Mas fugir não era tão fácil como possa parecer. Boa parte daqueles que fugiram foi recapturada antes de chegar à fronteira. Em muitos casos, os estancieiros sabiam que os fugitivos iriam para a fronteira e mandaram peões no seu encalço. Adão e José Caxaxa fugiram da Estância da Muzica, no atual município de Dom

24 APERS, C. 80 N. 1210, Piratini, 1865, Casemiro, Thomé, André, Alexandre, Demenciano, Lino, Silvano, José, Pedro, Antônio, Felisberto, Guilherme. A acusação inicial, formulado por um militar, alegou que eles pretendiam matar os seus senhores, mas nenhum dos acusados ou testemunhas menciona isso, e as autoridades nunca levaram a sério essa alegação, que ficou esquecida no resto do processo.

25 APERS, C. 418, N. 25, Rio Grande, 1852.

26 APERS, C. 006.0329, N. 1033, Pelotas, Tribunal do Júri, 1875.

Pedrito, no início de 1835, mas o capataz tomou “providencias” e os dois foram capturados poucos dias depois. Adão estava à beira da morte, aparentemente em consequência de ferimentos sofridos durante a captura, mas seu senhor João Francisco Vieira Braga celebrou a frustração da fuga: “com a noticia do agarramento dos escravos fugidos tive contentam<sup>to</sup> apesar das despezas que se fizerão porem bom foi apanhalos para bom exemplo dos outros”.<sup>27</sup>

Mesmo os fugitivos que chegavam ao Uruguai não eram totalmente seguros. No período da ocupação portuguesa da Banda Oriental (Província Cisplatina), capitães de mato rio-grandenses podiam adentrar no território oriental à vontade. Em 1821, o capitão do mato Juan Bautista Latargas, percorreu toda a costa do rio Negro e a região de Colônia a busca de escravos fugidos do Rio Grande do Sul. Entre aqueles que agarrou estava José, escravo de João Francisco Vieira Braga, que havia fugido três anos antes, “por no servir al capatas”, e havia se agregado aos moradores do mato na vizinhança de Colônia que cortavam lenha para enviar a Buenos Aires.<sup>28</sup> Durante os longos períodos de guerra no Uruguai, os escravos fugidos arriscavam o recrutamento para os vários exércitos, fornecendo certa proteção contra a recaptura, mas também implicava riscos físicos óbvios e a sujeição à disciplina militar. Em 1851 o Brasil e o Uruguai celebraram o tratado de Extradicação, que previa a devolução dos cativos fugi-

dos. Brasileiros também sequestravam negros livres no Uruguai e vendiam-nos como escravos no Rio Grande do Sul (Carati 2009; Lima 2009; Monsma e Fernandes 2013).

Os escravos rebeldes ou fujões podiam enfrentar castigos horríveis quando recapturados. Em 1821, José da Costa Santos, fazendeiro em São Lourenço do Sul, sogro de Francisco Vieira Braga o mesmo que já fora mencionado em outro caso acima, reclamaria seis meses depois da crueldade do patrão de seu Iate para com um escravo acusado de roubar três bexigas de graxa, escreveu que “a demora foi por Cauza de fugir 2 EsCravos e so a cabo de 5 d<sup>as</sup>. forao agarado com m<sup>to</sup>. custo e Como Vierão os fis Castigar en forma que se han de a lenbrar por algum tempo”.<sup>29</sup> No caso mencionado acima do escravo Israel, que fugiu da estância de Francisco Vieira Braga para visitar uma mulher em outra estância da família, Francisco ofereceu uma onça de ouro a quem o agarrasse e levasse de volta “p<sup>r</sup> q’ lhe tenho sede de hir arrabada 3<sup>a</sup> vez”.<sup>30</sup> Esta frase aparentemente significa que Francisco estava com muita vontade de castigar o cativo – “rabada” neste contexto significava pancadas com rabo de animal – porque era a terceira vez que Israel havia fugido para procurar a mulher. Também era possível vender “escravos maus” para as charqueadas de Pelotas, onde as condições de trabalho eram muito piores. Outros foram vendidos para as fazendas de café do Sudeste, sofrendo, além de traba-

27 João Francisco Vieira Braga a João Fernandes da Silva, Rio Grande, 23 e 29 janeiro 1835. Copiador de todas as cartas que tenho escrito a João Fernandes da Sa Capataz da Esta da Muzica. BRG, lata 27.

28 Juan Bautista Latargas a João Francisco Vieira Braga, Montevideo, 25/05/1821, BRG, Lata 25, Correspondência de 1821.

29 José de Costa Santos a João Francisco Vieira Braga, “Fazenda”, 12 novembro 1821. BRG, lata 25. Aparentemente Santos também era primo da mulher de João Francisco.

30 Francisco Vieira Braga a Vicente Vieira Braga, Arroio Grande, 28/03/1859. BRG Lata 27, Correspondência de 1856 a 1860.

lho arregimentado e mais pesado, a separação de familiares e amigos.

Prender os escravos fugidos das estâncias nem sempre era fácil, mesmo quando os capitães de mato ou outros perseguidores os encontravam, porque eram experientes no uso de armas, sobretudo facas, e muitas vezes respondiam com violência àqueles que tentavam recapturá-los. Em 1877 quatro homens que tentavam prender dois escravos fugidos em uma estância de Santana do Livramento foram recebidos com tiros.<sup>31</sup> Na luta que se seguiu dois dos perseguidores foram gravemente feridos, um com tiros e o outro com golpe de uma espada empunhada por um fugitivo. Os dois teriam escapado, senão fosse por dois soldados que, por uma casualidade, passavam nesse momento e os prenderam. Justino, um jovem campeiro escravizado mencionado acima que havia fugido para voltar à casa da mãe, matou seu senhor quando este tentou lhe prender.<sup>32</sup> Depois de passar vários dias escondido no mato no meio do inverno, Justino havia voltado à estância para buscar seu poncho e chapéu quando outro escravo o denunciou ao senhor. Quando o senhor chegou ao quarto onde Justino se encontrava, este investiu contra ele com uma faca e fugiu, sendo preso do lado de fora e amarrado pelo escravo que o havia denunciado. Depois Justino conseguiu soltar as amarras e fugir de novo enquanto as outras pessoas presentes cuidavam do senhor agonizante.

A violência com que muitos escravos fugidos respondiam às tentativas de prendê-los sugere que uma vez que deliberaram pela fu-

ga, estavam determinados a manter a liberdade, além de evitar os castigos severos e exemplares que os senhores reservavam para aqueles que fugiram. De ambos os lados, a fuga para buscar a liberdade e as tentativas de recaptura representavam a radicalização da luta entre senhores de escravos. Do lado dos cativos, a fuga definitiva significava a rejeição aberta da ordem escravista; do lado dos senhores, os castigos aos fugitivos constituíam a reimposição da sua dominação pela tortura e pelo terror. Em alguns casos também, a violência dos fugitivos pode ser decorrente do ultraje moral evocado pela traição de outros cativos que tentavam lhes recapturar. João Congo e Antonio Cassange, escondidos na Ilha do Machado, mataram a facadas um escravo que trabalhava como capitão de mato e tentava lhes agarrar.<sup>33</sup> A participação de escravos na caça aos fugitivos em si mesmo já indica que os cativos não estavam unidos contra os senhores, e que muitas vezes era possível usarem alguns escravos contra outros, com a concessão de vantagens pessoais.

### 3.1 AS FUGAS NA ÉPOCA DA GUERRA FARROUPILHA

Durante a Guerra Farroupilha, quando a República Rio-Grandense prometia a liberdade para os escravos que ingressavam ao seu exército, muitos fugiram para se juntar aos Farrapos. Os riscos de recaptura diminuíram notavelmente com o controle de boa parte do campo pelas forças rebeldes e a ausência de senhores realistas de muitas estâncias. Silmei Petiz (2006, p. 27)

31 APERS, C. 718, N. 1807, Santana do Livramento, 1877, Manoel e Bernardo.

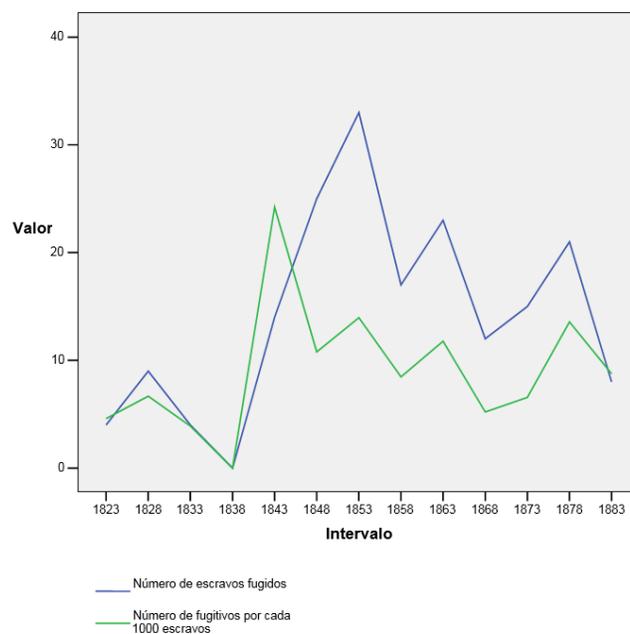
32 APERS, C. 004.5916, N. 1089, Porto Alegre, Tribunal do Júri, 1866, Justino.

33 APERS, C. 418, N. 25, Rio Grande, 1852.

encontrou informações sobre 944 escravos rio-grandenses fugidos para Argentina ou Uruguai nesse período. Boa parte daqueles com ocupação identificada eram campeiros ou domadores. Essa onda de fugas mostra que os cativos não aceitavam sua condição como justa, e provavelmente reavaliavam suas noções da inevitabilidade da escravidão nas circunstâncias novas.

A figura 1 apresenta dados sobre mudanças ao longo do século XIX no número de cativos registrados como fugidos nos inventários dos quatro municípios do Sul do Rio Grande do Sul, abordados nas tabelas acima. Diferente dessas tabelas, a figura 1 inclui dados de todos os inventários de escravocratas, não somente os inventários que incluem escravos fugidos. Isso permite o cálculo do número de fugitivos por cada mil escravos. Obviamente esta fonte de dados não é ideal para examinar mudanças ao longo do tempo, porque o número de fugitivos somente foi arrolado depois da morte do senhor, não no momento da fuga. Sem dúvida houve muito mais escravos que fugiram em algum momento, outros foram recapturados ou ficaram em liberdade por tanto tempo que os herdeiros não tinham mais esperança de recuperá-los. Outros ainda faleceram antes do memento do inventário, ou eram velhos e de pouco valor como trabalhadores. Mesmo com os problemas apontados, a figura representa as consequências da Guerra Farroupilha, com um pouco de atraso. Há um grande aumento no número de fugitivos registrados nos inventários e no número de fugitivos por cada mil escravos, entre o início da década de 1840 e o início da década seguinte.

**Figura 1.** Número total de escravos fugidos arrolados nos inventários post mortem de quatro municípios do Sul do Rio Grande do Sul e número de fugitivos por cada 1000 escravos, por intervalos de cinco anos.



Nota: Datas na figura representam o meio dos intervalos.

Fonte: Inventários Post Mortem dos municípios de Pelotas, Jaguarão, Piratini e Bagé, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Vários escravos das estâncias da família Vieira Braga fugiram durante a guerra. Joaquim Vieira Braga escreveu para sua mãe em 1838 que não havia mais campeiros nas Fazendas São João e Santa Isabel, e que “ultimam<sup>te</sup> fugirão os seg<sup>es</sup>, Ant<sup>o</sup> Coçamba, Moleque Daniel, e João Jagoarao, estes segundo me informão, forão hir ao Exercito Republicano, e alli lhe centarão praça”.<sup>34</sup> Fugir nessas circunstâncias constituía a rejeição aberta ao sistema escravista. Mas não aconteceu nenhuma rebelião generalizada de escravos. Em todos os casos encontrados, os

34 Joaquim Vieira Braga a Maria Angelica Barbosa, Fazenda de São João, 20/10/1838, BRG, lata 26.

cativos simplesmente foram embora, sem aproveitar a oportunidade para a vingança violenta contra os senhores, suas famílias ou seus capatazes, o que certamente teria sido mais viável com a facilidade da fuga depois. Novamente, a situação da guerra fornece evidências da rejeição ao sistema, mas sem ódio aos “bons senhores” ou vingança contra eles.

Alguns dados sobre aqueles que fugiram ao Uruguai durante o período farroupilha foram apresentados à Justiça brasileira em 1854 pelo capitão de mato Manoel Marques Noronha, acusado em Pelotas de sequestrar uma negra livre uruguaia, de dez anos, e vendê-la como escravo no Rio Grande do Sul. Como evidência de sua boa fé, Noronha produziu uma lista de supostos escravos fugitivos cuja recaptura em Uruguai os senhores brasileiros haviam lhe encomendado.<sup>35</sup> Esta lista, compilada em 1851, aparentemente respondia ao Tratado de Extradicação do mesmo ano entre o Brasil e o Uruguai, que previa a devolução de escravos fugidos.<sup>36</sup> A maioria daqueles nessa lista provavelmente havia fugido do Rio Grande do Sul ao Uruguai durante a Guerra Farroupilha entre 1835 e 1845 ou depois, estimulados pela abolição uruguaia de 1846.<sup>37</sup> A lista fornece informações mais completas sobre ocupação e lugar de nascimento.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DOS ESCRAVOS MASCULINOS NA LISTA DE FUGITIVOS DE 1851.

Ocupação	Porcentagem	Frequência
Campeiro/Domador	43.2	92
Trabalhador agrícola	9.9	21
Trabalhador de charqueada	10.8	23
Artesão/Trabalhador manual qualificado	22.1	47
Marinheiro/Pescador/Transportes terrestres	6.6	14
Trabalhador não qualificado/Serviço geral	7.5	16
Total	100	213

Fonte: APERS, Caixa 309, Processo 442, Maria Duarte Nobre e Manoel Marques Noronha, Comarca de Rio Grande, 1854.

A grande maioria das pessoas contidas na lista era do sexo masculino, e um pouco mais da metade era africana. A ocupação está anotada para 213 dos 246 homens na lista. A tabela 3 apresenta a distribuição ocupacional para esses homens. 43% eram campeiros ou domadores, cavaleiros habilidosos que trabalhavam nas estâncias longe das cidades e da polícia, com menos fiscalização que a maioria dos escravos urbanos, sobretudo aqueles das charqueadas. Campeiros e domadores também encontravam emprego facilmente no Uruguai, nas estâncias ou em um dos exércitos, embora um dos perigos da fuga fosse justamente o recrutamento forçado para o serviço militar no Uruguai. Em muitos casos, esses fugitivos provavelmente ha-

35 Relação dos Escravos fugidos da Prova de Ro Grde cujos proprietarios me autorizarão por suas cartas de Ordens pa caturalos, conforme os signaes de cada hum 1851. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Juízo de Direito da Comarca do Rio Grande em Pelotas, Caixa 309, Processo 442, Maria Duarte Nobre and Manoel Marques Noronha, 1854.c

36 As interpretações uruguaias e brasileiras desse tratado eram diferentes, com oficiais uruguaio acreditando que somente se aplicava aos escravos que fugiram depois do tratado e muitos brasileiros achando que também se aplicava aos fugitivos já presentes no país vizinho.

37 Não podemos ter certeza que todos os indivíduos nessa lista haviam fugido para o Uruguai. Depois da ocupação portuguesa da Banda Oriental/Província Cisplatina (que depois virou Uruguai), muitos estancieiros rio-grandenses haviam adquirido propriedades no norte desse território e levaram trabalhadores escravizados do Brasil para cuidar das suas novas estâncias. (Borucki, Chagas and Stalla 2009). Muitos estancieiros brasileiros estabelecidos no Uruguai se recusaram a aceitar a abolição de 1842, na cidade de Montevideo, e de 1846, no resto do país, e alguns deles recorreram aos serviços de capitães de mato como Noronha para tentar levar de volta ao Rio Grande do Sul aqueles que ainda consideravam seus escravos (Monsma e Fernandes 2013).

viam se alistado nas forças farroupilhas primeiro, e só fugiram para o Uruguai ao fim da guerra, com a vitória imperial.

Os marinheiros e carreteiros eram outras categorias móveis, que podiam fugir com certa facilidade. Dado a baixa probabilidade de fuga entre os trabalhadores das charqueadas registrados nos inventários, a percentagem relativamente alta deles nesta lista pode parecer surpreendente. As charqueadas de Pelotas concentravam um grande número de escravos, portanto mesmo com uma proporção baixa de fugas o número absoluto de cativos fugidos desses estabelecimentos não seria tão baixo. A guerra também aumentou as oportunidades para fugas a pé, uma vez que boa parte do campo era controlada pelos farrapos, que aceitavam soldados a pé, além daqueles que sabiam andar a cavalo. Além disso, alguns charqueadores apoiavam os Farrapos e doaram escravos para seu exército, que podiam fugir para o Uruguai posteriormente. De maneira semelhante, a percentagem relativamente alta de artesãos e trabalhadores qualificados entre os fugitivos – a maioria presumivelmente de origem urbana – reflete o caos da guerra e as novas oportunidades para a fuga que se abriram com a desorganização ou ausência dos senhores.

Como Scott (1990, 202-227) enfatiza, quando a rebeldia se manifesta abertamente e não é reprimida, isso incentiva outros a seguir o exemplo dos primeiros rebeldes. A Guerra Farroupilha era um desses momentos. Escravos, sobretudo os campeiros, podiam fugir quase com impunidade, e a observação do sucesso dos primeiros fugitivos sem dúvida encorajou os que ficavam e estimulou muitas conversas entre eles sobre a possibilidade da fuga. Durante a guerra, é provável que muitos cativos que

já pensavam em fugir decidiram que era um bom momento para realizar esse projeto. Outros que anteriormente tiveram medo de fugir reavaliaram as chances de sucesso e decidiram buscar a liberdade. Outros, que anteriormente informavam aos senhores sobre conspirações e projetos de fuga entre os colegas, ou até caçavam os fugitivos a mando dos senhores, deviam ter trocado de lado, vendo que os senhores não podiam mais lhes proteger e que existia uma boa oportunidade de ganhar a liberdade. Infelizmente não temos acesso às conversas entre escravos no contexto da guerra, mas a rejeição aberto ao sistema entre tantos cativos no mesmo momento deve ter mudado as representações coletivas dos escravizados. Entendimentos parciais da injustiça do cativo, expressos nos interstícios do sistema, agora podiam ser expressos abertamente e, como consequência, ganharam força e se tornaram mais elaborados e explícitos. Mesmo assim, como notado acima, os “bons senhores” não sofreram a violência dos cativos que foram embora.

Depois da guerra, os senhores reconstituíram sua autoridade sem grandes sobressaltos. Pouco se sabe sobre o destino dos negros temporariamente libertos que lutaram com os farrapos. Certamente muitos foram mortos na batalha de Porongos, em que os lanceiros negros aparentemente foram traídos pelo general farroupilha David Canabarro e massacrados por forças imperiais. Muitos outros fugiram para o Uruguai, e ainda outros foram incorporados ao exército imperial. Mas alguns foram devolvidos aos seus ex-senhores. Em 1845, a família Vieira Braga, descobrindo que dois de seus ex-escravos estavam servindo o exército imperial em Rio Grande, pediu sua devolução na Justiça. Questionados pelo Juiz Municipi-

pal, ambos reconheceram os Vieira Braga como seus senhores, e o juiz determinou seu retorno ao cativeiro.<sup>38</sup> Com a restauração dos riscos da fuga, acrescido do risco de devolução pelo Estado uruguaio, depois do Tratado de Extradicação, parece que os senhores conseguiram reconstruir as relações individualizadas com escravos campeiros que haviam assegurado seu poder antes da guerra.

## CONCLUSÕES

Com trabalho mais agradável que o de muitos outros escravos, a solicitude do estancieiro, uma roça, alguns animais próprios e, por outro lado, a ameaça de castigos severos e da venda a um charqueador ou a um fazendeiro do Sudeste no caso de rebelião ou fuga, muitos escravos deviam ter decidido que o mais prudente era continuar trabalhando e ganhar as vantagens que podiam dentro do sistema. A quebra dessa anuência provisória e a rebeldia aberta, na forma da fuga ou da violência contra o senhor ou o capataz, aconteciam principalmente em dois tipos gerais de situações. Primeiro, quando o escravo sofria tratamento que considerava insuportável, como castigos injustos ou tratamento humilhante. Isso implica que os escravos geralmente aceitavam a subordinação cotidiana e os castigos percebidos como justos (dentro do sistema escravista), mas não nos informa se eles acreditavam na legitimidade da escravidão. A segunda situação de ruptura é mais pertinente a esta questão. Muitos escravos campeiros – mas não necessariamente todos – estavam prestes a fugir quando

parecia que tinham uma boa chance de ganhar a liberdade definitiva. A rapidez com que muitos escravos se enveredavam para a fuga quando as relações de poder se desorganizavam – como aconteceu durante o período farroupilha – mostra que não aceitavam a legitimidade de sua sujeição.

Os escravos ficavam relativamente isolados nas estâncias mas com bastante contato pessoal com outros escravos, com trabalhadores livres, com os capatazes e com os senhores e suas famílias. O resultado foram relações individualizadas, que ajudavam no controle dos cativos. Essas relações pessoais também amenizavam aspectos da escravidão para alguns e aumentavam o sofrimento e a degradação de outros. Os escravos masculinos que trabalhavam nas estâncias, sobretudo os campeiros, eram homens armados e móveis, evidenciando algo do mesmo orgulho dos homens livres dos pampas. De fato, subjacente a boa parte das fugas e dos conflitos violentos envolvendo escravos está a defesa da dignidade e da honra individual contra a humilhação. Gerenciar cativos briosos e armados criava riscos para os estancieiros e seus capatazes, mas ao mesmo tempo respeitar sua dignidade e competência era uma maneira de ganhar sua colaboração, pelo menos provisoriamente. Também é importante salientar que, muitas vezes, aqueles que agarraram escravos fugidos, ou prenderam aqueles que haviam agredido ou matado senhores ou capatazes, eram outros escravos. Havia, inclusive, escravos que trabalhavam como capitães do mato.

O caso dos escravos campeiros, que ocupavam um extremo – de autonomia, facilidade

---

38 2 de julho de 1845, BRG, Lata 26, Vieira Braga, Correspondência de 1841 a 1850.

de fuga e capacidade para a resistência violenta – nas relações escravistas brasileiras, mostra que era possível usar escravos para uma grande variedade de serviços, desde que as relações com seus “superiores” fossem individualizadas e seus destinos dependessem mais dessas relações com os senhores que com suas relações com a comunidade de cativos. Os campeiros não se rebelavam ou evadiam a cada oportunidade que aparecia. Houve muitas fugas, e alguns ataques violentos a senhores ou capatazes, mas a maior parte do tempo a maioria dos escravos continuava trabalhando e acatando as ordens dos seus senhores. Eles faziam isso não por ignorância ou porque acreditavam na justiça do cativo, mas porque estavam enredados em uma teia de relações de poder, que separavam e individualizavam os cativos, minando a solidariedade entre eles, premiando a lealdade aos senhores e punindo a rebeldia. A grande maioria das fugas e dos incidentes de resistência violenta foi efetuada por indivíduos ou por pequenos grupos, tipicamente só de duas pessoas. Nesta pesquisa, os únicos casos encontrados de conspiração coletiva maior de escravos campeiros era um plano de fuga coletiva, com roubo de armas, roupas e mantimentos que seriam úteis na fuga. Não visava à vingança contra os senhores, e muito menos à rebelião generalizada ou à eliminação da escravidão. Mesmo durante a Guerra Farrroupilha, as fugas geralmente eram individuais ou em pequenos grupos, e não aconteceu nenhuma revolta geral contra os senhores.

O caso dos campeiros escravizados do Rio Grande do Sul confirma alguns aspectos centrais do argumento de Scott. Primeiro, a “hegemonia” era bem rasa. A evidência examinada sugere que a grande maioria desses esca-

vos não acreditavam na justiça de seu cativo. Segundo, a resistência cotidiana e, principalmente, a possibilidade da fuga proporcionavam melhorias substanciais nas suas condições materiais e simbólicas. Entretanto, a evidência não é totalmente coerente com outro argumento de Scott, segundo o qual a deferência dos subalternos é simplesmente fingida e as exigências deles são formuladas dentro da lógica da ideologia hegemônica por motivos puramente estratégicos. Existe uma diferença importante entre a legitimidade de um sistema de dominação e a autoridade de indivíduos dentro do sistema. A evidência examinada aqui sugere que, mesmo dentro de um sistema reconhecidamente injusto, indivíduos poderosos podem ganhar o respeito de indivíduos do grupo subalterno pelo tratamento relativamente decente e pela distribuição de favores. Em um sistema de relações de poder altamente individualizadas, isso é suficiente para desorganizar a resistência do grupo dominado. Basta alguns que se identificam com os poderosos, ou se vendem a estes, para quebrar a unidade e a confiança entre os subordinados. No caso examinado, houve alguns escravos de confiança dos senhores, outros que informavam sobre conspirações dos cativos, e ainda outros que perseguiram escravos fugidos. A presença de informantes, colaboradores e espiões dificulta o pleno desenvolvimento da transcrição escondida e limita o apoio coletivo tácito aos atos de resistência cotidiana.

Trabalho recebido em 15/04/2013

Aprovado para publicação em 10/08/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de Guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, 439-458, 2009.
- BELL, Stephen. *Campanha gaúcha: a Brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1998.
- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*, 2 ed. Montevideo: Mastergraf, 2009.
- CARATI, Jônatas Marques. Em busca da posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro Do Rio Grande Do Sul (1851). In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade No Brasil Meridional. Curitiba, maio, 2009.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). *História UNISINOS*, v. 7, n. 8, 253-276, jul/dez 2003.
- \_\_\_\_\_. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made*. New York: Vintage Books, 1972.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ISOLA, Ema. *La esclavitud en el Uruguay, desde sus comienzos hasta su extinción (1743-1852)*. Montevideo: Comisión Nacional de Homenaje del Sesquicentenario de los Hechos Históricos de 1825, 1975.
- LIMA, Rafael Peter de. Nacionalidades em disputa: Brasil e Uruguai e a questão das escravições na fronteira (Séc. XIX). In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade No Brasil Meridional. Curitiba, maio, 2009.
- MAESTRI, Mário. Considerações sobre a demografia do trabalhador escravizado sulino. In: MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior: Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- \_\_\_\_\_. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mário (org.) *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande Do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2008.
- MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escla-

vista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAYO, Carlos Alberto. Patricio de Belén: nada menos que un capataz. *The Hispanic American Historical Review*, v. 77, n. 4, 597-617, nov. 1997.

MONSMA, Karl . Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX: um estudo comparativo do Rio Grande do Sul e de Buenos Aires. In: HARRES, Marluza Marques; REGUERA, Andrea. (Org.). *Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada. Brasil - Argentina (séculos XIX e XX)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

MONSMA, Karl; FERNANDES, Valéria Dorneles. . Fragile liberty: the enslavement of free people in the borderlands of Brazil and Uruguay, 1846-1866. *Luso-Brazilian Review*, v. 50, n. 1, 7-25, June 2013.

MOORE, Barrington, Jr. *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

## BRIGA COM PODEROSOS: RESISTÊNCIA CAMPONESA CONTRA GRANDES PROJETOS NO MARANHÃO

---

Benedita de Cassia Ferreira Costa , Maristela de Paula Andrade

---

### RESUMO

Este artigo se origina de exercícios de perícias realizadas para o Ministério Público Federal brasileiro. Parte das ideias de James Scott referidas à análise de situações de resistência camponesa à instalação de usinas termoelétricas em povoados de famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Médio Mearim Maranhense. Analisando situações empíricas, com base em entrevistas e observação direta, vai ao encontro das teses do referido autor, no sentido de chamar a atenção para a não passividade dos camponeses em contextos de expropriação.

Palavras-chave: Resistência Camponesa; Usinas Termoelétricas; James Scott

## STRUGGLE AGAINST POWERFUL: BIG PROJECTS IN MARANHÃO AND PEASANT RESISTENCE

### ABSTRACT

This article is based on anthropological report held for Brazilian Public Prosecution Office. It is based on James Scott's ideas referred to the analysis of peasant resistance to the installation of thermoelectric power plants in villages of quebradeiras de coco babaçu's families in the Middle Mearim, in Maranhão, Brazil. Analyzing empirical situations, based on interviews and direct observation, the analysis meets the author's ideas, in order to draw attention to the non-passivity of the peasants in expropriation contexts.

Key words: Peasant Resistance; Thermoelectric Power Plants; James Scott.

---

Mestre em Ciências Sociais. Professora da rede pública estadual do Maranhão. E-mail: cassia.ferreirabc@gmail.com.

Doutora em Antropologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCS-UFMA). E-mail: maristela.depaulaandrade@gmail.com.

---

## INTRODUÇÃO

“No nosso povoado foi plantada uma usina termelétrica. Está prejudicando todos nós! Muita poluição, muitos barulhos... só que eu brigo com esses poderosos! Eles estão há três anos só mentindo pra nós! E eu quero que o Brasil inteiro saiba da safadeza deles” (Dona Nazaré, Demanda, 2014).

As reflexões aqui apresentadas se inserem na temática relativa aos processos de expropriação camponesa (Palmeira, 1989; Martins, 1991), provocados pela implantação de projetos econômicos vinculados aos setores do agronegócio, aeroespacial, energético, da mineração e siderurgia, a partir dos anos 1970, no estado do Maranhão. Privados ou dirigidos pelo Estado, tais empreendimentos não se estabelecem sem reações e mobilizações de parte dos grupos e famílias atingidas, sendo este o foco principal de análise neste artigo<sup>1</sup>.

No Maranhão, esferas governamentais federais e estaduais atuaram de forma decisiva, desde os anos 1970/80, na conformação do espaço econômico maranhense (Carneiro, 2013), por meio de mecanismos diretos e indiretos: via implantação de empreendimentos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e de medidas de incentivo à im-

plantação de atividades econômicas. Segundo Carneiro (2013) nos períodos 1980/1990 instalaram-se os chamados grandes projetos, como o Programa Ferro Carajás, levando à implantação da infraestrutura necessária à exploração mineral, florestal, pecuária, agrícola e industrial. Os projetos agropecuários e madeireiros foram responsáveis, por sua vez, pela devastação ambiental e pelo maior momento de expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira. O financiamento público da grande propriedade desencadeou dois processos: favoreceu o que Carneiro (2013) chama de indústria da grilagem nas regiões de fronteira e, nas regiões de colonização antiga, provocou a expulsão dos chamados agregados, camponeses que trabalhavam no interior da grande propriedade fundiária, de forma subordinada.

Uma nova configuração socioeconômica se desenhou com mais intensidade no estado, a partir dos anos 2000, registrando-se um processo de diversificação dos projetos e investimentos – na sua maioria de capital privado – envolvidos desde o ramo aeroespacial até a exploração e produção de energia.

Em 2011, nesse cenário de reconfiguração do espaço agrário maranhense, cerca de setenta famílias de Demanda, localidade da re-

---

1 Os dados que permitiram a elaboração deste artigo resultam do trabalho de campo para fins de elaboração de perícia antropológica demandada pela Procuradoria Geral da República no Maranhão. Foram realizadas cem entrevistas gravadas, resultantes de visitas às casas de cada morador do povoado Demanda, em Santo Antonio dos Lopes/Capinzal do Norte, além de observação direta, anotações sistemáticas em caderno de campo, georreferenciamento de pontos na localidade, tomada de imagens em fotografia e vídeo. Atuaram na perícia, além da perita, a antropóloga Maristela de Paula Andrade, uma equipe de assistentes: o antropólogo Benedito Souza Filho, Benedita de Cassia Ferreira Costa, Leonardo Silva Coelho, Juscinaldo Goes Almeida e Erinaldo Nunes da Silva. Os entrevistados aquiesceram em conceder as entrevistas e concordaram que as informações fornecidas no âmbito da perícia fossem divulgadas. Além do trabalho de campo para fins da elaboração do laudo antropológico, Benedita de Cassia Ferreira Costa realizou trabalho de coleta de informações, para fins de elaboração da sua dissertação de mestrado, junto aos trabalhadores de Demanda quando vieram a São Luís para contatos com a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e Ministério Público – Federal e Estadual.

gião de Cocais, no Médio Mearim Maranhense, nos municípios de Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte, foram surpreendidas pela chegada da empresa MPX, atual ENEVA<sup>2</sup>, que ali vinha instalar um complexo de usinas termoeletricas movidas a gás natural. A partir de então, famílias de posseiros, pequenos proprietários e arrendatários passaram a se defrontar, principalmente, com a perda do extenso e fértil palmeiral, de onde as mulheres extraíam o babaçu, cujas amêndoas vendiam aos comerciantes e latifundiários tradicionais. Além disso, desde então, essas famílias viram-se afetadas em seu modo de vida, em todos os sentidos: os homens perderam seus empregos como diaristas do fazendeiro, na mesma grande propriedade – Fazenda Maravilha – onde se situava o palmeiral, comprada pela empresa; os caminhos tradicionais<sup>3</sup> foram devassados e destruídos, substituídos por estradas do chamado empreendedor; os quintais, espaço que recai sobretudo sob o domínio das mulheres, foram igualmente devassados e intrusados por grande quantidade de homens recrutados pelas terceirizadas da empresa; roças, açudes e áreas de criação de animais, de propriedade de membros do grupo foram destruídos durante a implantação das UTEs; o igarapé que corta o povoado, passando antes pela área das termoeletricas, restou completamente poluído, levando ao desapare-

cimento dos peixes que as famílias consumiam e obrigando-as a se servirem de água suja de óleo; as ações de mitigação e de compensação dos impactos, previstas nos estudos de impacto ambiental, não aconteceram devidamente e os moradores passaram a ser assediados por uma série de funcionários da empresa, assim como de técnicos de consultoras por ela contratados, para que aderissem ao remanejamento; os critérios utilizados no cadastramento realizado pela empresa, para o recebimento de compensação financeira às quebradeiras de coco e para o reassentamento na chamada área anfitriã, excluiu várias famílias da comunidade; para receber a compensação pela perda do babaçual as mulheres foram obrigadas a assistir cursos, inclusive de informática, apesar de várias delas serem analfabetas. Como se não bastasse, as famílias passaram a conviver, diuturnamente, com o odor do gás e o ruído das turbinas, o que tem levado alguns moradores a apresentar sintomas de pânico, levando-os, em certos casos, até mesmo ao suicídio<sup>4</sup>. Toda essa violência passa a ser descrita, nos depoimentos, como uma situação de indefinição social, entendida pelos entrevistados como de humilhação, criando um clima de revolta entre as famílias.

Em contraposição à violência que recai sobre o modo de vida dessa população, tanto

---

2 A MPX é uma empresa pertencente ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista, criado na década de 1980, que atua no setor de geração e comercialização de energia. Em 2013, passou a ser chamada de ENEVA, quando a alemã E.ON assumiu seu controle. Disponível em <<http://www.eneva.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/Confira-a-estrutura-acionaria-da-ENEVA-apos-o-aumento-de-capital.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2014.

3 Para uma conceituação de latifundiário tradicional no Maranhão ver Almeida e Mourão (1976).

4 Durante as atividades da perícia, em entrevistas realizadas com uma das famílias, comentaram o caso do suicídio de uma moradora de Demanda. Segundo um dos entrevistados, a senhora já apresentava histórico de depressão, que teria se agravado em decorrência da indefinição social que passaram a viver, informação confirmada pelos demais. Relatou, ainda, que a senhora, antes de cometer tal ato, fazia comentários sistemáticos, nas rodas de conversa após o culto da Igreja Assembleia de Deus, sobre seu desespero em conviver com a possibilidade de explosões ou vazamentos, dada a proximidade das instalações das UTEs em relação às casas do povoado.

em termos materiais, quanto simbólicos, afeta a honra e a moral do grupo, assim como provoca um quadro de incerteza quanto ao futuro, as famílias passaram a reagir de várias formas, promovendo distintos tipos de pressão e enfrentamentos, de modo a exigir seus direitos: interceptando e ocupando caminhos por onde passam os veículos ligados ao empreendimento; dirigindo-se em grupo ao container da empresa, estrutura de alumínio que servia como ponto de atendimento da empresa às famílias; “sequestrando” funcionários dentro do mesmo container; cortando cercas e destruindo placas de sinalização da empresa; barrando motoristas de caminhões das empresas contratadas pela MPX e impedindo-os, até segunda ordem dos moradores, de transitar pela estrada do povoado; redigindo cartas a radialistas; buscando ajuda junto a mediadores fora dos limites do povoado<sup>5</sup>.

Analisar essa diversidade de modalidades de resistência, a partir das ideias de James Scott sobre formas cotidianas de resistência, embora dialogando também com outros autores, é o objetivo central deste artigo.

## 1. DESLOCAMENTO VOLUNTÁRIO?

O caso de Demanda chama a atenção porque, diferentemente de tantos outros, nos quais as lutas de famílias camponesas se voltam contra o deslocamento compulsório<sup>6</sup> imposto pelos chamados grandes projetos, na situação analisada, sua luta se dá, atualmente, para se-

rem retiradas e reassentadas em outro local. Segundo os depoimentos, as famílias de Demanda não mais suportam conviver com o funcionamento das usinas termoelétricas, instaladas praticamente no quintal de suas casas. A própria empresa que, inicialmente, desejava fazer crer que haveria convivência harmoniosa entre suas instalações e a vida das famílias de Demanda, passou a propagar, desde a elaboração de seus estudos de impacto ambiental, a notícia de que seria, inclusive, perigosa a permanência das famílias no local. A noção de risco foi estrategicamente utilizada em seu arsenal discursivo, de modo a legitimar e justificar a retirada das famílias da localidade.

(...) eles [MPX e contratadas] iludiram a comunidade. Esse pessoal da primeira etapa da MPX que foi a Doutora Isabel, chegou prometendo o céu e a terra às pessoas, pra todos os moradores. Primeiramente, chegaram enganando que a termoelétrica que vinha, ia ser instalada aqui um empreendimento, e não ia prejudicar ninguém e não ia retirar ninguém das suas localidades, ninguém ia ser removido das suas casas pra fora de sua terra onde já vivem há muitos anos (Dário Sampaio, Demanda, 31/03/2014).

Depois com o gás que deu na região, eles disseram que iam ampliar, que iam aumentar, iam ampliar a parte I e a parte II desse projeto aí [Complexo Parnaíba]. Aí foi que [a empresa] veio com a proposta se alguém não queria sair daqui pra outro lugar. O pessoal tudo se revoltou. Aí ninguém quis sair, ninguém quis..., aí eles [fun-

5 Neste artigo não tratamos dos desdobramentos da intermediação do Ministério Público Estadual e do Federal e tampouco dos contatos que os trabalhadores de Demanda passaram a estabelecer, depois das atividades de perícia, com mediadores externos.

6 Acerca de processos de deslocamento compulsório no Maranhão e no Pará vide, respectivamente, Paula Andrade e Souza Filho (2006) e Magalhães (2007).

cionários da MPX] começaram a apresentar ‘pode acontecer isso, acontecer aqui-lo’. Aí isso foi intimidando a comunidade. (...) aí as pessoas foram começando a aceitar o reassentamento por causa dos riscos (Antonio Bezerra de Melo Neto, Demanda, 01/04/2014).

Desde os primeiros momentos, quando da obtenção das licenças prévia e de instalação, as famílias passaram a ser assediadas por profissionais contratados pela empresa, assim como por seus funcionários permanentes (engenheiros, advogados, assistentes sociais, psicólogos, geógrafos) que, inicialmente, propagaram a ideia de que empresa e comunidade seriam ‘bons vizinhos’ e, em seguida, insistindo para que as famílias concordassem em ser remanejadas. Se, no início, em seus estudos de impacto, colocava que, ‘voluntariamente’, promoveria um processo de reassentamento, não apenas preservando as condições prévias de existência das famílias, mas melhorando-as, em um segundo momento as famílias são levadas por aqueles profissionais a assinar um Termo de Adesão ao Reassentamento Voluntário, concordando em ser remanejadas ‘voluntariamente’ para outro local. Eis como um mesmo termo pode adquirir significado totalmente distinto, ao ser manipulado politicamente pelos dominantes quando se trata de deslocar grupos inteiros como parte de suas estratégias e interesses para instalar os chamados grandes projetos. A este respeito, se manifestam os entrevistados:

Sr. Antonio: Não é voluntário, e eu sempre discordo com eles. Voluntário não, é obrigado! A gente tá saindo daqui não é porque a gente queira, não é voluntário de jeito ne-

nhum! (Antonio Bezerra de Melo Neto, Demanda, 01/04/2014).

Sr. Enemias: Eu mesmo vou sem querer ir, eu sou obrigado a sair, eu saio. Mas, nunca quis sair, e nem quero sair, vou sair porque sou obrigado a sair porque não pode ficar. Na verdade, sair é obrigatório, não é voluntário! (Enemias Pereira da Silva, Demanda, 31/03/2014).

A questão é que os termos voluntário e obrigatório expressam conteúdos políticos e, que o enunciado reassentamento voluntário esconde o processo social de deslocamento compulsório das famílias de Demanda, de cujo ponto de vista a aceitação do reassentamento tem um caráter de obrigatoriedade, pois as consequências da implantação das UTEs tornaram inviável a vida na localidade.

O medo, a preocupação, a tensão cotidiana que passa a transtornar a vida dessas famílias é um impacto que não pode ser mensurado “objetivamente”, mas de cuja existência comenta os entrevistados: o medo de consumir a água de poços que era utilizada pelas famílias há muitos anos; o receio dos efeitos da inalação do gás que todos os entrevistados dizem sentir e que, para alguns, provoca dor de cabeça, enquanto para outros desencadeia o pânico, a ponto de passarem a se tratar com medicamentos controlados; sintomas de enfermidades, como “problemas na vista”, tonturas, dores de cabeça, gripe e insônia (sobretudo entre os idosos), mas que os entrevistados atribuem a fatores externos como poluição sonora e do ar, mas principalmente, segundo eles, à impossibilidade de planejarem seu futuro imediato. O deitar-se à noite e não conseguir planejar suas atividades em um futuro próximo, dada à situação de indefinição do reassentamento das famílias, é

um problema que aparece em várias entrevistas, explicitando o que denominam de chafurdo na cabeça, significando desequilíbrio emocional:

O prejuízo é mais no pensamento da gente. (...) Todo mundo que mora aqui tá impedido. Como você vai melhorar sua casinha se você vai sair? Então fica o seu planejamento em vão. (...) esse chafurdo na cabeça da pessoa, isso aí foi grande demais... Olha... você passar... você viver sem ter o seu juízo equilibrado do tanto que nós estamos passando, quem sabe é só nós. Só nós que sabe como é esse negócio aí. Todo mundo tem um plano, por mais pobre que seja, entendeu? (Antonio Silva Amorim, Demanda, 06/04/2014).

Além de não ter cumprido, até os dias de hoje, o cronograma de início das obras para reassentamento das famílias na área chamada “anfitriã”, por ela mesma elaborado e anunciado nos relatórios da empresa ao órgão licenciador estadual<sup>7</sup>, a empresa excluiu várias famílias do cadastro para reassentamento, o que gerou nova insatisfação e exacerbou o clima de revolta das famílias.

Todos esses fatos levam os grupos familiares de Demanda a um sentimento de terem sido iludidos, enganados, traídos nas expectativas criadas pela própria empresa, o que, acrescido aos problemas cotidianos de ruídos, odores de gás e impossibilidade de planejar a vida, exacerbou a insatisfação e a revolta do grupo.

Outros problemas, além da não realização do reassentamento, fomentam a resistência das famílias, como: destruição e impedimento

de passagem dos veículos dos moradores por seus caminhos costumeiros; utilização intensiva da estrada municipal que serve ao povoado, pelos veículos da empresa e suas terceirizadas, com transtorno à mobilidade dos moradores, assim como à segurança de crianças e adultos; tentativas de estabelecimento de guaritas e portões, inclusive na estrada que liga o povoado à BR-135, cerceando a mobilidade espacial dos moradores.

A produção da perícia, neste sentido, funcionou como espaço social seguro (Scott, 2013), propício à irrupção de ressentimentos acumulados pelo grupo durante o processo de implantação das UTEs, favorecendo a expressão de sentimentos sobre os impactos sofridos, como os de humilhação, raiva e revolta. Algumas narrativas não foram apreendidas nas entrevistas, mas em conversas informais, em relatos que ocorriam até mesmo em tom jocoso, a exemplo do sequestro do container, também chamado de “greve das mulheres” e, quando a equipe quis aprofundar o entendimento dessa forma de resistência, os entrevistados não responderam, ocultando os detalhes da ação. Nesse sentido, mesmo a condução da perícia tendo funcionado como espaço social seguro, como sublinha Scott, detalhes de certas ações – como a do sequestro do container –, configuradas como formas de resistência, acabam entrando para a dimensão do indizível, como uma espécie de pacto dos agentes, para preservar a segurança dos envolvidos.

Ainda nesse sentido, embora de forma fragmentada, tivemos acesso a informações so-

---

<sup>7</sup> Apesar de o reassentamento nunca ter se efetivado, no site da Synergia, consultora contratada pela MPX para planejá-lo e executá-lo, encontramos: “A Synergia realizou, entre abril de 2012 e junho de 2013, o reassentamento voluntário da Comunidade da Demanda, considerada tradicional pela presença de mulheres quebradeiras de coco babaçu”. Disponível

bre uma sequência de ações anônimas – quebra, disparo de tiros e, finalmente, incêndio do container da empresa, que se estenderam de janeiro a outubro de 2013. Houve acusação da empresa MPX/ENEVA que pesou sobre a comunidade, como sendo a única responsável pelas ações contra o ponto de atendimento. Às vésperas da inauguração do Complexo Parnaíba, pessoas da comunidade foram chamadas à Delegacia para depor, inclusive o pastor e vários membros da Igreja Assembleia de Deus da localidade, o que exacerbou a revolta das famílias. A dificuldade em obter informações sobre a autoria de tais atos está correlacionada à natureza dessas formas de resistência, abertas, porém anônimas, já que o grupo conserva o anonimato de seus autores, de modo a preservar sua segurança (Scott, 2011).

## 2. MODALIDADES E DIMENSÕES DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

As modalidades de enfrentamento entre as famílias de Demanda e o Complexo Parnaíba dão-se, assim, em um continuum, referidas a agentes e aos distintos espaços vinculados ao Complexo Parnaíba, e dirigidas a diferentes elementos materiais indicadores de sua presença, como carros, caminhões, placas, portões, guaritas, caminhos, mas, principalmente ao já referido container.

### 2.1 REAGINDO À TENTATIVA DE CONTROLE DE PARTE DA EMPRESA E GREVES NA ESTRADA

Assim que a MPX adquiriu o terreno da Fazenda Maravilha, para iniciar o processo de instalação do Complexo Parnaíba, cercou o pe-

rímetro de sua propriedade e tentou construir, na entrada do povoado, uma espécie de portaria. Quanto a isso, um dos moradores relata:

(...) ainda fizeram [a MPX] os mourões, iam colocar os portões, mas foi a comunidade que repugnou, nós não aceitamos! E eles queriam colocar era no início, logo, assim que eles compraram, quando eles estavam colocando a cerca, no cercamento da terra. Um portão pra carro, e outro portão pra gente a pés e moto, mais estreitinho... (...) E que o pessoal da comunidade cada um ia usar um crachá. E quando a gente viesse tarde da noite só ia entrar de crachá e se não tivesse ficava pro lado de lá mesmo... o portão ainda fez foi vir, foi voltado pra trás porque ninguém aceitou (...) Nós não aceitamos (Enemias Pereira da Silva, Demanda, 31/03/2014).

A empresa foi barrada pelos trabalhadores em sua tentativa de concretizar o controle social, por meio de mecanismos disciplinares (Foucault, 2002) que permitiriam a vigilância e domínio dos indivíduos. Por outro lado, os trabalhadores também adotaram a estratégia de impedir a mobilidade dos veículos da empresa, ações a que chamaram de greve na estrada. Não raro ocorreram situações individuais dessas chamadas greves, como relata o Sr. João Sindô. O morador informou que, sozinho, muitas vezes, ocupa a estrada em certo trecho, lá deixando sua moto e aguardando algum agente ligado ao Complexo Parnaíba para reclamar acerca das más condições dessa via pública, da indefinição quanto ao reassentamento ou sobre ações da empresa que, do seu ponto de vista, prejudicam a comunidade. Este trabalhador parou, inclusive, o carro em que estava à equipe de perícia e, após ouvir as explicações da equi-

pe, disse que, se fossemos funcionários de alguma empresa ligada ao Complexo, não permitiria que trafegássemos por ali.

Em outra situação, Dona Nazaré, preocupada com a segurança de seus filhos menores, interpelou diretamente o motorista de uma carreta, tendo recebido dele a seguinte resposta, que, segundo seu relato, lhe causou indignação: “prenda os meninos em casa”. Esse foi o estopim para que um grupo de mulheres, ancoradas no princípio da maternidade, se reunisse e fosse ao Ponto de Atendimento para exigir dos funcionários da empresa que mudasse imediatamente o trajeto desses veículos, que deveriam utilizar apenas as vias dentro dos limites do Complexo Parnaíba. Continuaram, também, a parar os veículos e a se dirigir diretamente aos motoristas, repreendendo-os por circularem fora daqueles limites.

Tais manifestações de homens e mulheres, em grupo ou individualmente, denominadas pelos entrevistados de greves na estrada, no entanto, ocorreram em outras ocasiões, visando pressionar a empresa quanto aos problemas vividos pelas famílias, com vistas ao atendimento de múltiplas reivindicações. Segundo as narrativas, homens e mulheres se reuniam em pontos da estrada escolhidos previamente, ocupavam-na construindo barreiras com toras, paus e galhos, atravessavam suas motos e bicicletas em trechos estratégicos, de modo a impedir o trânsito dos veículos pertencentes à MPX e às suas contratadas.

Esse tipo de ocupação da estrada por meio de bloqueios pode ser pensado como uma forma de luta e de ação coletiva desses atores no repertório de enfrentamento do grupo. Segundo Comerford (1999), esta forma de ação

busca caracterizar e legitimar publicamente um tipo de transgressão à dominação e de demarcação de fronteiras socioespaciais e simbólicas e, ao mesmo tempo, lançar uma crítica e uma resposta de parte do grupo que a realiza. Nesses casos, o grupo se organiza e se lança a um processo de pressão local, face a face, contra aqueles que o atingem. Nesse sentido, podemos pensar a estrada como um locus de enfrentamento público e um espaço social de crítica ao empreendedor, mas também de solidariedade e de coesão do grupo (Comerford, 1999, p. 143).

## 2.2 GREVES DE HOMENS E GREVES DE MULHERES

Outras ações, também denominadas de greves, levaram grupos de mulheres e, em outros casos, de homens, a se dirigirem organizadamente ao Ponto de Atendimento para reivindicar seus direitos. Além da ação chamada por um entrevistado de a greve dos 22 homens, quando um grupo de chefes de família se juntar para reclamar da empresa no Ponto de Atendimento, outra ação emblemática de enfrentamento ao Complexo Parnaíba foi a chamada greve das mulheres ou sequestro do container.

Segundo os relatos das entrevistadas, descontentes com o atraso do repasse mensal da compensação financeira pela supressão do babaçual, ocuparam o container temporariamente, retendo dentro dele funcionários da empresa. A ação foi preparada por algumas mulheres quando iam buscar seus filhos na escola do povoado. Enquanto aguardavam a saída das crianças em casas de outras mulheres – amigas, comadres ou parentes – teciam comentários sobre temas ligados aos incômodos da situação vivida no povoado por conta da instalação do Com-

plexo Parnaíba, sobretudo pela falta do repasse financeiro à guisa de compensação pela perda do babaçal de que se serviam.

Chegado o momento da ação, já haviam combinado que uma delas seria responsável por emitir um sinal para que as demais, escondidas, “enchessem” o container. Dado o sinal e a ocupação em andamento, outras mulheres ficaram do lado de fora para vigiar a aproximação de seguranças ou outros funcionários da MPX que por ali passassem.

As trabalhadoras impediram a saída dos funcionários até que tivessem garantias de recebimento do dinheiro, relatando em tom jocoso a reação de medo e acuamento dos funcionários ao que designaram de sequestro, já que estes foram impedidos de sair e de se comunicar, pois todos os aparelhos e dispositivos móveis de comunicação foram confiscados e desligados pelas mulheres. Embora sendo funcionários da MPX, suas funções específicas de mediação entre os escalões superiores da empresa e a comunidade não os capacitava a tomar decisões, restando-lhes apenas a fala como recurso de negociação, justificando suas posições subordinadas na hierarquia da empresa para se livrarem daquela situação.

Interessante notar que tal ação ocorreu em setembro de 2013 e, segundo relatos dos que dela participaram, por uma motivação muito especial. De acordo com uma das informantes, parte da renda das mulheres que advinha da produção do coco babaçu era destinada à contribuição para a denominada Festa dos Crentes. Esta, segundo os depoimentos, se realiza há mais de 30 anos no povoado, justamente no mês de setembro. Segundo os depoimentos, independentemente de algumas famí-

lias serem católicas diante da maioria evangélica, todos os moradores se envolvem na realização do evento, contribuindo com mantimentos, doando dinheiro, ajudando na ornamentação e no preparo de comidas. Neste caso, um dos móveis da ação coletiva teve relação com o solapamento dos fundos cerimoniais (Wolf, 1970), pois, diante da condição econômica em que se encontravam após a implantação do empreendimento, tornou-se impossível manter esse compromisso de solidariedade social, o que, nas palavras de uma entrevistada, foi vivido como vergonhoso.

A ocupação do container para o sequestro é realizada como ação coletiva de enfrentamento exitosa, porque o dinheiro devido pela empresa às mulheres lhes foi entregue em poucos dias. Além disso, esse episódio sinaliza um desafio coletivo aberto (SCOTT, 2013), dirigido à empresa, com alteração das relações de poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de enfrentamento levadas a efeito por homens e mulheres da comunidade de Demanda podem ser definidas como um desafio aos poderosos, elaborado por grupo subordinado a várias formas de dominação (Scott, 2013). Nesse sentido, tais ações não podem ser pensadas como isoladas, mas representam um continuum de situações que demonstram o cultivo de uma potência de revolta (Scott, 2013) por parte das famílias. Mesmo vivendo sob o que considera humilhação, o grupo elaborou o que podemos classificar, inspirados em James Scott, formas cotidianas de resistência. Essas formas os têm levado a tentar sobreviver, no

cotidiano de uma ordem que se configura como dominação e, nessas circunstâncias, as famílias de Demanda não podem ser pensadas sob a óptica da passividade.

Van der Ploeg (2008, p.289) chama atenção para o fato de que a resistência do camponato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas para confrontar esquemas, procedimentos e roteiros impostos pelas formas de dominação. Independentemente do contexto de luta em que se forjam as formas de resistência, o que está em jogo é compreender como e o porquê a resistência é expressa e organizada.

Os dados empíricos, no momento da produção do laudo pericial, apontam para uma configuração de lutas, no âmbito de um repertório de enfrentamento forjado pelas próprias famílias de Demanda. A resistência urdida pelas famílias aponta para possibilidades e capacidades de avaliar e modificar a correlação de forças, emergidas no contexto de atuação da empresa em sua relação com a comunidade.

Tais questões podem ser compreendidas não apenas como resultado de reações defensivas (Wolf, 1984, p.338), elaboradas por homens e mulheres que buscam enfrentar as mudanças de uma ordem que lhes é imposta, a partir da implantação do Complexo Parnaíba. Além disso, as ações de enfrentamento dizem respeito ao processo político de mobilização coletiva de famílias camponesas, às capacidades cognitivas e interpretativas desses atores sociais nas interações conflituosas.

Segundo James C. Scott (2013), a dominação alimenta um potencial de revolta naqueles que dela são objeto e que se torna extremamente eficaz em circunstâncias propícias à sua

expressão pública na forma de resistência cotidiana. As práticas de dominação, segundo o autor, “geram normalmente insultos e ofensas à dignidade humana, que por sua vez alimentam um discurso oculto de indignação” (Scott, 2013, p. 35). A resistência assumida em formas cotidianas, deste modo, é essencial a qualquer visão dinâmica das relações de poder, embora sendo “muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos imediatos” (Scott, 2011, p. 223).

As formas de resistência elaboradas pelas famílias em questão assumem características que requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento (Scott, 2002). Tais formas, que não ganham as páginas dos jornais e nem se produzem com a mediação de sindicatos ou partidos, como é a situação empírica das famílias de Demanda, são forjadas pelos próprios camponeses no enfrentamento direto com seus dominadores e não são menos reais por serem pouco visíveis. Expressam intensa crítica da ordem social tanto quanto as grandes revoluções e lutas mais amplas.

Atingidas e impactadas em diversos planos de sua organização social (Geertz, 1959) e nutridas de uma revolta flagrante, as famílias de Demanda, como resposta a uma situação que entendem como de humilhação permanente, empreenderam formas de enfrentamento contra ações específicas realizadas pela empresa. Dessa maneira, o fator decisivo que torna possível o extravasamento da insatisfação sobre sua condição social camponesa está na sua relação com o campo de poder que a circunda.

Outro aspecto a considerar é que as possibilidades de realização das ações cotidianas de resistência, segundo Scott (2011, p. 224) de-

penderão das formas de controle sobre a condução das ações de enfrentamento e das crenças comuns sobre as probabilidades de possíveis retaliações, repressões ou outras formas de violência. A ação das mulheres é exitosa porque há um trabalho social anterior de preparação, gestão e controle sobre a condução da ação, quando decidem sobre o melhor horário, o dia mais adequado, quem deve vigiar a estrada e avisar as companheiras, a quem devem se dirigir, o que devem dizer e exigir. Elas obtêm sucesso porque há uma crença comum de que podem enfrentar aqueles funcionários, tidos como “mais fracos”, e não outros, sem sofrer possíveis retaliações.

Perguntada se teria coragem de fazer a mesma ação de sequestro com o diretor ou com o dono da empresa, uma delas nos disse, sorrindo, “não, esses aí são muito poderosos, a gente não aguenta, não é igual esses que vêm aqui pro povoado”. A resposta da entrevistada reflete uma clara consciência das relações de dominação em jogo conforme contextos reais ou imaginários, identificando os graus e as condições de poder em disputa, por meio da comparação relacional entre “fracos” e “poderosos”.

Dessa forma, as atitudes de confronto com o poder do Complexo Parnaíba, revela a emergência, na esfera pública, de sentimentos de injustiça, de revolta, de ressentimento, de desgosto, que foram sendo construídos e acumulados durante a relação com diferenciados agentes vinculados à empresa. A demonstração pública aos dominadores, dos conteúdos vivenciados apenas no âmbito do grupo, é classificada por James Scott (2013), como transcrição pública. Segundo o autor, durante tal operação social, os subordinados buscam não apenas ser

ouvidos, mas alcançar suas reivindicações, por mínimas que sejam aos olhos dos dominadores. Nesse sentido, Dona Nazaré, que aciona o princípio da maternidade, fala para ser ouvida e age para ser atendida, em função da segurança de seus filhos e das demais crianças da localidade.

Ignorar o interesse pessoal na resistência camponesa, segundo a perspectiva scottiana, é desconhecer o contexto determinado, não apenas da política camponesa, mas de boa parte da política das classes pobres. É precisamente a fusão do interesse pessoal e do enfrentamento aos dominadores que constitui a força vital dessa resistência. Deste modo, quando as mães de Demanda interrompem o fluxo dos veículos, exigindo que os motoristas não circulem mais na estrada do povoado, enfrentam a dominação e não estão visando apenas à segurança de seus filhos. Na realidade, é o poder da empresa, sua presença no local e todos os problemas que causa às famílias, que as mulheres desejam afrontar com seu gesto.

Igualmente, quando as mulheres organizam o chamado sequestro tornam público o desafio ao poder de dominação da empresa, mas estão também interessadas em receber o dinheiro atrasado da compensação para pagar as contas, ajudar na Festa dos Crentes e não “passar vergonha”.

Quando homens e mulheres se juntam para fazer greve na estrada, barrando o tráfego dos veículos e de funcionários vinculados à empresa, estão interessados em soluções concretas que melhorem as condições materiais dessa via pública, para que possam ir e vir sem transtornos ou constrangimentos, mas também informam, por meio dessa ação de enfrentamento,

sua agência em alterar, mesmo que por breves momentos, as relações de poder que sobre eles se abatem.

A partir dessas afirmações é possível considerar as ações das greves e do sequestro, por exemplo, como formas cotidianas de resistência camponesa. Baseando-nos em Scott (2002; 2011), lembremos que a utilização deste conceito nos conduz a lidar com certos problemas no tocante às intenções, significados e consequências dessas ações, necessitando distinguir entre atos individuais e coletivos e atentando para os princípios em jogo durante as formas construídas para resistir à dominação. Para o autor, há resistência dos mais fracos em relação à dominação que sofrem quando atos de enfrentamento – silenciosos/ocultos, públicos/abertos, apesar de espontâneos e minimamente coordenados – se tornam um forma consistente de luta pela capacidade constante dos dominados de produzir desafios à dominação dos poderosos. Há resistência ao poder dos dominadores quando há constância dos enfrentamentos, que reivindicam atendimentos materiais ancorados em princípios morais.

Para Ramalho & Esterici (1996), ao destacar as formas cotidianas de resistência, Scott questiona uma espécie de etnocentrismo que tende a procurar ou privilegiar, entre os grupos dominados, as manifestações clássicas de organização e as expressões institucionalizadas de enfrentamento e de resistência.

Menezes (2002) por sua vez, pondera que a perspectiva teórica de Scott também apresenta algumas dificuldades, embora afirmando ser inegável que a análise das práticas de resistência camponesa abre perspectivas para compreender a política de grupos subalter-

nos para além da noção de hegemonia ou de conformismo e passividade. Muitas vezes, porém, elas apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos estão submetidos, não alterando, conforme a autora, substancialmente, as relações de dominação. Dessa forma, chama atenção para o perigo de romantização da noção de resistência cotidiana, esquecendo-se que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação. Romantizar a resistência cotidiana é colocar todo o peso sobre os indivíduos como tendo uma capacidade autônoma e natural de agência para produzir enfrentamentos contra os poderosos. Nesse sentido, pensamos, a partir da análise de nosso material empírico, as ações de greve e sequestro, como formas possíveis de resistir, sendo parte de um repertório de luta construído e avaliado no próprio processo de enfrentamento.

Dessa forma, acreditamos ser possível refletir sobre a situação empírica aqui apresentada aproximando as considerações scottianas à análise de Honneth (2003) para compreender as formas de resistência camponesa em questão.

Esse autor parte do pressuposto de que há uma gramática dos conflitos sociais que possibilita perceber nexos entre o que chama de desrespeito moral e luta social. Segundo Honneth, a luta social e a resistência são produzidas no processo prático, no qual situações individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais compartilhadas pelo grupo, de forma que podem influir como motivadoras da ação de enfrentamento. Os conflitos, argumenta o autor, para além da concepção de reivindicação material, podem estar baseados em dimensões morais, que buscam condições de reconhecimento da dignidade social. São re-

invidicações que não se separam, formando uma amálgama enquanto base das lutas sociais.

Quando os moradores de Demanda falam de humilhação, vergonha, juízo chafurdado, estão informando dimensões morais que fundamentam a luta por relações de estima e de reconhecimento social. O fato de os moradores de Demanda passarem a viver uma indefinição quanto ao futuro, pode ser entendido, nos termos de Honneth (2003), como uma situação de desrespeito moral, pois há uma injustiça social inscrita nas relações forjadas pela empresa em sua atuação junto às famílias. Há necessidade, segundo o autor, de compreender valores e sentimentos inscritos nas lutas sociais, apreendendo a multidimensionalidade da resistência.

É preciso pontuar, ainda, que o sentimento humano não é inteiramente espontâneo e que o homem é um ser “triplo” (Mauss, 1980 [1921]). Nesse sentido, raiva, humilhação, desgosto, enganação, ilusão, ódio, sentimentos que aparecem nos relatos dos moradores de Demanda, devem ser vistos como fenômenos que carregam o peso da interdependência e síntese das dimensões sociais, biológicas e psicológicas.

Diante do contexto de expropriação e de indefinição social em que vivem as famílias de Demanda, a greve e o sequestro indicam situações de resistência camponesa, porque lançam desafios aos poderosos da MPX/ENEVA, alterando as relações de poder durante os enfrentamentos no duplo processo de reivindicações – materiais, para atender a objetivos práticos, e simbólicos, para restaurar condições mínimas de dignidade social.

Os eventos da greve e do sequestro demonstram a operacionalização da capacidade de agência dos atores, embora diante de um pro-

cesso de expropriação e de flagrantes injustiças sociais provocados por um grande projeto tido como de desenvolvimento. Enfrentar os poderosos, no caso de Demanda, pode significar atos de desafiar e confrontar pública e continuamente o poder daqueles que impuseram relações de dominação ao conjunto das famílias da localidade. O poderoso para o campo de Demanda, vinculado ao contexto de implantação das UTEs, é aquele que altera/destrói as condições materiais de existência e valores morais de reprodução e organização sociais do grupo, por meio das relações de dominação.

A resistência camponesa é produzida, então, nessa interdependência, de modo que os enfrentamentos, em um contexto de indefinição social, buscam não apenas desafiar o poder dos dominadores, conforme Scott, ou reivindicar fins materiais, bem como os morais, conforme Honneth. Buscam construir e mobilizar forças sociais, espirituais e morais para sobreviver mais um dia dentro de uma ordem de dominação.

Trabalho recebido em 10/02/2014

Aprovado para publicação em 02/04/2014

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: Pesquisa Antropológica. Brasília, nº 9-10, 1976.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

- COMERFORD, John Cunha. 1999. Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5).
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir (trad. Raquel Ramallete). 28<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GEERTZ, Clifford. Form and variation in Balinese village structure. In: *American Anthropologist*, New Series. v. 61, n. 6 (dec 1959). p. 991-1012.
- HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e dor: uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. A questão política no campo. 3<sup>a</sup>ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: S. Figueira (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980 [1921].
- MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Vol. 21 nº 01, jan a jun, 2002, p. 32-44.
- PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito. (Orgs.). *Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2006.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.3, n.7, sept/dec, 1989, p.87-108.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- RAMALHO, J.R. & ESTERCI, N. A resistência em campo minado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, ano 11, 1996, p. 83-88.
- SCOTT, James. C. “Formas cotidianas da resistência camponesa”, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes*, vol. 21, no. 01, 2002, p.10-31.
- \_\_\_\_\_. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Ver. Tec. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Guerras Camponesas do Século XX*. Trad. Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.

## O DISCURSO OCULTO DOS RETIRANTES DAS SECAS

---

Frederico de Castro Neves

---

### RESUMO

Este artigo examina algumas possibilidades de entendimento das ações de camponeses pobres no nordeste brasileiro, durante as secas, a partir do conceito de *discurso oculto*, central na obra de James C. Scott. Assim, três situações são privilegiadas: a relação com o Imperador D. Pedro II, nos anos finais do Império; o discurso das lideranças e as relações entre camponeses e trabalhadores urbanos; e a observação de um projeto geral de sociedade ideal que orienta as ações dos retirantes.

Palavras-chave: Camponeses; Discurso Oculto; Ações das Multidões.

## THE HIDDEN TRANSCRIPTS OF DROUGHTS MIGRANTS

### ABSTRACT

This article examines some possibilities for understanding the actions of poor farmers in northeast Brazil, during droughts, from the concept of *hidden transcripts*, central in the work of James C. Scott. Thus, three scenarios are privileged: the relationship with the Emperor D. Pedro II, in the final years of the Empire; the discourse of leadership and relations between peasants and urban workers; and the observation of an overall project of an ideal society that guides the actions of the migrant peasants.

Key words: Peasants; Hidden Transcripts; Crowds Movements

---

Doutor em História Social. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. E-mail: fredcneves@msn.com.

---

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi obviamente inspirado pela leitura da versão em português do livro de James C. Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*, editado, em 2013, pela Livraria Letra Livre, de Lisboa. Esta não foi, contudo, a minha primeira leitura deste prestigiado autor norte-americano, cujas inclinações libertárias são evidentes e notórias. Devo a Sidney Chalhoub a indicação de seus livros, quando, no momento da defesa de minha tese de doutorado, em 1998, alertou para as semelhanças e correspondências entre meus resultados de pesquisa e as abordagens de Scott, especialmente em *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, de 1985.<sup>1</sup>

O período compreendido entre a defesa da tese e a publicação do livro que se lhe seguiu (2000) foi, para mim, de intensa leitura de todos os textos de Scott que podia encontrar, avaliando que sua percepção sobre as formas de resistência cotidiana dos pobres, sobre o discurso oculto dos dominados e sobre a presença ubíqua de uma justiça popular muitas vezes opaca em relação à justiça oficial podia ser útil para a compreensão dos atos das multidões de camponeses que se transformam em retirantes durante os períodos de seca no semiárido brasileiro. Por isso, olhando retrospectivamente, o livro parece atravessado por possibilidades de interpretações pouco desenvolvidas, por sugestões conceituais mal formuladas e por conclusões pela metade. Tentei remendar o pano por diversas vezes nos anos posteriores, mas cedo percebi que isso não tinha sentido lógico. O

que tinha sido escrito em 1997 (defendido como tese de doutorado no início de 1998 e publicado quase integralmente no ano 2000) era o resultado de um conjunto de reflexões dos anos anteriores e só poderia ser o que foi. A questão que se colocava então era: como retomar as temáticas de pesquisa que vinha desenvolvendo desde o começo dos anos de 1990 à luz das inquietações trazidas pelos livros de Scott, incorporando-as às outras inquietações advindas de outras leituras igualmente poderosas. Isso eu poderia fazer.

O centro temático dessas pesquisas é o conjunto de ações desempenhadas por camponeses do semiárido brasileiro que podem ser enquadradas como “invasões”, “saques” ou “ameaças”, que ocorrem a partir de 1877 em momentos específicos de escassez generalizada, conhecidos como “secas”. Parti do princípio de que as ciências sociais estavam, de maneira geral, contaminadas por aquilo que Thompson chamou de “visão espasmódica”, isto é, uma abordagem que despolitiza os populares ao circunscrever suas ações ao universo dos instintos de sobrevivência, associando-as à fome e à destruição das condições básicas de vida. (Neves, 2000, p. 15-20; Thompson, 1998, p. 150-202) Pensei sempre as ações das multidões, ao contrário, como opções construídas a partir de uma cultura política sertaneja e popular, que oferece aos seus membros um arsenal de possibilidades políticas que podem ou não ser acionadas pelos camponeses, dependendo do contexto social.

A “resistência” praticada pelos camponeses, portanto, se reveste de novas e variadas

---

1 Outra indicação de Chalhoub, igualmente frutífera, foi à leitura dos textos que se incluem sob a rubrica genérica de *Subaltern Studies*, grupo de historiadores indianos cuja referência mais importante é Ranajit Guha (*Elementary Aspects of Peasant Insurgency*, 1983).

formas no contexto da modernização agrícola e na formação de novas obrigações para com os proprietários das terras e para com o Estado, durante o processo de consolidação da República no Brasil. Este tema é igualmente importante para Scott, cujo *The Moral Economy of the Peasant* (1976) trata de processos de resistência desenvolvido por camponeses malaios em contextos socioeconômicos semelhantes. Deste livro, a analogia com os recifes de corais, formados por milhões de pequenos indivíduos, cuja presença somente é notada quando um grande navio se choca contra essa barreira natural, foi-me particularmente preciosa para perceber a resistência cotidiana, baseada em uma suposta estupidez, praticada pelos camponeses que se inseriam (ou eram inseridos) em programas de modernização agrícola no nordeste brasileiro. Parece claro para mim, agora, que esses programas falharam por *decisão coletiva* dos camponeses, que se recusaram a implementar medidas que alteravam suas culturas tradicionais, direcionando-as para o mercado. Com isso, o processo de mercantilização da agricultura esbarrou em obstáculos para os quais ainda não se encontrou solução e o chamado “agronegócio” fica restrito a determinadas ilhas de produção de mercadorias, para onde, infelizmente, é dirigido o fluxo estatal de investimentos para infraestrutura. Grande parte do semiárido nordestino é dominado pela agricultura de subsistência, com base na economia familiar da pequena produção, com inserção parcial nos mercados locais, cuja vulnerabilidade às variações das forças de produção é constatada pelas migrações contínuas e pelas secas periódicas.

Essa *decisão coletiva* precisa ainda ser compreendida em seus aspectos microscópicos e micro-históricos, mas pode servir de referên-

cia para outras abordagens igualmente interessantes, que insistem no protagonismo dos camponeses e dos pobres rurais e urbanos no processo de formação da sociedade moderna, da qual eles parecem “excluídos”.

Outros aspectos certamente podem ser sugeridos pela leitura de Scott. Para fins desse artigo, portanto, selecionei três elementos cujas análises podem ser iluminadas pela noção de “discurso oculto”.

## 1. O POVO E O IMPERADOR

Scott chama de “monarquismo ingênuo” práticas populares de reverência e consentimento que são colocadas em ação por camponeses na relação que estabelecem com reis e príncipes, e que se estendem, muitas vezes, aos governantes em geral. O exemplo mais destacado é o da Rússia, onde os czares extraem uma boa parte de sua legitimidade social desse sentimento de proteção e vigilância que os pobres entendem ser prerrogativa do governante. Por meio desse “mito”, as mazelas sociais e os desmandos governamentais podem ser atribuídos a prepostos e outros intermediários da ordem estatal, mantendo o rei afastado dos conflitos sociais e protegido por uma aura de consentimento popular. Os descontentamentos do povo são, assim, canalizados em direção e esses funcionários medianos, os quais, uma vez desmascarados, seriam punidos pelo governante piedoso e incorruptível. Contudo, “talvez o aspecto mais notável desse mito fosse a sua flexibilidade às mãos dos camponeses que o abraçavam”. Com base neste mesmo mito, os camponeses conseguem pressionar autoridades locais e realizar façanhas consideráveis na luta contra

a expropriação de suas terras, a imposição de um sobre-trabalho e o incremento de novos impostos. Jogando com os estereótipos definidos pelo mito do monarquismo ingênuo (“camponês ingênuo, czar benevolente”), os pobres invertem, em contextos específicos, os significados conferidos ao processo de distribuição da riqueza social ou de apropriação de bens pelo Estado. (Scott, 2013, p. 145-150).

No Brasil imperial, uma boa parte dos investimentos simbólicos realizados pelo Estado dirigiu-se à consolidação de uma imagem positiva do Imperador. Assim como homem culto segundo os padrões mais exigentes da cultura europeia, ele deveria aparecer publicamente, aos olhos da população, como um homem benevolente e caridoso, protetor dos pobres e necessitados. Um amplo arco de pertencimento englobaria os desvalidos sob a proteção imperial apresentando D. Pedro II como o ‘pai dos pobres’. A conexão com a Igreja Católica garantia a abrangência nacional e o empenho institucional para a efetivação de um paternalismo baseado na caridade e na esmola.

Uma crise econômica, política e social de dimensões nacionais, como a seca de 1877-1880, poderia colocar em risco toda a montagem dessa estrutura simbólica que configura o Imperador como o “papai Pedro”, o “nosso imperador véio”, conforme narrativas de 1915.<sup>2</sup> Contudo, o gigantesco sistema de socorros implementado em 1878 – assegurando assistência, ao custo do trabalho árduo e mal remunerado, a centenas de milhares de camponeses – confe-

riu uma base de realidade a um rumor amplamente difundido, de que o Imperador ‘venderia até a última joia da Coroa, mas não permitiria que um cearense morresse de fome’.

De fato, o sistema de socorros públicos foi colocado em prática pelos liberais, adversários de D. Pedro II, que o usaram como arma para desarticular a assistência estatal baseada nas esmolas. O trabalho nas obras públicas transformou-se em princípio básico de assistência aos retirantes das secas, absorvendo uma população desvalida e enfraquecida, cujo esforço até a morte foi empregado na construção de uma infraestrutura para o ‘progresso’. Por outro lado, não há registros de que o Imperador tenha proferido esta frase, nem muito menos que as joias tenham sido vendidas, já que milhares de cearenses morreram de fome entre 1877 e 1889 (pelas contas mais conservadoras, cerca de 1/3 da população da província).

Essa ambiguidade parece ter sido compreendida pelos camponeses, que, muitas vezes, agiam em nome do Rei, punindo os comissários locais ou tomando, eles mesmos, a liderança e a iniciativa na obtenção de gêneros e outros produtos de primeira necessidade. Creio poder afirmar que os conflitos ocorridos em Fortaleza, durante os anos de 1878-1880, possuem um nítido caráter de “justiça popular”, no qual os próprios camponeses-retirantes atacam comissários e comerciantes desonestos ou corruptos, que negociam com a miséria reinante na cidade e procuram beneficiar-se com a situação de caos.<sup>3</sup>

2 Narrativas de retirantes recolhidas por Leonardo Mota e publicadas no jornal *A Lucta*, de Sobral-CE (30.06.1915).

3 Convém lembrar que Fortaleza, neste período, recebeu uma população de retirantes estimada em 120.000 famintos, quando o censo de 1872 acusou uma população local de apenas 21.000. Pelos relatórios oficiais, cerca de 220.000 pessoas foram atendidas pelo sistema de socorros

As “pagadorias” tornaram-se locais privilegiados da revolta popular, atraindo a ira dos trabalhadores nas obras públicas cujos salários miseráveis não eram pagos ou cujas rações de fome não eram distribuídas. Em 18/03/1878, por exemplo, a Praça Marques do Herval foi tomada por uma multidão de “pais de família”, cujo pagamento diário não era realizado há três dias, e transformou-se em um palco de guerra. Os alvos principais dos amotinados eram os comissários encarregados pelo pagamento, acusados de desviar o dinheiro, enviado pelo governo imperial, em benefício próprio. Depois desse conflito, um prédio com paredes reforçadas é construído para receber a pagadoria em segurança, mas torna-se palco de um conflito ainda maior em 20/08/1878, quando cerca de 12.000 retirantes enfrentam soldados da polícia e da cavalaria.<sup>4</sup> Nestes dois casos, o que se depreende é a imposição, pela ação coletiva das multidões, de uma forma de justiça popular baseada na compreensão dos camponeses sobre o destino das verbas destinadas pelo Imperador para amenizar a miséria dos pobres, em momento de crise extrema. O que estava em jogo, no limite, era um entendimento coletivo sobre a produção e o destino da riqueza social em momentos de crise, quando uma considerável parcela da população encontrava-se impossibilitada de garantir, por sua própria conta, o sustento. Se o avanço da economia de mercado alcançava, naqueles anos, a agricultura do algodão que se expandiu consideravelmente nos anos de 1865-1875, a fome dos camponeses nos anos seguintes legitimava o retorno a certos padrões do paternalismo, de proteção aos pobres e distribuição de alimentos e roupas aos necessitados. O

apelo ao Rei, que não deixaria morrer de fome seus “filhos”, disseminava-se entre os retirantes, legitimando suas ações contra as autoridades, as quais, presas a uma ambiguidade de governo liberal que defende a não-intervenção estatal nos negócios de gêneros alimentícios mas se vê obrigado a atender àquela população desocupada e faminta, reagem com violência e “rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato”. (Theophilo, 1922, p. 225)

Mas a interpretação popular, de baixo para cima, do “monarquismo ingênuo” produzia outros tipos de legitimação social. Os alimentos recolhidos em armazéns particulares ou em depósitos estatais deveriam, segundo a ótica popular, ser distribuídos gratuita e indiscriminadamente entre os pobres necessitados, mas eram estocados e vendidos, ou distribuídos quando estavam já estragados, beneficiando uma camada de intermediários comissionados pelo governo local. As irregularidades eram certamente notadas pelos retirantes, que perceberam também que somente a ação autônoma e direta poderia enfrentar a situação de dismantelo social e político. O roubo de alimentos, em armazéns públicos e privados ou em carroças que os distribuíam aos centros mais distantes, disseminava-se por toda a província. Grupos de assaltantes se formaram nas estradas e, na cidade, os próprios carregadores usavam a “russega” (instrumento para retirar dos sacos amostras de grãos) para desviar grandes quantidades de gêneros para as famílias abarracadas na periferia. O roubo de grãos parecia seguir um padrão mais ou menos constante: os retirantes procuravam engajar-se em turmas de transporte, onde estariam

---

4 Para uma análise mais detalhada desses eventos, ver Neves, 2005.

mais próximos de situações em que a vigilância dos comissários e seus agentes era relaxada, e, assim, poderiam furtar o máximo possível de grãos com o mínimo possível de risco.

Rodolpho Theophilo, o farmacêutico, observou que “o furto se havia desenvolvido entre os retirantes de maneira incrível”, enquanto o Presidente da Província do Ceará, em 1879, José Júlio Barros, constatou serem “os analfabetos, os proletários, os homens carecidos de todos os benefícios da civilização que comettem a quasi totalidade dos crimes”. Não há dados precisos sobre o aumento dos furtos na capital durante esses anos, indicando um silêncio cúmplice que aponta os holofotes da opinião pública para os comissários corruptos e os comerciantes desonestos, isentando de responsabilidades os camponeses pobres afetados pela seca, incapacitados politicamente, no discurso público, pelo mito do camponês resignado e passivo. No entanto, quando presos, os retirantes revelavam o discurso oculto que inverte os padrões do paternalismo. Defendendo-se das acusações de roubo de grãos, afirmavam que “tudo era do Rei e por consequência lhes pertencia”. Esse argumento, associado à fome, reforçava o vínculo dos pobres com o Imperador, mas, em outro sentido, legitimava as ações populares que protagonizavam invasões e saques a mercados de alimentos. A lei que protege a propriedade estaria assim subordinada às normas culturais que demonizam o comerciante desonesto, que estoca alimentos ou os vende a preços mais altos em lugares afastados das comunidades originais, incluindo aqui o Estado que não distribui os gêneros que teriam sido enviados para satisfazer a

necessidade urgente dos pobres. Desta forma, os próprios pobres percebem-se autorizados a ultrapassar a barreira da subordinação, organizando-se em pequenos grupos para atacar armazéns e outras instituições onde estavam estocados os alimentos. Não só a fome é saciada com os saques e roubos, mas também os camponeses impõem uma noção de justiça que criminaliza autoridades e comerciantes que negociam com a miséria do povo, em momentos de extrema necessidade, como é o caso das secas que destroem as fontes de sobrevivência das unidades produtivas baseadas na economia familiar. Na versão camponesa do “monarquismo ingênuo”, por um lado, o Imperador não estava ciente das arbitrariedades cometidas em seu nome e, por outro lado, as propriedades reais poderiam ser apropriadas pelo povo na medida de sua necessidade. Se a monarquia não foi diretamente questionada pelas ações das multidões de camponeses, as formas hegemônicas de subordinação dos pobres a uma sociedade marcada pela desigualdade estrutural foram significativamente abaladas.

## 2. O DISCURSO OCULTO DAS LIDERANÇAS

José Ferreira de Melo era um carpinteiro, morador de Itapagé-CE, em 1951, quando foi preso sob a acusação de incitamento ao saque no mercado de alimentos. É apresentado no processo – que tem um tortuoso trajeto no interior do aparato judiciário – como um conhecido líder comunista que se aproveita da ingenuidade do povo camponês para satisfazer seus “intuítos políticos”.<sup>5</sup>

5 Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Ações criminais, pacote 40, nº 64, 1948-1953. O processo foi enviado, inicialmente, para a Justiça Militar, em razão do envolvimento de José com os comunistas. O promotor militar, contudo, o devolveu à Justiça Comum, alegando que nem a segurança nacional estava em risco, nem os militares haviam sido agredidos, embora entenda que “o fato, com efeito, merece severa reprimenda”.

O contexto é favorável a essas interpretações exageradas. A legalização do Partido Comunista do Brasil, em 1946, e sua atuação nos anos seguintes expunham a fragilidade da experiência democrática no país, depois do Estado Novo e da ditadura Vargas. Entre os magistrados e boa parte da intelectualidade brasileira, disseminava-se um sentimento de desconforto diante da presença ostensiva de comunistas organizando-se livremente e propagando suas doutrinas “subversivas” por todos os recantos do país. Particularmente, as propostas de reforma agrária, defendidas pelos comunistas, desagradavam às elites rurais que dominavam a cena política no semiárido nordestino, cujo apoio ao projeto estadonovista foi notório. A cassação do registro do partido, em 1947, porém, não significou o encerramento das atividades de seus militantes, que continuaram a organizar “células” partidárias em diferentes lugares, estimulando o movimento operário e popular. A repressão ao PCB representou, segundo Dulce Pandolfi, o alinhamento total do governo brasileiro com a política internacional comandada pelos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria (Pandolfi, 2014), autorizando funcionários e dirigentes estatais a combater e perseguir simpatizantes do “credo vermelho” por todas as áreas de sua atuação.

Por outro lado, a movimentação política dos próprios camponeses, nesses anos, assustou boa parte das elites agrárias brasileiras. A reunião, a ameaça, a invasão e o saque já haviam se tornado elementos positivos da cultura política dos camponeses do semiárido e, além disso, opções de luta disponíveis no interior de um arsenal político bastante reduzido no contexto da seca. Ao longo dos 70 anos anteriores, quando a seca se espalhava pelos sertões, num

amplo processo de destruição generalizada da produção camponesa de subsistência, os retirantes aprenderam a negociar com os poderosos e com as autoridades de novas maneiras, articuladas com a cultura paternalista de relações diretas e pessoais, baseadas na vontade e força dos grandes proprietários de terras em troca de uma lealdade sempre instável e imprevisível por parte dos trabalhadores. O protesto direto – o saque, no limite – aparece neste contexto cultural como uma decisão radical, tomada em última instância, que transgride os códigos paternalistas de passividade e paciência, mas que, ao mesmo tempo, contraditoriamente pertence a esse mesmo universo de significados, forçando seus limites e ampliando as suas possibilidades. Pode-se dizer que uma tradição de ações da multidão ficou solidificada neste período, inspirando temor e respeito nas populações urbanas e nas autoridades locais, legitimando-se como possibilidade concreta de ação popular. Uma cultura de rebeldia tradicional se estabelece entre os camponeses do semiárido, alterando as bases de negociação política e as formas de organização do trabalho na região.

O protesto dos retirantes em Itapagé, portanto, não foi um ato isolado. Grupos de camponeses, desde o início de 1951, movimentavam-se por toda a região norte do Ceará, protagonizando conflitos em diversas cidades, à procura de proteção, apoio e comida. Em Pentecoste, Nova Russas, Coreaú, Canindé e, principalmente, Itapipoca, os revoltosos ameaçavam os mercados em busca de comida, pressionavam os canteiros de obras à procura de trabalho e invadiam prefeituras na intenção de obter apoio político. Multidões formadas por centenas e, às vezes, milhares de homens desesperados, chefes de famílias destruídas pela fo-

me e pela vida nas estradas secas, ameaçavam a ordem hegemônica por meio da exposição pública de suas figuras esfarrapadas e por meio de atitudes que colocavam em prática aquela “estranha justiça com as próprias mãos”.<sup>6</sup>

O grupo que invadiu a Prefeitura de Itapagé, em 12/05/1951, pretendia obter das autoridades alguma coisa para matar a fome e mais algumas promessas de trabalho para “atravessar” a seca. A novidade aqui, no entanto, é que parte do método de organização e pressão política passava pela carpintaria de José Ferreira de Melo. O discurso público, que infantiliza os camponeses, eleva a participação do comunista à situação de “liderança” e “manipulação”, mas, em algum momento, cede lugar ao discurso oculto que permite perceber a colaboração entre camponeses rebeldes e operários urbanos de esquerda. Ao ser interrogado, José alega que acompanhou o movimento “a convite de outros” e que estava em sua oficina de trabalho quando “compareceram cerca de vinte e cinco operários, gente oriunda de vários sítios desta comarca”. Os retirantes teriam alegado “que não sabiam expressar-se devidamente e queriam que o interrogado lhes servisse de interprete junto aquela autoridade”. O poder da palavra, assim, que normalmente é utilizado contra os camponeses pelos comerciantes, donos das terras e autoridades, poderia ser uma arma em favor das reivindicações dos retirantes, desde que expressa segundo os padrões convencionais. A fala articulada de José, muito provavelmente aprimorada na militância comunista, poderia significar um instrumento poderoso de negociação política, ao lado da mais

tradicional forma de pressão: a multidão de famintos. Os camponeses rebeldes pareciam saber disso e buscavam obter apoio de outros trabalhadores para sua causa.

A Prefeitura invadida por centenas de manifestantes tornou-se palco de discursos inflamados de trabalhadores que exigiam a distribuição de alimentos e a formação de turmas de trabalho para absorver os retirantes despojados de suas terras pela seca. José e outros oradores, como Edson Bastos Carneiro e outro trabalhador identificado apenas por Sá, revezavam-se na improvisada tribuna, ressaltando, de um lado, as necessidades das famílias de camponeses no momento dramático da seca e, de outro lado, a força coletiva da multidão de trabalhadores.

O discurso público dos camponeses passivos e incapazes, que precisam de apoio e proteção é de certa forma, reforçado pelos oradores populares, com a descrição de suas mazelas, suas doenças, suas famílias destruídas, suas terras ressecadas, sua fome e miséria. Contudo, ameaças mais ou menos veladas surgiam nos momentos em que se falava sobre o que poderia acontecer caso as reivindicações não fossem atendidas. Agora, reunidos em multidões, agregados em torno de um só objetivo, a força dos camponeses parecia irresistível e nada poderia lhes fazer frente. Os retirantes “sabem onde encontrar o que precisam” e podem fazer “justiça com as próprias mãos”. Essa argumentação, que oscila entre o discurso público e o discurso oculto, é dirigida principalmente para as autoridades, deixando-as perceber que os camponeses podem se comportar como está prescrito na ordem hegemônica ou podem se rebe-

---

<sup>6</sup> Reportagem de Paulo Bonavides, em *O Povo*, 23.05.1951. Para um mapeamento dessas ações neste período, ver inúmeras edições de *O Povo* e *O Democrata* entre 1951 e 1953.

lar violentamente, dependendo das respostas a suas demandas. O que pode resultar dessa violência é imprevisível. O que se vislumbra, desse argumento, é que os subordinados comunicam-se entre si e alimentam sentimentos de rancor e vingança, que podem se desdobrar em atitudes transgressoras, segundo a ótica dominante. Aquilo que parece oculto pelas barreiras da dominação social, num relance, aparece como possibilidade real, aterrorizando aqueles encarregados de defender a manutenção dos valores hegemônicos. As leis que regem a propriedade e a ordem social poderiam ser ultrapassadas de tal forma que as autoridades preferem negociar.

O Prefeito de Itapagé prometeu conseguir trabalho para os retirantes em obras de construção de açudes nas cidades circunvizinhas e a multidão se dispersa, depois da distribuição de cestas de alimentos, resultado da mobilização imediata dos comerciantes ameaçados, e de um alistamento de trabalhadores aptos a ingressar imediatamente no canteiro de obras. A prisão de José Ferreira de Melo foi uma tentativa grotesca de combater o perigo comunista na cidade, processo que, ao final, com a recusa da Justiça Militar, resultou em sua absolvição.

Se os eventos de Itapagé não chegaram a se constituir em uma “declaração pública do discurso oculto”, permitem, num vislumbre, perceber a “infrapolítica” dos pobres, que “é essencialmente a forma estratégica que a resistência dos subordinados deve assumir em condições de grande perigo”. (Scott, 2013, p. 273)

### 3. A UTOPIA DOS POBRES

Uma das mais importantes e destacadas linhas de argumentação do discurso público sobre os pobres é que eles não conseguem, por motivos diversos, articular um projeto consistente de formação de uma sociedade alternativa, em oposição à ordem hegemônica que os oprime. A formulação de um projeto social racional e sistemático parece escapar da consciência dos pobres pelas condições de necessidade em que vivem, absorvidos pela busca da sobrevivência imediata.

A politização das ações das multidões parece sempre uma atribuição exterior, operada por algum agente externo com o qual a multidão se relaciona, seja uma organização popular (sindicatos ou partidos), seja uma instituição estatal ou um evento da vida representativa (uma eleição ou uma disputa entre potentados locais). A dificuldade em qualificar politicamente os camponeses possui origens e significados diversos, com os quais eu mesmo procurei dialogar em outros momentos. (Neves, 2000, p. 9-20)<sup>7</sup> De modo geral, contudo, essa dificuldade parece estar relacionada à definição do próprio conceito de política, com o qual as diversas forças sociais procuram entender as relações de poder e as formas e manifestações das vontades coletivas.

Em primeiro lugar, esse conceito identifica-se e possui significado no interior do campo de atuação do Estado, que define não só o

---

7 O debate sobre ações “sub” ou “pré” políticas teve importância crucial nas pesquisas desenvolvidas por historiadores sociais ingleses, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Os trabalhos seminais de Thompson (1987, v. 1) e principalmente Hobsbawm (1978) foram definitivamente superados, no que diz respeito a essa questão, pelas investigações de George Rudé (1991) e do próprio Thompson (1998, p. 150-199). O conceito de “economia moral”, segundo este historiador inglês, parece articular melhor os elementos envolvidos nas ações dos populares e, assim, explicar melhor suas motivações políticas. Cf. também Neves (1998). Em entrevista concedida no final dos anos de 1980, Hobsbawm relembra esse debate e revê suas posições a respeito.

grau de “politização” das ações sociais quanto sua eficácia. Assim, grosso modo, as ações políticas seriam aquelas que se dirigem (contra ou a favor) aos organismos estatais, cujas demandas se originam nas possibilidades de satisfação pelas características de organização dos grupos no comando do Estado, e/ou se organizam nos moldes estabelecidos pela política representativa moderna. O modelo hierárquico de estruturação das instituições ditas modernas (partidos, sindicatos, associações de classe), baseado na rígida separação entre dirigentes e executantes, torna-se o referencial básico para a identificação de formas políticas de organização e direcionamento das ações coletivas.<sup>8</sup> É necessário, para esse entendimento, a clara percepção de lideranças cujo papel é fundamental para diferenciar os grupos coletivos “organizados” das “hordas” sem objetivo definido; por outro lado, os líderes podem ser responsabilizados judicialmente pelos resultados dessas ações que não correspondam aos parâmetros da legalidade instituída. Somente as formas de organização popular, portanto, que correspondam a esse modelo estabelecido (que provém da política representativa liberal) são reconhecidas como políticas e encontram canais de diálogo mutuamente identificáveis, tanto pelas organizações operárias modernas (partidos, sindicatos etc), quanto pelas instituições estatais (prefeituras, órgãos públicos etc).<sup>9</sup> A Política, desta forma, fica circunscrita a um campo definido pe-

lo Estado e seus padrões estruturais, estabelecido como “civilizado”, relegando a diversidade de formas populares de organização e defesa de seus direitos ou costumes ao campo da “bárbarie” – ações auto-indulgentes, desprovidas de sentido coletivo e de parâmetros de convivência social, segundo regras de troca equivalente baseadas no mercado. É preciso questionar continuamente, portanto, a “severidade da história que há muito tem sido cativa do Estado-nação, que em muitos estudos continua sendo a moldura de análise largamente incontroversa”. (Linebaugh e Radiker, 2008, p. 15)

Em segundo lugar, a política se define como uma atividade racional, em que os fins são estabelecidos em função de objetivos traçados previamente – uma “ação racional-com-respeito-a-fins”, segundo critérios weberianos.<sup>10</sup> O reconhecimento de uma ação como política pressupõe, nessa perspectiva, o reconhecimento prévio de um programa geral, no qual essa ação particular se insere. Desta forma, uma conexão direta se estabelece entre a ação particular e o programa do qual deriva, fazendo com que seus significados sejam definidos nesta relação, de pensamento e ação, de consciência/vontade e consecução de um plano. Fora destes parâmetros racionais, a ação é destituída de sentido, presa a um campo da satisfação animal dos desejos ou necessidades. A fome, portanto, parece ser a representação ideal desta mani-

8 Cf. Castoriadis (1985, p. 11-78). A eficácia das ações políticas assim compreendidas corresponde à eficiência e produtividade da produção em massa operada pela indústria, de onde o modelo deriva.

9 Os partidos de esquerda encontram grande dificuldade em reconhecer nas ações das multidões de retirantes um conteúdo político a ser apoiado ou mesmo reconhecido como parceiro de lutas. Com exceção de uma “conferência de flagelados” organizada pelo PCB em 1953 (*O Democrata*, 19, 22 e 23.12.1953), somente em 1982 entidades ligadas à Teologia da Libertação, uma facção da Igreja Católica, inauguram o apoio efetivo de organizações populares a movimentos de invasões ou saques. Cf. Neve (1994).

10 Cf. Habermas (1975). A própria ideia de “racionalidade” ficaria assim restrita, segundo Habermas, ao estabelecimento de relações diretas entre meios e fins.

festação irracional de revolta, quando homens desesperados transgridem valores sociais básicos e ultrapassam a barreira do relacionamento dito “civilizado”, cometendo violências contra a propriedade ou ameaçando diretamente as pessoas. E. P. Thompson resumiu este tipo de compreensão sobre essas ações das multidões (no caso de sua pesquisa, os motins da fome da Inglaterra do século XVIII) como “visão espasmódica”. (Thompson, 1998, p. 200-250) Segundo ele, a fome não prescreve a ocorrência da ação, embora seja inevitavelmente um de seus elementos legitimadores. A ação ocorre no interior de um sistema de valores, expectativas e comportamentos que lhe confere sentido e, em contextos específicos, legitimidade social. Os motins estavam conectados a um momento de escassez ou de alta de preços dos produtos básicos, como o pão, e suas formas de organização e transmissão de informações se ligavam e se difundiam através da oralidade e de outras maneiras tradicionais de articulação social. Procurei demonstrar que, no caso das ações dos retirantes, as secas fornecem esse elemento legitimador, que impede ou neutraliza a repressão. A ausência de uma “direção responsável” pelo movimento parece, de um lado, dificultar a negociação, pela inexistência de canais institucionais de diálogo e, de outro, neutralizar o seu potencial transgressor ou destrutivo. Assim, sem um plano geral ou um projeto de sociedade que a qualifique, a ação das multidões famintas é relegada ao campo dos instintos e da animalidade, explicada muitas vezes por teorias tributárias de uma “psicologia das multidões”, no estilo de Le Bon, Sighelle ou Tarde. Assim, pode ser tolerada pela sociedade moderna, indiferente frente aos dilemas arcaicos de camponeses arruinados.

Porém, como nos ensinou Koselleck (2006, p. 312-313), não há experiência sem expectativa. Mais uma vez, relegado ao discurso oculto, o programa político defendido pelos camponeses não aparece no discurso público. Primitivas, instintivas, espontâneas, explosivas, as ações das multidões de camponeses arruinados parecem não ter um fim, um “horizonte de expectativa”, uma concepção implícita e diretiva do que seria uma sociedade boa, organizada segundo um padrão que os satisfizesse individual e/ou coletivamente.

Observando essas ações, sua amplitude no espaço e no tempo, sua eficácia específica, sua frequência, sua presença no imaginário coletivo, suas formas de reproduzir-se na arte e na literatura, creio ser possível afirmar, ao contrário, que elas possuem um significado histórico, uma projeção para além do imediato, que por certo se baseia nas experiências passadas, mas se articula, a partir de alguns elementos gerais, como proposta de mudança social. O que pensam os camponeses sobre uma sociedade ideal? Que projeto os move em suas ações? Como seria essa utopia dos pobres?

As respostas a essas perguntas não são simples e só podemos inferi-las por meio das próprias ações dos camponeses insurretos, tentando perceber nelas uma estrutura de sentidos. Analisando-as, podemos deduzir, em linhas bem gerais, que sonhos utópicos seriam capazes de fazê-los romper as barreiras da submissão e do discurso público.

As ações das multidões de camponeses arruinados ocorrem em momentos específicos de crise social – a seca – do qual tiram legitimidade e adesão da população. A generalização da miséria e a fome configuram um am-

biente cultural que suspende as normas comuns do mercado e da organização da produção. Se, no ritmo normal da produção, os camponeses aceitam algumas mudanças nas formas de produção (desde que não alterem fundamentalmente o controle sobre o tempo), nos momentos de crise eles procuram retomar valores quase perdidos pelo progresso das relações de mercado. Assim, as normas do paternalismo rural, baseadas na reciprocidade desigual e na troca de deferência por proteção, são reativadas para fornecer aos miseráveis uma alternativa de sobrevivência nos momentos em que as normas comuns do mercado não lhes permitem a reprodução de suas condições sociais. Há, portanto, uma seleção dos elementos da tradição paternalista que podem corresponder às necessidades atuais dos pobres, que procuram se proteger da fome através de mecanismos tradicionais de proteção pessoal. Trata-se de um aprendizado dramático, que as primeiras gerações de camponeses reunidos em multidões sofreram para absorver.

O avanço das relações baseadas no mercado ocorreu maciçamente, no semiárido nordestino, na metade do século XIX, exatamente em um período de regularidade climática, entre 1845 e 1877. Os fluxos migratórios locais, através dos quais os camponeses se resguardavam da miséria em tempos de falta de chuvas, foram fechados. Ao mesmo tempo, os proprietários endividavam-se na “febre” da produção do algodão e, em seu declínio, no começo da década de 1870, encontravam-se empenhados em resguardar suas propriedades e seus capitais diante das cobranças dos bancos e das empresas de exportação. A seca de 1877, portanto, acontece em momento vital nas relações entre os camponeses e os donos de terras, destruindo

as alternativas tradicionais para a resolução da ausência de chuvas e obrigando os camponeses a migrar maciçamente para as cidades. Os proprietários, nesse contexto de crise, transferem para o Estado suas responsabilidades tradicionais de proteção aos pobres. Desta forma, a capital do Ceará, Fortaleza, transforma-se no alvo primordial da migração de camponeses arruinados, posto que abrigava a sede do poder, onde se poderia conseguir a proteção devida. (Neves, 2000)

Os camponeses fazem uma leitura desse contexto na qual a proteção tradicional aos pobres, devida pelos poderosos, não poderia ser negada. Se os donos de terras não podem fazê-lo, caberia ao Estado (ou os “poderosos”) assumir essa responsabilidade. Ao fazer essa leitura do momento, os camponeses precisavam aprender a lutar por essa ideia.

De um lado, precisavam saber o momento exato para deixar os campos ressecados. Isso era (e ainda, de certa forma, é) um problema delicado, já que, no século XIX, as estradas precárias transformavam-se em verdadeiros cemitérios a céu aberto, como relatam os cronistas. Era preciso uma reserva de energia e comida para a retirada e a chegada a uma cidade estranha, onde os caminhos da ajuda eram incertos. A partir de 1915, as estradas de ferro vieram facilitar esse trajeto, fazendo com que os observadores de dividissem no entendimento dessa antecipação da invasão dos retirantes: uns entenderam que os primeiros a chegar na capital formavam uma “gente ruim (...) vagabunda por instinto e preguiçosa por índole”, que “saindo não faz falta” (Teófilo, 1982, p. 37-38); outros perceberam que eram os arrendatários, que não tinham propriedades a de-

fender ou preservar, os que chegavam antes. A política de assistência empreendida pelo governo obedecia a essa discriminação e, para os arrendatários e posseiros, prevaleciam as migrações incentivadas para a Amazônia ou para o sul do país, enquanto que, para os pequenos proprietários arruinados, eram criados programas de trabalho para que pudessem permanecer no estado, recebendo um “salário”, e retornar às suas terras o mais rapidamente possível. Sobre estes, “geralmente dos que possuíam terras no interior”, o governo entendia que se devia evitar o seu “prejudicial expatriamento”.<sup>11</sup>

De outro lado, as armas políticas a serem empregadas nesse novo momento não poderiam ser as mesmas do personalismo que caracteriza o paternalismo rural, embora não pudessem se distanciar completamente desse modelo. As “lutas por direitos” ainda não estavam disponíveis para esses trabalhadores nesse momento de passagem do século XIX para o século XX (em 1951, o episódio envolvendo José Ferreira de Melo e sua prisão, em Itapagé, corresponde a um momento em que essa alternativa já está colocada e os camponeses procuram inseri-la em seu arsenal de armas políticas). Assim, a multidão e suas formas de pressão coletiva e direta aparecem como uma novidade política em 1877 e se consolidam ao longo dos cem anos seguintes, pelo menos.<sup>12</sup> Ao longo desse processo, alcançam uma legitimidade social que ameniza e, às vezes, impede a repressão por parte das autoridades e das milícias particu-

lares. Se, nos primeiros anos pós-1877, os conflitos ganhavam dimensões gigantescas na cidade – com a mobilização de forças policiais armadas para conter as multidões de retirantes e a ação de grupos de assassinos que executavam ou puniam os camponeses revoltosos nas fazendas –, nos anos posteriores, a repressão oficial foi se resumindo a proteger as propriedades ou organizar filas de alistamentos. Poucos são presos e raros são processados. Os assassinatos de líderes rurais não diminuem, mas raramente se associam a movimentos de invasões ou saques.

Desta forma, a eficácia das ações das multidões, para além de seus objetivos imediatos de saciar a fome de seus participantes, consiste em colocar limites para a expansão da economia de mercado nos momentos de escassez e crise. Com isso, os camponeses elaboram uma proposta implícita de distribuição da riqueza social que contempla a proteção aos mais pobres em momentos difíceis e a garantia de controle do tempo de trabalho pelos camponeses. Não é pouca coisa. Trata-se da utopia que oscila entre um governo bondoso, que atenda aos anseios dos pobres, e uma terra de pequenos proprietários, que não necessitam de governo nenhum. De qualquer maneira, o programa contempla a manutenção da autonomia camponesa sobre os meios de produção e o tempo de trabalho, assim como, de outro lado, a desvinculação e o descomprometimento dos pobres para com a administração dos negócios públicos e a gestão do Estado. A posição contraditória dos

11 Relatório do Presidente do Estado do Ceará, Coronel Benjamim Barroso, à Assembleia Estadual, em 1916.

12 A seca atual (2013), embora seja apresentada pelos especialistas como uma das maiores do século, em termos de abrangência espacial e irregularidade pluviométrica, não se desdobrou em números significativos de ações da multidão. Talvez (ressalto o ‘talvez’), as medidas assistencialistas empreendidas pelo governo federal depois de 2002 (Bolsa Escola, Bolsa Família, Seguro Safra, além da aposentadoria rural, entre outras) tenham feito com que os camponeses, apesar da destruição das colheitas, tenham preferido permanecer em suas localidades, sobrevivendo à custa desses benefícios.

camponeses no sistema de subordinação estrutural em que vivem faz com que elaborem um programa igualmente contraditório, oscilando entre a autonomia total e a subordinação parcial, entre uma vida comunitária independente e a heteronomia condicional.

Tanto num caso como no outro, portanto, afirma-se uma barreira ao processo de apropriação (rendas, tributos ou obrigações) que, mesmo quando não apresenta um questionamento radical ao processo de subordinação, possui eficácia histórica quanto ao estabelecimento de obstáculos à expansão da economia de mercado no semiárido.

O protagonismo dos camponeses reafirma valores comunitários, supervaloriza a autonomia do pequeno produtor e atrasa o “progresso”, isto é, o desenvolvimento das formas capitalistas de produzir e organizar a vida social. Em nome da tradição, combatem as normas econômicas centradas no mercado; em nome da vida, enfrentam as barreiras seculares da subordinação política e social.

Trabalho recebido em 25/05/2013

Aprovado para publicação em 10/08/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, C. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HABERMAS, J. Ciência e Técnica como “Ideologia”. In: *Os Pensadores*. Vol. XLVIII. São Paulo: Abril, 1975, p.303-333.

HOBBSAWM, E. J. “Entrevista com Eric Hobsbawm.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 6, nº 20, p. 42-55, nov/1990.

HOBBSAWM, E. J. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LINEBAUGH, P. e RADIKER, M. *A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NEVES, Frederico de C. “Economia Moral versus Moral Econômica: o que é economicamente correto para os pobres?” *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 16, p. 39-57, 1998.

NEVES, Frederico de C. “Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (1877-1915).” *Trajetos*. Fortaleza: n. 6, p.113-138, 2005.

NEVES, Frederico de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Frederico de C. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

PANDOLFI, Dulce. Entre dois governos: 1945-1950 > A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em 25.01.2014.

RUDÉ, G. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SCOTT, J. C. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

TEÓFILO, R. *A Seca de 1915*. 2 ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1982

THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Ensaios*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

## EXPANSÃO CANAVIEIRA E RESISTÊNCIA SITIANTE

---

Beatriz Medeiros de Melo, Maria Aparecida de Moraes Silva

---

### RESUMO

Na primeira década deste século a expansão da cana-de-açúcar alcança o extremo noroeste paulista, território ocupado, desde os arredores dos anos 1950, por sítiantes que aí se estabeleceram depois do trabalho realizado como colonos nas fazendas de café do centro do Estado. Neste artigo, apresentamos as estratégias de resistência cotidiana empreendidas por este grupo à ocupação dos territórios em que viviam. Iluminadas, sobretudo, pelas reflexões sobre o tema realizadas por James Scott, tais estratégias encontram seu fundamento, sobretudo nos princípios de uma economia moral camponesa, e manifestam-se tanto nas estratégias diretas de reprodução da vida (material e simbólica), como em pequenas rebeliões, boicotes e na disseminação de boatos.

Palavras-chave: Resistência Cotidiana; Expansão Canavieira; Sítiantes.

## SUGARCANE EXPANSION AND RESISTANCE OF SUGARCANE FARMERS

### ABSTRACT

In the first decade of this Century the expansion of sugar cane reached the extreme northwest of São Paulo, territory formerly occupied from the outskirts from the 1950s by ranchers who settled there after having worked as servants on the coffee plantations of the center of the state. This article presents the strategies of everyday resistance undertaken by this group to the occupation of territories where they were living. Lit mainly by reflections on the subject made by James Scott, such strategies meet mainly their foundation in the principles of a peasant moral economy, and are manifested in both direct reproduction strategies of life (material and symbolic) as in small rebellions, boycotts and through the spreading of rumors.

Key words: Everyday Resistance; Sugarcane Expansion; Ranchers.

---

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: mmelobeatriz@gmail.com.

Professora livre-docente visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: maria\_moraes@terra.com.br.

---

## 1 O CONTEXTO, OS SUJEITOS, O CONFLITO

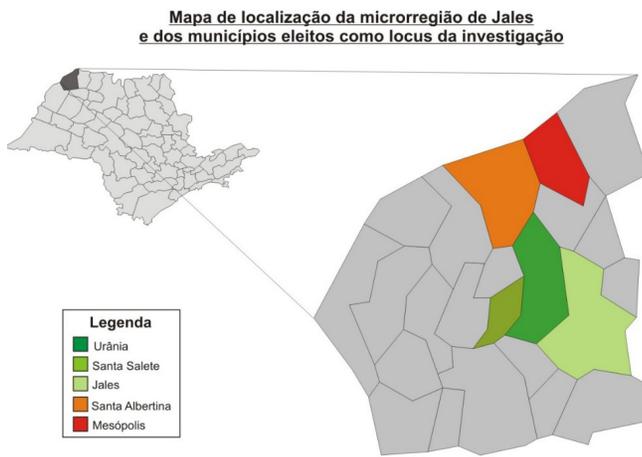
O contexto analisado por nós nessa investigação é de um processo de mudança social bastante recente, que transcorre na região do extremo noroeste paulista desde a metade da década passada, quando se iniciou a negociação, entre sitiantes e agentes a serviço da Usina Colombo, para o encerramento dos primeiros contratos de arrendamento para o fornecimento da cana-de-açúcar que abasteceria a primeira moagem da planta industrial inaugurada no município de Santa Albertina no ano de 2007. Até então, aquele espaço era um dos rincões da produção de alimentos para o mercado interno, realizada por pequenas unidades produtivas, uma produção marcada pela diversificação e pelo uso da mão-de-obra familiar. Poderia ser definido, desse modo, como um ‘território’ da agricultura familiar, no sentido atribuído mais comumente por geógrafos e antropólogos, de “espaço apropriado”, no sentido cultural, econômico e político (Haesbaert, 2006, p. 113-14). A chegada da usina sucroalcooleira instaura um conflito pela apropriação do espaço, conflito esse apenas parcialmente assumido, escamoteado pela liberalização do mercado e pela falta de regulação e planejamento territorial.

Esse contexto de recente mudança social, como alguns autores já enfatizaram (Elias, 1994; Martins, 1996), é o tempo/espaço privilegiado para a observação e desvelamento das relações de identificação que constituem os sujeitos. O contato entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, os ‘do lugar’ e o estrangeiro, entre, enfim, diferentes modos de vida, que em um primeiro momento produz estranhamentos, dá relevo às diferenças, e nos permite identificar, com maior clareza, traços característicos a uns e ou-

tros. E foi em um contexto como esse que nos dirigimos para o extremo noroeste paulista (mais especificamente à microrregião de Jales), com intuito de apreender, sobretudo, o impacto da expansão recente do agronegócio sucroalcooleiro sobre a reprodução das famílias sitiantes.

Uma análise prévia dos dados secundários e uma primeira visita ao campo evidenciaram informações importantes sobre a região: que a produção agropecuária era expressiva, sendo uma das mais importantes regiões do Estado produtora de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, como a uva e a laranja, e de importante bacia leiteira. E, ainda, que os impactos da expansão da cana apresentavam uma extensão e qualidade diversas, delineando duas “áreas” de impacto: de um lado, nos municípios onde a produção de cana se expandia (localizados ao redor de onde se encontra a única usina sucroalcooleira instalada no território da microrregião) predominava a pecuária, sobretudo leiteira, mas também de corte, associada ora à lavoura temporária (hortifruti), ora à lavoura permanente (fruticultura); de outro, naqueles onde a presença da cana era acanhada, predominava a produção de frutas associadas à pecuária leiteira. A partir dessas primeiras observações, definimos como parte do método de análise a realização de uma comparação entre estas duas áreas, na busca de evidenciar distinções qualitativas. Os municípios selecionados a partir de então estão demarcados na figura abaixo para representar os municípios da região de expansão da cana, realizamos observações em tons de vermelho, Santa Albertina e Mesópolis; para representar os municípios onde ainda predominava a pequena agricultura, diversificada e familiar, elegemos

os municípios em tom verde, Urânia, Santa Salete e Jales.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE

Os sujeitos centrais de nossa investigação, os sitiantes, são descendentes dos imigrantes (sobretudo italianos e japoneses, mas também de alguns espanhóis e migrantes nacionais) que, entre o final do século XIX e início do século XX chegaram ao país para substituir a mão-de-obra escrava depois da abolição. Expropriados ou empobrecidos em seus países de origem, foram atraídos ao Brasil (entre outros países da América Latina) pelas agências de colonização, visando, sobretudo, realizar o projeto de adquirir a posse legal de um pedaço de terra e, desse modo, libertar-se da sujeição aos grandes fazendeiros, ao Estado, ou outros atores sociais. Entretanto, como uma extensa literatura já nos informou, o momento em que tais imigrantes chegam ao Brasil, não por uma coincidência, é também o momento posterior à instituição da Lei de Terras, que transforma a terra em mercadoria, instituindo o processo de compra e venda como a única forma de apossamen-

to legal. Tal mecanismo garantiu a disponibilidade de mão-de-obra para os trabalhos nas fazendas de café durante o auge deste ciclo, ou, de outro modo, forçou aqueles imigrantes, então empobrecidos, a venderem sua força de trabalho para as fazendas de café como condição para alcançar, posteriormente, o projeto de adquirir a posse da terra.

Com divisas reunidas com o esforço dos membros de toda uma família extensa e/ou de empréstimos privados, uma parcela (pequena) daqueles ex-colonos compraram diminutas propriedades de diversas empresas de colonização, cujas posses foram constituídas pelo mecanismo da grilagem, ou da compra de terras griladas, no espaço rural do extremo noroeste paulista a partir de 1940. Inicialmente, plantaram ali cultivos temporários comercializáveis (arroz, algodão, milho, amendoim) e outros cultivos que serviam, sobretudo, à subsistência (como o feijão, a abóbora, a mandioca, entre outros) a fim de quitar as parcelas do financiamento e prover o sustento da família. Com o decorrer do tempo, as culturas de subsistência foram perdendo espaço, gradativamente, às culturas comerciais, sem, no entanto, jamais ter desaparecido por completo. Os sitiantes dessa região produziram grande parte do café em sua última etapa de produção no Estado. A criação de gado também esteve presente em quase toda pequena propriedade da região, constituindo um traço da tradição pastoril paulista, e compondo parte das estratégias de diversificação produtiva. Gradativamente cresce a produção de frutas: primeiro a banana, a laranja, e, a partir da década de 80, a uva, o limão, a manga. E as características produtivas que encontramos atualmente na região estão assim mais ou menos demarcadas: a) na região às margens

dos rios, pela presença mais destacada da pecuária leiteira e de corte, associada à produção de frutas de cultivo temporário, com presença mais recente da produção, também temporária, da cana-de-açúcar para a indústria; b) no limite a leste, alcançando o centro da região, predomina a produção de frutas de cultivo permanente e horticultura.

Por essa retrospectiva histórica, bastante sumarizada<sup>1</sup>, chegamos ao entendimento do processo através do qual se constituiu a 2ª microrregião de maior desconcentração fundiária no interior do Estado de São Paulo. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, essa é a segunda microrregião com maior extensão territorial ocupada com propriedades entre 0 e 20 ha (45.875 ha), tendo à sua frente apenas a microrregião de Presidente Prudente, e atrás de si a microrregião de São José do Rio Preto. E, embora apresente apenas a 24ª maior extensão territorial total do Estado (com 392.890 hectares), é a 7ª microrregião com maior extensão relativa da área territorial rural (86% da área total), o que sugere a importância das relações que se desdobram neste espaço.

A expansão recente da cana-de-açúcar se explica pela aliança entre capitais (agroindústria e indústria automobilística), entre capital e Estado (no âmbito nacional, exemplificada pelo incentivo público à compra de veículos automotores através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI), e entre Estados nacionais (incentivo às exportações).

E dá-se, ademais, num contexto que impôs às usinas a necessidade de responder às exigências socioambientais que são decorrência das reclamações de justiça dos movimentos ambientalista e trabalhista incorporadas pelo Estado. Desse modo, a União da Indústria Canavieira (ÚNICA) firmou em 2007 com o governo do Estado de São Paulo, o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro que, entre outras medidas, previu a antecipação do fim da queima da palha da cana e supôs, portanto, a mecanização do corte. A licença ambiental que autorizou o funcionamento da Usina Colombo, cuja instalação na microrregião de Jales foi concluída naquele mesmo ano de 2007, impôs a condição de estabelecer-se o processo de colheita de modo inteiramente mecanizado. Sendo esta uma zona de baixa declividade é, então, atrativa nesse novo contexto. Territorializar-se nesta região é, então, um modo de enquadrar-se ao Protocolo assinado pela UNICA, e, a um só tempo, favorecer-se da aparência de estar eliminando as ‘degradantes condições de trabalho’ que pesavam sobre os cortadores manuais e os danos ambientais e à saúde da população, antes causados pelas queimadas.

O extremo noroeste paulista é a zona de mais recente expansão do plantio da cana no Estado de São Paulo. Depois dos municípios de Votuporanga e Franca, que tiveram uma ampliação de 156 e 142% da área plantada de cana entre os anos de 1990 e 2000, surge a MRG de Jales, com uma ampliação de 38%. Os con-

---

1 Na tese que dá origem a este artigo, dedicamos um capítulo a reconstruir a história de ocupação da região, passando pelo extermínio da população indígena, a chegada do mineiro, das empresas de colonização, dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, a constituição da pequena propriedade e os primeiros ciclos de produção agropecuária na região. Referências importantes para tal reconstrução foram as obras de Pierre Mongeig (*Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*, 1971), de Sergio Milliet (*Roteiro do café e outros ensaios*, 1941), e, mais recentemente, os trabalhos de Luis Murumatsu (*As revoltas do campim: movimentos sócio-agrários no Oeste paulista 1959-1970*, 1984) e de Sedeval Nardoque (*Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*, 2002).

tratos de arrendamento, na região, são firmados à base de um ATR/kg fixo por tonelada a cada alqueire, cujo preço equivalente é regulado pela CONSECANA. No ano de 2011, quando se firmavam os contratos para a segunda safra de produção da cana na região, os sítiantes recebiam 45 toneladas por alqueire<sup>2</sup>.

Esta contextualização delinea, por meio de breves apontamentos, o conflito que se desenvolveu no extremo noroeste paulista mais recentemente com a chegada da Usina sucroalcooleira. Camponeses cuja trajetória foi marcada pela expropriação, (re)constróem seu “território de vida” naquele rincão do Estado de São Paulo, passados, ao menos, duas gerações de ascendentes sem-terra, dependentes de grandes proprietários de terra. A autonomia conquistada com a posse de parte dos meios de produção (a terra) é, todavia, relativa: se, por um lado, o sítiante se liberta de algumas teias de subordinação, envolve-se em outras, aquelas tecidas pelas indústrias de sementes e insumos, agroindústrias, distribuidoras de alimentos. Mas, se essa situação de sujeição lhe soa penosa, o risco (ou a possibilidade) de desvinculação do território, que se aproxima com a atuação da usina sucroalcooleira na região, mobiliza os sujeitos em ações de “resistência cotidiana” de diferentes naturezas: nas estratégias de reprodução material, nos boatos postos em circulação contra a atuação da Usina, chegando a materializar-se numa articulação política que se esforçou por estabelecer limites à produção de cana-de-açúcar na região. A partir da observação realizada *in locu*, depreendemos que as estratégias de reprodução do campesinato, quando

contrapostas ao risco da desarticulação de todo um modo de vida, podem ser tomadas, em seu conjunto, como estratégias de resistência. As noções de “resistência cotidiana” e “economia moral camponesa”, tratadas por James Scott, foram instrumentos teóricos fundamentais para a construção de nossas análises.

## 2. O QUE CHAMAMOS DE ‘RESISTÊNCIA’?

A investigação sobre processos de resistência supõe a investigação sobre contextos de *mudança social*, temática cuja reflexão é atribuição por excelência do campo da Sociologia. Nas diversas subáreas dessa disciplina, teóricos investem na compreensão de diferentes reações aos processos de mudança, sua direção e suas consequências. A resistência é apenas uma delas. Outras são a ruptura (ou descontinuidades), a continuidade e até mesmo a “invenção de tradições”, fenômeno que combina continuidade e descontinuidade, conforme demonstrado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, 2012. Tomamos a resistência dos sítiantes à expansão da cana-de-açúcar, inicialmente, como um dado, um fenômeno colocado, demonstrado num primeiro momento, por meio da organização dos dados secundários do IBGE que apontaram: a) a já mencionada desconcentração fundiária; b) um percentual de 91% de propriedades cuja “condição do produtor” é a de “proprietário”; c) uma expansão recente e bastante localizada da produção de cana-de-açúcar, embora a microrregião de Jales estivesse, desde a década de 80, cercada por usinas su-

---

2 No corpo da tese pode-se acessar a discussão sobre as estratégias de extração de rendimentos que acompanha essa forma de remuneração.

croalcooleiras<sup>3</sup>; d) a representatividade das atividades do setor primário, o maior produtor de valor e empregador da região, alcançando, em mais da metade dos municípios, o volume de 40% a 50%<sup>4</sup>; e) um volume relativo de população rural bastante significativo (13%), se comparado ao índice do Estado de São Paulo (4%) e do Brasil (16%).

O universo de relações que nos foi sugerido pela análise de tais dados apontou para a *persistência* da agricultura familiar na região. A observação direta de tais relações, o desvelamento de seus significados, apontou para essa *persistência* como uma forma de *resistência*, num sentido muito próximo daquele tratado por Scott (2002) em seus estudos sobre a resistência cotidiana, ou no sentido das *estratégias defensivas* de Wolf (1976), enquanto ações que se desdobram cotidianamente no sentido de construir arranjos menos desfavoráveis à reprodução da vida, e que se manifestam em seus diferentes domínios (como a cultura, a economia, a política, as relações sociais), de diferentes formas, mais ou menos organizadas, de maneira completamente endógena (com a participação de um único grupo ou classe), ou com a participação de membros externos (como membros de instituições públicas ou privadas, religiosas ou seculares).

A compreensão das razões pelas quais se preservou no extremo noroeste paulista, uma pequena agricultura familiar e diversificada em meio a um contexto de predomínio e expansão da monocultura da cana-de-açúcar destina-

da à indústria de açúcar e álcool, levou-nos a um universo de significado e normatividade que encontra explicação, num primeiro momento, tomando-se como referência o passado, ou, em outras palavras, observando-se os traços de continuidade que aproximam os sítiantes de Jales ao grupo daqueles sujeitos históricos definidos em suas características mais gerais como camponeses. Um conjunto de normas, de noções de justiça, de bom e até mesmo de belo, quase sempre opostos àqueles representados pelo agronegócio, foram expressos pelos sítiantes em diferentes momentos: nas práticas produtivas, nos discursos críticos proferidos, nas pequenas rebeliões e ações políticas, na manifestação de seus sentimentos quanto ao sentido das mudanças sociais vivenciadas. Compreendemos, então, que o conflito que se inaugurou na região com a chegada da Usina é, também, um conflito moral, entre diferentes modos de vida que tem em sua base um quadro de referência normativo distinto e, tantas vezes, oposto.

Os fenômenos e relações que observávamos em campo sugeriam, desse modo, uma aproximação com as noções de “economia moral” de E. P. Thompson (1998), e, mais precisamente, com a noção de “economia moral camponesa” de James Scott (1976). Enquanto o primeiro autor utilizou o termo para explicar, sobretudo os costumes relativos à venda dos alimentos e as rebeliões que se opuseram à liberalização do mercado, James Scott, ao tratar especificamente da população camponesa, para a qual a questão da subsistência depende

---

3 Na mesorregião de Araçatuba (localizada ao Sul da MRG de Jales) encontramos cerca de 20 usinas instaladas, e, na mesorregião de São José do Rio Preto (onde está localizada também a MRG de Jales), encontramos pelo menos mais duas dezenas de Usinas. Grande parte delas instalou-se na região nas décadas de 1980 e 1990 impulsionadas pelos programas PROÁLCOOL e PROOESTE.

4 Conforme estudo realizado por Nardoque (2007). Podemos supor que apenas em dois destes a usina sucroalcooleira seja o maior empregador: Mesópolis e Populina.

do acesso à terra, ampliou o universo dos costumes que podem ser definidos como “economia moral”, alcançando, então, as regras relativas ao uso da terra e o direito de acesso a seus produtos (Thompson, 1998, p. 259).

Do estudo realizado por James Scott (1976) sobre os camponeses da Malasya tomamos uma primeira reflexão sobre o conteúdo específico da “economia moral camponesa”. Para o autor, esta é composta de valores morais que anunciam noções particulares de justiça, de leis e obrigações e de reciprocidade. A ética da subsistência que é derivada dessas noções anuncia a precedência da garantia da reprodução material do grupo à maximização dos lucros, princípio que guia, por outro lado, as estratégias do capital. Desse modo, o camponês é, antes, guiado pelo princípio da confiabilidade, pela construção de estratégias que visem diminuir os riscos à subsistência do grupo. James Scott observou que tal ética é produto de um aprendizado prático e moral realizado no transcorrer da história desse sujeito histórico, de geração a geração. Nas sociedades pré-capitalistas foi mobilizada, sobretudo, pelo medo da escassez do alimento, da fome; nas sociedades mercantis e capitalistas, pelo temor da dependência, que crescia com as taxações, o inquilinato, a dinâmica dos preços dos alimentos e dos custos de produção. E se materializa em diversas técnicas de produção, como a diversificação agrícola, a rotação de culturas, técnicas particulares de plantio, desenhadas pelas tradições locais durante séculos de tentativa e erro, a fim de produzir a mais estável e confiável maneira de lidar com os fatores de produção diante das circunstâncias. Os valores comprovados dessas técnicas é o que concede aos camponeses o que James Scott denomina de “tenacidade brechtiniana” (Scott, 1976,

p. 2-13). Ademais de dirigir as técnicas de produção, a economia moral anuncia também regras de reciprocidade e estratégias particulares de transmissão da posse da terra.

Sugerimos os princípios que guiam a *economia moral camponesa*, por serem capturados nos momentos e relações anunciados acima, além de serem percebidos através da expressão dos sentimentos, como o sofrimento e o sentimento de pertença (ou de identificação). No prefácio de *Moral Economy of Peasant*, James Scott anuncia ter assumido os sentimentos, ou a dor, como forma de expressão do conteúdo moral da ética da subsistência (1976, p. VII). No mesmo caminho, Luc Boltanski erige os sentimentos como prova existencial do desajuste entre um estado de coisas e suas representações simbólicas, vivenciados em períodos de drásticas mudanças sociais (Boltanski; Chiapello, 2009). Os sofrimentos podem ser tomados, assim, como uma *contradição hermenêutica* (ao nível dos sentidos).

Por outro lado, observando as práticas culturais, rituais e cotidianas, de grupos camponeses podemos compreender os significados, por um lado, transcendentais e religiosos que circundam o tema da produção e consumo de alimentos e, por outro, os processos de identificação constituídos ao redor do alimento, da terra, e daquele espaço de relações. Uma extensa literatura, brasileira e internacional, toma a alimentação como um dos caminhos para se compreender um modo de vida particular, de que é exemplo o trabalho de Antônio Candido, que afirma ser possível observar, através do estudo da alimentação, “um traço de continuidade nas relações entre um grupo e seu meio” (Candido, 1971, p. 28-29). Também na característica e no relevo particular atribuído aos

momentos de lazer e sociabilidade, incluindo aí as festividades, o sentido moral contido na *economia moral camponesa* se revela. Para Antônio Candido, uma das características da cultura caipira (ou do camponês rústico paulista) é a preservação de “certa margem de lazer”, constituída, entre outras explicações, como expressão de liberdade, de negação da submissão, negação que tem como pano de fundo a condição preterida vivenciada durante a escravidão (p. 84-85). Este é um princípio analítico que ilumina também a explicação da necessidade de negação da condição de colonos vivenciada pelos ascendentes dos sitiantes de Jales.

A resistência cotidiana do camponês é estruturada pela via de uma organização particular de práticas cotidianas, sustentadas por valores morais, sobretudo porque a via da resistência aberta lhe é interdita por diferentes caminhos: pela descontinuidade das mudanças que atingem diferentes grupos, em diferentes momentos; pela exploração indireta, já que o camponês não é efetivamente integrado no processo produtivo; por tratar-se de uma classe complexa e justaposta, o que obscurece a compreensão dos múltiplos interesses e formas de submissão; por fim, pela repressão real ou potencial que lhe atinge (Scott, 2002, p. 16-17). Este último elemento (a violência) é compreendido por Florestan Fernandes como uma das características estruturais do capitalismo agrário brasileiro. Tendo como principal fonte de acumulação a exploração de formas não-capitalistas de produção, ou, em outros termos, a acumulação primitiva permanente, o “uso indissimulável da violência” é o instrumento para impedir que “as infra-estruturas pré ou sub-capitalistas se esboroem, arruinando assim as ba-

ses materiais do tipo de acumulação que realizam” (Fernandes, 1972, p. 148).

Por tais razões é que a resistência camponesa, quando confrontada com diferentes formas de poder e dominação, se estrutura sobretudo por vias indiretas, sutis e disfarçadas. Uma destas formas é a *desistência*, ou a *sabotagem*. A recusa a integrar-se aos circuitos de produção estruturados a partir das grandes fazendas, ou das agroindústrias, expõe tais experiências ao risco do completo desmantelamento. Foi por essa razão que o governo colonial da Malásia procurou desencorajar a produção de borracha realizada pelos camponeses, que poderia competir com o setor de plantations em ascensão (Scott, 1976, p. 12-13). Estudando o caso dos indígenas de Otavalo, no Equador, Tanya Korovkyn (2002, p. 122) remete também à estratégia de *desistência* por eles empreendida: diante do avanço da formação de fazendas naquelas que antes eram terras de uso comum, ao invés de permitir que fossem transformados em trabalhadores permanentes daquelas (o sistema de *huasipungo*) os camponeses seguiram extraindo seu sustento de suas pequenas parcelas de terra, limitando sua interação com a fazenda a um serviço de apenas dois dias por semana (o sistema *yanapa*). Na esteira de tais reflexões, sugerimos que a recusa dos sitiantes de Jales em encerrar contratos de arrendamento com a Usina sucroalcooleira pode, se praticada em larga extensão, colocar em risco a expansão da cana de açúcar na região.

Outra forma indireta de resistência é o discurso oculto. Segundo Scott (2002, p. 12; 2004, p. 20-11), “cada grupo subordinado produz, a partir de su sufrimiento, um discurso oculto que representa una crítica del poder a espaldas del dominador”, ou, melhor dizendo, ele

é a insinuação de uma crítica ao poder ao mesmo tempo em que mantêm-se protegido pelo anonimato. Exemplos de discursos ocultos são os rumores, os boatos, os contos populares, as canções, os gestos, as piadas, o teatro popular, a dissimulação, a ignorância fingida, a sabotagem, o boicote, a fofoca, a difamação (Scott, 2002, 2004). Para Scott (2002, p. 28), se por um lado estas formas de resistência não podem, isolar, ganhar batalhas, e se lhes falta coordenação, por outro, ganham em flexibilidade e persistência.

Muitos autores relegam este tipo de *resistência cotidiana* a um papel secundário, subestimam seu potencial. Denominam tais resistências, tantas vezes, de *resistência passiva* por não alcançarem a efetiva transformação da natureza das relações e fenômenos que nega (Menezes, 2002, p. 43). É evidente que há ambiguidade nestas formas de resistência: se elas não alteram radicalmente as relações de dominação, contribuem em alguma extensão para sua reprodução. Sua intenção é, sobretudo, possibilitar a sobrevivência dentro do sistema, na expressão de Scott (2002), ou trabalhar no sentido das desvantagens mínimas, no sentido de Hobsbawm e Ranger (2012, p. 30). Por outro lado, a pressão dessas formas de resistência acaba dando forma às transições, impondo limites ao capital, tal como demonstrado pelo estudo de Korovkin (2002). Thompson (1998, p. 192) fala da força dos motins no final do século XVIII no sentido de forçar os fazendeiros a encontrar um meio-termo entre o preço econômico elevado do mercado e o preço moral tradicional determinado pela multidão. Atento a processos como esse, James Scott critica a diferenciação entre “resistência real” e formas epifenomênicas de resistência, ou resistências incidentais. Para ele, até mesmo aquelas ações in-

dividuais e não organizadas precisam ser tratadas como parte de um processo sem o qual não é possível, por exemplo, explicar o sentido das revoluções modernas. (Menezes e Malagodi, 2011, p. 19-20).

Os *camponeses*, por outro lado, são considerados, por perspectivas de um estruturalismo estreito, sujeito passivo e conservador quase “por natureza”, um obstáculo à mudança (Ploeg, 2008, P. 33-34) ou um “contribuir mais ou menos anônimo” (Scott, 2002, p. 11), associado à classe da burguesia rural, reduzido a características derivadas do “modo de produção capitalista” e suas insurreições julgadas tantas vezes como ações pré-políticas (Martins, 1981, p. 27-28). Thompson (1998, p. 186), de outro modo, percebeu em suas investigações que os camponeses eram tantas vezes menos passivos e menos inertes que os trabalhadores das fazendas por estarem menos enredados nas teias da sujeição direta. Ploeg (2008, p. 7) percebe o modo de vida camponês como uma crítica materializada. Sua existência, por si mesma, nega valores que são próprios da lógica capitalista. Estes e outros autores (como Menezes, 2002; Menezes; Malagodi, 2011; Wanderley, 2009) entre outros, caminhando na contramão do fatalismo que anuncia “a morte do campesinato”, fadado a proletarizar-se ou a converter-se em capitalista, buscam os traços de continuidade deste grupo que se mantém ademais da necessária integração ao mercado, e destacam o papel ativo destes sujeitos na construção de suas estratégias de reprodução. Os resultados da investigação que realizamos em Jales, que se poderá acompanhar a seguir, nos levaram a estabelecer um diálogo constante com tal perspectiva teórico-analítica.

E advertimos, por fim, que a resistência cotidiana camponesa se alimenta não apenas do passado, daquele acúmulo de conhecimentos de que é expressão a economia moral e a ética da subsistência, do conjunto de valores e normas construídas e transmitidas por seu grupo particular, mas também de valores modernos cujos princípios se encontram com aqueles anunciados por seus ascendentes. Foi a partir de algumas das críticas a Scott retomadas por Korovkin (2002) que nos detivemos a pensar sobre tal questão. O autor mostra que Kerkvliet (1990, p.103), ademais de utilizar-se do termo “resistência cotidiana”, compreende que os protagonistas destas não são inspirados tão somente pelo passado, mas incorporam elementos modernos em seus discursos, reclamando, por exemplo, dos direitos de cidadania e das responsabilidades do Estado Nacional. No caminho de tais reflexões, observamos que as críticas dos movimentos ambientalista e trabalhista incorporadas mais recentemente pelo Estado retroalimentam a defesa que fazem os sitianteiros de seu modo de vida, e a crítica presente em seus discursos à expansão recente da cana-de-açúcar na região.

### 3. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO MATERIAL COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA

Parte da investigação realizada recaiu sobre os impactos da recente expansão da cana na microrregião de Jales, buscando compreender as estratégias de reprodução material, que remetem, neste contexto, sobretudo à produção agropecuária, à comercialização de seus produtos e à organização do trabalho. A compa-

ração entre as diferentes áreas de impacto evidenciou, sobretudo, que aqueles sitianteiros que vivem em áreas onde com mais frequência se aderiu aos contratos de arrendamento de parcela ou da totalidade do sítio para a produção de cana-de-açúcar encontravam-se mais empobrecidos, tanto porque estavam diretamente integrados aos circuitos de produção agroindustrial (os laticínios), que lhes extraía parte significativa dos rendimentos, como porque se tornaram excessivamente dependentes da pecuária leiteira. Tal dependência foi construída no encadeamento de uma série de circunstâncias: empobrecidos, com mais frequência os filhos migraram para a cidade e para trabalhos urbanos; o menor número de membros vivendo na área rural e o envelhecimento daqueles que aí permaneceram criaram empecilhos ao cultivo de agricultura intensiva e ao aumento da escala de produção; também as normas de higienização impostas pelos laticínios coíbiam a diversificação produtiva nas proximidades da área onde está confinado o gado leiteiro. E, sugerimos, não apenas esta série de elementos estruturais e conjunturais, mas também uma excessiva confiança na liquidez característica da pecuária leiteira, combinaram-se no sentido de fragilizar as estratégias de reprodução material dos sitianteiros do entorno da Usina Colombo. Nesse sentido, aqueles sitianteiros negligenciaram (ou foram levados a negligenciar) importantes lições da “ética da subsistência”, como a prática da diversificação produtiva como mecanismo de segurança diante das oscilações do mercado de preços agrícolas e da condição de integração marginal aos circuitos agroindustriais.

Mas foi, sobretudo, da observação das estratégias de reprodução material daqueles sitianteiros que, a despeito dos interesses manifestos

dos agentes da usina sucroalcooleira, seguem produzindo uma agricultura familiar diversificada, que podemos compreender como, através da organização da produção, do trabalho e da comercialização, se articulam estratégias de resistência cotidiana diante de um contexto que ameaça a reprodução desse modo de vida. Dentre tais estratégias, estão: a diversificação produtiva, dos rendimentos e também das estratégias de comercialização, uma menor submissão ao circuito de produção agroindustrial, a constituição de redes de proteção que envolvem sítiantes e comerciantes, a abstenção ao uso do financiamento, a transmissão de conhecimentos relativos às formas de produzir naquele espaço/tempo particular, entre outros elementos de caráter subjetivo, como o gosto, a vocação, o costume, a lembrança e o desejo de preservar certa margem de lazer.

Os sítiantes que resistem em estabelecer uma relação de dependência direta com a usina sucroalcooleira esforçam-se, assim, por construir ao seu redor um universo bastante amplo de possibilidades de reprodução material, guiadas, sobretudo, pelo princípio da ética da subsistência, que anuncia a centralidade da confiabilidade, ou dos menores riscos possíveis à reprodução da família. Os sítiantes desta região praticam, sobretudo, o sistema policultura-criação, caracterizado pelo uso intensivo de mão-de-obra. Das 15 famílias reconhecidas por nós naquela área mais da metade pratica mais de um *tipo de produção* agropecuária: 1 família realiza 4 atividades: fruticultura, horticultura, gado de corte e indústria doméstica; 3 famílias diversificam entre 3 atividades agropecuárias distintas, construindo cada qual diferentes arranjos entre a fruticultura, gado de leite, indústria doméstica, horticultura, atividade madeireira e extrati-

vista e gado de corte; 6 famílias desenvolvem pelo menos dois tipos de produção agropecuária, construindo diferentes arranjos. Apenas 5 famílias desenvolvem um único tipo de produção agropecuária. Entretanto, se levarmos em conta o número de *produtos* que estas últimas famílias cultivam, veremos que em apenas duas delas cultivam apenas um único produto (leite e borracha, respectivamente).

Entre as famílias que desenvolvem mais de um *tipo de produção* agropecuária, encontramos também uma intensa diversificação de *produtos*: uma das famílias chega a cultivar 11 produtos diferentes; 2 famílias cultivam 9 tipos de produtos agropecuários comerciais; 1 família cultiva 6 tipos de frutas. As demais, trabalham, cultivando entre 2 e 6 tipos de produtos agropecuários distintos.

Outra característica distintiva dos pequenos estabelecimentos da área é a presença generalizada da produção de autoconsumo, que ocupa papel importante na reprodução material e simbólica deste grupo. Quando questiono o filho de um sítiante que encontrei pela cidade sobre a existência de produção para o consumo da família na propriedade de seu pai, ele explica: “Se você chegar numa propriedade dessa e não tiver vaca de leite, galinha, porco, não é sítio”. Assim, todos apresentam uma significativa produção de subsistência, que associa tipos diversos de produção agropecuária. Os mais destacados são as árvores frutíferas e os galos e galinhas, presentes em quase todas as propriedades visitadas; depois surgem as hortas domésticas, que incluem os legumes, as verduras e as ervas aromáticas, encontrados em 10 das 15 propriedades; o gado de leite e gado de corte foram encontrados em 4 das 15 propriedades e os cereais e leguminosas (milho e feijão), em 3 pro-

priedades. Destacamos, ademais, que os produtos comerciais destes sítios são também consumidos pelas famílias. Sendo a produção comercial bastante diversificada, incrementa, certamente, a alimentação da família.

Quanto à diversificação dos rendimentos que possibilitam a reprodução dos sitiantes da região, embora apenas 4 das 15 famílias com as quais estabelecemos contato não recebam rendimento algum de natureza não-agrícola, as rendas agrícolas, para todas elas, são as mais elevadas, e possuem maior importância na reprodução do grupo, o que sugere que o quadro observado na MR de Jales se afasta da tendência anunciada por alguns autores de aumento da pluriatividade e das rendas não-agrícolas (Silva; Grossi; Campanhola, 2002, p. 39) no campo brasileiro. As rendas não-agrícolas, de todo modo, compõem as estratégias de diversificação dos rendimentos, que são: o recebimento de aposentadoria (12 dos 15 sítios), o emprego urbano (para 7); o aluguel de imóvel urbano (para 4); o arrendamento de parte da propriedade rural (para 2), o artesanato (para 2).

A estratégia da diversificação para diminuir a situação de dependência alcança também o momento da comercialização. Enquanto na área onde a produção da cana se expande os pequenos sitiantes estão sujeitos ao estabelecimento de relações comerciais com um grupo pequeno de empresas agroindustriais (alguns poucos laticínios, a usina sucroalcooleira, alguns abatedouros ou outros intermediários), na região onde predomina a agricultura familiar e diversificada os sitiantes possuem amplas possibilidades de relações comerciais, as que representam diferentes níveis de subordinação: produtores de alimentos que serão consumidos *in natura* (como as frutas e hortaliças, e cer-

ta quantidade de leite) vendem seus produtos a intermediários, (os *marreteiros*), vendedores ambulantes (que utilizam as carriolas ou charretes), a distribuidoras de alimentos (sem o intermédio dos marreteiros), diretamente ao consumidor, nas feiras livres da região, ou para o Estado, para a alimentação escolar ou de beneficiários de serviços públicos (através do Programa de Aquisição de Alimentos). Alguns (3 das 15 famílias) vendem, também, produtos derivados da indústria doméstica. Há, ainda, alguns produtores de leite, que estão, por isso, numa relação de subordinação mais intensa em relação às indústrias de alimentos, todavia apenas em 1 dos casos trata-se do único tipo de produção agropecuária mantida na propriedade. Vimos, assim, que se não é dado àqueles sitiantes o “poder de recusa” (WOLF 1976, p. 69), ao menos tais sitiantes podem escolher com qual destes agentes do mercado estabelecerá relações. O mecanismo da diversificação no momento da comercialização é mobilizado, sobretudo, em função das reservas de longa data que tal sujeito histórico possui com os agentes do mercado (Thompson, 1998, p. 156). Para resguardar-se cria, então, uma rede de relações de confiança entre os sitiantes e entre eles e alguns agentes do mercado.

Outras experiências de redução da situação de dependência foram desenhadas na região, por exemplo, nas tentativas de fugir à inevitabilidade da submissão aos pacotes tecnológicos por meio da agricultura orgânica ou natural, embora sejam casos isolados. Poderíamos incluir, ainda, algumas mudanças técnicas de correção e conservação do solo, implementadas em alguns sítios da região com a orientação dos técnicos do CATI, outro exemplo das estratégias de resistência cotidiana, na medida em

que buscou reduzir os impactos da agricultura intensiva baseada nos pacotes tecnológicos, possibilitando que os sitiantes se mantenham vivendo e produzindo naquelas terras por mais tempo. A importância destas e outras medidas, implementadas ou estimuladas pelo CATI (como a diversificação produtiva), apontam para o papel de agentes do Estado na construção das estratégias de resistência cotidiana.

O solo sobre o qual se desenvolvem tais estratégias é, sem dúvida, a construção de conhecimento, formais e informais, transmitidos através das gerações. No caso dos sitiantes de Jales, as diferentes gerações tiveram papéis diferentes nesse processo de construção/transmissão de conhecimentos: os membros da primeira geração foram os que enfrentaram os primeiros desafios daquele novo espaço de vida e produção, enfrentamento realizado a partir dos conhecimentos prévios sobre a agricultura adquiridos da experiência pessoal em seus países/regiões de origem e também de experiência transmitida; a segunda geração, quase toda nascida já naquele espaço, cristalizou os modos particulares de produzir, trabalhar e comercializar naquele tempo/espaço, e implementou importantes mudanças técnicas na produção agroindustrial; os membros das terceira e quarta gerações alcançaram o ensino médio e técnico, enquanto para alguns este foi um caminho para abandonar a pequena agricultura, para outros representou a profissionalização nesta atividade. Parte significativa daqueles que alcançaram os níveis técnico e superior optaram por cursos relacionados à grande subárea das Ciências da Terra, relacionadas ao desenvolvimento técnico e científico da agricultura, como a área da agronomia. As consequências deste processo são um tanto ambíguas: se por um lado, serviu para reforçar

o modelo produtivo baseado na Revolução Verde, por outro, possibilitou que estes jovens realizassem a mediação entre o agricultor tradicional e o especialista dos estudos agrônomicos desenvolvendo investigações que caminhavam na direção dos interesses de tais sitiantes, buscando soluções para limites técnicos relacionados a seu estágio específico de desenvolvimento e ao contexto climático e geofísico específicos do noroeste paulista. Tantos destes filhos de sitiantes que alcançaram nível superior e técnico empregaram-se nos escritórios do CATI e nas secretarias municipais de agricultura, aproximando, de outro modo, os sitiantes e o Estado.

Por fim, estas estratégias de reprodução material, que compõe a resistência cotidiana não são construídas, apenas, por meio de um aprendizado de longo prazo que tem em sua base um cálculo *objetivo* que busca, sobretudo, evitar as situações de risco (ou o princípio da confiabilidade, que está na base da ética da subsistência). Tantas vezes, as estratégias de produção são guiadas por critérios subjetivos, que remetem também, a uma relação de identificação particular construída com a atividade agropecuária. Assim, a “paixão”, o “costume”, “o gosto”, “o apego”, a “vocação”, a “lembrança” são erguidos em diversos dos discursos de sitiantes para explicar as razões pelas quais mantêm determinados cultivos, alguns dos quais nem mesmo são apontados entre os que proporcionam maior rentabilidade na região, dão prejuízo ou é como “trocar cebola”, expressão proferida por uma sitiante que, traduzida para o contexto da produção agrícola, significa que os rendimentos obtidos com a venda do produto são suficientes apenas para cobrir seus custos, sem proporcionar um lucro líquido. Sugerimos, portanto, que tais processos de identifi-

cação sejam levados em conta, ademais, na análise daquilo que mobiliza as estratégias de resistência cotidiana.

#### 4. REBELIÕES, BOATOS E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Tal qual anunciado por James Scott, entre camponeses as lutas abertas, de enfrentamento direto, são estratégias das menos acionadas, pelas razões já elencadas. O caso dos sitiantes de Jales não foi diferente. De todo modo a memória que guardam os sitiantes das rebeliões do passado reforçam sua relação de pertencimento e identificação com o sítio, este patrimônio da família adquirido, depois de uma longa jornada de trabalho penoso, submetidos a toda sorte de exploração. Por outro lado, enquanto forma de rebelião silenciosa, os boatos que circulam pela região condenando a atuação da Usina acentuam as diferenças, do ponto de vista normativo, entre o modo de vida sitiante e a organização social que deriva da usina sucroalcooleira, anteveem consequências calamitosas para a cidade, o campo, a terra, e, deste modo, reforçam um clima de indisposição dos sitiantes para permitir a entrada da Usina na região pela via do arrendamento. Tais boatos, desse modo, retroalimentam-se do conteúdo da economia moral deste grupo particular de camponeses e compõe parte das estratégias de resistência cotidiana, direta ou indiretamente. Retomemos, então, sumariamente, tais formas de resistência encontradas na microrregião de Jales.

As primeiras formas de rebelião registradas foram às conhecidas como as Revoltas do Capim, ocorridas entre as décadas de 50 e 60, quando um grupo de posseiros, aqueles que ti-

nham sido expulsos da terra pelos grileiros, arrancaram todo o capim das terras onde trabalhavam para protestar contra a espoliação e o iminente despejo (Murumatsu, 1984). Entretanto, embora tenham vivido na região no mesmo período em que chegaram aqueles que se tornaram pequenos proprietários, trata-se de um grupo distinto, e não encontrei memória alguma daquele luta preservada entre os sitiantes de hoje.

Enquanto os posseiros lutavam de um lado, sitiantes recém-chegados também iniciavam rebeliões contra os abusos de grileiros. Nas denominadas Glebas 41a e 41b da Fazenda Ponte Pensa (onde estava antes contida toda a MR de Jales), área correspondente aos bairros Córrego do Manuel Baiano e Córrego do Coqueiro, armou-se, no começo da década de 50, um conflito pela posse da terra entre grileiros e pequenos proprietários em função de uma disputa entre aqueles. A posse dos quinhões de terra adquiridos (em juízo) por Euphly Jales em 1934 como pagamento por serviços prestados e não recebidos no ano de 1929 foi questionada por um suposto antigo proprietário delas, Alcides do Amaral Mendonça. A causa é dada a este último, que conseguiu reaver as posses para o seu domínio, e isso depois de Euphly já as haver vendido para os sitiantes e, portanto, ter recebido pagamento por elas. Com a reversão do processo, os sitiantes foram cobrados em juízo, e coagidos, a pagar novamente pela propriedade da terra para assegurar a posse (Nardoque, 2002). Parte dos sitiantes, temerosos em função do conteúdo das ameaças dos capangas que circulavam em seus jipes pelas estradas de terra representando o poder do proprietário legal delas, venderam partes do sítio e algumas vezes

um rebanho todo de gado para pagar novamente pela posse da terra. Outro grupo, reconhecido pelo nome de Grupo dos 13 (esse era o número de sitiantes, ou famílias de sitiantes, que o compunha) resistiu à pressão dos proprietários legais, organizando pequenas barricadas na frente das casas, em resposta à pressão de seus jagunços. A fala de Maria Machado, a seguir, dá vida e detalhes àquele momento:

Quando eu tinha dois, três anos eu via meu pai reunir agricultores pra não pagar as terras, meu pai liderou os agricultores pra não pagar a terra de novo. (...). Eu nasci nesse conflito de terra, e pagava ou não pagava as terras de novo, e meu pai liderou. Era uma quantidade de terra! Eram 612 proprietários, meu pai foi liderando e a pressão era grande. Cada vez que pressionavam, um grupo fazia acordo e pagava. E meu pai e minha avó firme e forte: “Nós não vamos pagar!” (...). *Essa questão é muito bonita, uma luta pela permanência na terra. Por isso minha família tem essa vocação de não perder a terra, porque não foi só chegar da Bahia e comprar terra, foi a luta e resistência pra não perder a terra*<sup>5</sup>. Cada vez que vinha uma ordem que tinha que fazer acordo com os Mendonça, que os Mendonça queriam receber a terra de volta, meu avô resistia, botava todos nós em frente de casa, passava o jipe e estava aquelameninada toda na casa do meu avô. Na casa do meu avô o jipe não parava, porque sabiam que lá tinha muita gente, eles eram só três ou quatro no jipe. (Entrevistas realizadas em 20/07/2010 e 23/09/2010).

Mais tarde, um grupo de 11 sitiantes, daqueles que haviam pagado uma segunda vez

pela posse da terra, abriu um processo contra a cobrança efetuada pelos Mendonça, a fim de desvinculá-los das consequências da peleja legal entre os grileiros e, assim, reaver os valores despendidos naquele segundo pagamento. A causa teve veredicto desfavorável aos sitiantes em primeira instância, em Jales, mas favorável em segunda e terceira instância, em São Paulo e Brasília. Em meu último contato com o representante desse grupo, Eduardo Akamatsu, em 2012, soube que as famílias aguardavam a que se iniciasse a negociação com Minerva Jales, esposa do falecido Euphly Jales.

Além da extorsão praticada pelos grileiros, os sitiantes ficaram expostos à extorsão praticada por outros agentes do capital, como os intermediários, agroindústrias, indústrias de insumos agrícolas, entre outros. E, por diversas vezes e de diferentes formas, demonstraram uma consciência bastante clara da sua condição de sujeição, poucas vezes lograram organizar-se em rebeliões contra ela. Uma delas foi a greve do leite que aconteceu na década de 90, quando os sitiantes protestaram contra a baixa remuneração do litro de leite oferecido na época pelos laticínios, bloqueando a passagem dos caminhões de transporte do produto por mais de uma vez. Outra rebelião aconteceu mais recentemente, protestavam contra as consequências da expansão da monocultura da cana na região. Sitiantes revoltosos procuraram, sobretudo, as câmaras de vereadores dos municípios da região para protestar contra o descuido da usina sucroalcooleira, quanto ao destino da vinhaça, um resíduo da cana que, acumulado, fez proliferar a presença da mosca do estábulo. A narrativa de Sérgio Nishimoto, a seguir, explica a peleja:

---

5 Grifo da autora.

Nós tivemos um problema sério ano passado com mosca de estábulo. O pessoal quis matar os usineiros! Nós tivemos uma reunião em Mesópolis e eu nunca vi aquela Câmara tão lotada. E a revolta foi grande, o pessoal estava muito tenso. (...). Aconteceu em Mesópolis, Ouroeste, Fernandópolis... Em todo lugar que tem cana por aqui. Ano passado choveu muito e daí proliferou muito a mosca do estábulo. (...) Como chovia muito, eles [os funcionários da usina] não faziam o trabalho que tinha que ser feito, que era chegar lá, pegar na usina essa vinhaça, ia na propriedade e irrigava. Como chegava na propriedade, vamos dizer assim, atolava [o trator, por causa da chuva], eles soltavam nos sulcos, e concentrava demais. Na nossa região a colheita é totalmente mecanizada, então sobra muita matéria orgânica. A matéria orgânica com essa vinhaça faz aquele curtidão. Então aí a mosca deposita os ovos, onde vira larva e prolifera muito, muito, muito! (...) Tinha pessoas assim... só vendo. A fisionomia de alguns senhores de idade falando que eles tinham invadido o município, querendo expulsar, um tom de conversa assim... Até chorando lá (...), querendo abandonar... Porque elas começavam a atacar as pessoas, essas moscas. É uma picada, tipo rasga, mas é doido demais! Você precisava ver os cachorros. As vacas, elas não comiam, se aglomeravam, de preferência, dentro da lama, porque o ataque era nas pernas, e tinha vaca que estava meio fraca e estava morrendo. (Entrevista com Sérgio Nishimoto, 22/06/2010, Mesópolis/SP).

Outra forma de rebelião contra a atuação da Usina instrumentalizou-se a partir do Estado e das instituições públicas locais. Representantes de diferentes setores rurais (entre engenheiros agrônomos da CATI, representantes de cooperativas e sindicatos rurais, dentre al-

guns sitiantes) reunidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, depois de uma discussão sobre as consequências da chegada da Usina Colombo na região (suscitada pelo requerimento do “certificado de conformidade do uso do solo” feito pela usina Colombo), sugeriram aos representantes políticos locais que criassem uma lei municipal que limitasse a expansão da monocultura da cana na região. O projeto de lei foi, então, elaborado pela vereadora Aracy de Oliveira Murari Cardozo (naquele momento Presidente da Câmara), aprovado pela Câmara dos Vereadores em 24/03/2008 e a lei é, então, regulamentada em 26 de março de 2008, sob o número 3.396. Ela sugere que o plantio de cana-de-açúcar destinado à indústria sucroalcooleira fique limitado a 10% da área agricultável do município, e que toda nova área de plantio esteja sujeita à autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente do município. A regulamentação da lei, posteriormente, deu causa ao processo de improbidade administrativa contra o prefeito de Jales, aberto pela mesma presidente da câmara dos vereadores, acusado de não criar instrumentos de fiscalização do cumprimento desta lei e também de outras leis municipais, referidas a outras questões de ordem pública. Mais recentemente, já em princípios de 2011, outra tensão é gerada, quando o Grupo Noble (proprietário da Usina Colombo) ingressa, no Tribunal de Justiça de Jales, com um “mandato de segurança” contra o secretário da agricultura, Afonso Voltan, que havia indeferido um pedido administrativo de autorização para o plantio de cana-de-açúcar em áreas do município de Jales, solicitado pelo Grupo, com base no disposto no corpo daquela lei. O juiz local, Eduardo Hen-

rique de Moraes Nogueira, indefere o pedido, mas os representantes públicos locais já supunham que o Grupo Noble daria continuidade ao processo, na busca por provar a inconstitucionalidade da lei municipal que limita a expansão da cana, já que são reconhecidos precedentes para este tipo de julgamento<sup>6</sup>.

Se o Direito e o Poder Judiciário, enquanto espaço de luta de classes, têm desfavorecido as causas dos sitiantes, estes se utilizam da estratégia do *discurso oculto* para deslegitimar a presença da Usina. Circulam pela região, nas rodas de conversa que acontecem pelos bares, nas reuniões familiares, nos encontros de associações e cooperativas, nos locais de trabalho, nas filas de bancos, nos salões paroquiais, diversos boatos a respeito das consequências da expansão da cana em seus diferentes aspectos. Os sitiantes prenunciam a irreversibilidade da destruição realizada nas pequenas propriedades pelos tratores para a implementação do cultivo da cana. Pensam eles: “E se for necessário retornar à atividade agropecuária? Como reconstruir todas as estruturas?” Arrendar, desse modo, é ação que contraria os princípios da ética da subsistência. Por outro lado, observam a relação utilitarista que a usina estabelece com a terra, com a água, com as estruturas urbanas e também seus trabalhadores, o que resulta nu-

ma relação de pouca ou nenhuma responsabilidade para com as consequências de sua atuação sobre estes sujeitos e estruturas. Esta última observação é herança, não resta dúvida, da característica local e regional da economia moral camponesa, conforme anunciados por Thompson e Scott. Os temores se convertem na boca de sitiantes e cidadãos, em afirmações categóricas sobre os modos de agir da Usina, que têm a função de advertir a população local e mantê-la de sobreaviso. Sugerimos, então, que tais boatos alimentam, direta ou indiretamente, as estratégias de resistência cotidiana.

## 5. REPRODUÇÃO SIMBÓLICA E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Ao final do trabalho de reflexão propomos que uma espécie de “sentimento de ruralidade”, termo inspirado no “sentimento de localidade” de Antonio Candido (1971, p. 62) da década de 50, tem papel importante na permanência dos sitiantes para continuarem vivendo e produzindo no campo. E que este sentimento é responsável pela configuração, na região, de uma “trama social e espacial” predominantemente rural (Wanderley, 2009). Ademais, do fenômeno da migração campo-cidade e do fortalecimento do fenômeno urbano, tal

---

6 O primeiro caso conhecido a respeito é o da imputação de “inconstitucionalidade” à lei 5200/2006, que restringia o plantio de cana-de-açúcar no município de Rio Verde-GO a 10% da área agricultável de cada propriedade agricultável. A sentença do juiz, segundo SCHUTZ (2001), inicia seu argumento afirmando reconhecer o interesse do município em assegurar “manutenção dos elevados índices de desenvolvimento que a economia graneleira já instalada na comuna tem proporcionado”. E segue: “Entretanto, por se tratar de assunto de repercussão geopolítica e estratégica mais ampla, mormente com a anunciada falência da matriz energética global baseada nos combustíveis fósseis, e a assunção pelo Brasil de liderança no mercado internacional de biocombustíveis, com destaque para o etanol, conclui-se pela predominância do interesse nacional.” Ademais desse julgamento explicitamente ideológico, o juiz afirma que “a limitação ao direito de propriedade inserida na lei municipal é de competência privativa da União Federal, ex vi do que dispõe o artigo 22, inciso I, da Carta da República.” Há casos conhecidos de outros municípios que criaram leis que limitam a expansão da cana, como o município de Santa Fé do Sul (em 2009), nesta mesma microrregião de Jales, e o município de Jataí, vizinho do município de Rio Verde-GO (em 2010), onde primeiro se legislou a respeito. Suspeitamos que esses não sejam os únicos casos conhecidos.

sentimento pôde resistir em função do fortalecimento de instituições que serviram à reprodução de relações endógenas, como as associações de bairro, a associação nipo-jalesense, os matrimônios entre filhos de sitiantes e o fortalecimento dos blocos familiares. Positivamente, pôde ser captado através do sentimento de identificação construído entre os sitiantes, entre eles e seus familiares cidadão, e com aquele espaço de relações (o sítio). Negativamente, por meio das manifestações de sofrimento, consequência das mudanças sociais que alcançam a região com a chegada da monocultura da cana-de-açúcar. Este universo de relações e de expressões é tal qual o universo da reprodução material de que tratamos acima, carregado de símbolos e normas que povoam de sentido a reprodução da vida e alimentam as estratégias de resistência cotidiana. Retomaremos brevemente alguns destes elementos.

A despeito das diferenças percebidas no interior deste grupo, composto por famílias de características étnicas e culturais diferentes, em virtude da descendência (japoneses, italianos, espanhóis e, migrantes nacionais, como os mineiros e nordestinos), pudemos verificar o delineamento de uma “identidade regional”, de homens e mulheres que se percebem como caipiras ou jecas paulistas, e mesmo de uma “identidade nacional”, reclamada pelos descendentes de grupos étnicos que, todavia, nasceram e se reproduziram nessas terras. Essa porção da identidade compartilhada, que é expressão de uma história comum, construída pelas diferentes gerações de cada uma das famílias, em muitos momentos os aproxima, os faz sentir como parte de uma mesma comunidade de origem e permite o estabelecimento de relações afetivas e de reciprocidade bastante intensas. Essa iden-

tidade é ritualizada e reproduzida em práticas cotidianas e nas diversas situações de encontro entre os sitiantes, momentos de simples lazer ou de festividades através das quais se celebra os signos que representam essa identidade.

Os sitiantes desfrutam, cotidianamente, da “margem de lazer” que resguardam por serem os proprietários dos meios de produção e responsáveis pelos resultados de seu trabalho. Sentindo-se às vezes solitários, durante as horas tranquilas à beira dos rios à espera do peixe que tantas vezes alimenta a família, e outras vezes em grupo, momento de sociabilidade e de reforçar laços com os que os acompanham e com o ambiente. É comum encontrarmos, entre os sitiantes, o hábito de prostrar-se à beira dos rios para a prática da pescaria. Também se reúnem em encontros de grupos de famílias (aparentados ou não), que mantém relações estreitas de amizade e cooperação, momento chamado por muitos na região de “churrasco da sacolinha”. Ele acontece muitas vezes no meio da semana, após a jornada de trabalho na lavoura. Cada uma das famílias traz uma parte do alimento e das bebidas que serão consumidas e passam horas a conversar. Rosemari nos diz: “Churrasco é difícil há semana que você não tem. Às vezes tem duas vezes por semana. Um chama os colegas, os vizinhos, os parentes... Nós fazemos a *sacolinha*, cada família vem traz a sua carne, sua bebida e passa as horas.”

E apesar da intensidade dos encontros nos sítios ter diminuído com o passar do tempo, consequência da migração de parte da comunidade para as cidades, do aumento de ofertas de lazer aos jovens na cidade, e do acréscimo de tempo de trabalho despendido aos cultivos comerciais, que passam a ocupar cada vez maior importância na reprodução das famílias,

o sítio continua representando lugar de referência importante para os encontros do grupo familiar, na medida em que simboliza o reservatório de sua história. Diversos sitiantes falaram de parentes que buscam a propriedade da família como refúgio em feriados e férias prolongadas, quando se reencontram com o espaço de referência que conforma parte de sua identidade, e reforçam os laços sociais com os familiares que, por se manterem na propriedade da família, resguardam sua memória e seu patrimônio.

Esses momentos de lazer acontecem ao redor da comida e da preparação dos alimentos. Desse modo, também através da compreensão dos sentidos atribuídos a eles, dos rituais de preparação dos alimentos, da memória que carregam e dos processos de identificação que suscitam conhecer o processo de reprodução da cultura de um determinado grupo<sup>7</sup>. Os alimentos consumidos têm uma identidade, a identidade dos sujeitos e de sua relação com o espaço: há as comidas italianas (com a panceta, o chouriço, a menestra, a tortei, a taiadela, o pão, o vinho), as espanholas (o azeite, o mantecal), as japonesas (o mandió, o sushi, o sashimi, o missô, o tofu, o arroz japonês, o shoyo). Algumas são consumidas diariamente, outras apenas em momentos rituais, e, em tanto em um quanto em outro caso, servem não apenas para reproduzir a vida material, mas também reproduzem a cultura e a identidade.

A natureza das festas que acontecem na região esclarece ao observador menos atento o “espírito do lugar”, na medida em que celebram e fortalecem as identidades, da comu-

nidade como um todo e de grupos específicos, oferecem oportunidade para a celebração de um estilo de vida, de valores compartilhados, e frequentemente se referem ao conteúdo da vida material que possibilita a reprodução da comunidade. Nas festas camponesas, “frequentemente celebra-se a interdependência e as regras que as governam” (Wolf, 1976, p. 132).

Na microrregião de Jales, praticamente, todas as festas se referem aos ciclos agrícolas, à religiosidade, ou mesclam elementos de uma e outra. Há a Festa do Arroz, que acontece anualmente desde a década de 1960, apesar de certa descontinuidade, no dia do aniversário da cidade, em 15 de abril; a Festa da Uva, que acontece anualmente entre os meses de agosto e setembro, período da colheita da uva que, na região, é plantada entre os meses de junho e julho; também a Festa do Caminhoneiro, que acontece na data comemorativa do profissional motorista, no mês de julho, desde a década de 1980, e remete, indiretamente, à produção agrícola ao celebrar as atividades daqueles que são os responsáveis por fazer circular a produção dos sitiantes da região. As festas religiosas, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância do catolicismo entre os sitiantes paulistas, são momentos de celebração que sempre remetem, indireta ou diretamente, ao calendário agrícola e à agricultura. Anualmente acontecem: a Romaria no mês de agosto, data do aniversário da Diocese de Jales; as festas juninas e julhinas, quando se comemora os “dias de santo”, se pagam promessas e se realizam as quermesses; a Folia de Reis, que tradicionalmente

---

<sup>7</sup> Além do trabalho de Antonio Candido, outros autores contribuíram com nossas reflexões a respeito, como Célia Toledo Luceña (*Saberes e sabores do país de origem como forma de integração*. *CADERNOS CERU* 19.1, 2008) e Sidney Mintz (*Comida e Antropologia, uma breve revisão*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16.47, 2001).

acontece entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, relacionadas às comemorações do Natal e Ano Novo; e o Bon Odore, a comemoração do “dia dos mortos” dos japoneses que acontece na região também desde a década de 1960.

De outra perspectiva, também os sofrimentos evidenciam os processos de identificação<sup>8</sup>, o sentido das mudanças sociais experimentadas pelos sujeitos e alimentam a indignação que pode dar causa às ações de resistência cotidiana. Entre os sitiantes do extremo noroeste paulista, eles foram notados, sobretudo naqueles que, por diversas razões, se sentem forçados a arrendar a propriedade para o plantio da cana-de-açúcar, como o caso de Antonio. Quando o visitei, há quatro havia decidido pelo arrendamento de suas terras para o plantio de cana, decisão tomada em função do problema na coluna que o impedia de continuar trabalhando e da migração dos filhos para a cidade e para trabalhos urbanos. Todavia, frequentava a propriedade todos os dias. Na área de preservação permanente mantinha uma pequena criação de gado de corte e uma diminuta horta. Antônio não se adaptou à sociabilidade típica da cidade, dos encontros nos bares, dos passeios pela rua, dos jogos de dominó ou baralho nas praças. O caminhar até a propriedade todos os dias era o que dava sentido a seu cotidiano, mesmo depois de arrendada toda a área agricultável do sítio. E embora a cerca de duas décadas vivesse na vila, o sofrimento causado pela necessidade do arrendamento era evidente. Quando pedi que me levasse até a propriedade Antônio relutou, justificando-se que “não havia nada para ver lá”. E me convidou a conhecer sua pro-

priedade quando ela efetivamente tinha “vida”, olhando a grande fotografia enquadrada exposta na sala de sua casa da vila, onde conversávamos. Ficamos alguns longos minutos observando aquela imagem, e Antônio, enquanto narrava a história de constituição do sítio e recordava os tempos em que sua família ali vivia e produzia, novamente se emociona, tal como tinha se emocionado algumas vezes durante a entrevista, quando refletia sobre a forçosa necessidade de ter arrendado suas terras. Outros sitiantes também se emocionaram ao relembrar os significados do arrendamento, ou a imaginar o dia em que a necessidade dele se impusesse.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sofrimento e a experiência de resistência dos sitiantes de Jales iluminam um problema antigo, que se revela bastante atual: o poder dos latifundiários, fundidos agora à imagem do capital agroindustrial, em fazer uso do território e dispor, sob pressão e violência, de uma diversidade de formas de vida. Através deles, então, podemos observar, ademais, os traços de continuidade que acompanham e definem essa classe (em si) chamada de camponeses: a condição de sujeição e os fundamentos de sua economia moral. Neste texto, destacamos as diversas estratégias que fazem possível que estes tenazes camponeses insistam em seguir vivendo e produzindo naquele espaço agora disputado pela usina sucroalcooleira. Trata-se, todavia, de processo de mudança social bastante recente, cujo futuro não nos cabe prever.

---

<sup>8</sup> Para o estudo dos sentimentos, nos foram bastante importantes as referências de Raymond Williams (2009), Nibert Elias (1994) e Boltanski e Chiapello (2009).

O estudo por nós realizado (que teve seu primeiro produto, a tese de doutorado, concluída em 2012), de todo modo, procurou analisar e explicar as condições de persistência e as estratégias de resistência cotidiana destes sítiantes que vivem num contexto que lhes é extremamente desfavorável: o interior do Estado de São Paulo, que é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. E seguimos, acompanhando esse recente processo de mudanças e suas tensões<sup>9</sup>, na busca por refletir sobre o lugar deste sujeito histórico (o camponês) na sociedade contemporânea e de compreender a gramática e o sentido de suas batalhas cotidianas.

Trabalho recebido em 28/10/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLTANSKI, Luc, e Ève CHIAPELLO. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERNANDES, Florestan. “Anotação sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil.” Em *Vida rural e mudança social*, por Ta-
- más SWNRECSÁNYI e Ariowaldo QUEDA, 131-150. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- HAEBBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric J e Terence RANGER. *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.
- KOROVKIN, Tanya. *Comunidades indígenas, economia de mercado y democracia en los Andes Ecuatorianos*. Quito-Ecuador: CEDIME-IFE-Ediciones Abya-Yala, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1981.
- MELO, Beatriz Medeiros de. *História e memória na contração da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sítiantes do extremo noroeste paulista*. Tese (doutorado em Sociologia), São Carlos: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, 450f.
- MELO, Beatriz Medeiros de, e Maria Aparecida de MORAES SILVA. ““O sítio é bonito e triste”: sobre mudanças sociais e emoções no mundo rural paulista.” *Acta Científica XXIX*

---

<sup>9</sup> As reflexões da tese que dá origem a este artigo se desdobraram no projeto de pós-doutoramento em execução desde julho de 2013, intitulado “A arquitetura moral da resistência, das práticas aos sentimentos e discursos: O caso dos sítiantes do extremo noroeste paulista”, supervisionado por Maria Aparecida de Moraes Silva, financiado pela FAPESP e executado a partir do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

Congreso de La Asociación Lationamericana de Sociología. Santiago, Chile, 2013. 1-9.

MENEZES, Marilda Aparecida de. “O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.” *Revista Raízes* 21, nº 01 (jan-jun 2002).

MENEZES, Marilda, e Edgard MALAGODI. “Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência.” Em *Os atores do desenvolvimento rural*, por Sergio SCHNEIDER e Marcio GAZOLLA, 49-66. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de, Beatriz Medeiros de MELO, e Lara Abrão de MORAES. “Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista.” *Revista Caravelle* 1 (2012): 77-106.

MURUMATSU, Luís. *As revoltas do capim: movimentos sócio-agrírios no Oeste paulista 1959-1970*. FFLCH-USP. São Paulo, 1984.

NARDOQUE, Sedeval. *Renda da terra e produção do espaço urbano*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA, 2007. 445.

\_\_\_\_\_. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2002.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sus-*

*tentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SCHUTZ, Hebert Mendes de Araújo. “A expansão da atividade sucroalcooleira: uma abordagem da declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 5.200-2006 do município de Rio Verde em detrimento de um meio ambiente hígido e sustentável.” *Ambito Jurídico* 93 (2001).

SCOTT, James C. “Formas cotidianas de resistência camponesa.” *Revista Raízes* 21, nº 01 (jan-jun 2002).

—. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México DF: Ediciones Era, 2004.

—. *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

SILVA, José Graziano da, Mauro del GROSSI e Clayton CAMPANHOLA. “O que há de realmente novo no rural brasileiro.” *Cadernos de Ciência & Tecnologia* jan./abr. de 2002: 37-67.

THOMPSON, Eduard Paul. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

## ENTRE O PALCO E A COXIA: A DRAMATURGIA DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA NOS CANAVIAIS SERGIPANOS

Jaime Santos Júnior

### RESUMO

Ao negar uma perspectiva totalizante, que prescinde do conteúdo das relações sociais concretas na análise das formas de vida social, a contribuição de James Scott traz a lume o léxico e a dramaturgia das pequenas *ações cotidianas de resistência*, que certamente passariam despercebidas em outras abordagens. O presente artigo tem como objetivo a análise de ações de resistência no cotidiano dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no estado de Sergipe. Com isso, pretende-se sublinhar a ação reflexiva dos indivíduos face aos imperativos estruturais dos contextos de socialização. Ao mesmo tempo, discute-se também o estatuto metodológico do entrevistado e do entrevistador em pesquisas sobre ações de resistência.

Palavras-chave: Trabalho; Resistência; Setor Sucroalcooleiro.

## BETWEEN THE STAGE AND THE AISLE: THE DRAMATURGY OF RESISTANCE FORMS IN THE CANE FIELDS OF SERGIPE STATE, BRAZIL

### ABSTRACT

In order to put aside a totalizing perspective in which the contents of concrete social relations is dismissed in the analysis of social reproduction, the contribution of James Scott brings to light the lexicon and the drama of everyday forms of resistance that would surely go unnoticed in other approaches. This article results from a survey with sugar cane harvest workers in the state of Sergipe, aiming to analyze the strategies that are developed as forms of daily resistance. Thus, it is intended to stress the reflexive action of individuals regarding to structural imperatives of socialization contexts. At the same time, it also discusses the metodological status of the respondent and the interviewer in researches on resistance actions.

Key words: Work, Resistance; Sugar Cane Sector.

## 1 ESTRUTURA E AGÊNCIA NA GRAMÁTICA DOS CONFLITOS

A cena que se passa no palco, em uma peça teatral, é o ápice de uma longa trajetória com muitos antecedentes. Todavia, nem de longe ela exprime as tensões e dramas vividos nos momentos preparatórios e de ensaio. O palco é o momento de outra linguagem cuja performance dos atores está predita no enredo. A cena que vai a público omite a miríade de tensões e conflitos que estão na coxia. Mal comparando, essa metáfora ilustra o que pode ocorrer em contextos, onde o conflito se apresenta de modo ligeiramente distinto com relação às formas mais recorrentes de confronto aberto. Por seu turno, a ideia de *performance* dos atores parece propícia também por fazer alusão à pluralidade semântica que possui o sintagma “ações de resistência”. Uma vez sensíveis a esses aspectos, eis que emerge não apenas o que vem à tona no “palco”, em confronto aberto, como ações de resistência, mas aquilo que ocorre no cotidiano do trabalho, no que chamei de “coxia”, de modo silente e aparentemente descompassado.

Reconhecer o sentido sociológico daquilo que se passa na “coxia”, através do discurso invisível, dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, é recuperar uma dimensão que por vezes é esquecida nos estudos que abordam o tema da exploração do trabalho nos canaviais, a saber, a questão da *agência*.

Como sugere Scott (1985, 1990), parece analiticamente fértil explorar o hiato que pode existir entre o discurso visível e o invisível nas ações de resistência. Nesse tipo de abordagem, somos convidados a atentar para a *performance* dos atores no cenário das interações cotidia-

nas. Por essa via, parece claro o diálogo, ainda que não assumido por Scott, com os autores do que se convencionou chamar de “Interacionismo Simbólico”. Para o meu propósito, significa que é possível repor os termos da equação proposta por Scott também na relação entre estrutura e agência.

Pode-se dizer, desde logo, que não há um único script que nos remeta previamente ao enredo das interações entre os diferentes atores sociais, seja em termos micro ou macrosociológicos. Em resumo, significa dizer que parece plausível supor que: i) nem os interesses são previamente definidos em razão do lugar que os indivíduos ocupam na estrutura social, ii) nem que sua ação independe do contexto em que ela ocorre.

De reconhecida tradição no interior da teoria social, a questão da *estrutura* e da *agência* ensejou desdobramentos analíticos, que por vezes assumiram caráter antagônicos. Sem cair nesse lugar-comum, estéril do ponto de vista heurístico, e ao não se deixar capturar pela tentação do ponto de equilíbrio, ou seja, o de buscar um simples amálgama entre as duas perspectivas, a contribuição de James Scott recompõe de forma sofisticada uma questão cara à sociologia, como flagrar aquilo que está nas entrelinhas, que opera de modo velado, mas que vivifica a complexa relação entre o constrangimento da estrutura e o voluntarismo da ação? Para responder a essa questão o presente artigo recorre a dados de pesquisas realizadas com trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no estado de Sergipe, no período de dezembro de 2012 a fevereiro de 2013. Se o objetivo mais amplo é o de entender o modo como erigem *identidades* nesse contexto, parte importante da reflexão esteve voltada para a dramaturgia

das formas de conflito e resistências entre os atores em questão.

A primeira parte do texto volta-se para alguns balizamentos operacionais da pesquisa de campo, sobretudo retoma uma discussão sobre o estatuto do entrevistado, quando o interesse analítico procura flagrar um elemento que é fugidio, que não se revela à primeira vista, ou seja, a percepção dos indivíduos.

No segundo momento, apresento os principais resultados sobre o modo como se desenvolvem ações de resistência e estratégias de vida nesse contexto. Para tanto, busco por em suspensão a chave analítica em torno da qual gravita muitos estudos: o tema da “exploração do trabalho”. Não para secundarizar, mas para resistir a uma leitura prévia que tende a reduzir os atores à figura do “explorador” e do “explorado”. Para tanto, sigo a pista deixada por Scott (1985) que propõe uma leitura “ao avesso” das falas dos sujeitos. Sim, porque é preciso problematizar o pressuposto de (in)justiça que está nas entrelinhas dos discursos e ações. Se estiver correto, é isso que informa o que deve ser lido como suposta passividade, ou, na outra ponta, como resistência. Alguns estudos já haviam apontado sobre o papel de ações de resistência que dão corpo a uma estruturação do conflito que se traduz em outra lógica (Sigaud, 1979, 1996 e 2004; Silva e Ribeiro, 2010; Menezes, 2002 e 2011; Silva 2011).

Ao seguir essa pista, proponho observar o mesmo fenômeno – as relações de trabalho nos canaviais – sob outra perspectiva: a dos próprios trabalhadores que estão no corte da cana. Aqui, o recorte será feito em torno da tessitura das formas e modos de resistência que emergem nesse cenário. Para tanto, o ar-

gumento desenvolvido assenta-se em uma perspectiva teórico-metodológica ligeiramente distinta daquelas abordagens que, por serem menos sensíveis ao conteúdo das relações sociais concretas, as tomam como sendo uma variável dependente, privilegiando os elementos de ordem estrutural na análise da reprodução social. Com isso, suprime-se um elemento caro à Sociologia: a capacidade de agência dos indivíduos. Ao subsumir essa mediação, incorre-se no risco de conceber uma imagem reificada, putativa, dos trabalhadores, para os quais resta pouca, ou nenhuma margem de ação. Reforçando uma imagem que os toma como passivos, submissos, donde a metáfora do “cativeiro”.

Essa leitura mostra-se contaminada por uma concepção apriorística de como deveriam se manifestar os conflitos no contexto em tela. No entanto, a “exploração” do trabalho não descende de um simples silogismo. As ações de resistência aqui analisadas expressam justamente as ambivalências que rasgam o tecido social. Ademais, diria que elas são de um tipo especial visto que tendem a assumir um caráter velado, não manifesto, que se expressa no cotidiano através de uma miríade de pequenas ações, ao contrário de um conflito aberto e com atores bem definidos. Ao recorrer à percepção que os indivíduos têm do contexto em que vivem e trabalham, descortina-se o papel das resistências difusas, atípicas, cujo conflito opera através de uma morfologia própria.

## 2. BALIZAMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo que ora se apresenta é parte integrante de uma pesquisa mais ampla e que tem por objetivo analisar o modo como se eri-

gem identidades no contexto do trabalho sazonal, no suposto de que elas informam estratégias de ação<sup>1</sup>. A abordagem que o fundamenta está assentada em uma microssociologia das relações sociais cotidianas. Isso informa não apenas o modo como estou incorporando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e ao contexto em que vivem, desvela também a opção metodológica adotada. Uma vez que as conclusões são tributárias do método, parece-me salutar fazer antes alguns esclarecimentos.

Desde o início da condução do trabalho de campo estava claro a seguinte premissa: por maior que fosse a familiaridade do pesquisador com o universo do trabalho nos canaviais, ele continuaria sendo um “estrangeiro” naquele contexto. Em termos sociológicos, eu não compartilhava o ambiente de socialização e os códigos sociais dos meus informantes. Decerto que essa constatação é quase um truísmo em pesquisas sociais com abordagem qualitativa, todavia, o modo como esse aparente problema é equacionado muito informa sobre os resultados almejados. Dessa forma, ao invés de desprezar (pela via do formalismo), ou tentar minorar (pela via, por exemplo, da pesquisa participante) aquela “diferença”, tomei-a como uma questão de reflexão metodológica.

Essa opção tem como lastro a ideia de que a entrevista é um encontro social no qual o conhecimento é construído. Como sugere Holstein e Gubrium (2002), as entrevistas não são apenas um meio neutro ou um tipo de distorção, mas sim um local, uma ocasião para produzir um conhecimento reportável por si mesmo. Nessa perspectiva, os respondentes não são

apenas repositórios de conhecimento esperando aquele que vai “extrair” a informação que necessita, ao invés, eles são antes construtores do conhecimento em colaboração com os entrevistadores. Como correlato, tem-se que,

Instead of refining the long list of methodological constraints under which ‘standardized’ interviews should be conducted, we suggest that researchers take a more ‘active’ perspective, begin to acknowledge, and capitalize upon, interviewers and respondents constitutive contributions to the production of interview data (Holstein e Gubrium, 2002. p. 113).

Em outras palavras, entender “como” o processo de “construção de significado” (meaning-making) se desenrola na entrevista é tão crítico quanto apreender “o quê” está sendo substantivamente perguntado. Por certo que o elemento investigado – o modo como erigem identidades – torna esse aspecto ainda mais imperioso. Uma vez que não se deixam flagrar à primeira vista, a constituição de identidades envolve uma trama complexa de significados atribuídos às ações, as formas de representação social entre outros aspectos. Nesse processo, os sujeitos não são passivos. Ainda Holstein e Gubrium (2002) afirma que, visto como ativo, o sujeito atrás do respondente não apenas detém os fatos e experiências, mas no variado processo de ofertar a resposta, ele construtivamente acrescenta, retira e transforma os fatos e detalhes. Agrega-se a esse entendimento a sugestão de Poupart (2008, p. 244), “em lugar de eliminar os efeitos do contexto, empenha-se dora-

---

1 Trata-se de tese de doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, de minha autoria, intitulada: “Na Trama das Identidades: vida e trabalho no corte de cana em Sergipe”. A pesquisa contou com o apoio da Fapesp.

vante, em evidenciar e compreender a maneira como o contexto impregna os discursos e os diversos componentes capazes de atuar em sua construção social”.

O que se apresenta a seguir é tributário, portanto, dessa fundamentação metodológica. Isso informa sobre o modo a partir do qual as entrevistas foram conduzidas e interpretadas, bem como sobre o estatuto do entrevistado e do entrevistador no presente estudo.

### 3. RESISTÊNCIAS E CONFLITOS NOS EITOS: PUXANDO O FIO DO NOVELO

O problema anteriormente suscitado, sobre as dificuldades em se flagrar determinadas situações no discurso dos indivíduos, vem à tona mais uma vez. Descortinar os significados contidos na linguagem dos indivíduos suscitou diferentes questões com o andamento das entrevistas. Uma delas diz respeito ao que se supõe ser uma ação de resistência ou conflito. Para compreender a polissemia que os termos podem assumir é preciso, antes, situar o contexto do trabalho nos canaviais. Para tanto, faz-se *mister* ter em mente que estamos tratando de situações que estão, digamos, na fronteira entre as condições mais precárias e degradantes de trabalho. Não raro, formas pretéritas de exploração a exemplo da escravidão. É um trabalho executado a céu aberto, sujeito às intempéries do tempo, aos deslocamentos, cujo desgaste físico e mental salta à vista. Talvez por esse motivo, algumas pesquisas sobre o tema assumam um caráter de “denúncia”. De um modo ou de outro, tais estudos manifestam uma inquietação, um protesto contra as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhado-

res do eito. Todavia, parece haver um hiato entre a percepção de injustiça do pesquisador – que de alguma forma é externo aquela realidade – e a dos próprios trabalhadores. Vale dizer que aquilo que se apresenta como “intolerável” para uns, pode ser “tolerável” para outros. Isso deixa pistas também para supor que as formas de reação às situações degradantes podem se manifestar em arranjos os mais diversos.

Com isso em mente, e em concordância com Menezes (2000, 2011), binaridades como “exploradores” e “explorados” apresentam baixo potencial analítico. Elas mais escondem do que revelam. Nesse tipo de abordagem desaparece a mediação dos atores, a experiência construída ao longo da trajetória de vida. Por essa razão, essa autora trabalha com a noção de “múltiplas identidades” por considerar que os trabalhadores migrantes – mas não somente eles, eu diria – veiculam diferentes identidades de acordo com as suas estratégias de sobrevivência e pela experiência acumulada enquanto “canavieiros”. Assim, “suas identidades assumem diferentes formas em diferentes situações e podem também variar ao longo de suas vidas” (Menezes, 2000, p. 54). Essa também é a perspectiva pela qual estou argumentando.

Por seu turno, parece salutar ter alguma cautela quanto ao pressuposto de que as situações vivenciadas pelos trabalhadores são “revoltantes”. Ou melhor, não se trata de qualificar se são ou não são, mas evitar a afirmação categorial prévia de que a ideia de sofrimento é percebida igualmente por todos. Como já sugeria outros estudos, a percepção de injustiça pode variar no tempo e no espaço (Barrington, 1978). Essa “dor” pode ser “anestesiada” por outros fatores e até mesmo auto-imposta. Por-

tanto, sigo a pista deixada por Scott (1985, 1990), que é a mesma utilizada por Menezes (2000), para capturar o modo como se estrutura o conflito através do que ele chamou de *práticas cotidianas de resistência*. Que se manifesta em outra linguagem e cuja estrutura é feita de pequenas e pontuais ações de resistência e confronto. Não assumindo, portanto, a forma convencional de conflito aberto com opositores bem definidos.

Durante a pesquisa, com o avançar das entrevistas, ficou evidente que buscar formas de conflito aberto restringiria, ou mesmo esconderia, ampla parcela de ações de resistência que acontecem de maneira velada. Curiosamente, elas não aparecem nos momentos em que o tema da conversa versava sobre “conflitos”. De maneira geral, as ações que denotam formas de resistência e oposição às situações enfrentadas pelos trabalhadores aparecem em outros momentos. Mesmo assim, sempre com alguma cautela no modo como expressam o seu pensamento, como se evidencia nos fragmentos da narrativa dos trabalhadores,

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Não.** Tirar os seis meses completo. Agora, para quando chegar na metade da moagem dizer bem assim: “vou embora”. Não, nunca desisti não. Para tirar logo completo. Sair só no bagaço mesmo, só no lixo! Já colocou alguma usina na justiça? Não. E se tivesse de colocar? Se precisar, se for direito assim, o cara bota. Porque muita gente bota aquela empresa no pau quando chegar no outro ano não pode voltar mais. Se não deu para trabalhar

naquela empresa, aí o cabra vai para outra e pronto (Rufino, 42 anos).

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Eu peço. Já colocou alguma usina na justiça? Não. E se tivesse de colocar? Aí o cara pensa** (risos) se vale a pena. E o que é “valer a pena”? Se o cara tiver certo e ela botar por justa causa sem o cara merecer, aí o cara tem de ir para a justiça, né? (Jileu<sup>2</sup>, 22 anos. Grifos nossos).

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Eu tava numa firma lá (em São Paulo), dois anos e quarto meses, aí fui fazer um acordo lá e perdi as conta. Aí foi quando apareceu essa daqui (em Sergipe). Já colocou alguma usina na justiça? Não. Mas colocaria? Ah, com certeza, se o cabra trabalhou e tem os direito certo, o cabra tem que procurar. Você faz a safra, aí a usina dá mil e pouco de acerto, aí você não vai reclamar nada, porque é a base mesmo. O cabra trabalha um mês, dois mês, quer pegar 3 mil, 4 mil... Aí usina nenhuma paga. É pelo serviço, pelo trabalho, mas ela não paga. Tem que ficar calado, né? Você vai botar no pau aí na próxima safra você está sujo... (Serafim 39 anos. Grifos nossos).**

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Não.** Na realidade nunca cheguei em usina nenhuma para discutir mais empreiteiro, pra discutir mais fiscal, pra discutir mais trabalhador igualmente eu. Mais ninguém. Sempre quando acaba a safra eles pergunta a mim: “quer ficar? Quer fazer a parada ou quer ir embora?” Porque às vezes a gente enjoa, entendeu? Passei seis, sete, um ano... Às vezes a gente enjoa. “Não, eu quero ir embora”.

---

2 Com o fito de manter o anonimato dos meus informantes, os nomes doravante citados nas entrevistas são fictícios.

Sempre completo a safra. **Já colocou alguma usina na justiça?** Não, pra que? Nunca pensei isso. Mesmo se eu sei que aquela firma ali eu tô perdendo meus direito, a metade dos meus direito ali. Pra mim aquilo ali... Pronto. Meu problema é quando ela findar, eu pego minha mala aqui, fui embora e pronto. Por quê? Eu acho que não compensa. Você fica muito manjado. Você botou uma firma dessa no pau, você viaja para São Paulo, chega lá eles vão digitar tudinho já tão sabendo. Aí diz: “não, aqui não cabe você mais”. Não compensa... E eu quero sabe o que? Meu dia a dia, meu corpo limpo. Pra que botar uma usina dessa aqui no pau, aí eu pego mil, mil e quinhentos conto e depois? Se eu precisar dela aqui? Não, eu não gosto disso (Zerramo, 34 anos. Grifos nossos).

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?** Se eu não gostar, eu chego lá onde tá os homens e converso com ele. O gerente. “Rapaz eu quero sair”. Ou minto, falo que encontrei outro serviço, para sair sem problema. “Rapaz eu encontrei outro serviço, mais leve, melhor”. Até mentindo, porque não tá dando para a pessoa trabalhar ali, né? Aí a pessoa chega às vezes até com mentira viu. **Já colocou alguma usina na justiça?** Não. De jeito nenhum, até hoje... Eu não gosto não, porque às vezes a gente aqui precisa. A gente faz isso aí depois eles pode ficar de bronca. Você conhece alguém que já colocou na justiça? Teve um colega que ele achou, trabalhou tempos e tempos e achou o dinheiro pouco, o acerto pouco, aí foram para ele e falaram que tava certo. “Não, tá certo, procure seus direito”. Ele foi e ganhou, né? E tá trabalhando. Ele trabalha na turma da gente. Mas ele botou no pau. **Você fazia o que ele fez?** Rapaz, não fazia não. Ele ganhou (risos). **Mas você não fazia não?** Não, com medo. Com medo de chegar, dar problema

e eles não querer ceder serviço mais para a pessoa (Eufrásio, 47 anos. Grifos nossos).

É preciso salientar que não estou secundarizando a dimensão da precariedade sempre associada a esse trabalho, ainda que ela não se manifeste claramente, como no relato de “Rufino” – “só no bagaço mesmo, só no lixo”. Ao invés, priorizei a percepção nativa sobre a mesma e, ademais, como as ações dos indivíduos sofrem a sua influência.

Por seu turno, não encontrei nenhum trabalhador que tivesse judicializado alguma causa. Mas esse dado, que poderia indicar uma suposta passividade, esconde, como veremos, formas de resistência que operam em outra lógica. Claro está que não é por falta de interesse que alguns litígios não chegam à justiça, mas porque, na maioria dos casos, isso seria equivalente a inviabilizar futuras oportunidades ocupacionais. O que, nos termos da narrativa dos trabalhadores, “não compensa” Este é o significado de “sujar o nome”. Por isso, “o cabra tem que pensar”. Até mesmo o artifício da “mentira” pode ser usado para justificar a intenção de interromper o contrato. Que, como se vê, não é comum quando motivado pelo próprio trabalhador. Ademais, percebe-se que há uma alteração no pronome empregado quando é para afirmar a possibilidade de recorrer à justiça, assim: “eu” não coloco, mas o “cara” pode colocar. A meu juízo, essa mudança de pronome na frase não é aleatória. Ao fazê-lo, a autoria da causa se esvanece. O “cara” é o “outro” que ninguém quer assumir.

Permeia também os vários relatos uma noção nativa de justiça que nem sempre se transmuta com a linguagem dos *direitos*. Ela é tributária de uma noção de reciprocidade e de

honra que permeia as relações sociais cotidianas. Em alusão a Mauss (2013), essa representação simbólica nutre-se de uma ambiguidade ao esperar do outro uma compensação. A meu ver, tal mecanismo acaba por reforçar um deslocamento dos conflitos para outra seara.

É preciso lembrar que o modo de contratação é bastante capilarizado e faz uso de redes pessoais. Não se restringe, portanto, a um contrato meramente impessoal entre demandante e ofertante de mão-de-obra, ainda que de fato ele exista. O que importa é a rede de confiança informal entre o “turmeiro” e o trabalhador, ou mesmo entre os próprios trabalhadores. Por via de consequência, a relação entre “capital *versus* trabalho” é dotada de significados que criam novos compromissos. Para tanto, não resisto ao *insight* durkheimiano quando afirmara que há de existir “um elemento não contratual no contrato” (Durkheim, 1999). É aqui que se insere o problema do “não compensa”. Dessa forma, ter um “bom nome” significa ter acesso à reputação nos vínculos firmados, é uma forma de proteção contras as inúmeras contingências da vida.

Atenta para o mesmo problema, Sigaud (2004) já havia alertado para o risco do maniqueísmo presente em algumas interpretações que reduzem os termos da equação a um modelo dicotômico entre, de um lado, aqueles que exercem o poder de mando da lei, e, de outro, o suposto “déficit” de consciência dos “dominados”.

É isto que se observa, por exemplo, nos estudos que se limitam quer às normas ou às instituições jurídicas, quer ao reclamante, e não se preocupam em relacionar os fatos ligados ao direito com outros fatos sociais. Assim, quando se trata de explicar, por

exemplo, a ida à Justiça para a regulação de conflitos, o olhar é dirigido seja sobre os reclamantes — sobre sua tomada de consciência das injustiças, sobre suas possibilidades de acesso às instituições jurídicas —, seja sobre o conteúdo das normas e a função dos experts (advogados e magistrados). Tudo se passa, então, como se não fosse necessário ir além do direito, como se fosse possível compreender esta prática sem fazer a sociogênese dos conflitos, sem se interrogar sobre as propriedades sociais dos indivíduos envolvidos e a história de suas relações, sem, enfim, reinscrever os fatos relevantes do direito em quadros sociais mais amplos (Sigaud, 2004: p. 155).

Na esteira desse argumento, e à luz do seminal trabalho desenvolvido na Zona da Mata canavieira de Pernambuco, Lygia Sigaud lembra que a conversão da mediação dos conflitos para a linguagem dos direitos, não ocorre de súbito. Embora a relação entre empregado e patrão, especialmente durante o regime de morada, encontra lastro em elementos simbólicos que escapam à regulação formal contida em um contrato verbalizado. Igualmente converge nesse ponto a afirmação de Garcia Jr. (1990) quando ressalta que a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos desperta a possibilidade de fazer frente ao mandonismo dos patrões agora na linguagem dos direitos. Para tanto, e como bem sublinha este autor, o recurso à Justiça também implicava uma reconversão das práticas habituais e do universo mental dos moradores.

Assim, tudo o que deviam dizer ou não diante dos tribunais depende do status legal que ‘escolhem’ assumir, e que varia segundo cada caso preciso, seja como assalariado, parceiro, arrendatário ou posseiro,

o que implica todo um trabalho preparatório, no seio mesmo das organizações camponesas, para que as estratégias de apresentação de si mesmos sejam eficazes (Garcia Jr., 1990, p. 84).

Em minhas entrevistas, as formas de resistência aparecem em outros momentos da conversa, sutilmente, deixando entrever o que são ações de avanço e recuo em direção ao conflito e às formas de exploração que, por sua vez, residem em pequenas ações cotidianas. Em concordância com o que assinala Scott (1985), as formas de resistência presentes refletem as condições e constrangimentos nas quais elas são geradas. Assim, se elas são abertas, elas raramente são coletivas, ou, se são coletivas, raramente são abertas.

A opção por interpretar o discurso do “não compensa” como uma estratégia de resistência é consoante com a abordagem que fundamenta esse estudo. Assim, o leque de ações que podem ser consideradas como de resistência vai além das que assume o confronto direto e/ou têm a intenção de subverter – na ausência de melhor termo – a situação de trabalho em que se encontra. Em outras palavras, o “não compensa” decorre de um pequeno cálculo realizado pelo indivíduo levando-se em consideração o quadro social mais amplo a partir do qual essa decisão se situa. “Resistir”, nessa acepção, tem como sinônimo “mitigar”, ou seja, abrandar uma situação que lhe seja desfavorável. Vê-se, com isso, que o seu discurso não se alimenta de uma ação inconsequente, irrefletida.

Em outras passagens, quando a conversa versava a respeito da tentativa, por parte do trabalhador, de moderar a sua produção em ra-

zão do cansaço, do “roubo” na pesagem, do preço da cana, entre outros fatores, já havia indícios de diferentes formas de resistência. São descrições que voltam a aparecer em meio às narrativas. O próprio “Rufino” traz um relato de um confronto aberto que aconteceu em uma das suas viagens,

**Você fez toda a safra lá (Goiás)?** Eu passei só três meses lá e vim embora. Tinha vez que era ruim lá. **Ruim por quê?** Os pagamentos. Tinha vez que o cara lá enrolava. **Então você pediu para sair?** Não, não pedimos para sair, eles botaram para fora. Teve muitos cabra que ficou lá e só veio sair agora no final. E todo dia era uma greve, todo dia. Aí quando chegou lá a cana de R\$ 0,26 centavos e de R\$ 0,21, aí o cabra queria aumentar mais o preço da cana. Aí quando chegou lá ai disse bem assim: “é para tanto” (o encarregado da usina). Aí o cara (os trabalhadores) não queria. Aí todo dia era uma greve, quando pensava que não fechava o portão, fechava tudo lá, não saia um carro para o lado de fora de jeito nenhum. Aí é greve, parava as turma toda. Até eu, não vou mentir não. Ia uma turma assim para o serviço e a outra turma ficava naquelas greve. Até eu, quando se reunia um monte de gente assim, o cara dizia que não vai fazer greve? Eu não fiz greve não, agora se dissesse assim: “bora empurrar aquele carroção para fechar o portão lá, não vai sair daqui ninguém”. E o cabra ia se meter num comboio de gente assim para meter a cara? Aí ficava tudo parado lá. **Tinha gente do sindicato?** Tinha gente do sindicato (Rufino, 42 anos. Grifos nossos).

Apesar de narrar um confronto aberto – uma interrupção do dia de trabalho – o informante assume a participação, porém, apresenta-a quase que como uma imposição do grupo.

Pude entrevistar outro trabalhador que participou da mesma manifestação, veja o que ele diz,

A história de Goiás foi assim. Chegou um cara lá, a usina mandou ir fichar no nosso lugar mesmo, nós saiu fichado. Foi 400 pessoas, 10 ônibus. Saiu de Delmiro Gouveia (município alagoano). Nós fretamos uma van, eu e a galerinha lá, uns 20 cara, aí fomos diretamente para Delmiro. Aí quando foi umas oito horas da noite, nós foi para Goiás. E fichado já. A usina não descontou nada. **E o alojamento?** Desconta só a comida, 136 reais, nós pagava. Teve greve no mundo lá (em Goiás). Nós mesmo fazia, a galera se acordava bem cedo assim, pronto: “hoje ninguém vai trabalhar!” Saia nos barraco dos peão, avisava: “só vai quando acertar isso aqui”. Sei que foi mais de dois meses nesse rojão. Eu digo: “eu não vou ficar aqui não, nessa peste não”. Daí depois veio um colega meu, aí nós dissemos: “vamos ficar aqui, vamos ver o que vai dar”. Daí deu dois mês e meio, começou a melhorar, a galera foi embora. De 400 ficou 135 alagoano. **Mas a greve também era das outras turmas?** Só tinha alagoano, nesse alojamento só tinha alagoano. Era só nós que bagunçava tudo. **E as outras turmas?** Ah, a turma da rua ia, não participava não. Só teve uma vez, isso já tava com uns três mês, que a turma da rua se azuaram para lá, nós nesse dia não queria nem fazer greve. Por causa de uma coisa lá, eles saíram nos nossos eitos lá, bagunçando, cortando cana de todo jeito, pinicando. “não, não é para ninguém trabalhar hoje não, vamos embora”. Aí fomos para o barraco. **Os que saíram a usina colocou para fora?** Eles que pediram para sair, a usina não botou para fora não. Eu terminei, passei sete meses lá. Só que lá aconteceu assim sabe: no dia que aconteceu a greve aí eles pegaram o nome: “quem quiser ir embora, por conta própria, não to mandando ninguém ir embora”. O chefe

lá mandou. “Agora, só quem quiser ir embora a empresa vai dar o ônibus para você voltar para casa”. Por exemplo, teve cara que só trabalhou um mês, daí teve uma greve. Daí durante aquele mês se eu ganhei mil reais, pronto, você vai receber os mil reais, o cara explicou, a passagem e o seu fundo de garantia do mês. Foi isso que aconteceu lá. **E você não topou esse acordo?** Nada, eu vou ficar aqui. Eu já vim para trabalhar mesmo, der o que der... (Américo, 23 anos. Grifos nossos).

Em seguida, em outro momento da entrevista, eis que:

**Já colocou alguma usina na justiça?** Não, coloco não. Eu nem penso nisso. E as greves lá em Goiás, você não participava? Não, eu ficava só de boa olhando assim (Américo, 23 anos. Grifos nossos).

A greve narrada por “Américo” nasce de uma indignação coletiva referente a problemas no pagamento dos trabalhadores e surge de maneira “espontânea”, não sendo conduzida pelo sindicato. Considero, pois, que nela está inscrita a *agência* dos trabalhadores, que expressa o mecanismo de mediação para uma tomada de decisão. Decerto que tais ações se sustentam nas interações cotidianas no alojamento e do fato de serem de uma mesma região. Veja que a *performance* requerida na paralisação, vista aqui como estratégia de resistência, segue a lógica do anonimato. Não é outro o sentido da dissimulação do seu envolvimento quando pergunto se ele efetivamente tomou parte naquelas manifestações.

Confrontos assim, aparentemente fragmentados, revelam as estratégias construídas

pelos trabalhadores como formas de resistência. Como vimos no caso da greve descrita anteriormente, não se trata apenas de uma coleção de comportamentos e atitudes individuais, há também uma identidade de classe que é veiculada enquanto experiência compartilhada (Thompson, 1987). Ela se nutre de uma zona de comunalidade entre os próprios trabalhadores, que pode mudar em razão do ciclo de vida do indivíduo, da proveniência, entre outros fatores. Como se depreende da narrativa abaixo.

O bom de lá (São Paulo) que eu vejo é isso. Hoje mesmo, a gente trabalhando um colega meu se cortou, você sabe que horário a ambulância chegou? Chegou com uma hora depois que o rapaz se cortou! E o corte foi no pé. Uma coisa que a gente tenta conversar com o povo para ver isso né (com os colegas de trabalho). Mas só que uma pessoa só não consegue, a gente fala com o cabo de turma, fala com o fiscal de frente, mas só que ele não chega para o homem mesmo para falar... O obrigado que você chega para o homem e falar, é se tivesse um sindicato no pé. Se ele tivesse no pé, você não ia falar com os homens da usina, você ia falar com o sindicato, o sindicato é quem ia. **Você acha que a atuação do sindicato é fraca?** É fraca, com se diz, o usineiro tem mais voz que o sindicato. Quem era para falar mais alto era o povo do sindicato, ele não fala, ele fala menos, fala baixo. **E você é sindicalizado?** Não. Aqui mesmo que trabalha comigo não tem um. A única vez que eu vi o sindicato em seis meses que eu estou na usina, que eu vi, só foi uma vez que eu vi o sindicato lá. Até eu gritei do alto, que eu estava no alto: “ei rapaz, você do sindicato aí – que era dois rapaz e uma moça – vê se ajeita essa média de cana aí rapaz, cá para nós”. Foi a mesma coisa de ter entrado num ouvido saí-

do no outro. Porque nem deram com a mão eles deram (Josino, 27 anos. Grifos nossos).

A gente tem cortado muita cana aí forte, às vezes não combina com o peso que eles dá para a cana. A gente conhece, a gente trabalhador velho cortando cana a gente conhece do peso nos braço. Aí a pessoa chega assim: “o rapaz, esse cana aí de dez braça, doze, uma cana dessas!? Dez vara para dar uma tonelada uma cana, mil quilo, o que é mil quilo uma cana dessa? Nossa senhora viu!” Às vezes a turma fica chiando. “rapaz, uma cana dessas por um peso desses, o que é isso!? **E como é o processo de pesagem?** O cara mede uma vara, corta ela todinha, aí pica os pedacinho, quando acabar amarra e pesa. Mas ali os pesador tem as manha, a cana é boa mas as vezes ele sai ali pelo meio procurando aquele lugar mais fraco para pesar. É ali onde ele mede para pesar. É onde a turma chia: “para que você não pesa aqui, pesador? Vai pesar onde a cana aí onde a cana é morta rapaz...” A turma acha ruim. Tudo tem esperteza ne. Esses homem aí ne brincadeira. Você já participou de alguma greve? Não, aqui não. E lá (São Paulo)? Lá nos paremos devido o pagamento. Inclusive dessa viagem que eu fui paremos tudinho, cearense, paremos tudinho. A turma falou: “enquanto não acertar esse ganho aí nós não trabalha ninguém”. Nós fiquemos lá sentado. Aí ele chegou assim e passou R\$ 190 a mais para todo mundo. Senão a turma não trabalhava (Eufrásio, 47 anos. Grifos nossos).

Além das *ações cotidianas de resistência*, a experiência acumulada em anos de trabalho canavieiro faz com que “Josino” cobre uma atuação mais firme dos sindicatos. Caso contrário, vai depender da turma “chiar”, como sustenta “Eufrásio”. Decorre disso que os próprios trabalhadores dão prova de que para

conflugar o conflito aberto é preciso que haja um compartilhamento de interesses comuns. Em contrário, a percepção da possível injustiça irá sempre ser equacionada em razão das experiências individuais isoladas que podem, ou não, induzir o confronto. A descrição a seguir mostra como se estabelece o *modus operandi* na estruturação de um conflito.

Já colocou alguma usina na justiça? Não, nunca coloquei. Mas se eu tivesse de fazer eu faria, mas inté hoje nunca precisei não. Já, assim, já sentei, já discuti com o gerente já briguei com eles para procurar meu direito. Aqui e em São Paulo. Por causa disso que em 2009 eu não era para mim vim embora. Os dez meses que eu passei lá, eu tava pensando em passar mais um ano, mas foi por causa disso mesmo, eu fui defender meu direito, eu e outro rapaz daqui. A gente foi em quatro, a gente foi reclamar, juntamos as turmas, era gente de Sergipe, de Pernambuco, de Alagoas, a gente se juntou todo mundo e fomos procurar o direito da gente e foi por causa disso que eu só passei dez meses. Todas as usinas é assim, aqui e em São Paulo, se você for um cabra que reclame seus direitos, ele vai trabalhar com você, mas sempre de olho em você. “Aquele cabra ali, ele sabe demais, ele gosta de procurar o direito dele”. É o que você pensa antes de reclamar? Eu penso e compartilho com quem está junto comigo. [Cito um exemplo hipotético de alguém que colocou uma usina na justiça e pergunto se ele vai ter dificuldade em conseguir outro emprego] Vai. Vai porque é assim, se ele for de uma vez, sem procurar assim as pessoas, sem procurar o gerente, sentar com o gerente, com quem esteja na frente. E sempre se sabe, usineiro sempre tão junto. Nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador, mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe. Esse ano mesmo que eu es-

tou trabalhando na usina Taquari, teve muitas pessoas, um colega meu mesmo que trabalha comigo, um parceiro meu, a carteira dele não foi aceita, porque ele trabalhou em 2010 lá e teve um problema lá, e ele foi botado para fora e esse ano a carteira dele não foi aceita na Taquari. **E ele está sem trabalhar?** Ele foi trabalhar na outra (usina), mas lá ele não foi aceito mais. **E como deve ser para reclamar?** A primeira coisa que eu vou fazer é sentar e chamar o cara: “olhe, eu achei esse negócio errado, vamos conversar”. A (usina de Sergipe) mesmo, no começo da safra, ela atrasou um dinheiro da gente. Mas só que só foi a turma da gente. Nesse tempo a gente estava com 38 ou era 42 duas pessoa. Pagou o pagamento, mas não pagou tudo. O que foi que a gente fez? A gente não parou turma nenhuma, a gente parou a turma da gente mesmo. Paremos, cheguemos no serviço sete horas, tomemos café, o feitor chegou, o cabo de turma liberou os oito para todo mundo. Só que a gente falou para todo mundo igual: “a gente só pega na cana para trabalhar depois que ele ajeitar o dinheiro da gente”. Aí fiquemos, aí a outras turmas começou a trabalhar e o plano de cana lá parado, a frente da gente, né? Aí o gerente veio, o cabra linha de frente, né? “O que foi que houve?” Aí eu disse: “olhe, a gente tem uma coisa para nós conversar. Surgiu um atraso de um dinheiro da gente aí, não pagou o dinheiro todo completo da gente, o que é que você pode fazer por a gente aí? A gente só volta a trabalhar depois que vocês ajeitarem esse dinheiro da gente aí”. Aí ele foi, conversou com o gerente. – “Pode ir embora para casa – nove horas liberou a gente –, se amanhã de bem cedo vocês chegarem no ponto e o feitor de vocês ligar pro banco e não tiver esse dinheiro depositado, vocês volte da padaria mesmo porque o dinheiro de vocês tão pago”. A gente foi, assim a gente fez. No outro dia a gente foi para o ponto, na padaria

que a gente para pra comprar alguma coisa, que o cabo de turma da gente ligou, pegou a senha e um cartão de um colega nosso, puxou, aí a mulher falou que o dinheiro estava depositado e a gente foi trabalhar. Por quê? Porque se a gente não tivesse parado. Aquela dinheiro vinha, mas só vinha com 15 dias depois que é a outra quinzena (Justino, 27 anos. Grifos nossos).

Depreende-se, então, que o conflito precisa ser mediado, negociado, é preciso “sentar” antes para “conversar”, porque como bem alerta o entrevistado, “nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador, mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe”. A elaboração desse discurso por parte do trabalhador já representa uma forma de contrapor-se ao discurso “oficial” daquele que está na posição de mando. É o âmbito em que se revela justamente a equiparação da posição dos atores, ou seja, a “esperteza” do fiscal, ou do dono da usina, contrapõe-se a resistência dos trabalhadores. Para Scott (1990), é o discurso clandestino dos grupos subordinados que se insinua de modo discreto atrás de gestos, rumores, fofocas ou brincadeiras. Desse modo, pretendo arguir que o contexto de exploração não tem como corolário necessário a condição de “explorado”, no sentido de uma aceitação inerte. Os termos dessa relação são objeto de disputa. Assim, assumir uma posição de recuo ou defesa, tolerar ou recusar a violação de um direito, entre outras questões, informa a tessitura das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e o modo como, a depender da situação, ele veicula uma imagem.

Esse aspecto também fora flagrado por Silva (2011), que encontrou uma miríade de táticas de confrontos entre os trabalhadores. Elas

iam da dissimulação às práticas de sabotagem do método de aferição da pesagem da cana cortada por cada trabalhador. Igualmente, Cover (2011) também encontrou em sua pesquisa diferentes recursos mobilizados como formas de resistência. Tal qual nos meus achados, em ambos os casos o enredo das resistências é mudo. Ele só pode ser lido quando se observa o contexto das interações sociais. Mas, mesmo assim, há que atentar para o lugar da cena. Uma vez no palco – como em uma interrupção do dia de trabalho – o protagonismo é diluído no coletivo. Uma vez na coxia – no cotidiano do trabalho, nos alojamentos – eis que surge a trama das pequenas ações de sabotagem, de controle da produção, do “saber fazer meu dia” e da aparente aceitação inquestionada dos constrangimentos estruturais.

Quando postas em conjunto, as narrativas dão margem a uma ética do trabalho. Elas informam aquilo que pode ser considerado como “bom trabalhador”, em oposição ao “mal trabalhador”. No entanto, ainda que assuma um caráter prescritivo, daquilo que deve ser, trata-se de uma fala que sustenta uma imagem que se pretende mostrar publicamente – é um discurso para o “outro”, e que, nesse sentido, tanto pode revelar quanto esconder as ações de resistência anteriormente ditas.

**O que é um bom trabalhador?** É aquele que trabalha e não anda perdendo um dia, né? **Mas hoje você não foi trabalhar?! É, hoje foi [Ele comentou depois que não foi trabalhar porque ia receber um cunhado em casa que vinha de outro estado].**

**O que é um trabalhador ruim?** É aquele que não quer nada, fica só perdendo dia. **E uma pessoa que briga pelos seus direitos, é um cara bom ou ruim?** Pra uns é bom, pra outros já é ruim, né? Eles mesmo da usina não gostam (Jileu, 22 anos).

**O que é um bom trabalhador?** Eu acredito que um bom trabalhador é aquele cara que veja o lado de todo mundo, não veja só o lado dele. Ele vai defender o dele e dos colegas, que tá suando junto com ele, pegando aquele sol todo dia. Eu acredito que um bom trabalhador é aquele que ajuda os outros. **E o cara que mais produz?** Para mim ele é um bom trabalhador para ele próprio, mas não é um bom trabalhador para os outros. Porque, por exemplo, eu chego na minha turma, tem 35 pessoas, aí 30 para pra nós se reunir, 5 vão trabalhar. Então aqueles caras ali, eu para mim, não é bom porque ele não tá puxando para o lado do trabalhador, ele tá puxando para o lado da usina. Eles têm que juntar com a gente para defender o lado da gente.

**O que é um trabalhador ruim?** É o cara que não se junta com a gente. É um cara que só pensa nele próprio (Josino, 27 anos).

**O que é um bom trabalhador?** Eu acho que o bom trabalhador é aquele que vai trabalhar e não dá trabalho. Não dá trabalho para quem? Para o patrão. O cabra faz o serviço dele, certinho, do jeito que eles querem. Mas no dia que você está cansado você faz isso ou não? Ah eu faço, se eu tiver cansado, não aguentar mais, manero, vou ali, sento.

**O que é um trabalhador ruim?** Às vezes você traz um cabra de lá para cá, pro meio de nós, aí ele dá problema, aí vão falar: “foi fulano que trouxe esse cabra”. Aí da outra vez que for trazer um cabra aí já não vão confiar mais em nós... (Serafim, 39 anos. Gri-fos nossos).

**O que é um bom trabalhador?** Eu acharia assim, porque tem pessoas que faz assim: “fulano, porque aqui tá roubando, aqui é roubando, essa usina é ladrão, empreiteiro é ladrão”. Não, não pode fazer isso. Se você é uma pessoa boa, você está trabalhando ali, também não critique ninguém. Que a empresa não tem nada a ver com isso, entendeu? Se você ganhou hoje mil, dois mil, não falta um centavo, que aí não falta. Cada dia a dia chega o dinheiro. Chegou dia 30 seu pagamento ta em conta. Não tem negócio de dizer: não, deixe para a amanhã. Aqui nunca faltou isso aí não. Todo dia 15 ela dá um vale de 270 reais, quando é o dia 30 é o pagamento. Eu vou falar mal de uma empresa dessa? **Mesmo essa coisa do peso da cana?** Mesmo essa coisa do peso aí que eu acho diferente, eu não falo. Que nem o menino falou ali [**em referência a situação da entrevista anterior quando se reclamou do roubo do peso**] Sabe por quê? Você vai procurar uma coisa dessa aí pra que? Uma coisa que já passou há mais de trinta dias! Você não vai resolver nada. O negócio daqui é diferente é sobre a balança. **E as “carreiras” escolhida para pesar?** É porque das menor cana ele tira. Para você ver, o cara pega uma balança ali, ele vai escolhendo aqui cada cana, cada moita de cana ele vai escolhendo aquelas caninha miúda, aí joga na balança amarra ali com um ponteiro de uma cana... Eu vi ele pegando aqui com dois dedo, ali está pesando cana? Eu cheguei para ele, assim, numa cana assim que eu tinha derrubado, aí eu falei assim: “rapaz, essa cana da menos de... uma sete braça aqui dá uma tonelada não dá?” Ele falou: “oxente, não dá não. Aqui passa de dez!”. Mas eu também ne?! “Mas desse jeito aí, o cara pegar, levantar, pesar uma cana com dois dedo aí dá mais de dez mesmo”.

O que é um trabalhador ruim? Para mim é o mesmo ser humano, não tenho nada a ver com a vida dele. Se ele é bom trabalhador, se ele é mal. Tem muita pessoa aí que você vê, eu por mim aqui mesmo, vamos dizer: eu pego uma pessoa dessa assim para viajar mais eu daqui para São Paulo, vai fazer o quê? Só vai me dá trabalho, entendeu? Chega lá eu coloco uma pessoa dessa dentro de uma firma lá, aí o cara vai vim em cima de mim, dizer: “Oh rapaz, você veio trazer um bagunceiro para aqui?!” Como assim, que bagunceiro? Que chega lá falta dia, responde. Você sabe que esse tipo de gente não gosta que ninguém responda. “Rapaz, vamos fazer aquele serviço ali?”. Você não tá pra aquilo? Vá fazer seu serviço. Se o cara tem condições de dar aquela metragem para você, porque vê que você merece, bem! Se também não, você fez aquele serviço também, nem vai lhe enricar, nem vai lhe empobrecer. Acabou! É por isso que quando eu chego lá é dois, três para me chamar para eu trabalhar nas turmas. Por que? Eu sou um cara que eu nunca respondi ao empreiteiro. “Dedé vá ali fazer aquele serviço ali, Dedé vá ali tirar aquela moita ali de cana”. Oxe, eu vou e faço meu serviço, pronto (Zerramos, 34 anos. Grifos nossos).

O traço saliente é a aparente reprodução do que seria o discurso patronal sobre o “bom trabalhador”, ou seja, é o trabalhador que não perde dia, que não “dá trabalho”, deixando a entender que não há contestação. Contudo, essa mesma narrativa pode ser lida a contrapelo, ou seja, a suposta aquiescência funcionária como mecanismo de proteção do próprio empre-

go. Mesmo assim, note que “Zerramos”, ainda que com todo o cuidado e bom trato, pede para medir a cana mais pesada. O discurso do aparente “conformismo” é produzido para o “outro” (o patrão) a partir da expectativa de comportamento almejado, todavia, no confronto com as declarações que antecedem esse momento, percebe-se o descompasso entre duas narrativas que estão sempre oscilando. De um lado, a imagem do anonimato e da passividade no discurso público, do outro, a teia das estratégias de resistência e a face ativa do discurso velado. Pela mesma razão, a forma da resistência não pode assumir o aspecto individualista, heroico, sob pena de comprometer o vínculo de confiança que se estabelece entre os próprios trabalhadores. Donde o perigo de levar alguém “bagunceiro”, frequentemente aludido.

Em um contexto em que a estruturação das formas de resistência raramente assume o confronto direto, talvez por isso, os sindicatos enfrentem dificuldades em agregar os trabalhadores. A maioria mostrou pouca importância, ou mesmo desconhecimento, sobre a sindicalização, mais das vezes, recorre-se aos sindicatos para o cadastramento do programa “Mão Amiga<sup>3</sup>”, para alguma assessoria jurídica ou no momento da rescisão do contrato de trabalho. Mas, não decorre disso que o seu papel seja de somenos. Em Sergipe, o expressivo crescimento do número de trabalhadores assalariados empregados nas usinas motivou a ação dos sindicatos. Ele é o ator que pode se colocar em primeira pessoa nas situações de confl-

---

3 “Criado em 2009, o programa de transferência de renda e geração de cidadania ‘Mão Amiga’ garante a subsistência dos trabalhadores rurais da laranja e da cana-de-açúcar no período da entressafra, através de uma bolsa mensal de R\$ 190 durante os meses de novembro a fevereiro para a cultura da laranja, e entre maio e agosto para a cana-de-açúcar. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP)”. Disponível em: <http://www.inclusao.se.gov.br/erradicacao-da-pobreza-extrema/inclusao-productiva/programa-mao-amiga>

to. Não à toa, muitos trabalhadores, especialmente os que trazem experiências acumuladas em outros contextos de trabalho, cobram uma atuação mais enérgica. Na ausência de um coletivo de trabalhadores bem constituído em torno dos seus interesses, em razão da prematura conformação das relações de trabalho no setor canavieiro sergipano, os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho desempenham um protagonismo importante não apenas na fiscalização e mediação dos conflitos, mas na institucionalização do litígio.

Embora não tenha sido o foco principal desse artigo, os locais de moradia e os momentos de lazer também podem atuar como espaços de resistência. Os excertos de entrevistas aqui analisadas evidenciam isso. Tais espaços encampam um amplo e variado mercado de informações através dos quais se desenvolvem laços de proteção entre os próprios trabalhadores. O caso da greve citada anteriormente é o melhor dos exemplos. O lugar de uma identidade de classe surge como o momento do compartilhamento de interesses em comum, enquanto “canavieiros”, em contraposição ao elemento opositor. Para tanto, lembremo-nos das diversas passagens em que os indivíduos identificam aquele, ou aqueles, contra o qual se opõem os seus interesses. Assim, a troca de informações, as resistências cotidianas e os espaços de convivência dão lastro à existência de uma experiência compartilhada. É aqui que situo a identidade de classe, que se expressa por ações de conformismo, mas também de resistência. Importa dizer ainda que as identidades são contingentes, ou seja, os indivíduos irão manifestá-la em razão de algum fim. Decerto elas se nutrem do contexto social, do ciclo de vida, da experiên-

cia de migração, ou, como já o afirmara Menezes (2000, p. 53), elas são “formadas por sua condição como camponeses, canavieiros, trabalhadores urbanos e por outras estratégias de sobrevivência”. Portanto, uma provável identidade de classe compartilhada atua como uma variável que entra na equação entre as possíveis escolhas dos indivíduos nas suas preferências. Sendo assim, os espaços de convivência – isso inclui os locais de residência temporária, a exemplo dos barracões – constituem importantes canais pelos quais se edificam, mas, sobretudo se afirmam as identidades.

## RETOMANDO O FIO DA MEADA

Como forma de concluir, cumpre recuperar alguns pontos para reflexão. O primeiro deles diz respeito ao modo como o conceito de “exploração” foi incorporado. Com isso, parte da inquietação intelectual recai sobre o diagnóstico ao qual chega boa parte da literatura que indica um cenário de extrema exploração do trabalho nos canaviais. Seja por não ultrapassar o “denuncismo”, seja pela ênfase dada aos elementos de ordem estrutural como explicação do contexto. Aqui, sem necessariamente afastar esse diagnóstico, procurou-se inquirir sobre a percepção que os próprios trabalhadores têm da situação de vida e trabalho nesse contexto. Assente em uma microsociologia das relações sociais, a perspectiva explorada buscou trazer a lume a trama de estratégias de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores no afã de enfrentar as situações vivenciadas. Em livro já clássico, Runciman (1966) havia trabalhado com a noção de “privação relativa” para mostrar que a percepção de injustiça dos indi-

víduos quanto a sua posição social depende do “grupo de referência” a que se contrapõe. Não sendo, portanto, cabível, supor uma noção de (in)justiça *in abstracto*. Isso motivou um olhar meticoloso nas pequenas *ações de resistência cotidiana* e, conseqüentemente, no conflito.

Como vimos, tais ações assumem uma gramática própria. Esse é o segundo ponto de destaque. Ao tomar o conteúdo das relações sociais como variável interveniente, e não dependente, descortina-se não uma imagem que os toma como sujeitos passivos, inertes aos constrangimentos de ordem estrutural, mas o modo ativo que sustenta a teia de estratégias de resistência. Com efeito, é preciso “ler as falas ao avesso”, como sugere Menezes (2011). Nesse veio, prossegue a autora, trata-se de um recurso metodológico, ou seja,

captar as formas de resistência cotidiana dos trabalhadores migrantes significa reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima em que, geralmente, são para o lugar de sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir das possibilidades concretas e objetivas. Assim, eles atuam com as armas de que dispõem e com outras possíveis de serem ‘fabricadas’ com o material de suas interações sociais cotidianas (Menezes, 2011, p. 62).

Ao que se supõe, isso dá sentido a várias ações que, em outra chave, apareceriam como irrelevantes ou como sendo motivadas pela incapacidade dos sujeitos de mobilização conjunta dos interesses em prol de melhoria nas condições de trabalho. Assim, a decisão de migrar, de “tolerar” situações de flagrante arrepio a legislação trabalhista, do caráter peculiar assumido na manifestação dos descontentamentos,

das orientações de consumo, entre outros elementos, não são consequência apenas dos “imperativos inegociáveis” que constroem uma resposta irrefletida por parte dos trabalhadores. A mediação feita pelos indivíduos, que assumem as mais diversas formas, constitui o momento da resistência.

Por fim, como último aspecto, volto à questão da linguagem. Ela constitui um meio capaz de (res)significar os sentidos atribuídos às ações cotidianas (Strauss, 1999; Kaufmann, 2004). O léxico que serve de esteio às narrativas de vida deixa entrever um campo de tensões. Assim, as formas de nominar e de atribuir significado às coisas, antes de ser um ato despretensioso, revela um forte conteúdo proposicional, como já o afirmara Searle (2010). Nessa perspectiva, torna-se primordial a definição do que Dubar (2000) chamou de “contextos de ação”, ou seja, o lugar a partir do qual os indivíduos se definem e definem os outros. É nesse contexto de ação que os indivíduos articulam aquilo que pertence à situação dada, culturalmente marcada, com aquilo que representa a sua trajetória subjetiva. Desse modo, foi possível perceber como determinadas ações, a exemplo da decisão de tomar parte em uma greve, de ir à Justiça reclamar algum direito, entre outras questões, está diretamente relacionado ao ciclo de vida dos indivíduos, a experiência de migração e aos riscos assumidos para a manutenção do emprego. Não se resumindo, portanto, ao caráter imperativo da exploração.

Trabalho recebido em 06/09/2013

Aprovado para publicação em 12/12/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BARRINGTON, M. JR. *Injustice: The Social Bases Of Obedience And Revolt*. Stamford: Ray Freiman & Company, 1978.

COVER, M. O. “*Tranco da Roça*” e a “*Vida no Barraco*”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2011.

DUBAR, C. *La Crise des Idnetités: L'interprétation d'une mutation*. 3 ed. Paris: Puf, 2000.

DURKHEIM, É. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCIA Jr. A. R. *O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MC-T-CNPq, 1990.

HOLSTEIN, J. A. and GUBRIUM, J. F. Active Interviewing. In. WEINBERG, Darin (Org.). *Qualitative Research Methodos*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2002.

KAUFMANN, J. C. *A Invenção de Si: uma teoria da identidade*. Lisboa: Armand Colin, 2004.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a Dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MENEZES, M. A. *Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira*. In: História Oral, 3, 2000, p.49-68.

\_\_\_\_\_. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPPB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estratégias, Táticas e Resistência no Cotidiano dos Canaviais*. In: MENEZES, M. A.; GODOI, E. P. de (Orgs.). *Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.

POUPART, J. *et al.* *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis-Rj: Vozes, 2008.

RUNCIMAN, W. G. *Relative Deprivation and Social Justice: a study of attitudes to social inequality in twentieth-century England*. Berkeley: University of California Press, 1966.

SCOTT, J. C. *Weapons Of The Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University, 1985.

\_\_\_\_\_. *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press and New Haven and London, 1990.

SEARLE. J. R. *Consciência e Linguagem*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

\_\_\_\_\_. *Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos*. *Revista Estudos Históricos*, n. 18. Rio de Janeiro, 1996. pp. 361-388.

\_\_\_\_\_. Armadilhas da Honra e do Perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Revista Mana*, v. 10, n.1, p. 131-163, 2004.

SILVA, M. A. M. e RIBEIRO, J. D. Violação dos Direitos e Formas de Resistência nos Canaviais Paulistas. Trabalho apresentado no VIII da ALASRU. GT: 21: Trabajo Asalariado y Mercados Laborales Agropecuarios. Porto de Galinhas, 2010.

SILVA, M. S. *Trabalhadores-Migrantes nos Canaviais Paulistas: Sociabilidades, Condições de Trabalho e Formas de Resistência!* Tese (Doutorado em Ciências Sociais. – Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande Paraíba, 2011.

STRAUSS, A. L. *Espelhos e Máscaras: a busca de identidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA COTIDIANA: O PROTAGONISMO EXERCITADO PELOS CAMPONESES NO CARIRI PARAIBANO (1900-1950)<sup>1</sup>

---

Francisco de Assis Batista

---

### RESUMO

O Cariri da Paraíba, de acordo com os registros de doações de sesmarias, foi sendo ocupado, no início do século XVIII, por pessoas que tinham por objetivo estabelecer fazendas de gado e por grupos de famílias sem terras, escravos e ex-escravos, os quais para aquela área se dirigiram, em busca de terras que lhes possibilitassem a subsistência. Essas pessoas em constantes embates com a elite rural da região foram se estabelecendo e deram origem ao campesinato regional. Este artigo tem por objetivo analisar as práticas de resistência cotidiana, exercitadas por este campesinato, frente às práticas de dominação da elite rural, no Cariri Ocidental da Paraíba, no período de 1900 a 1950. Para realizar essa análise, utilizamos como fonte de pesquisa entrevistas e também publicações literárias de autores que trataram de relatar os conflitos que presenciaram na época, tanto entre membros da elite rural quanto entre essa elite e os camponeses. As análises realizadas nos permitiram concluir que os camponeses mesmo enfrentando as práticas de dominação da elite rural, desenvolveram, conforme as suas possibilidades de exercer estratégias de resistência cotidiana.

Palavras-chave: Campesinato; Elite Rural; Dominação; Resistência Cotidiana.

## ON THE TRACKS OF PEASANT EVERYDAY RESISTANCE: THE PROTAGONISM EXERCISED BY FARMERS IN CARIRI OF PARAIBA STATE, BRAZIL (1900-1950)

### ABSTRACT

The Cariri of Paraíba, according to the records of donations of land grants, has been occupied in the early Eighteenth Century by people who aimed to establish cattle ranches, by families without land properties and former slaves who arrived to the region mentioned in their search for subsistence. These people in constant clashes with the rural elite of the region were being established and gave rise to regional peasantry. This study aims to analyze the practices of everyday resistance exercised by the peasantry against the practices of domination of the rural elite in the West Cariri of Paraíba State (Brazil), in the period from 1900 until 1950. For this analysis, we used as data sources a set of interviews with people who witnessed those conflicts and also publications by people who had tried to report the conflicts both among rural members elite and among the rural elite and the peasants. The analysis carried out showed that farmers facing the same practices of domination of the rural elite, developed according to their possibilities of exercising everyday strategies of resistance.

Key words: Peasantry; Rural Elite; Domination; Resistance Everyday

---

Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão do quinto capítulo de minha tese de doutorado em Sociologia defendida em 2010 no PPGCS/UFCG, sob a orientação da professora Marilda A. Menezes

## INTRODUÇÃO

A microrregião do Cariri Ocidental foi uma das últimas a ser povoada no estado da Paraíba, processo que ocorreu na passagem do século XVII para XVIII (Octávio, 1996). A ocupação dessa microrregião, encravada na “diagonal seca” do semiárido brasileiro, deveu-se em parte à expansão da pecuária bovina e à iniciativa de camponeses que lá se instalaram o que redundou em uma estrutura agrária típica do latifúndio-minifúndio, isto é, uma estrutura de ocupação do espaço caracterizado por um número reduzido de grandes fazendas, que dominavam a maior parte do território, intercaladas com inúmeras pequenas propriedades que concentram as famílias camponesas que se reproduziram na microrregião (IBGE, 1985).

No início do século XX, a microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba desenvolve uma intensa produção de algodão, destacando-se mesmo de outras regiões do Estado tanto pela quantidade quanto pela qualidade, sendo o algodão nela produzido classificado como um dos melhores do mundo (Galliza, 1993, p.45).

No período dessa efervescência econômica e política, a pressão sobre a terra, o principal meio de produção, se deu de forma violenta. São inúmeros os casos relatados pelos moradores mais antigos da região, que ainda guardam na memória as práticas dos coronéis que se utilizavam da coação e do assassinato para expropriar os pequenos proprietários e os posseiros mais resistentes. Entretanto, nos relatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais coletados, ainda durante a pesquisa de mestrado, percebemos que os camponeses não aceitavam, passivamente, o poder exercido pelos latifun-

diários, o que permite formular a hipótese da existência de práticas de resistência cotidiana frente àqueles que pretendiam explorá-los e expropriá-los de suas terras.

A existência predominante das pequenas propriedades na estrutura agrária da microrregião ratifica a hipótese de que permanência destas pode ser explicada pela força da resistência cotidiana das famílias nestas áreas, *garantido-as como posse*, e não pela força das formalidades legais, conforme se verificou com as grandes propriedades.

A pesquisa realizada no mestrado revelou a importância que o movimento sindical teve naquele momento e contexto específicos, em que os trabalhadores rurais estavam sendo expulsos das grandes propriedades rurais. No entanto, alguns questionamentos foram brotando, pouco a pouco, não só a respeito da importância do sindicato e dos trabalhadores inseridos no movimento sindical, mas, acerca de outros trabalhadores e trabalhadoras que não aderiram à luta sindical.

A complexidade daquela realidade fez emergir um questionamento a cerca de como se dava o enfrentamento dos trabalhadores rurais, na ausência de direitos legais e de instituições jurídicas, que só começaram a ser implementadas na década de 1970. Ante aos questionamentos, privilegiamos, neste artigo, analisar as práticas de resistência protagonizadas no cotidiano pelos camponeses, no Cariri paraibano, frente às expressões de poder exercitadas pela elite no período compreendido entre o início do século XX até meados dos anos de 1950. No curso da análise tomamos como referencial a noção de resistência cotidiana elaborada pelo cientista político James Scott.

## 1. A NOÇÃO DE RESISTÊNCIA COTIDIANA CAMPONESA: A CONSTRUÇÃO DE JAMES SCOTT

Resistência cotidiana é uma noção desenvolvida pelo cientista político James C. Scott, para nomear uma série de ações, consideradas, por ele, como formas de resistência protagonizadas no dia a dia pelos camponeses frente a determinadas expressões de poder. Essa compreensão originariamente é desenvolvida em seu livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, publicado em 1985, surgindo como resultado de dois anos de observação participante nos fins dos anos 70 em uma aldeia da planície Muda, situada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia e posteriormente em 1990 com a publicação de outro trabalho intitulado *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*.

Entretanto, além de nomear os tipos de ações, que entende ser expressões de resistência por parte dos camponeses, Scott desenvolve um corpo teórico em que fundamenta toda uma perspectiva para qualificar outras ações promovidas pelos camponeses.

Para justificar esse seu novo olhar sobre a temática James Scott apresenta um argumento bastante pertinente ao assinalar que as rebeliões camponesas na história são poucas e diversas, entendendo mesmo que são raras as circunstâncias que favorecem a ocorrência de levantes camponeses de larga escala, ao mesmo tempo, também, rememora que as revoltas, quando acontecem, são totalmente esmagadas. (SCOTT, 2002, p. 11).

O autor faz algumas ponderações interessantes, a exemplo da ocorrência de que uma

pequena rebelião, supostamente pode ter impacto sobre as relações de classe, mas que também há outras ações que podem produzir impactos como, fugas, roubos e que nem sempre são noticiadas. Essas ações, compreendidas como “silenciosas guerrilhas do cotidiano” possuem uma importância significativa para os camponeses e para as classes historicamente subordinadas, mas não são percebidas, nem lhe são dadas a devida atenção (Scott, 2002, p.11). Outro argumento, bastante pertinente, quanto à visibilidade e à importância que deve ser dada às ações do cotidiano camponês, são colocadas por Scott (2002, p.11) ao questionar que se a história dos camponeses se detivesse apenas em focalizar os momentos de insurreições, se assemelharia a uma história de trabalhadores fabris com registro, apenas, dos momentos mais agudos de suas formas de lutas como greves e protestos, perdendo, assim, as expressões de lutas mais duráveis dos conflitos de classe exercitados na arena do cotidiano, entre as quais a luta pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito.

Considerando as particularidades do contexto camponês, Scott formula a noção de resistência cotidiana, argumentando: “Por todas essas razões, ocorreu-me que a ênfase nas rebeliões camponesas estava mal colocada. Pelo contrário, pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa” (Scott, 2002, p.11).

Esta concepção formulada por James Scott abre uma perspectiva que permite entender as manifestações de pequenas ações que ocorrem no cotidiano de um determinado contexto de dominação, superando a tradicional

interpretação das formas de resistência, como sendo conformismo, acomodação ou submissão, ou também como atos criminosos, principalmente, quando afetam diretamente a propriedade privada.

Monsma, referindo-se á centralidade das ações cotidianas na perspectiva teórica de Scott, esclarece:

Parte da atração de Scott pela resistência cotidiana deve-se ao fato de esta ser geralmente mais democrática e mais enraizada na vida popular que movimentos e partidos formais, muitas vezes, lideradas por segmentos educados da classe média que acham que sabem melhor que os pobres o que é bom para eles (Monsma, 2000,p. 114).

Scott reconhece a existência de outros espaços, nos quais as expressões de poder dos dominantes nem sempre conseguem dominar em sua totalidade e que se constituem como espaços favoráveis a um exercício crítico do poder, conforme assinala:

[...] os subordinados que se encontram envolvidos nessas estruturas de dominação em grande escala tem, não obstante, uma vida social bastante variada fora dos limites imediatos estabelecidos pelo patrão. Em princípio, é aqui, neste tipo de espaços fora da vigilância dos dominantes, onde pode desenvolver uma crítica comum a dominação (Scott, 2000, p.19).

Compreendendo o exercício de poder não como uma situação dada e absoluta sem margens para ações de questionamento, aborda em seu livro “*Los dominados y el arte de la resistencia*” que seu objetivo principal é “tra-

to de darle sentido a um estúdio diferente del poder que descubre contradicciones, tensiones y posibilidades inmanentes” e também “mostrar como melhorar a leitura, interpretação e compreensão da conduta política, muita vezes quase inapreensível dos grupos subordinados” (Scott, 2000, p.20-21).

Ao examinar as relações de poder através de uma leitura da conduta política que, muitas vezes, é imperceptível aos olhos do pesquisador, o autor observa que os camponeses mesmo enfrentando condições adversas, desenvolvem formas peculiares de resistência a uma determinada situação de dominação e subalternidade.

O conceito de resistência cotidiana, formulado por Scott, é construído a partir das mudanças análise do contexto camponês e das relações de poder na vila de Sedaka, no sudeste asiático, no período de 1978 a 1980. Ocasão em que estavam ocorrendo transformações tecnológicas no processo produtivo com a utilização de máquinas causando impacto sobre as formas de acesso à terra pelos camponeses. A partir da análise das ações dos camponeses, nesse contexto, Scott vai delineando o conceito de forma de resistência cotidiana, apresentando algumas características como sendo: “[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”. Ainda explicitando esse conceito, apresenta a compreensão do autor acerca das formas que estas ações se manifestam: “[...] fazer corpo mole, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca a sabotagem e outras armas desta natureza”. Apresenta também algumas características: “[...] requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sem-

pre representam uma forma de autoajuda individual; evitam geralmente qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (Scott, 2002, p.12).

Conforme argumenta Scott, a resistência cotidiana expressa uma dimensão da luta de classe, pois entende que a dominação de classe é um processo sistemático de apropriação por parte dos dominantes. Dessa forma, a luta para impedir essa apropriação desenvolvida pelos subalternos se constitui, por sua vez, como uma expressão da luta de classe.

Micro resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimos de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.(SCOTT, 2002, p.24).

Entendemos que esse percurso teórico-metodológico desenvolvido para explicar o conceito de resistência camponesa ratifica a importância desse conceito na análise de ações protagonizadas pelos camponeses, mas despercebidas por algumas lentes teóricas que privilegiam as revoltas e rebeliões, A perspectiva de Scott dar visibilidade às tramas da cotidianidade, suas formas de resistência e que nos limites das possibilidades, vão tecendo as condições de suas subsistências.

Nesse sentido, percebemos a pertinência da conclusão de Scott, quanto ao objetivo da resistência camponesa:

O objetivo, afinal, da grande expressão da resistência não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses, como Hobsbawn<sup>2</sup> tão habilmente definiu, é ‘trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas’. (Scott, 2002, p.30).

Tanto a resistência material quanto simbólica faz parte de um mesmo conjunto de práticas coerentes entre si. Para Scott, as diversas manifestações como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro e os ritos de inversão como acontece no carnaval são também parte dessas manifestações de resistência, assim como todas as manifestações de descontentamento, conforme anteriormente referenciadas.

## 2. DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NO CARI-RI PARAIBANO

No Cariri paraibano a violência era uma estratégia recorrente adotada pela elite com vistas à expropriação e dominação do campesinato. As práticas dos coronéis eram bastante conhecidas. Um dos registros destas práticas pode-se constatar na obra literária produzida por Antonio Mariano Sobrinho, morador da cidade de Camalaú no Cariri da Paraíba. Este rela-

---

2 HOBBSAWM, E. Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries. New York: Norton, 1965.

ta diversos casos, que teve conhecimento através de conversas com pessoas da região em diversos momentos e circunstâncias. Esta foi uma das fontes literárias analisadas com o objetivo de encontrar pistas, acerca das relações estabelecidas entre os camponeses e os latifundiários. Ainda nesta obra podemos observar indícios de práticas truculentas experimentadas pelos coronéis, a exemplo da citação que segue:

Na fazenda Ipueiras de Francisco Chaves Ventura – que também desempenhou a função de sub-delegado de Camalaú – uma prensa de preparar fardos de algodão servia como instrumento de ‘disciplina’, entre outras técnicas utilizadas. Às vezes pendurava-se o castigado de cabeça para baixo, causando-lhe sérios problemas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com um certo cidadão conhecido como ‘Zé Tapera’ que teve de passar uma noite em tais condições [...] (Mariano Sobrinho, 1996, p. 222).

A Fazenda Ipueiras a que se refere, localizava-se no município de Camalaú, antigo distrito de Alagoa do Monteiro, a maior cidade em área territorial do Estado da Paraíba. A prensa mencionada constituía-se em um mecanismo composto de diversas peças de madeira que tinha por finalidade comprimir o algodão compactando-o em forma de volumes, denominados de “fardos”. Utilizava-se este artefa-

to, como registrado, para castigar os trabalhadores, ocasião em que nela eram amarrados os trabalhadores que por ventura desobedeciam aos coronéis.

Outro exemplo semelhante do emprego da violência por parte desses coronéis foi apresentado por Pedro Nunes<sup>3</sup>, ao fazer um comentário sobre o capitão José Pereira de Gouvêa, proprietário da fazenda Cachoeirinha em São Tomé, distrito de Alagoa do Monteiro. Nesse sentido, Nunes (1997, p.100) comenta: “Era um homem que costumava castigar seus empregados, deixando-os uma noite inteira no tronco, como se fossem escravos, vinte anos depois da abolição da escravatura”. [ se é vinte anos depois da escravatura, é preciso mencionar mais ou menos quando isso ocorreu...].

Essa era uma prática corriqueira. Os castigos eram diversos na cidade de Camalaú onde, atualmente, se situa à Rua Nominando Firmo existia um tronco, que mesmo depois de extinta a escravidão, ainda era utilizado para amarrar aqueles que por algum motivo desobedeciam aos coronéis, servindo para expor a humilhação pública àqueles que caíssem no desagrado das autoridades [esse tronco existiu até 1912]” (Mariano Sobrinho, 1996, p. 222)<sup>4</sup>.

É perfeitamente compreensível que os camponeses, conhecendo bem o perfil dos dominantes, desenvolvessem formas de enfrentar

---

3 Pedro Nunes Filho é natural da cidade da Prata, município que pertencia a Alagoa do Monteiro. Nesta obra o autor descreve o movimento armado promovido pelo coronel Augusto Santa Cruz de Oliveira que procurou criar um clima político para desestabilizar o governo do estado da Paraíba, nessa perspectiva, junto com aproximadamente duzentos homens armados, invadiu a cidade de Alagoa do Monteiro, no dia 6 de maio de 1911. Esse foi um movimento, ainda pouco conhecido e que ainda carece de um estudo de seu impacto no contexto político estadual. Esta é uma obra que foi analisada para elaboração da tese de doutorado. Ressaltamos a riqueza de informações dessa obra, pois, o autor entrevistou mais de setenta pessoas descendentes daquelas famílias envolvidas no conflito, bem como também fez consulta aos arquivos dos meios jurídicos do próprio município como da capital do Estado

4 Antonio Mariano obteve essas informações a partir de conversas informais com as pessoas antigas do município e região. Essas histórias são transmitidas pela tradição oral, mas, ainda na contemporaneidade poucos se aventuram a falar delas com medo de represálias. Antonio Mariano fez um resgate de vários episódios e publicou..

essas práticas de dominação sem, no entanto, fazerem isso abertamente, mas, protegendo-se pelo anonimato. Demonstrando ainda o medo que o referido capitão impunha aos camponeses, Nunes (1997, p. 100) coloca:

Zé de Gouvêa impunha tanto terror à população de São Tomé [antigo distrito de Alagoa do Monteiro, atualmente é a cidade de Sumé aqui se refere a um local ou a fazenda?], que quando botava um adjunto, compareciam mais de cinqüenta pessoas para trabalhar. No final da jornada, ele trazia uma bacia cheia de moedas para fazer o pagamento. Quando chamava o primeiro para receber o sujeito dizia ‘tá doido, capitão! Nem fale nisso que eu não recebo dinheiro do senhor não.

O adjunto era uma prática exercitada pelos camponeses, denominada em outras regiões de mutirão. Entretanto, na referida citação, o autor coloca como uma prática semelhante que era promovida pelos proprietários rurais, mas, com um significado diferente, pois, a convocação de um determinado proprietário a um camponês para participação nesses adjuntos, era feito de forma coercitiva, conforme podemos compreender pela análise da citação.

Esta informação apresenta pistas que nos permite compreender que tanto os camponeses quanto o capitão entendiam muito bem as relações de poder, naquele contexto, de forma que a maneira desse capitão pagar aos camponeses pode até não ser fielmente da forma descrita, mas, revela o quanto ele era temido e o quanto os camponeses teatralizavam seus gestos na presença deste, como forma de passar uma determinada imagem de respeito e subserviência. Utilizamos a noção de ação teatraliza-

da, de acordo com a compreensão de Scott como sendo uma expressão do discurso público em ocasiões em que os dominados utilizam-se da teatralização para esconder dos dominantes seus reais interesses, demonstrando, assim, por meio dessa forma, uma suposta deferência às expectativas dos dominantes (Cf. Scott, 2000).

Se por um lado os camponeses teatralizavam seus gestos para demonstrar certa deferência ao capitão, considerando o temor que tinham àquele, por outro lado o capitão também sabia do medo que causava aos camponeses e teatralizava também seu gesto por ocasião do pagamento dos serviços, com o intuito de demonstrar seu poder e inibir os camponeses de receber o pagamento.

Um caso específico no município de Alagoa do Monteiro é útil para demonstrar dois comportamentos distintos, ao mesmo tempo. Por um lado, a prática dos coronéis de tomar terras dos camponeses e, de outro, as estratégias que esses desenvolviam para resistirem sem, entretanto, afrontar diretamente o coronel, conforme podemos perceber no registro que faz Mariano Sobrinho (1996, p.196):

O coronel Pedro Monteiro cercou uma área que pertencia a uma viúva e seus cinco filhos. Depois a cerca apareceu queimada. Então, a viúva e um filho foram presos e levaram uma grande surra. Ela morreu vomitando sangue e o filho ficou aleijado de um braço. José Cardoso [compadre da viúva] levou os órfãos a capital do estado para pedir providências, mas o governo estava do lado do coronel [...] os cinco órfãos famintos foram para São Sebastião do Umbuzeiro.

Podemos, mais uma vez, constatar, assim, o que por um lado já é bastante conheci-

do, ou seja, a prática de tomar terras dos camponeses, mas, por outro lado, o que este caso revela é a resistência possível que foi feita por aquela família de camponeses. Conforme podemos observar, a ação de resistência consistiu em queimar a cerca feita pelo coronel e, mesmo assim, não foi imediatamente após esta ser feita, mas, algum tempo depois e utilizando-se do anonimato. O anonimato, conforme compreende Scott, consiste numa estratégia que os grupos subordinados utilizam para exercitar a resistência de forma disfarçada. Esses grupos ao entenderem que podem ser alvos de represálias, se utilizam do anonimato para proteger suas identidades e desenvolverem ações diretas contra os dominantes, entre as práticas anônimas Scott descreve: falar sob possessão espírita, a agressão por meios mágicos, o rumor e até mesmo a violência (Scott, 2000).

Analisando essa ação de resistência, podemos entender que aquela família sabia que corria riscos se tentasse uma afronta direta, tanto é que a queima da cerca foi feita de forma anônima. Porém, o que chama a atenção é a possibilidade de serem sabedores que a ação de queimar a cerca não intimidaria o coronel, de forma que aquela ação, longe de apresentar um obstáculo aos intentos do coronel, representava mais uma manifestação de indignação daquela família do que mesmo uma forma de resolver a questão. Também, observando os indícios, podemos pensar que aquela ação de queimar a cerca não foi promovida tão somente por aquela família, no entanto, é possível mesmo ter contado com a ajuda de outros camponeses, que indignados com aquela ação, prestaram auxílios para colocar fogo na cerca.

Tomando como exemplo um conflito no município de Pombal, no Sertão da Paraíba, no

ano de 1924, realidade não diferente da estabelecida em Alagoa do Monteiro, percebemos, mais uma vez, essa face de tensão entre os latifúndios e os camponeses, ocasião em que José Gregório está falando a partir de suas lembranças, isto é, um protagonista falando daquilo que presenciou e colocando sua percepção. Acredito que a importância está justamente no relato do protagonista. O autor não teve pretensões acadêmicas, nem convencer ninguém apenas relatou uma situação, que para mim se revelou importante para demonstrar como se dava a coação, a pressão, para expulsar o camponês da terra. Enfim, é um relato de quem testemunhou um caso específico desses, entre tantos outros, a partir de suas lembranças sobre aquela região, descreve os artifícios de um coronel para tomar um pedaço de terra de um camponês seu vizinho:

Severino Rodrigues começou invejando aquela pequena propriedade e fez várias propostas de compra, mas pela importância que ele mesmo arbitrava. Como Pedro Gomes [o camponês vizinho] recusasse a oferta descabida, Severino Rodrigues começou a abrir as cercas para que o seu gado invadisse as vazantes do vizinho. (Gregório, 1967, p.257).

Essa tentativa de tomar o pedaço de terras levou tempo, mesmo o coronel contando com a colaboração das autoridades policiais e jurídicas da comarca. Essas autoridades subservientes aos coronéis fizeram uso da força para intimidar aquela família, de forma que os filhos daquele camponês foram presos sob acusações falsas, apenas com o intuito de pressionar o seu pai a vender o pedaço de terra e ir embora da região.

Estes, ao serem soltos, não mais suportando as pressões a que vinham sendo submetidos, e, sem dúvida, fazendo uma leitura bastante pertinente das relações de poder naquele contexto, em que sabiam que não contavam nem com a justiça, nem com a proteção de outro coronel, planejaram e executaram a única forma de resistência possível conforme coloca José Gregório (1967, p.265):

Severino Rodrigues estava derramado em sua cadeira de balanço, palestrando com dois hóspedes amigos, a esposa e os filhos. As brechas das portas permitiam boa visão aos que estavam de fora [...] apontaram no peito largo do homem e os estampidos foram apavorantes. A vítima não se moveu da cadeira: teve morte imediata [...] o fato estava consumado. Sabiam, pelos motivos, tão claros, que os criminosos eram dali mesmo; e os Gomes foram apontados, embora sem testemunhas de vista.

Podemos compreender que a ação de resistência que culminou com o assassinato foi a última etapa de outras anteriormente exercitadas, pois, é bastante plausível acreditar que desde o início da tentativa do coronel em forçar a compra da terra esse camponês tenha, no anonimato, procurado socializar suas preocupações, buscando alternativas junto à própria família e aos outros camponeses que compartilhavam de sua confiança. Também, não deixa de ser pertinente pensar que este possa ter buscado auxílio junto a outro coronel, mas, se isto ocorreu, não obteve êxito, pois, não aparece nenhum registro de uma suposta proteção dada por algum coronel, o que se comprova pela pressão exercida sobre a família daquele pelo aparato policial.

O assassinato demonstra que os camponeses não permaneciam inertes às afrontas da elite, porém, elaboravam suas práticas de resistência. Neste caso, o assassinato foi à expressão máxima da indignação e não tolerância à truculência daquele coronel, pois, como vimos, não teve como motivação a vingança, roubo ou crime, sob encomenda, mas, tão somente a expressão de defesa de uma pequena área de terra que significava o sustento da família.

A decisão dos camponeses em aproveitarem a escuridão da noite para não serem reconhecidos e, propositalmente, não dando oportunidade à família do assassinado em reconhecê-los, é uma atitude, conforme entende Scott (2000), típica das artes do ocultamento político, em que se busca a proteção das possíveis represálias no anonimato.

Essa forma de ação encoberta pelo anonimato, incomodava demais a elite e esta manifestava sua repulsa a quem assim procedia, denominando de covarde e outros qualificativos. A condenação deste tipo de ação é uma pista que nos serve para perceber como essa elite também se sentia vulnerável, considerando que não se sabia quando nem de onde poderia vir ações de represálias aos seus comportamentos.

A repulsa a essa prática, pela elite rural, e a sua condenação pública tinha por objetivo desencorajá-la, prevenindo, assim, ações vindas dos camponeses insatisfeitos que não tinham outro meio, senão a prática de uma ação anônima, forma esta pela qual se preservava a pessoa e a família de quem praticou possíveis e certas retaliações por parte do agredido, ou de sua família. Isso demonstra que mesmo se esta opinião era compartilhada no contexto rural, representava sem dúvida uma concepção mais

arraigada no seio da elite dominante. Conforme demonstra Scott, esse tipo de ação na qual o autor procura esconder sua identidade torna-se mais fácil devido a essa proteção do anonimato (Scott, 2000).

Podemos afirmar assim que existia, naquele contexto, a prática do disfarce por parte dos dominados e que esta prática apresentava-se como um dos recursos possíveis, considerando que as instituições legais não respondiam satisfatoriamente às expectativas de justiça por parte dos camponeses. Dessa forma, essas ações apresentavam-se não como a reivindicação de um direito legal, mas como uma ação costumeiramente legítima pelos camponeses.

## 2. MANIFESTAÇÕES ORAIS MARGINAIS: AS CANTORIAS COMO EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA COTIDIANA

As práticas de resistência não se limitavam tão somente a atos de agressões físicas e de violência, conforme anteriormente demonstrado, mas, podiam assumir as características de uma resistência de caráter simbólico, desdobrando-se em uma multiplicidade de formas, de acordo com a ocasião e o contexto. A resistência material e a resistência simbólica, de acordo com a formulação de Scott, fazem parte de um mesmo conjunto de práticas de resistência e são coerentes entre si. Assim, as diversas manifestações, de caráter verbal, como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro e os ritos de inversão, como acontece no carnaval, são também aspectos dessas manifestações de resistência (Scott, 2000).

As ações de dominação, neste contexto rural, se publicamente não eram comentadas, não significa dizer que os camponeses não tivessem conhecimento do que ocorria na região, nem tão pouco que não se posicionassem para resistir a essa dominação. Estes sabiam muito bem das questões que estavam ocorrendo e das formas que as pessoas da elite faziam para se apropriar de pedaços de terras e outras ações violentas para com os camponeses. Se publicamente demonstravam nada saber sobre as questões que enfrentavam seus vizinhos ou familiares, convenciam dessa postura ingênua pela teatralização que faziam diante daqueles que entendiam se constituir em ameaças devido aos seus posicionamentos, evidentemente, em desacordo com as práticas violentas da elite para atingir seus objetivos.

Um espaço de interação social que possibilitou o exercício de um discurso contestatório utilizado pelos camponeses foi os encontros promovidos para a exibição dos poetas “repentistas” ou “violeiros”, que em forma de versos cantavam os temas sugeridos pela plateia, evento este denominado de “cantoria”<sup>5</sup>. O discurso contestatório acontecia em espaços sociais em que havia a interação entre sujeitos em condições sociais iguais, conforme demonstrou Scott, e onde não é necessário reprimir a cólera, pois estando fora das relações de dominação se pode falar com veemência sem medir as consequências das palavras. Entende-se que esses “espaços sociais marginais”, como denomina, são por si mesmos uma conquista da resistência que se ganha e se defende nas relações de poder (Scott, 2000).

---

5 Analisamos aqui a obra do poeta Luizinho Batista que resgatou poesias, feitas em forma de “repentes”, de noventa e oito poetas regionais (Batista, 2006).

As cantorias aconteciam com frequência naquele contexto rural e constituíam-se em um momento de reunião e socialização dos camponeses que moravam vizinhos, mas, também de outros que vinham de locais diversos para assistir a estes eventos, constituindo-se, em alguns momentos, como um espaço “social marginal”, conforme formulação de Scott (2000). A literatura de cordel também abordou diversos fatos conflituosos do universo camponês, até mesmo porque conforme coloca Mark J. Curran (1986, p.311) em seu artigo *A sátira e a crítica social na literatura de cordel*: “O poeta é estreitamente ligado ao povo e aos seus problemas devido a sua vida em comum, a sua tradição cultural e a sua condição social”, porém, o que queremos demarcar é a visibilidade que esta forma de expressão tinha e, notadamente, a precaução dos seus produtores, constituindo-se essa expressão, mais como um discurso público, pois os cordéis eram elaborados e revisados antes de serem postos à venda, de forma que se omitiam propositadamente certas colocações que podiam agredir pessoas, principalmente da elite. Podemos perceber essa característica a partir das colocações e comentários a respeito das cantorias que o poeta José Nunes Filho (2001) fez em sua obra, situando comentários e versos feitos em forma de “repentes” por nada menos de que oitenta e quatro poetas repentistas da região. Também de significativa importância para compreensão dessa manifestação artística, como um espaço onde se realizava um discurso contestatório, podemos observar na obra do poeta José Alves Sobrinho (2003). Este poeta foi um dos organizadores do acervo do cordel do Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e Literatura da UFPB (LAELL).

Nessa forma de manifestação artística podemos perceber que os dominados mesmo exercitando uma crítica aos dominantes, no âmbito do discurso público, o faziam utilizando-se do “disfarce” e, conforme formulação de Scott, o “eufemismo” como forma de disfarce se prestava bem para essas manifestações, pois se tratava de dizer uma coisa, mas não diretamente, utilizando-se para isto de insinuações ou alusões a determinadas situações criadas com fins ilustrativos, nas quais pode ser observada sua semelhança com a realidade, sem, entretanto, citar nominalmente pessoas ou situações reais. Scott argumenta que é difícil encontrar uma sociedade camponesa, ou na qual existam escravos ou servos, na qual não se tenha a figura tradicional de um animal, ou de uma pessoa inteligente que engana os dominantes (Scott, 2000). No Sertão do Brasil podemos contatar a figura de Camonge, inspirado no poeta português Camões, sendo nessa região denominado em certas ocasiões de Camonge ou Cambonje pelos poetas cordelistas e repentistas, tendo como marca principal a sagacidade de enganar os poderosos. De acordo com Pinheiro (2001), este personagem passou para a literatura popular como alguém capaz de vencer os poderosos e beneficiar os pobres.

Esta expressão cultural tem como característica principal a oralidade, pois, tratava de temáticas desenvolvidas naquele momento específico em que estava acontecendo o evento, sem prévia elaboração das poesias e sem o objetivo de reproduzir essas poesias por meio escrito como se faz com o cordel. Uma observação de Scott, quanto à produção cultural dos subalternos, diz respeito a compreender que as expressões culturais destes, em geral, apresentam uma forma mais oral do que escrita. Ob-

serva, entretanto, que essas formas com a marca da oralidade, devido ao seu modo de transmissão, se convertem em um veículo ideal para resistência cultural (Scott, 2000).

Pelos ambientes mencionados onde aconteciam as “cantorias” como hospedaria, locais de jogos e barbearia, concluímos que essas manifestações notadamente não eram promovidas pela elite, pois se assim fosse o autor ao referenciar, provavelmente, saberia dos nomes daquelas pessoas da elite como os coronéis e outros que ocupavam posições de destaque, bem como os locais onde aconteciam esses eventos. Podemos assim entender, que pelos locais mencionados, essas manifestações eram uma das expressões de pessoas que estavam em posição de dominação, tornando-se estes espaços acessíveis e propícios para a elaboração de um discurso contestatório aos dominantes. Percebemos que estes locais onde se realizavam as manifestações guardavam certa semelhança de condições oferecidas para se fazer uma crítica aos dominantes, com os locais que Scott identificou onde se praticava uma cultura dissidente na Europa, como os bares, as cervejarias, as tabernas, locais estes, conforme argumenta Scott, considerados como subversivos tanto pelas autoridades como pela igreja. Nesses espaços eram praticadas afrontas à cultura oficial, ocasião em que ocorriam apostas, jogos, canções, desordens e blasfêmia em relação aos dominantes (Scott, 2000, p. 147-149).

Observamos, assim, que a “cantoria” constituía-se como um espaço social em que havia uma intensa interação entre os que assistiam e os que cantavam, de forma que a plateia não era estática, mas, conduzia conforme suas solicitações as temáticas desenvolvidas pe-

los cantadores. Assim sendo, podemos concluir que este espaço, considerando a identidade social existente entre os presentes e em decorrência disto uma unidade das temáticas que desejavam ver exploradas pelos cantadores, geralmente denunciando o que julgavam injusto, ou mesmo fazendo gozações com a elite, era um espaço social em que se elaborava não de forma individual, mas, coletiva, um discurso oculto contestatório às práticas de dominação da elite e conforme argumenta Scott (2000, p.148): “[...] os espaços sociais relativamente autônomos servem tanto para disciplinar quanto para formular padrões de resistência”. Podemos concluir, dessa forma, que a cantoria, na especificidade da realidade estudada, apresentava-se como a construção de um espaço alternativo para desenvolver uma prática de resistência à dominação da elite.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a elite procurava exercitar a dominação mediante práticas que, conforme vimos, eram diversas, podendo ser apenas a intimidação dos camponeses, mediante ordens diretas ou sinalizadas, ou mesmo torturas físicas e até mesmo o assassinato. Entretanto, nem sempre os camponeses se submetiam às vontades de seus patrões, o que nos leva a entender, que havendo possibilidades, eles resistiam de modo oculto, ou publico.

Podemos compreender, também, o emprego da violência pelos latifundiários como indício de que havia resistência por parte dos dominados, pois se estes acatassem as práticas de dominação, sem contestação, é evidente que não seria necessário o uso da força.

Entretanto, conforme constatamos os camponeses ao serem expropriados de suas terras, aparentemente, não esboçavam reação, mas, essa aparente passividade dissimulava a existência de um discurso oculto, em que se elaborava uma crítica velada a essa elite e se planejava no seio da família, ou dos mais próximos uma futura ação de resistência.

Assim, nas ações de resistência que observamos em represálias ao desrespeito da elite às suas posses de terras, os camponeses se utilizavam habilmente do anonimato como uma forma de proteção. Constatamos, dessa forma, que diversas agressões à elite, compreendidas naquele contexto social como uma ação de vingança, podem ser entendidas como expressões de resistência promovidas pelos camponeses utilizando-se do anonimato como meio de se protegerem.

As manifestações culturais específicas daquela região, por sua vez, a exemplo das “cantorias” e que, dadas as suas particularidades artísticas e sua elaboração ser de autoria de sujeitos em igual condição social, assumiam, em determinadas circunstâncias, a forma de um espaço social marginal no Cariri paraibano.

Podemos demonstrar, assim, que tendo essa expressão cultural a marca da oralidade e da efemeridade, constituiu-se como um meio propício para os camponeses socializarem suas angústias e informações e, acima de tudo, expressarem suas indignações quanto às práticas de dominação que enfrentavam.

Exercitava-se, assim, nessas ocasiões, uma resistência simbólica aos dominantes. Entretanto, essa resistência simbólica quando se dava num espaço coletivo, em que os camponeses compartilhavam os sentimentos de descon-

tentamento com a prática da elite, contribuía para a construção de uma compreensão coletiva da realidade que enfrentavam, norteando, por sua vez, formas semelhantes de resistência.

Assim, esses espaços marginais de contestação e socialização de problemas comuns serviam como substrato tanto para nortear, quanto legitimar possíveis ações de resistência, a exemplo da “vingança” que, conforme vimos naquele contexto, constituiu-se como uma forma de resistência que ocorreu em diversas ocasiões e mesmo se configurando em ações individuais não deixava de ter suas raízes e sua legitimidade construídas nesses espaços de socialização.

A partir dos conflitos observados, podemos compreender que os camponeses, de acordo com a situação específica que enfrentavam se posicionavam, estrategicamente, desenvolvendo ações de contestação à dominação, mesmo que suas atitudes em momentos específicos não se tornassem evidentes. Analisando os conflitos, observamos a existência de uma diversidade de ações com as características da resistência cotidiana, ações estas, que contribuíram para a reprodução social dos camponeses.

Trabalho recebido em 05/02/2013

Aprovado para publicação em 28/09/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES SOBRINHO, José. *Cantadores, Repentistas e Poetas Populares*. Campina Grande: Bagagem, 2003.

BATISTA, Luiz. *Raízes nordestinas*. Sumé: [s.n.], 2006.

- CURRAN, Mark J. A sátira e a crítica social na literatura de cordel. In: DIEGUES JÚNIOR, Manuel et. al. *Literatura popular em verso: estudos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- FILHO, José Nunes. *Poetas Encantadores*. João Pessoa: Imprell, 2001.
- GALLIZA, Diana Soares. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*. João Pessoa: Ideia, 1993.
- GREGÓRIO, José. *Sertão perverso*. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário – 1985*.
- JÚNIOR, Manuel et. all. *Literatura popular em verso: estudos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- MARIANO SOBRINHO, Antônio. *Rio do Camará*. A epopéia de (mais) um século. João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996.
- MONSMA, K. J. C. Scott e a resistência cotidiana no campo: Uma avaliação crítica. *Revista Brasileira de Informações Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 49. p. 95-121, 2000.
- NUNES FILHO, Pedro. *Guerreiro togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997.
- OCTÁVIO, José. *História da Paraíba: Lutas e resistência*. João Pessoa: UFPB - Editora Universitária, 1996.
- PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. *Cordel na sala de aula*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- PONTES, Antonio Barros. *Mundo dos coronéis*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1970.
- SCOTT, J.C. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven. Yale University, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Everyday Forms of Resistance*. In: *Everyday Forms of Peasant Resistance*. Forrest D. Colburn. (Org.). New York, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Domination and the arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F. : Edições Era, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. *Revista Raíces*, Campina Grande, v.21. n. 01, p.10-31. 2002.

## USOS DO CONCEITO DE RESISTÊNCIA COTIDIANA, DE JAMES SCOTT, NA ANÁLISE DO UNIVERSO DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS: PERSPECTIVAS E PROBLEMATIZAÇÕES

---

Darcon Sousa

---

### RESUMO

Este artigo problematiza a aplicação do conceito de *resistência cotidiana* - formulado por James C. Scott - ao universo das empresas. Para tanto, definiu-se um percurso teórico para averiguar se a concepção de *poder*, contemplada na perspectiva de Scott, encontra correspondência no plano da teoria administrativa e na realidade concreta das organizações. Também analisamos dados empíricos coletados em uma organização empresarial da área de serviços em Campina Grande, Paraíba. A premissa do trabalho é a de que conceitos da teoria organizacional dialogam com a perspectiva de Scott, emulando as discussões sobre a aplicação de categorias tais como as de *discurso público*, *discurso oculto* e *subcultura*, manejadas por Scott para formular o conceito de *resistência cotidiana* nas organizações empresariais.

Palavras-chave: Poder; Conflito; Resistência

## USES OF EVERYDAY RESISTANCE CONCEPT, BY JAMES C. SCOTT, IN ANALISING THE UNIVERSE OF BUSINESS ORGANIZATIONS: PERSPECTIVES AND QUESTIONING

### ABSTRACT

This article investigates the application of the concept of *everyday resistance* - formulated by James C. Scott - to the business organizations universe. For this, we defined a theoretical path to see if the concept of *power*, contemplated in the perspective of Scott, finds correspondence in terms of the administrative theory and the reality of organizations. We also analyze empirical data collected from a business company from the services providers sector in Campina Grande, Paraíba (Brazil). The premise of the work conceives the possibility of a dialogue between organizational theories and the Scott perspective, emulating the discussions on the implementation in business organizations of categories such as *public speaking*, *secret speech* and *subculture*, managed by him to formulate the concept of "everyday resistance".

Key words: Power; Conflict; Daily Resistance

## INTRODUÇÃO

James C. Scott desenvolveu o conceito de resistência cotidiana após uma convivência de dois anos entre camponeses da Malásia, ocasião em que pesquisou a reação dos membros da aldeia Sedaka, situada no estado de Kedah, à implantação da “revolução verde”, projeto voltado para o aumento da produtividade através de mudanças tecnológicas na colheita do arroz. As consequências dessas mudanças geraram desemprego, aumento das desigualdades e maior dependência dos pequenos agricultores para com os arrendatários de terras, esses últimos elevados à condição de uma nova classe formada por ricos empresários, em contraposição à proletarização e à marginalização que acometiam os primeiros (Scott, 2002; Monsma, 2000). O foco de Scott estava em analisar as práticas e representações cotidianas que, mesmo em pequena escala, prosaicas, fragmentadas e difusas, impõem limites aos detentores do poder e servem como armas para conquistas materiais e simbólicas (Scott, 2002; Monsma, 2000; Menezes, 2002).

As críticas de Monsma (2000) à ênfase de Scott na resistência cotidiana são uma amostra do debate em torno do tema. Esse autor relaciona alguns aspectos que considera problemáticos no conceito de Scott, tais como: a noção voluntarista das ações dos subordinados, a ausência de abordagem sobre a participação dos subordinados na reprodução da dominação e a falta de atenção aos conflitos internos dos grupos subordinados. Além disso, destaca-se para efeitos dos objetivos deste trabalho, a crítica de que Scott não explica como a resistência cotidiana se aplica à dominação indireta,

mediada por mercados e procedimentos burocráticos, típica das instituições impessoais que predominam no mundo atual.

Neste sentido, este artigo pretende investigar as perspectivas de aplicação do conceito de “resistência cotidiana” ao universo das organizações empresariais e identificar aproximações conceituais entre a abordagem de Scott e a teoria organizacional, apresentando algumas concepções de poder presentes nesses dois campos de conhecimento que os aproximam, além de estudos empíricos que indicam a possibilidade do uso do pensamento de Scott no campo das organizações empresariais.

### 1. CONCEPÇÕES SOBRE PODER E COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE DOMINANTES E DOMINADOS

As análises de James C. Scott privilegiam uma concepção de poder baseada na negociação e na pressão exercida por dominantes e dominados em busca de ganhos e vantagens. Esta visão contrasta com a idéia de que os grupos dominantes teriam controle total sobre os dominados, os quais internalizariam as estruturas formais de poder e seguiriam suas determinações, implicando em um “consentimento normativo” em relação à dominação. Ao invés disso, o poder em Scott é também resultado de barganha e de consenso, face à existência contínua de conflitos, de vigilância recíproca e de representações que o transformam num processo político praticado nas interações cotidianas. (Menezes, 2002; Monsma, 2000; Scott, 1990; Scott, 2002).

Poder, dominação e controle no mundo das corporações, são temas investigados pe-

las lentes de Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber, Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Esses cientistas sociais desenvolveram conceitos que têm implicações na compreensão do comportamento das organizações, (ver quadro 1), as quais assumem um papel de crescente importância nas sociedades modernas. Merece destaque a aplicação que Bourdieu (2003) faz do conceito de campo como espaço de lutas ao contexto das empresas. Para ele, as decisões que ocorrem no âmbito interno da empresa não dependem de um único ator, mas das relações de forças que compõem o campo de poder em cada firma. Se desvelada a “caixa preta” da empresa, seria possível constatar a “autonomia relativa” dela, não só em relação ao ambiente externo, mas também no que tange aos jogos de poder que se desenvolvem no seu interior. Esses jogos de poder resultam do uso que proprietários, diretores e funcionários fazem de distintos capitais que possuem - incluindo o capital simbólico -, o que lhes permite manejar estratégias de natureza simbólica, destinadas a dissuadir, intimidar e desalentar competidores.

QUADRO 1- A CONTRIBUIÇÃO DOS CIENTISTAS SOCIAIS PARA A COMPREENSÃO DO PODER NAS ORGANIZAÇÕES

AUTOR	CONCEITOS RELATIVOS AO PODER NAS ORGANIZAÇÕES
KARL MARX	As relações de poder nas organizações como reflexo das relações de poder na sociedade.
EMILE DURKHEIM	Relação entre o conceito de estrutura organizacional e o exercício do controle através da estrutura dotada de poder de coerção que modela a ação, o pensamento e o sentir dos indivíduos.
MAX WEBER	A concepção de burocracia e de sua hegemonia na sociedade industrial/O papel do poder, da autoridade e do controle nas organizações/A dominação exercida sobre os indivíduos no processo de trabalho.

MICHEL FOUCAULT	O modelo panóptico utilizado na análise do controle do processo de trabalho/A formação dos campos discursivos necessária ao exercício do poder.
PIERRE BOURDIEU	O conceito de campo como espaço de lutas por posições decididas em função das relações/ O poder simbólico como alvo das estratégias de atores que possuem capitais diferentes.

Fonte: Baseado em Carvalho e Vieira, 2007.

No campo da teoria organizacional, a contribuição brasileira de Carvalho e Vieira (2007) para o estudo do poder nas organizações é empreendida a partir do acesso a autores clássicos das ciências sociais. Segundo esses autores, abordagens sociológicas e organizacionais atuais têm enfatizado os aspectos relacionais do poder e a interdependência das partes envolvidas, privilegiando a dinâmica do poder que surge do jogo de interesses divergentes, geradores de situações de conflito e negociação. A estrutura organizacional formal e sua capacidade de internalizar a autoridade perde espaço para análises que apontam para a existência de múltiplos detentores do poder no universo das organizações, transformando-as em arenas políticas.

A noção geral de poder relaciona-se à capacidade ou possibilidade que um indivíduo, um grupo ou instituição tem de agir. No poder da ação estão contidos recursos e estratégias de ordem simbólica explicitadas nas relações humanas e no âmbito dos papéis ocupados, de acordo com as ordenações hierarquicamente estabelecidas. A trama das relações de poder se desenvolve em um jogo de posicionamentos estratégicos dos sujeitos em contextos delimitados, os quais utilizam experiência e negociação para definir os lances escolhidos. As estratégias adotadas geram disputas, resistências, alianças,

antagonismos e vizinhanças. Uma pesquisa sobre as relações de poder deve incluir: os mecanismos de dominação, os operadores materiais das práticas efetivas, a identificação da maneira como o poder se fragmenta em micro-relações, o mapa da rede relacional da poder e os dispositivos de saber (Noronha, 2003).

Esta compreensão submete as estratégias organizacionais a um processo de negociação permanente em que a racionalização caminha ao lado de formas de comunicação capazes de gerar entendimento e linguagens comuns, num evidente reconhecimento da preponderância dos fatores relacionais e informais presentes nos jogos de poder.

O pensamento estratégico valoriza o menor de todos os atos como parte integrante do processo de negociação. E a negociação é interminável. Seu contrato não se fundamenta em lei ou em norma que vige. A negociação não é propriamente o contrato. Ela é o estado permanente de precariedade de todos os contratos (Noronha, 2003, p.520).

Uma das imagens percebidas por Morgan (1996) sobre as organizações capta a metáfora política para explicar a vida organizacional no dia-a-dia. A política e o jogo político são aspectos importantes das organizações, através dos quais os interesses divergentes são reconciliados de forma negociada. No cenário político da vida organizacional, os conflitos explícitos ou implícitos, se originam nas estruturas organizacionais, nos papéis ou em função de recursos escassos. Por vezes, os conflitos em vez de abertos, repousam sob a superfície do cotidiano. Para resolvê-los, indivíduos e grupos ne-

gociam e competem por uma participação no equilíbrio do poder, o que cria uma ordem negociada que impede a predominância de um poder absoluto.

A dimensão política das organizações coloca em relevo o fato de que os objetivos, a estrutura, a tecnologia e outros aspectos formais da organização, não prescindem da consideração aos interesses contraditórios e aos conflitos deles resultantes, assim como do manejo de um poder que nem sempre se estabelece por imposição, mas por consenso. Desse modo, tal percepção implica na desconstrução do mito da “racionalidade organizacional” como condutora da eficiência, da impessoalidade e do alcance de interesses comuns. Nas empresas há diversas racionalidades, nem sempre conciliáveis e permanentemente carregadas de conteúdos políticos. A dimensão política também sugere que as organizações são permeadas por tensões que surgem dos múltiplos interesses nelas existentes, em contraposição à ideia de “sistemas integrados”. Além disso, o componente político do comportamento humano se coloca como uma necessidade para lidar com as tensões originárias dos conflitos de interesses, o que significa que as pessoas irão procurar maneiras de obter ganhos sem enfrentamentos diretos contra a estrutura formal estabelecida.

Na teoria organizacional, sociólogos atestam como a negociação perpassa as hierarquias, estabelecendo processos de pressão e barganha, revelando comportamentos políticos nos membros das organizações empresariais em resposta aos conflitos de interesses.

A elaboração de orçamentos e de padrões de trabalho, a supervisão diária e o controle de trabalho, assim como a busca de oportunida-

des de carreira, são freqüentemente caracterizados por formas sutis de ganhar sem infringir as regras do jogo. (Morgan, 1996, p.160).

Os comportamentos políticos são previstos por uma concepção “pluralista” do poder organizacional (ver quadro 2), através da qual os interesses, os conflitos e o poder, são melhor compreendidos.

QUADRO 2 – VISÃO PLURALISTA DO PODER ORGANIZACIONAL

INTERESSES	CONFLITO	PODER
-Ênfase na diversidade de interesses entre indivíduos e grupos. -A organização é vista como uma coalizão que tem um interesse passageiro nos objetivos formais da organização.	-O conflito é uma característica inerente e erradicável das questões organizacionais e acentua seus aspectos funcionais potencialmente positivos.	-O poder é uma variável crucial. -O poder é o meio pelo qual os conflitos são aliviados e resolvidos. -A organização é vista como uma pluralidade de detentores do poder que extraem seu poder de uma pluralidade de fontes.

Fonte: Baseado em Morgan (1996)

Nesta direção, Collins (2002, p.143), ao apresentar as perspectivas sociológicas da mudança organizacional, destaca entre outras perspectivas teóricas, as implicações da abordagem pluralista para compreender as organizações.

Pluralist as applied to organizations is really a concept borrowed from political theory. In this sense pluralism is a reaction to what might be termed the doctrine of (political) sovereignty. The main idea behind pluralism, therefore, is that there is no fi-

nal, or absolute authority in society, which can impose its will on the other members of society. Applied to work organizations, the central idea within pluralism is that organizations are composed of various competing interest groups, whose consent and co-operation must be secured if the organization is to function.

Já a configuração do poder elaborada por Mintzberg (apud Martins e Paz, 2000), considera os sistemas de influência (de autoridade, profissional, político e ideológico) e as coalizões de influenciadores internos e externos à organização. A configuração “Instrumento”, “Sistema Fechado” e “Autocrática”, têm na autoridade o maior influenciador. Na configuração “Meritocrática” a influência maior é dos especialistas e na “Missionária” a influência é do tipo ideológica. Por fim, na configuração “Arena Política”, o fator político é o mais influente. Para encontrar seu rumo ou adaptar-se às mudanças impactantes, a organização terá que enfrentar um jogo político de disputas e barganhas, em que as aparências são preservadas, mas os interesses pessoais ganham importância e os jogadores tentam controlar as decisões. Quando aplicaram o modelo para analisar a configuração do poder em uma empresa pública em processo de mudança, Martins e Paz (2000) identificaram a “Arena Política” como configuração preponderante.

No início dos anos oitenta do século passado, segundo Demers (2007), enquanto o modelo transformacional de mudança organizacional - popularizado pela corrente configuracional, cognitiva e por abordagens culturais - ocupava o centro das atenções, um pequeno corpo de trabalhos voltados para a dimensão política da mudança previa um ponto-de-vista alterna-

tivo que enfatizava o incrementalismo. Depois, uma escola crítica emerge fugindo das tradicionais concepções sobre mudança organizacional. Usando conceitos como dominação e hegemonia na linha de frente, esses autores mais ou menos explicitamente, desafiaram a literatura sobre mudança organizacional que percebia apenas a mudança aparente, ou seja, a mudança que reforçava o sistema de dominação existente. Ainda segundo esse autor, no decorrer da década mencionada à abordagem política vista na literatura gerencial, apresentava a mudança organizacional como um processo dialético em que grupos de interesses divergentes competem mais ou menos abertamente. Enquanto o modelo dominante de mudança transformacional mostrava uma unidade, uma visão consensual das organizações, a abordagem política estava baseada numa imagem pluralista das organizações, onde a luta por poder e os conflitos são parte do processo de mudança.

Neste sentido, há evidências de que em contextos de mudança organizacional, a exemplo do que ocorreu na aldeia de Sedaka estudada por James Scott, a pluralidade de poder se revela através das diversas razões que indivíduos e grupos encontram para resistir às determinações da organização. O receio da perda do emprego e de vantagens econômicas, o medo de que conhecimentos e habilidades se tornem obsoletos, o pouco tempo para se adaptar, o conforto com o *status quo* e mesmo a defesa do ego, são motivos para a construção de barreiras pelos membros da organização, contra tentativas de impor transformações que possam afetá-los. Por isto é compreensível todo o esforço da teoria organizacional no sentido de dotar os administradores de capacidades especiais para conduzir mudanças (Brocka e Brocka, 1994).

Assim, consideramos que a perspectiva política do poder nas organizações torna-se mais visível nos processos de “mudança organizacional”, situação em que a negociação interna e a solução de conflitos determinam o êxito dos objetivos planejados, na qual o conceito de poder plural é experimentado, mesmo quando se trata organizações privadas.

Apesar de serem organizações privadas, conforme Motta (2001), nelas o conhecimento, o acesso à informação, o domínio de tecnologia e a habilidade no manejo de símbolos de poder, são fontes de um poder contingencial, descontínuo, localizado e interpretativo, do qual pode resultar obediência, consentimento ou resistência. Ainda que a estrutura formal da organização seja a principal fonte de poder e que imponha limites à liberdade de ação, indivíduos com interesses próprios e grupos de proteção mútua, fazem das tentativas de introdução de novas práticas organizacionais um exercício de negociação contínua, exigindo dos condutores da mudança uma busca maior por consenso em vez da pura expectativa na conformidade.

Para Robbins (2005), a simples escolha de uma alternativa não encerra o processo decisório nas organizações. A implementação das decisões quase sempre ocorre num contexto de ambiguidade, no qual indivíduos e grupos usam suas fontes de poder para agir fora dos papéis formais, de maneira a influenciar a alocação de recursos e a diminuir as arbitrariedades oriundas da natureza subjetiva da maioria dos fatos que ocorrem em uma organização.

Portanto, no campo da teoria organizacional fortemente influenciada pela sociologia das organizações, as concepções de poder estão baseadas na constatação da existência de confli-

tos e de disputas que se externalizam em pressões recíprocas e demandam a negociação política como forma de assegurar a sobrevivência das organizações. Isto evidencia similaridades com a compreensão de James C. Scott sobre as relações de poder, cujas premissas tornam possível constatar a realidade da resistência cotidiana entre os camponeses, o que no universo das organizações empresariais será discutido na próxima seção.

## 2. SINAIS DA RESISTÊNCIA COTIDIANA NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS?

Quando Scott (2002) descreveu as armas de resistência utilizadas pelos camponeses em sua luta para refrear os ímpetus dos dominantes, escolheu termos como: corpo mole, dissimulação, submissão falsa, saques, incêndios premeditados, ignorância fingida, fofoca, sabotagem, entre outros. O uso dessas armas pelos “relativamente sem poder”, prescindem de coordenação, expressa autoajuda individual e foge da confrontação direta com a autoridade. Mesmo assim, estratégias anônimas, não raras, pragmáticas e incorporadas à subcultura camponesa, criam processos de teste e negociação nas relações de poder. Nas palavras de Scott (2002, p.24):

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o Estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.

Ao demonstrar a importância da resistência cotidiana camponesa à dominação e ao realçar a contribuição de James C. Scott em relação ao tema, Menezes (2002) confirma o impacto que as práticas cotidianas de resistência podem ter sobre as relações sociais entre dominantes e dominados. Além disso, essa autora destaca os papéis que a cultura e as emoções ocupam nas ações sociais, aspectos desprezados pela concepção de que a consciência de classe é o resultado exclusivo das condições materiais.

No universo empresarial, essas condições materiais se consolidam a partir do final do século XVIII, quando a revolução do carvão e do ferro iniciou a consolidação do modo capitalista de produção, a indústria se transforma no espaço principal da dominação de uma nascente burguesia empresarial sobre a nova classe de trabalhadores assalariados. O ambiente da fábrica reproduzia as tensões que ocorriam no contexto socioeconômico. As empresas se multiplicavam na mesma proporção da insatisfação dos trabalhadores.

A administração científica, de acordo com Chiavenato (1979), começa a elaborar métodos racionais para que as empresas ganhassem mais produtividade, não sem a resistência dos trabalhadores. Os patrões tentavam ganhar o máximo na hora de fixar o pagamento por peça ou por tarefa, enquanto os trabalhadores reduziam a um terço o ritmo de produção para influenciar os planejadores do trabalho. A partir de então, as abordagens administrativas passaram a estudar os mecanismos compensatórios que pudessem fazer com que o operário permanesse no chão de fábrica.

Desde então, os operários continuaram a usar de artifícios para controlar o seu próprio

trabalho, impondo limites à produtividade planejada. Morgan (1996) atestou como eles fazem as máquinas destruírem os produtos quando um ritmo de produção maior é exigido e como sabem simular sobrecarga e cansaço mesmo sob a supervisão rígida. Essas práticas de resistência não significam um desinteresse em permanecer no emprego, mas são formas de restringir o poder dos administradores que, mesmo tendo consciência da sua existência e dos objetivos nelas contidos, sentem-se impotentes e preferem agir como se nada estivesse ocorrendo, talvez por reconhecer o peso da subjetividade no ambiente de trabalho.

A importância dessa subjetividade havia sido objeto de estudo dos pesquisadores da Escola das Relações Humanas, os quais descobriram através de estudos empíricos que os grupos informais constituídos no interior das organizações determinavam as reações à administração (decisões, normas, recompensas e punições). Em vez de fixar-se apenas na racionalidade, na especialização e na autoridade, a Ciência da Administração passaria a dar atenção aos elementos emocionais, não planejados e mesmo irracionais, influenciadores do moral do trabalhador (Chiavenato, 1979).

Ao tratarem dos modelos de administração de recursos humanos, Sainsaulieu e Kirschner (2006), explicam como a busca por eficácia produtiva trouxe à tona a complexidade do fator humano nas organizações, expondo à crítica a racionalização do fator humano. Os esforços contínuos da administração científica para regulamentar a empresa se defrontava constantemente com fatores imprevistos relacionados a comportamentos individuais e coletivos. Má moral, conflitos, comunicação insuficien-

te, insubordinação, rotina e falta de iniciativas, arrivistas e críticos, ameaçavam as prescrições técnicas e a organização produtiva. Como resultado, cresceram as preocupações dos gestores de recursos humanos no sentido de atenuar os efeitos de greves, absenteísmo, atrasos, faltas profissionais e outras expressões dos conflitos existentes no interior das organizações. Para a gestão das relações humanas, a face humana relacional e informal das empresas passou a ter peso igual ao da racionalidade dos engenheiros. Descobriu-se que os problemas dos subordinados tinham mais importância do que suas capacidades técnicas e que eles possuíam racionalidades próprias e processos criativos que deveriam ser levados em conta.

De fato, o movimento dos recursos humanos estendeu consideravelmente o campo das preocupações da Administração, mas sem reduzir a dimensão humana a um simples fator de produção. A escola de relações humanas, em seguida a gestão das relações humanas, certamente tem o mérito de modificar o olhar tecnicista das agências de métodos ou mesmo de serviços encarregados de definir os regulamentos da administração. O poder onipresente da regra e do método foi transformado por tais ações de políticas de pessoal. Do mesmo modo, o acento colocado sobre as relações, os estilos, os encontros individuais, os grupos humanos reintroduziu uma visão nada idílica, mas mais realista dos meios de trabalho. (Sainsaulieu e Kirschner, 2006, p. 107).

Essa visão realista do trabalho comporta a consideração aos aspectos antes desprezados pelo viés tecnicista. Dentre esses aspectos, a moral dos trabalhadores ganha a atenção de Silva e Vergara (2003) que, preocupados com

os sentimentos dos indivíduos e com os significados por eles atribuídos às mudanças, ouviram funcionários de empresas em contextos de grandes mudanças, submetendo-lhes uma escala para classificação dos atributos da mudança. O estudo defende que as mudanças têm múltiplas faces e são interpretadas de diferentes maneiras. As resistências aos processos de mudanças, expressas em sentimentos como ansiedade, medo, angústia, raiva e nostalgia, podem ser resultados da incapacidade dos gestores de oferecerem oportunidades para a autoexpressão dos envolvidos, inibindo-os de compartilharem dúvidas, expectativas, concordâncias ou discordâncias, levando-os a desenvolverem mecanismos de defesa. Os processos de mudança seriam pautados em racionalidades que desconsideram os sentimentos dos atores em cena, impedindo-os de se tornarem sujeitos das mudanças. Quando isto acontece, as resistências são inevitáveis.

As resistências podem ser de natureza ativa, nos casos em que o indivíduo usará todas as formas possíveis para impedir que a mudança ocorra através de boicotes, sabotagem, protesto ou enfrentamento. Já as resistências de natureza passiva ocorrem em situações nas quais o indivíduo ignora as mudanças e age como se elas não fossem acontecer (Hernandes e Caldas, 2001). As resistências podem revelar o lado invisível das organizações, relacionado à existência de culturas informais fornecedoras de identidades para indivíduos e grupos, as quais nem sempre estão de acordo com a cultura da organização.

A cultura informal seria algo próximo da idéia de “subcultura”, termo utilizado por Scott (2002) para explicar formas de resistên-

cia camponesa que, embora possa soar antipático ou aludir a algo inferior, no campo da teoria organizacional encontra similaridades nas análises de Bowditch e Buono (2006). Esses autores acionam a expressão “subcultura” para designar as culturas fragmentadas que existem nas organizações. As variações subculturais implicam em dificuldades para as organizações quando elas pretendem implantar soluções integradoras em toda a empresa. Outro conceito usado pelos mesmos autores e, talvez, ainda mais próximo a idéia de resistência cotidiana, é o conceito de “contraculturas organizacionais”. As contraculturas se manifestam no comportamento de indivíduos que rejeitam as normas, os valores, as posições e as realizações da organização, refletindo em muitos casos o desapontamento com o fracasso dos sistemas existentes de apoio cultural e uma resposta que tenta a reconquista do senso de controle desses indivíduos sobre suas próprias vidas.

Scott (1990) introduz ainda no conceito de “resistência cotidiana”, o elemento da construção discursiva como instrumento das representações que marcam as relações entre subordinados e os detentores do poder. Essas representações são compreendidas na identificação das diferenças existentes entre o “discurso público” e o “discurso oculto”. O discurso público corresponde ao comportamento público dos dominados, o qual busca atender às expectativas dos poderosos através de manifestações lingüísticas, gestuais e práticas que possam demonstrar conformidade em relação ao poder. Do lado dos poderosos, o discurso público consiste na pompa, parafernália, insígnias e outros símbolos acionados em cerimônias públicas para transmitir o estereótipo de poder necessário aos que o detêm.

Os eventos organizacionais também são carregados de solenidade e de *glamour*. Rituais são planejados para comunicar a expectativa em relação aos comportamentos, informar os padrões de desempenho, dramatizar os valores, integrar as pessoas (os chamados rituais de passagem) e para preparar as mudanças. No entanto, quando injustiças são percebidas, ou comportamentos reprováveis e antiéticos dos dirigentes são identificados, os rituais são subvertidos através da sabotagem de projetos, desvio de informações, quebra de sigilos e até a reprodução, entre os subordinados, das atitudes condenadas por eles mesmos, gerando um clima de “salve-se quem puder” (Freitas, 2007).

Percebe-se que, fora da cena pública, o discurso oculto elaborado nos espaços particulares de cada uma das partes é constituído por linguagens e práticas que contradizem o discurso público. No caso dos dominados, o discurso oculto é consequência do ceticismo, da desconfiança e dos ressentimentos que se traduzem em mecanismos de alívio, inspiram fantasias de vingança e alimentam as resistências.

No município Campina Grande, Paraíba, entrevistamos um funcionário de uma empresa de serviços para averiguarmos a existência de comportamentos e episódios que expressassem formas de resistências no espaço de trabalho da aludida empresa. Em constante processo de modernização tecnológica e de expansão, a empresa tem investido continuamente em métodos de gestão na tentativa de gerar consensos e convergências em relação aos novos objetivos que comumente acompanham processos de mudanças organizacionais. Ao entrevistado foi explicado o conceito de resistência cotidiana formulado por Scott e solicitado

que relatasse fatos ocorridos na empresa que tivessem semelhança com esse conceito.

O entrevistado contou que frequentemente funcionários tentam desqualificar gerentes com fofocas e, por vezes, com a divulgação de informações que comprometem a idoneidade desses gerentes. O teor das fofocas e dos comentários depreciativos envolve desde críticas ao modo de vestir-se dos superiores até o deboche em relação às suas decisões. Um grupo de funcionários chegou a associar os gerentes e diretores à personagens de um seriado televisivo, criando apelidos para cada um de acordo com os nomes dos protagonistas do seriado, caricaturando a atuação da gestão.

Segundo o relato do entrevistado, nos bastidores da empresa, fora dos encontros formais, funcionários insatisfeitos utilizam “palavrões” para referirem-se aos chefes e costumam censurar colegas que tecem elogios aos chefes nas reuniões. Para esses funcionários, os elogios são instrumentos de bajulação cujo conteúdo deve ser interpretado como o oposto do que é proferido. De igual modo, quando funcionários se envolvem em ocasiões que homenageiam os gerentes (aniversário), o evento vira alvo de “chacotas” por parte de alguns. As reuniões, convocadas quase sempre em horários fora do expediente de trabalho, são motivo de insatisfação para a maioria dos funcionários, havendo quem invente motivos para delas não participar. Viagens, casamentos e outros eventos são utilizados por alguns funcionários para justificar sua ausência. Conforme o entrevistado houve quem anonimamente, denunciasse ao Ministério do Trabalho a ocorrência das reuniões sem correspondente pagamento de horas extras.

No que se refere ao desempenho dos funcionários, o entrevistado comentou que, em algumas ocasiões, funcionários já extraviaram documentos que evidenciariam erros seus, com consequente perda financeira para a empresa, enquanto outros chegaram a ocultar materiais de clientes, causando desgaste na relação desses com a empresa. Como identificou o entrevistado, alguns funcionários delongam muito tempo no atendimento a alguns clientes com o objetivo de atender o menor número possível de pessoas. As “caixas de sugestões”, utilizadas pela empresa para recolher queixas e opiniões dos clientes, também são utilizadas por funcionários para expressar o que eles não poderiam dizer diretamente aos superiores ou abertamente em reuniões formais, o que se constitui como inferimos, numa modalidade de construção de um discurso oculto.

O discurso oculto como componente da resistência dos subordinados aos planos de mudança dos administradores, salta aos olhos nos resultados da pesquisa de Silva e Vergara (2003), autores que descrevem as falas de trabalhadores expostos a processos de mudança: “dei minha vida por essa organização e agora é isso que recebo”; “essa empresa já foi um bom lugar para trabalhar”; a vida toda nos fizeram vestir a camisa, agora querem que a tiremos”; eles dizem que haverá lugar para todos os que conseguirem se adaptar aos novos tempos, mas como me adaptar se nunca me deram a chance de pensar diferente”. Estes discursos se destinam a ameaçar a mudança ou a controlá-la.

Nesta direção, a análise contextual do exercício do poder no âmbito das organizações, feita por Noronha (2003) reconhece os discursos colocados em movimento e as estraté-

gias a eles associadas na dinâmica organizacional. Os recursos comunicacionais são acionados contra fenômenos macrossociais, interpessoais, microsociológicos e micropolíticos. Em vez do enfrentamento direto, é a arte de produzir estratégias para o não enfrentamento - dirigidas à superação dos conflitos através da desmontagem permanente da estratégia do inimigo - o segredo do bom jogador que se antecipa aos movimentos do outro e ajusta os papéis de mando e o controle.

As estratégias de controle virão acompanhadas de estratégias de um contracontrole, um contra-ataque, uma contrainterpretação dos sistemas em funcionamento. E eis o jogo do poder novamente visualizado e em funcionamento. As melhores contra-estratégias serão aquelas capazes de causar maior ruído nos processos de comunicação permanente e também maior flutuação nos desempenhos em produtividade (Noronha, 2003, p.520)

Esses ruídos são produzidos fora dos ambientes formais das organizações. São nas “discussões sem registro” que os membros da organização tratam dos aspectos políticos, trocam confidências e identificam afinidades capazes de orientar manobras políticas. Estas articulações de bastidores contaminam os encontros formais, influenciando decisões que ocultam conflitos, intenções e disputas não perceptíveis aos que se limitam a enxergar a formalidade. Nesses encontros, atores políticos lançam mão das mais variadas representações para alcançar seus objetivos (Morgan, 1996).

Observa-se, portanto, que no universo das organizações empresariais os sinais de resis-

tência são plenamente identificáveis, contradizendo a idéia de que nas organizações formais e impessoais as hierárquicas anulam o poder dos subordinados e neutralizam as variações de comportamento que sejam contrárias às estratégias auto-referentes da cúpula. Alguns tipos de resistência, por seu caráter informal, emocional e simbólica, guardam similaridades com o conceito de resistência de James C. Scott. Boicotes, sabotagens, formações discursivas de resistência advindas dos bastidores das organizações e a enorme carga de subjetividade norteadora das relações intraorganizacionais, indicam que ao lado de um poder aparente que alcança objetivos parciais, coexiste uma organização invisível tal como um iceberg em sua parte submersa, influenciando o curso das ações e determinando as apropriações de recursos materiais e a distribuição de capitais simbólicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos e experiências aqui mencionados não se pode, dadas às pretensões deste artigo e considerando os limites sob os quais o mesmo foi elaborado, concluir pela total aplicabilidade dos conceitos de resistência cotidiana de James C. Scott ao universo das organizações empresariais. O aprofundamento teórico e empírico é sempre indicado quando se pretende estabelecer um diálogo entre conceitos de campos do conhecimento distintos, embora o estudo das relações de poder seja algo comum à Sociologia e à Administração, esta última nutrindo-se também da primeira para a compreensão do tema. Do ponto de vista da pesquisa empírica, talvez o ambiente organizacional apresente maiores dificuldades

para a captação da resistência cotidiana, o que poderia ser solucionado apenas com o uso de um procedimento qualitativo do tipo pesquisa-ação, pesquisa participante, ou de entrevistas com informantes confiáveis e privilegiados.

Apesar disso, conforme sustentamos, os sinais aqui identificados trazem à luz formas semelhantes de lidar com a dominação, reproduzidas por trabalhadores no dia-a-dia das intrincadas e complexas relações que caracterizam o exercício do poder no universo das organizações, onde a fronteira entre objetividade e subjetividade nem sempre é fácil demarcar.

Portanto, a premissa que inspira este trabalho advoga que as relações entre dominadores e dominados no campo e na cidade, na empresa e na fazenda, na política ou fora dela, preservam pontos em comum, principalmente a evidência de que em qualquer época e espaço, os fatos sociais são também explicados pela via das interações humanas e pelos significados que os sujeitos a elas atribuem e, em muitos casos, mais do que pela ordem formal.

Trabalho recebido em 20/10/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras sociales de la economía*. Barcelona:Editorial Anagrama, 2003.
- BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. *Fundamentos do comportamento organizacional*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

- BROCKA, Bruce; BROCKA, M. Suzanne. *Gerenciamento da qualidade*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. *O poder nas organizações*. São Paulo: Thompson, 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
- COLLINS, David. *Organizational change: sociological perspectives*. New York: Routledge, 2002.
- DEMERS, Christiane. *Organizational change theories: a synthesis*. California: Sage Publications, Inc., 2007.
- FREITAS, Maria Ester de. *Cultura organizacional: evolução e crítica*. São Paulo: Thompson, 2007.
- HERNANDES, José Mauro da Costa; CALDAS, Miguel P. *Resistência à mudança: uma revisão crítica*. São Paulo: RAE, v.41, n.2, p.31-45, abr-jun-2001.
- MARTINS, José Luis Thadeu Pereira; PAZ, Maria das Graças Torres da. *Poder e comprometimento em tempo de mudança organizacional: estudo de caso de uma empresa pública de serviços de informática*. São Paulo: Revista de Administração de Empresa, v.35, n.4, p.61-71, Out/Dez, 2000.
- MENEZES, Marilda A.de. *O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott*. In: Raízes, v.21, n.01, p.32-44, jan-jun, 2002.
- MONSMA, Karl. *James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica*. In: BIB, n.49, p. 95-121, 1º.sem. 2000.
- MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2001.
- NORONHA, Marcio Pizarro. *As tramas do poder e o pensamento estratégico*. In: BITTENCOURT, Claudia (org). *Gestão contemporânea de pessoas*. Porto Alegre: ArtMed Ed.Ltda, 2003, p.504-522.
- ROBBINS, Stephen P. *Comportamento organizacional*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- SAINSAULIEU, R.; KIRSCHNER, A.M. *Sociologia da empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- SCOTT, James C. *Detrás de La historia oficial*. In: Los dominados y El arte de La resistencia. México: Ediciones Era, p.23-40, 1990.
- SILVA, José Roberto Gomes da; VERGARA, Sylvia Constant. *Sentimentos, subjetividade e supostas resistências à mudança organizacional*. São Paulo: ERA, vol. 43, n.3, jul-set-2003.

# Raíces

v.33, n.2, jul-dez /2013

---

---

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

## FESTA, FRONTEIRA E RESISTÊNCIA: O TERRITÓRIO FLUTUANTE DO CONGO

---

Carla Ladeira Pimentel Águas

---

### RESUMO

Este artigo explora os vínculos entre festa, produção de identidade e resistência, a partir da trajetória do quilombo de Mata Cavalo, uma comunidade negra rural situada no município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, cuja população foi expulsa do território original nos anos 40 do século passado. Baseada no conceito de espaço de fronteira, a presente reflexão analisa os paralelismos entre o processo de retomada do grupo de dança do Congo e o processo de retomada do território original pela população diaspóricizada.

Palavras-chave: Festa; Resistência; Comunidade Quilombola.

## PARTY, BORDER AND RESISTANCE: THE FLOATING TERRITORY OF THE CONGO

### ABSTRACT

This article analyzes the links between feast, identity and resistance, using the example of the trajectory of Mata Cavalo, a quilombola rural community located in Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso State, Brazil, whose population was ousted from its original territory in the past Century 40's. Based on the concept of frontier, this paper aims to think about the parallels between the process of recovery of the Congo's dance group and the process of recovery of the original territory by the diasporic population.

Keywords: Feast; Resistance; Quilombola Communities.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo explora os vínculos entre festa, identidade e resistência, a partir da trajetória do quilombo<sup>1</sup> de Mata Cavalu. Trata-se de uma comunidade negra situada no município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, cuja população fora expulsa do território nos anos 40 do século passado. Empurradas para as periferias urbanas por fazendeiros – que, por sua vez, eram motivados pela valorização fundiária gerada por políticas de ‘desenvolvimento’ do interior do país – as famílias diaspóricas não perderam os laços identitários e iniciaram um movimento de retorno depois de duas décadas. Hoje, é uma forte comunidade que pleiteia o direito sobre o território. O objetivo aqui proposto é discorrer sobre o papel do grupo do Congo de Livramento, originalmente composto pelos membros dispersos do quilombo, no processo de retomada das terras – o que oferece pistas a respeito das intrínsecas ligações entre festa e resistência.

A dança do Congo, existente em várias partes do Brasil, louva os santos negros e possui inúmeras variantes. No caso aqui tratado, como veremos a seguir, a tradição foi retomada durante a diáspora, formando um espaço fundamental para a manutenção do sentido de comunidade. Essa reorganização interna em torno da dança ganhou ainda mais relevância quando, nos anos de 1980, os quilombolas passaram a apresentar-se na sede do próprio município

de Livramento, do qual haviam sido expulsos. A análise paralela entre a decisão e ação política de retomada das terras e a decisão e ação performativa de retomada do Congo revela, segundo proponho, caminhos que unem o simbólico às possibilidades de emancipação social.

### 1. A FRONTEIRA DA FESTA

A discussão deve ser precedida por uma breve reflexão teórica, pois estrutura-se em torno da ideia de festa como espaço de fronteira. A palavra fronteira pode explicar o que separa os grupos sociais, mas também o que os une, sendo útil para se pensar sobre as relações culturais: todo ato cultural vive, essencialmente, nas fronteiras (Ribeiro, 2005). Portanto, o foco é retirado dos núcleos estruturantes da sociedade, para se concentrar nos instáveis espaços intersticiais.

Se há uma história da cultura, ela é forjada justamente através de tais processos de interpenetração de códigos. Ao invés de separar o ‘nós/aqui’ do ‘outro/ali’, a riqueza das relações fronteiriças está justamente na justaposição de diversas influências, o que implica na fluidez das relações sociais (Santos, 2002). Não há culturas puras – tudo se constrói na fronteira.

O significativo fronteira encontra múltiplas conotações. Fredrik Barth (1998), por exemplo, destacou-se por abrir mão da ideia de grupos étnicos enquanto unidades estanques para voltar o seu foco de análise para as inter-

---

1 O termo quilombo surgiu no contexto colonial da América portuguesa, para denominar comunidades negras compostas por homens e mulheres escravizados e seus descendentes – que conseguiam escapar do sistema escravista ao formarem coletividades paralelas às agruras da estrutura vigente. Com o fim do sistema escravista, os quilombos mantiveram a sua lógica de existir, enquanto espaços de resistência diante de uma sociedade construída a partir da exclusão. Porém, a palavra quilombo desapareceu da legislação brasileira, para reaparecer cem anos depois da abolição da escravatura, em 1988. A Constituição Federal promulgada naquele ano, através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), atribuiu aos habitantes daquelas comunidades o direito sobre as terras que ocupavam secularmente.

faces e relações; negando, portanto, a ideia de uma “herança imutável” das culturas. Seu interesse pelos vínculos, e não sobre um suposto grupo monolítico, abriu novas frentes de pensamento para o campo antropológico – apesar do seu apego ao determinismo gerado a partir das condições ecológicas enfrentadas pelo sujeito e pelo entendimento linear entre ações bem ou mal sucedidas no processo de formação identitária. Stuart Hall (1996), por sua vez, dá mais mobilidade à ideia de construção de identidades, situando o sujeito em um espaço multidimensional, onde inúmeras e complexas articulações o atravessam simultaneamente.

Analisando de maneira bastante sucinta, é possível descrever três compreensões básicas do conceito de fronteira. Em primeiro lugar, alguns teóricos entendem este conceito como um lugar de separação: para Albaret-Schulz et al. (2004), por exemplo, a fronteira é uma construção territorial que põe a distância na proximidade, de forma que a proximidade espacial entre lugares é contradita pela presença de dispositivos que introduzem um afastamento, tal como a barreira que separa dois países. Outros a interpretam como uma frente em expansão, a exemplo da ideia de “fronteiras do conhecimento” (Hannerz, 1997) ou do front de batalha. Outros ainda – e aqui me detenho – como um espaço crepuscular, atravessado por múltiplas influências, tal como teorizou Susan Friedman (2001).

Território social e culturalmente construído, o espaço fronteiro a que me refiro é, por excelência, uma zona de articulações e indeterminações. A sua centralidade se encontra nas margens, na assunção das diferenças e na procura de novos limites (Vasconcelos, 2007).

Para Boaventura de Sousa Santos, nas culturas dotadas de fortes centros, as fronteiras são pouco visíveis, “e isso é a causa última do seu provincianismo” (1993, p. 49).

Este espaço em suspensão pode ser inter ou intracultural. Portanto, as relações estabelecidas nas margens podem ocorrer tanto em relação ao próprio centro, quanto em relação a outros grupos sociais que, por sua vez, possuem os seus respectivos núcleos. No primeiro caso, o espaço de fronteira e as relações aí constituídas vinculam-se a processos de identificação capazes de aglomerar os sujeitos em torno de uma noção de coletividade. Os processos translatórios ocorridos no interior de uma mesma cultura favorecem a autorreflexão (Valença, 2010) e possibilitam a emergência da noção de comunidade, apesar da instabilidade e dinamismo que caracteriza as relações.

Em sua análise sobre os processos de identificação, Hall (1996) observa que estes não apagam a diferença. A fusão total que sugerem é, na verdade, uma fantasia de incorporação – uma articulação, uma sutura, mas não uma subsunção. O ‘nós’ é, portanto, uma ideia construída a partir da necessidade de criação de momentos de ancoragem dentro da inquieta fluidez das relações sociais. Nesse sentido, vale também mencionar o conceito de essencialismo estratégico (Spivak, 1984/5) para caracterizar a formação e condensação dos grupos sociais que, sem serem monolíticos, podem, no entanto, criar pontos de convergência – que dão forma àquilo que Benedict Anderson (1991) chamou de ‘comunidades imaginadas’.

No que se refere às fronteiras externas, o encontro se dá entre um grupo social – em si mesmo, múltiplo – e outro. Como ensina

Sousa Ribeiro (2005), estar diante do ‘outro’ é uma condição para a redefinição do ‘eu’. Tendo em conta a incompletude das culturas (Santos 2002; 2006; 2009), a formação de um espaço fronteiro intercultural, propenso às traduções, desafia os sujeitos a experimentarem novos caminhos.

Sob determinado ângulo, a festa pode ser entendida como espaço de fronteira. Desde esta perspectiva, a celebração festiva pode ser entendida como uma ‘(con) fusão’, como sinalizou Léa Freitas Perez (2002). Esta concepção alia-se à ideia de intraculturalidade, a partir da qual laços identitários imprimem coerência e sentido às ações coletivas. Nesse sentido, uma coletividade plural – como podem ser caracterizados todos os grupos sociais, por mais homogêneos que pareçam à primeira vista – movimenta-se dentro do espaço-tempo articulador e irremediavelmente instável dos territórios fronteiriços.

Como explica Norberto Guarinello, dentro da festa, “entre os incluídos, a identidade criada não é homogênea, nem uniforme. A festa não apaga as diferenças, mas antes une os diferentes. A identidade que cria é uma unidade diferenciada” (2001, p. 973). É através das articulações intraculturais que pode tomar forma aquilo que chamamos genericamente de ‘comunidade’. A partir do seu esforço por forjar um conceito de «festa» capaz de se adequar à complexidade e mobilidade da realidade social, Guarinello a define como: “Sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de

uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa dos participantes” (Guarinello, 2001, p. 972).

Mas pode ser esta festa fronteira, capaz de ‘(con)fundir’ as coletividades através da dramatização das identidades, um espaço emancipatório?

## 2. TAMBORES REBELDES: A POÉTICA DO CONGADO

Os cortejos e celebrações religiosas são as mais antigas atividades urbanas do Brasil. Segundo Léa Freitas Perez (2002), as Ordenações, maiores leis do reino, chegaram a legislar a respeito, fixando as procissões anuais. Com um detalhe: a participação era obrigatória e quem descumprisse estava sujeito à multa, cujo valor era dividido entre o conselho e o responsável pela delação.

É certo que o calendário das festas coloniais procurava moldar a vida e os interesses das populações à aliança entre Estado e Igreja – o padroado. Este é um exemplo da capacidade da festa de reforçar a estrutura social, o que pode ocorrer através da legitimação direta – como é o caso das celebrações dos nascimentos e casamentos da realeza – ou por via das inversões – como pode ser considerada, sob determinado ângulo, a catarse carnavalesca, na qual o pobre é rei por quatro dias, mas volta ao estatuto de subordinação na quarta-feira de cinzas. Porém, “ao mesmo tempo em que era imposta, a festa criava, ou não conseguia evitar, brechas que ensejavam o aprendizado da organização, da cotização, da colaboração, da transformação, resistência e dramatiza-

ções públicas de ideais e utopias dos grupos mais diversos” (Amaral, 2003, p. 193).

Para Rita Amaral, a opção colonial portuguesa de delegar à iniciativa popular a realização dos preparativos foi abrindo espaços no interior de uma sociedade pautada pela exploração e pelo trabalho escravo. Ao colocar em contato diferentes grupos dominados, estes passaram a introduzir, paulatinamente, a sua festa dentro da festa oficial. Os eventos foram, em certa medida, apropriados e transformados.

Referindo-se a uma Folia do Divino realizada em Salvador em 1765, por exemplo, João José Reis descreve que os participantes faziam a fantasia parecer tão real que a estrutura colonial – cuja estabilidade dependia em grande parte de uma potente relação simbólica entre os súditos e os longínquos soberanos europeus – sentia-se ameaçada. “Os governadores temiam que a imaginação fértil dos elementos da ‘ínfima plebe’ negro-mestiça pudesse tirar lições políticas inconvenientes desses rituais de inversão [...], pondo o mundo colonial concretamente de cabeça para baixo” (Reis, 1991, p. 68).

No que se refere à festa do Congo ou Congado, a primeira notícia que se tem no Brasil data de 1674, ano em que se realizou uma celebração na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife, em Pernambuco (FCP, 2009). Marina de Mello e Souza (2006) associa esta dança dramática às guerras empreendidas por D. Afonso I, rei do Congo, convertido ao catolicismo pelos portugueses,<sup>2</sup> cujo vasto império incorporava parte do território de Angola, da República Democrática do Congo e do Congo atual. As relações esta-

belecidas entre os dois reinos do século XVI ao XVIII foram inicialmente pacíficas, dando origem a uma aliança diplomática, religiosa e econômica. Mas as cartas cordiais, as embaixadas e os presentes deram lugar à crise, aos jogos de poder e à explosão de conflitos.

Ritual híbrido, a dança do Congo agregou a coroação de reis negros ao culto dos santos católicos, vinculando-se às celebrações realizadas pelas irmandades negras. Com seus “séquitos dançantes” (Dias, 2001, p. 863), os soberanos coroados moviam-se em procissões com grande estardalhaço pelas ruas. Obviamente, nem sempre tais manifestações – as festas do Divino Espírito Santo, Folias de Reis, Procissões das Almas, Congados, Cavalhadas etc. – eram vistas com bons olhos pelas forças dominantes. Já em 1707, as Constituições Primeiras recomendavam – em vão – que as irmandades “fizessem menos gastos com ‘comer e beber, danças, comédias e coisas semelhantes’ e mais com ‘ornamentos e peças para as Confrarias” (Reis, 1991, p. 61).

Clementina Cunha descreve que, nas festas coloniais, a reverência ao soberano buscava reduzir a todos à condição de súditos. Porém, nas ‘festas de todos’ que veneravam a Coroa, “seguramente havia diferenças de intenção e gesto” (2001, p. 69). A autora indaga a respeito das diferentes possibilidades de atribuição de sentido dos desfiles dos Congos, mesmo quando realizados durante as homenagens aos reis portugueses: os negros e seus rituais significavam para alguns o reconhecimento do Império e do poder do soberano, mas que outras interpretações seriam cabíveis para a presença de reis africanos diante de senhores brancos?

2 O grande impulso do cristianismo no reino do Congo se deu sob o reinado de D. Afonso I, de 1507 a 1542, que conquistou o trono lutando contra um irmão (Souza, 2006).

Marina de Mello e Souza (2006) destaca que tais rituais rememoravam o mito fundador de uma comunidade católica negra, na qual a África ancestral era invocada em sua versão cristianizada. Conforme descreve a autora, o Congo era um “espaço de construção de identidades e de expressão de poderes, [que] organizava as relações internas ao grupo e também as relações do grupo com a sociedade abrangente, no que diz respeito a hierarquias, exercício de poder e solidariedade” (Souza, 2006, p. 18).

Nas suas várias versões, o mito fundador dos Congados gira em torno da aparição de Nossa Senhora do Rosário. A santa surgia nas águas e, organizados em grupos separados, senhores e escravos tentavam atraí-la para que fosse resgatada. Porém, a façanha só era conseguida através dos cantos e danças protagonizados pelos negros. Para Leda Martins (2000), ao ser agente de ações afirmativas que transgridem a ordem do sistema opressor, o negro esvaziou, de modo indireto, o atributo passivo da divindade – reinvestindo-a de um sentido de luta e combate.

Vale lembrar que as irmandades, às quais muitas das festividades estavam vinculadas, eram financiadoras de alforrias. Também é interessante observar que os títulos de reis, como no Congo, eram também atribuídos aos líderes de levantes de escravos. Segundo Laura de Mello e Souza (2001), reis, capitães e embaixadores foram identificados como idealizadores e articuladores dessas rebeliões por testemunhas ouvidas nos processos. Ela acrescenta que, nos quilombos, também costumava haver reis e rainhas que governavam as comunidades rebeldes, conforme atestam os documentos produzidos pela administração colonial. Tais constatações oferecem pistas das relações estabelecidas entre a festa e a história da resistência negra no

Brasil – ou, se preferirmos, entre o simbólico e o político.

### 3. O CONGO DE LIVRAMENTO

Na atualidade, a dança do Congo, Reinado, Congado ou Congada é uma celebração existente em várias partes do Brasil em louvor aos santos negros, especialmente São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. São inúmeras as variantes. Conforme descreve Renata Silva (2007), alguns rituais estruturaram-se em torno da apresentação de embaixadas e de danças dramáticas, representando grupos rivais em combate. Outros não são danças, mas sim cortejos; sendo que muitos continuam a envolver a coroação de reis e rainhas pelos participantes.

Guardando as grandes diferenças de forma e enredo, tais grupos celebram o sagrado e costumam representar a luta entre reinos inimigos. No Estado de Mato Grosso, há duas manifestações da dança: uma delas realizada no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – a primeira capital mato-grossense, cuja maioria da população é negra – e outra em Nossa Senhora do Livramento, município situado no Centro-Sul do Estado.

Ambas as danças assumem a forma de um teatro a céu aberto, que representa uma guerra feroz. Também nos dois casos, o reino do Congo perde a batalha para o oponente. Mas, depois das agruras, a população oprimida encontra uma saída. Portanto, entre os ingredientes dos dois textos está uma dose de realismo (a guerra perdida), mas também de esperança e superação (a libertação dos guerreiros presos, em Livramento, ou a ressurreição dos soldados mortos, em Vila Bela).

O Congo de Livramento nasceu dentro da comunidade de Mata Cavallo. O quilombo foi formado em 1883, quando a senhora Anna Tavares fez uma doação de terras para os seus escravos, no município Nossa Senhora do Livramento. Porém, a partir dos anos 40 do século passado, os seus habitantes foram expulsos para as periferias urbanas pelas elites do entorno – período em que poucas famílias permaneceram no local de origem. Depois de duas décadas em diáspora, os seus membros dispersos organizaram-se e iniciaram um movimento de retorno, graças ao qual grande parte da população expulsa voltou ao território original. Apesar de todas as pressões, e depois de resistir a grandes batalhas judiciais e várias tentativas de expulsão, hoje a comunidade é composta por 418 famílias, que pleiteiam o direito constitucional sobre as terras.

A tradição do Congo originada em Mata Cavallo quase se extinguiu durante as décadas em que a população permaneceu dispersa. Mas, graças à iniciativa de uma liderança, Cesário Sarat, a dança foi retomada no período de diáspora, através da reorganização do grupo nas periferias urbanas, onde a população passou a habitar. O passo seguinte foi a retomada da festa de São Benedito de Nossa Senhora do Livramento – onde os guerreiros do Congo passaram a apresentar-se todos os anos. Atualmente, o grupo do Congo de Livramento é formado por participantes de diversos municípios, que geralmente partilham uma ancestralidade comum, originada a partir do quilombo.

A autoria do texto perde-se nos tempos. A apresentação completa tem cerca de duas horas de duração e caracteriza-se por uma delicada beleza poética, atravessada pela ironia e por

diversas palavras de origem africana. A tradição católica é temperada por outras influências religiosas e a linguagem carrega muitos hibridismos. «Jesus de Nazaré», por exemplo, é substituído por ‘Jesus de Ganazambi’.

Não há, como em outros folguedos semelhantes, um momento de coroação, mas a teatralização da guerra. Os dois grupos oponentes alternam danças, cantos e declamações, que compõem o enredo. O confronto entre os dois exércitos dá-se através de uma galeria de personagens, a começar pelo próprio rei do Congo, vestido de vermelho. Do lado oposto está o governante inimigo, denominado rei monarca, com seus trajes azuis. Além destes governantes supremos, outros personagens compõem as respectivas cortes, como os príncipes, generais, pés-de-fila (líderes dos soldados), secretários, caranguejis (soldados infantis) e o perturbador mucuache – o irreverente mensageiro do Congo.

Este teatro ganha grande visibilidade durante a festa de São Benedito de Nossa Senhora do Livramento, realizada anualmente em abril. Segundo Bandeira, Dantas e Mendes, “significando socialmente um saber negro, na perspectiva da alteridade, festa e Congo remetiam a um saber étnico, distintivo do grupo. [...] O rito propiciava a emergência social de subjetividades, visibilizando o negro como presença concreta no social, resgatando sua imagem de forma positivada; contando outra história do negro para o grupo, do grupo para os outros negros, dos negros para o branco, para a sociedade local e regional. Como saber, o Congo inscrevia no social a competência e a criatividade do negro como pessoa” (1990, p. 41).

A celebração a São Benedito de Nossa Senhora do Livramento é atualmente uma fes-

ta de grandes dimensões, que guarda algumas características em comum com as outras festas de santo existentes na região – como as peregrinações de esmola para recolher as doações e a mobilização em torno da cozinha. Apesar de ser uma festa ampla, há gratuidade e abundância de alimentos. O pequeno núcleo urbano costuma receber, naquele período, milhares de pessoas, que desfrutam da culinária local: não falta costelinha com banana verde, ‘ensopadão’ de carne com mandioca, linguiça ou carne seca com arroz, sobremesas – a cada noite, uma ementa, em grande parte garantida pela produção local.

O grupo de Congo é o grande protagonista da celebração. Os dançantes se reúnem no domingo de manhã em frente à igreja matriz, de onde sai a procissão da imagem de São Benedito, carregada sobre um andor. O grupo passa de casa em casa, dançando para todos os que abrem suas portas, geralmente com comidas e bebidas para oferecer.<sup>3</sup> Em seguida, o Congo retorna para a praça da matriz, onde o teatro a céu aberto é apresentado. Por fim, ‘terminada a guerra’, o grupo dança na Casa de São Benedito – um espaço dedicado ao santo situado no centro de Livramento.

A peleja entre os reinos representada pela dança do Congo é acompanhada por espectadores de várias procedências: além da população da própria sede, a cidade recebe membros das comunidades rurais; turistas, jornalistas, acadêmicos e demais visitantes de outros municípios, o que também inclui aqueles que

saíram de Mata Cavalo para não mais voltarem. Como explica Odália Sarat, rainha perpétua de São Benedito,<sup>4</sup> dentre os participantes, grande parte «é parente que tá esparramado».

#### 4. A RETOMADA DO CONGO

Como vimos, nos anos 1940, os habitantes do quilombo de Mata Cavalo foram expulsos para as periferias urbanas. Num primeiro momento, as celebrações quase se extinguíram. Como explica Odália Sarat, “na época que o pessoal foi expulso, foi saindo, a festa acabou. Desanimou, ninguém queria mais fazer festa”. As louvações a São Benedito reduziram-se às rezas realizadas pelas famílias negras de Livramento. Mas, aos poucos, a população começou a contrariar esta tendência, buscando novos palcos para os seus rituais. “Reorganizavam-se a solidariedade grupal, as relações de parentesco, as práticas culturais, sustentadas pela lembrança coletiva. Era Mata Cavalos ressurgindo, fênix negra, etnicamente reinventada”, descrevem Bandeira, Dantas e Mendes (1990, p. 39).

A persistência simbólica da ideia de comunidade, mesmo perante o fim da sua existência concreta, exigiu sacrifícios do grupo disperso. Para participarem das festas Quebra Poite e Ribeirão do Lipa, bairros dos subúrbios da capital mato-grossense, onde muitos quilombolas se concentraram, as famílias instaladas no município vizinho de Várzea Grande costumavam deslocar-se a pé, atravessando o rio Cuia-bá – que divide as duas cidades – em rústicas

3 Durante a festa, geralmente os membros do Congo tomam apenas vinho, mas um ajudante, empurrando uma carriola, trata de recolher as bebidas que vão sendo doadas pela população.

4 ‘Rei perpétuo’ ou ‘rainha perpétua’ é, em Mato Grosso, a denominação dada àqueles que organizam e promovem determinada festa em homenagem a um santo, com o qual assumiram um compromisso vitalício.

canoas entalhadas. “[A população] saía lá pelas cinco horas, quatro horas da manhã, pra chegar às seis da tarde aqui [em Cuiabá]”, explica Antônio Arruda, rei do Congo de Livramento.

No caminho inverso, a festa de santo e o Congo voltaram a emergir em Capão do Negro, bairro situado em Várzea Grande, para onde se deslocavam nos dias de festa os quilombolas que passaram a viver em Cuiabá. “Portanto, a etnicidade constituída em Mata Cavalos espalhava-se em lugares políticos de entendimento de ser-negro-no-mundo – com os outros”, resumem Bandeira, Dantas e Mendes (1990, p. 42). Desta maneira, os santos continuaram sendo motivo de reencontro da população; mas, ao invés de cruzarem o próprio território, as famílias passaram a cruzar bairros e municípios alheios para viabilizarem as celebrações.

O papel da festa na manutenção das identidades destaca-se a partir de duas vias: por um lado, levou a comunidade (imaginada) até a população, na medida em que as festas de santo realimentaram os laços estabelecidos entre as famílias diaspóricas. Por outro, levou a população até a comunidade (simbólica e concreta), na medida em que a retomada do grupo de Congo e da festa de São Benedito de Nossa Senhora do Livramento foram importantes para o retorno físico dos quilombolas à área original.

Vejamos como se deu este episódio: conforme descreve o atual rei do Congo de Livramento, Antônio Arruda, no final dos anos 50, a dança do Congo originada em Mata Cavalos estava praticamente extinta. Foi quando entrou em cena Cesário Sarat, uma importante liderança do quilombo, que tomou a iniciativa de reorganizar o grupo em Várzea Grande, onde então vivia. Segundo Arruda, “meu padrinho [Cesá-

rio] chamou João Algábito e Manuel Lino; pedi pra eles virem pra ver se eles aguentavam trazer o Congo lá pro [bairro] Cristo Rei”. A liderança de Sarat estendia-se por diferentes dimensões: ele era também pai-de-santo e benzedor, famoso pelo poder de cura das suas rezas e ‘garrafadas’.

Muitos homens aderiram à ideia de Sarat e, apesar das distâncias – uma vez que moravam em cidades diferentes – passaram a reunir-se periodicamente na sua casa para ensaiar e apresentar o Congo. Organizado o grupo, Cesário Sarat deu um passo adiante: reacendeu a festa de São Benedito de Livramento, que incluía a apresentação da dança, e, nos anos 80, mudou-se para a sede do município.

Segundo a filha de Cesário, Odália Domingas Sarat da Silva, o retorno do pai a Livramento vinculou-se aos conflitos da época: sua intenção inicial foi de ajudar um primo, que retornara a Mata Cavalos e vinha sendo pressionado por fazendeiros da região a deixar a área. “Quem não queria sair, [o fazendeiro] mandava o jagunço tirar. Aí saía, tacava fogo no barraco, pegava criação, tudo”, descreve.

Conflito, resistência e festa misturam-se no relato do retorno do Congo. Disposto a ajudar os parentes, Sarat instalou-se na sede do município de Nossa Senhora do Livramento, onde ergueu a rústica Casa de São Benedito. O espaço cumpria múltiplas funções: além de servir de moradia para a liderança, era também um lugar sagrado, destinado à louvação do santo. Lá foi montado um altar, sempre iluminado por uma vela, e foram guardados os ornamentos e equipamentos necessários para os ensaios e as festividades. Ali também dormiam muitos dos componentes do Congo nos dias de apre-

sentação. Mas acredito que, nas entrelinhas, a Casa de São Benedito acabou por dar certa sustentabilidade ao processo de reaproximação das terras perdidas – afinal, era um espaço dos quilombolas, instalado em pleno centro do pequeno núcleo urbano de Livramento.

A realização anual da festa de São Benedito, proposta por Sarat e aceita pelos poderes locais, exigia uma constante mobilização dos dançantes. Segundo Antônio Arruda, os ensaios intensificavam-se em abril, quando todas as semanas o grupo do Congo ia até Livramento, transportado nas carrocerias de caminhões.

A reativação do Congo parece-me conciliar o sagrado, a louvação do santo, a uma enredada estratégia de retomada do território. Além dos próprios membros do grupo, a festa de São Benedito voltou a reunir as famílias dispersas bem no coração do município do qual tinham saído, recolocando os quilombolas numa ‘perigosa proximidade’ com a área que fora sua. “A festa e o Congo transformam-se em ponto de retorno simbólico às terras de Mata Cavalos”, explicam Bandeira, Dantas e Mendes (1990, p. 44). Assim, tanto as antigas quanto as novas gerações, ao invés de largarem o passado e enveredarem pelos novos espaços dentro dos quais viviam, mantiveram o vínculo com Mata Cavalos – um elo que era periodicamente alimentado pela celebração de São Benedito, na sede de Livramento.

Desta maneira, nos anos de 1980, deu-se um duplo movimento, nos campos político e simbólico: por um lado, houve a retomada da festa do Congo em Nossa Senhora do Livramento, gerando um retorno periódico dos antigos membros do quilombo à sede do município do qual haviam sido expulsos há décadas. Ali,

sob a exuberância das cores, tambores, bandeiras e reinados, dramatizavam a identidade que fora construída a partir da existência de um território partilhado.

Por outro lado, no campo político, o mesmo período marcou o acirramento do movimento de retorno daquela população dispersa ao território original, apesar de todas as pressões contrárias. Travavam-se, naquele momento, duas guerras: uma entre o monarca dominador e o rei do Congo; outra entre os fazendeiros brancos e a comunidade negra em busca da territorialidade perdida. Segundo creio, estas duas batalhas não são apenas paralelas, mas intrinsecamente relacionadas.

Quanto a Cesário Sarat, apesar de ter liderado ativamente o processo de retorno da população a Mata Cavalos, jamais voltou a viver no quilombo. Manteve-se na Casa de São Benedito – que, em função da sua natureza ambígua, jamais foi encerrada pelos fazendeiros ou pela Igreja, cuja matriz local situa-se na mesma rua, a poucos metros.

Sarat faleceu no dia 19 de novembro de 2004 – coincidentemente, véspera do Dia da Consciência Negra no Brasil, 20 de novembro – deixando o Congo como herança. A Casa de São Benedito permanece de pé, cumprindo as mesmas funções; a festa de abril continua a reunir muitos espectadores em Livramento. Hoje, cerca de 40 homens fazem parte do exército de dançantes, oriundos de diferentes espaços: bairros periféricos de Cuiabá, Várzea Grande, além de Poconé, Diamantino, Cáceres e assim por diante. Dentre os atuais moradores de Mata Cavalos, hoje há apenas os ‘dançantes promesseiros’ – aqueles que, mesmo sem pertencer ao corpo fixo do grupo, participam do Congo

durante a festa de São Benedito, para pagarem as suas promessas ao santo.<sup>5</sup>

Tais festas, enquanto fronteiras, viabilizavam o retorno simbólico a uma terra perdida, congregando diferenças no limiar entre o intra e o intercultural: aqueles sujeitos pertenciam, simbolicamente, a uma comunidade des-territorializada; porém, também integravam diferentes ‘mundos’, por viverem em diversas cidades, com distintas realidades. Além disso, as homenagens a São Benedito também se revelaram um espaço de afirmação perante o ‘outro’, pois, em termos interculturais, revelaram diante dos olhares externos a permanência de uma identidade, apesar da diáspora. Portanto, a meu ver, a festa acabou por assumir um papel catalisador, aglutinando os quilombolas em torno do espaço flutuante da festa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre outros motivos, a festa revela-se como um possível caminho de emancipação social na medida em que é um espaço de negociação identitária. Promove, portanto, o adensamento da noção de coletividade. Uma vez que dramatiza as identidades, torna-se especialmente relevante para grupos sociais cuja rotina está em permanente ameaça, a exemplo dos quilombos.

Esta negociação de identidades vincula-se à ideia de festa, enquanto espaço de produção. Durante a festa, produz-se comunidade,

relações sociais, discursos, lógicas de resistência. O que é produzido a partir da festa tem estreita ligação com o cotidiano sem, contudo, sê-lo. Por um lado, a festa precisa ser preparada, custeada, planejada. A sua viabilização exige estratégias, cujas raízes aprofundam-se no interior da vida rotineira – o que faz dela um produto ou expressão ativa e ritualizada deste mesmo cotidiano.<sup>6</sup> Por outro lado, ela também produz. Como vimos, segundo Norberto Guarinello, o mais crucial e geral desses produtos é justamente uma determinada identidade entre os participantes, dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado. Nesse processo, alguns aspectos da realidade são sublinhados e transmutados. ‘A festa, portanto, é um trabalho social específico, coletivo, da sociedade sobre si mesma’, afirma Guarinello (2001, p. 974).

Esta afirmação interage com a ideia de fronteira. Por ser internamente conciliadora, a festa pode também viabilizar uma temporária unificação da diversidade coletiva. Portanto, o momento de celebração pode ser estrategicamente favorável não apenas à afirmação perante o outro, mas também às articulações e ao diálogo internos.

Vale observar que, no caso descrito, muitos aspectos desdobram-se em novas perguntas não respondidas dentro dos limites deste artigo. É possível pensarmos, por exemplo, nas relações entre migração e identidade e nos fenômenos de identificação gerados em um contexto diaspórico, tendo em conta que o grupo de

5 Vale observar que a existência destes promesseiros – membros flutuantes do Congo – faz do grupo um território movediço, poroso, em que participantes entram e saem, conforme as necessidades pautadas pelos seus compromissos religiosos.

6 Para Rita Amaral (2001), como para Guarinello (2001), a própria organização comunitária em torno da viabilização da festa já é capaz, por si mesma, de significar uma ação transformadora. Além disso, vale observar que, sob certa perspectiva, o mutirão pode ser caracterizado como a extremização desta ideia de festa como espaço de produção: ao fim da festa, tem-se um produto concreto, em torno do qual todos celebraram/trabalharam.

brincantes do grupo de Congo atual é formado por sujeitos que já não pertencem – ou que nunca pertenceram efetivamente – à comunidade quilombola. Esta informação acena para elementos ainda mais sutis e para processos ainda mais complexos de formação de uma comunidade imaginada, ainda apenas pontuados dentro da presente discussão.

O processo de retomada do Congo de Livramento convida, portanto, à reflexão sobre os conceitos de fronteira, identidade, territorialidade e performance. Como lembra Bhabha (1994), o engajamento cultural é produzido performaticamente. No espaço de fronteira criado com o Congo, o sentido de territorialidade – que insere determinada identidade no contexto de determinada geografia – ganhou contornos diáfanos. O tempo (a ancestralidade) e o espaço (o território original) foram ritualmente recriados, o que realimentou o sentido de pertencimento e tornou possível a concreção fronteiriça da comunidade. E somente por esta via – pela perpetuação dos elos identitários no campo simbólico – foi possível a um grupo disperso no espaço desafiar as forças dominantes e retornar ao território original, o que viabiliza na atualidade a existência da comunidade quilombola de Mata Cavallo.

Trabalho recebido em 15/09/2013

Aprovado para publicação em 12/12/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARET-SCHULZ, Cristiane; A. BEYER, et al., *La frontière, un object spatial en mutation*,

2004, disponível em <<http://espacestemps.revues.org/document842.html>>, acessado em 28/07/2009.

AMARAL, Rita. Festas católicas brasileiras e os milagres do povo. In *Civitas*, v.3, n.1. Porto Alegre, 2003, pp. 187-205.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London/New York: Verso, 1991, 224 p.

BANDEIRA, Maria de Lourdes; DANTAS, Triana V.; MENDES, Elieth B. Projeto de mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de Quilombo: Mata Cavallo-MT. Relatório Histórico-Antropológico. Cuiabá: Universidade de Cuiabá, 1990, 60 p.

BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: the Social Organization of Culture Difference*. Illinois: Waveland Press, 1998.

BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. London/New York: Routledge, 1994, 285 p.

CUNHA, Maria Clementina P. Veneza, África, Babel: leituras republicanas, tradições coloniais e imagens do carnaval carioca. In István Jancsó e Iris Kantor (Orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. I. São Paulo: 2001, pp. 55-72.

DIAS, Paulo. A outra festa negra. In István Jancsó e Iris Kantor (Orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. II. São Paulo: 2001, pp. 859-888.

- FRIEDMAN, Susan. O 'falar da fronteira', o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 61, Coimbra, 2001, pp. 5-28
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Manifestações culturais. In *Revista Palmares*, ano V, n. 5, 2009, disponível em <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=6320](http://www.palmares.gov.br/?page_id=6320)>, acessado em 21/02/2012.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano, In István Jancsó e Iris Kantor (Orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. II. São Paulo: 2001, pp. 969-975.
- HALL, Stuart. Who needs 'Identity'?. In Stuart Hall e Paul du Gay (Orgs.). *Questions of Cultural Identity*. New Delhi: 1996, pp. 1-17.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In *Mana*, vol.3, n. 1, 1997, pp. 7-39.
- MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. In Maria Narazeth Soares Fonseca (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: 2000, pp. 61-86.
- PEREZ, Léa Freitas (2002). Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo. Por uma antropologia das efervescências coletivas. In Mauro Passos (Org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis: 2002, pp. 15-58.
- REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 357 p.
- RIBEIRO, António Sousa. A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades. In Ana G. Macedo e Maria E. Keating (Orgs.). *Colóquio de Outono: Estudos de tradução. Estudos Pós-Coloniais*. Braga: 2005, pp. 77-87.
- SANTOS, Boaventura S. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. In *Tempo Social*, n. 5. São Paulo, 1993, pp. 31-52.
- \_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 2002, 374 p.
- \_\_\_\_\_. *A gramática do tempo. Por uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006, 464.
- \_\_\_\_\_. *A contrarrevolução jurídica*. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de dezembro. *Tendências/Debates*, 2009.
- SILVA, Renata N. *Festa do Rosário: encruzilhada de significados (Dissertação de Mestrado)*, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.
- SOUZA, Laura de Mello. Festas barrocas e vida cotidiana em Minas Gerais. In István Jancsó e Iris Kantor (Orgs.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, v. I. São Paulo: 2001, pp. 183-195.
- SOUZA, Marina M. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, 347 p.

SPIVAK, Gayatri C. Criticism, feminism and the institution. In *Thesis Eleven*, n. 10/11, 1984/5, pp. 175-187.

VALENÇA, Marcos M. Sem Terra-pedagogas intervindo na escola pública: uma reflexão sobre a tradução. In *O cabo dos trabalhos*, 2010, disponível em: <<http://cabodos-trabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>, acedido em 14/02/2010>.

VASCONCELOS, António A. Fronteiras, desafios e riscos: as inquietações criativas das margens. In *Temas e problemas em Antropologia*, n. 1. Lisboa, 2007, pp. 56-68.

## A RECIPROCIDADE NAS ORGANIZAÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM COMUNIDADES RURAIS NO NORDESTE DO PARÁ<sup>1</sup>

---

Glaucia Macedo Sousa, Heribert Schmitz, Dalva Maria da Mota

---

### RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as relações de reciprocidade entre os participantes de organizações dos agricultores familiares no Nordeste do Pará. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso em uma das comunidades do Assentamento Itabocal, Santa Ana, Município de Mãe do Rio. Os métodos constaram de entrevistas e observações dos eventos cooperativos, festivos e religiosos do grupo. As conclusões mostram que as organizações analisadas estimulam relações que abarcam as três etapas da reciprocidade: dar, receber e retribuir. No entanto, essa identificação somente é possível quando se leva em consideração não só a circulação de bens materiais (instrumentos agrícolas), simbólicos (palavras, prestígio, amizade, etc.) e de trabalho entre as pessoas, mas também a relação entre elas e as suas divindades (Deus e Santa Ana).

**Palavras-Chave:** Dádiva. Agricultura Familiar. Organizações Comunitárias.

## RECIPROCITY IN FAMILY FARMER ORGANIZATIONS OF RURAL COMMUNITIES IN THE NORTHEAST OF THE STATE OF PARÁ, BRAZIL

### ABSTRACT

This paper analyses the reciprocal relationships among family farmer organizations members in the Northeast of the state of Pará. A case study was carried out in the Santa Ana Community, Itabocal Land Settlement, located in the Municipality of *Mãe do Rio*, in Northeast Pará. Structured, semi-structured and open interviews were accomplished followed by observation in cooperative, festive and religious events. Results show that the assessed organizations stimulate relationships that comprise the three phases of reciprocity: giving, receiving and reciprocating. This identification is possible, however, only when one takes into account the circulation of material goods (agricultural tools), symbolic goods (words, prestige, friendship, etc.) and work relationships among people, but also between people and their deities (God and Santa Ana).

**Keywords:** Gift. Family Farming. Community Organizations.

---

Mestre em Ciências Sociais; PPGCS/UFPA, Belém-PA. E-mail: glauciarusso@ymail.com.

Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, Belém-PA, bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de.

Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA, bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: dalva.mota@embrapa.br.

---

1 Pesquisa realizada com aporte financeiro do CNPq.

## INTRODUÇÃO

Inspirados nos escritos de Marcel Mauss (1974 [1950]), autores como Godbout (2000), Caillé (1998) e Sabourin (2009) têm refletido sobre a temática da reciprocidade. Em geral, eles analisam que na vida social atual existem relações que privilegiam outras formas de interesses, os quais são baseados na construção de laços de amizade, prestígio social, confiança e outros valores. Enfatizando ainda mais a importância do tema, Caillé (1998) sugere que a reciprocidade seja reconhecida como um novo paradigma para as ciências sociais, assim como o holismo e o individualismo metodológico já o são.

Godbout (2000) indica a existência de uma reciprocidade desinteressada, caracterizada por doações gratuitas e generosas que dispensam a retribuição, as quais são vivenciadas entre pessoas que não se conhecem e que, por isso, ficam impossibilitadas de alimentar a relação em torno da retribuição da dádiva recebida. Esse é o caso das doações para transplante de órgãos, da filantropia e das esmolas.

No espaço rural, Caldeiras (1956) identificou na região do Rio Doce, no Estado do Espírito Santo, a reciprocidade desinteressada, sem retorno, entre desconhecidos, visto que certos doadores eram nômades e, por isso, não tinham a previsão nem possibilidade de receber a retribuição<sup>2</sup>. Nessa mesma perspectiva, mas entre conhecidos, Sabourin analisou a existência da reciprocidade sem retorno “no caso de uma colheita ruim, doença ou acidente em uma das famílias” em várias regiões do Brasil (Sabourin, 2009, p. 52).

No Pará, mais especificamente na região de Marabá, Veiga e Albaladejo (2002) identificaram “os mutirões para os doentes”, cujo objetivo era ajudar a família de agricultores com problemas de saúde, sem deixar de prever a reciprocidade da ajuda concedida em momentos semelhantes de fragilidade.

Tendo em conta as diferentes análises que tratam da obrigatoriedade ou não da reciprocidade, nos interessa analisar neste artigo se a reciprocidade é vivenciada por meio de doações gratuitas, ou seja, com a ausência da retribuição, ou com recompensas à generosidade nas relações tecidas entre os afiliados à organizações de homens e mulheres autodesignados como lavradores e agricultores familiares. O estudo do fenômeno nos chamou a atenção pelo fato de todas as organizações terem sido estimuladas pela Igreja Católica segundo o princípio de que “é dando que se recebe”.

Entendemos neste artigo a reciprocidade como sinônimo de dádiva caracterizada pela circulação (dar, receber e retribuir) de presentes, palavras, gestos que são capazes de gerar vínculos sociais entre as coletividades e as pessoas. Embora estimule a produção e a sobrevivência da família, nesse tipo de relação, mais do que garantir bens materiais, os indivíduos agem para salvaguardar sua situação social (Polanyi, 2000 [1944]).

Nas reflexões sobre a reciprocidade é comum a contraposição aos argumentos do individualismo metodológico que define as relações sociais como relações balizadas fundamentalmente a partir de interesse econômico. Segundo essa perspectiva, cujo autor de referência é Mancur Olson (1998), as pessoas agem a

---

2 Ver sobre o ato desinteressado também em Bourdieu (1996a; 1996b, p. 137-156) e Zaluar (1997).

partir de um cálculo econômico visando maximizar ganhos econômicos e minimizar custos, produzindo indivíduos oportunistas (*free rider*) que evitam aplicar esforços cooperativos, porém esperam usufruir dos benefícios.

Para tratar do tema, realizamos um estudo de caso na Comunidade Santa Ana<sup>3</sup> do Piri-pindeua, localizada no assentamento de reforma agrária Itabocal<sup>4</sup> no Município de Mãe do Rio, Nordeste Paraense (FIGURA 1). A metodologia, amparada na sociologia rural e na antropologia social, constou de observação direta e participante e de entrevistas (abertas, semiestruturadas e estruturadas), realizadas no período de 2009 a 2013. Os atores privilegiados na pesquisa foram homens e mulheres que praticam a agricultura de base familiar, foram estimulados a se organizar a partir dos preceitos da religião católica e mantêm em pleno funcionamento as suas organizações por, pelo menos, quatro décadas.

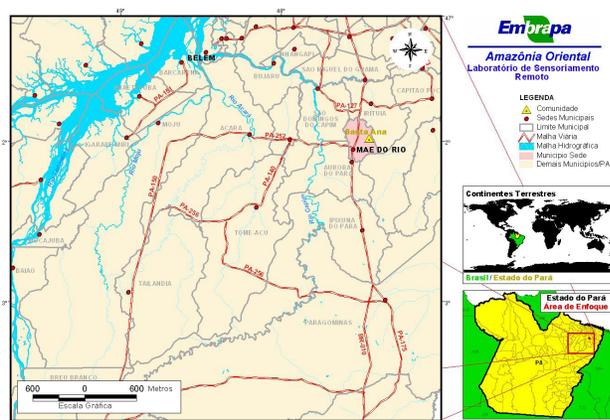


FIGURA 1- Localização da Comunidade Santa Ana, Mãe do Rio, PA.

3 Padroeira da comunidade e conhecida pela tradição católica como a Mãe de Santa Maria e avó de Jesus Cristo. O dia de Santa Ana é comemorado todo dia 26 de julho.

4 O assentamento Itabocal alcança três municípios paraenses, quais sejam: Mãe do Rio, Irituia e Capitão Poço e comporta 27 comunidades. Com uma dimensão de 26.192 hectares, é muito diferente dos demais assentamentos de outras regiões do Brasil. Ali existem três tipos de “assentados”: a) Possesores de ocupação antiga que já viviam no lugar desde os anos 1940. O assentamento, neste caso significou, principalmente, a regularização fundiária e o acesso a serviços, como aconteceu também em outras regiões da Amazônia; b) Possesores de ocupação recente nos anos 1980; e) Assentados levados pelo INCRA para o assentamento no momento da fundação oficial.

## 1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: REFORMA AGRÁRIA ÀS “AVESSAS”?

A reforma agrária “às avessas”, aqui tomada como uma evidência da ação tardia do Estado na Amazônia Brasileira para o reconhecimento e, conseqüente, regularização fundiária da terra ocupada pelos camponeses há décadas, foi o modo como os agricultores da Comunidade Santa Ana vivenciaram o acesso à terra. Em resposta, reconstruíram o sentido das ações subsequentes à regularização fundiária e as enquadraram na categoria “projeto”, algo externo que implica no acesso a outros serviços e bens que não mais a terra (Magalhães, 2003).

Assim, três tempos demarcam a história do grupo. O “tempo dos antigos”, dos conflitos e dos projetos. Esses tempos têm referência na literatura, sendo o primeiro tratado por Hurtienne (1999) como marcado pela forte presença de extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes, grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos e por Velho (1979) como um campesinato migrante do Nordeste e oriundo da falência da economia da borracha. Em ambos os casos, a agricultura de “derruba e queima” (agricultura itinerante) sustenta a produção, especificamente na região do Nordeste Paraense. O tempo dos conflitos conforma-se após a construção da Estrada Belém–Brasília e a conseqüente valorização da terra, no início da década de 1970. Em torno da posse, instituiu-se uma disputa com um fazendeiro. Os agricultores contaram com o apoio das Comunidades Eclesiais

de Base (CEBs) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), sendo que o fim desse processo ocorreu somente nos anos de 1990 com a desapropriação da terra e demarcação do assentamento. O tempo dos projetos é subseqüente à regularização fundiária, quando, em atendimento aos preceitos da reforma agrária, as áreas familiares foram subdivididas em “lotes” e, na condição de assentadas, as famílias tiveram acesso aos créditos agrícola e de habitação. Ademais, tiveram “tranquilidade” quanto ao acesso à terra.

Nos meios de vida dos agricultores, evidencia-se a organização do trabalho por meio da associação família–produção–trabalho, característica central do campesinato, conforme indicam Chayanov (1981) e Mendras (1978). Ademais, destacamos a valorização da família como unidade de apoio para onde convergem os rendimentos, além do sentimento de religiosidade que integra as pessoas na Igreja Católica, estabelecida na região desde a década de 1950, ou na Assembleia de Deus, atuante no lugar desde 1970.

A vida associativa é propagada, principalmente pela valorização da participação nas diferentes organizações locais que podem ser demarcadas em dois grupos (Quadro 1). O primeiro grupo formado pelas organizações cuja fundação foi estimulada pela Igreja Católica. São eles a Coordenação da Comunidade, o Clube Agrícola e o Clube de Mães, fundados no ano de 1960, e a Coordenação Regional, criada há cerca de dez anos. O segundo é formado pela Associação Integrada de Piripindeua, iniciativa estimulada pelo Estado como pré-requisito para o acesso às políticas públicas após a regularização do acesso à terra nos anos 1990.

**QUADRO 1- ORIENTAÇÃO RELIGIOSA E FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES EM SANTA ANA, PA.**

<b>Católicos</b>	<b>Evangélicos</b>	<b>Funcionamento</b>
	–	Promove encontros quinzenais entre agricultores de Santa Ana e aqueles que ficavam ao entorno da região para a cooperação, para realizar festas religiosas e ajudar as pessoas que passavam por dificuldades.
Coordenação Regional	–	
	–	Reúne de 15 em 15 dias as lideranças para discutir os problemas locais e propor soluções.
Conselho da Comunidade	–	
	–	Reúne as mulheres da localidade para organizar os principais eventos festivos, dentre os quais a festa de Santa Ana.
Clube de Mães	–	
	–	Às quartas-feiras os participantes eram mobilizados para realizar atividades voltadas para a agricultura.
Clube Agrícola	–	
Associação Integrada de Piripindeua		Reúne-se ocasionalmente quando há demanda externa dos órgãos públicos.

Fonte: pesquisa de campo.

O fato das organizações do primeiro grupo terem sido estimuladas pela Igreja Católica explica a ausência dos evangélicos, que optaram por participar somente da associação, uma vez que esta não tem viés religioso. Como neste caso as ações são estimuladas apenas para acessar benefícios oriundos de programas de políticas públicas, a ação coletiva ocorre ocasionalmente. Ao contrário, nas organizações estimuladas pela Igreja Católica, existe uma maior intensidade de iniciativas cooperativas com encontros semanais sistemáticos independentemente de estímulos externos.

Para o funcionamento das organizações locais, existe a presença de um “notável” ou “mediador” (Mendras, 1978), liderança responsável por representar a comunidade diante

dos que chegam e por fazer as negociações necessárias com organizações prestadoras de serviços (assistência técnica, pesquisa, ação social, políticas públicas) no assentamento. Na história recente, identificamos a trajetória de dois notáveis. O primeiro atuou entre 1950 e 1987, fora legitimado pelos critérios da Igreja Católica, que em um contexto de analfabetismo optou por um agricultor alfabetizado a quem foi atribuído o papel de “coordenador da comunidade”, cargo de maior importância no Conselho da Comunidade. Em contrapartida, o segundo atua desde 1997 e foi escolhido pelo grupo pela sua experiência em diferentes cargos do Conselho e do Clube Agrícola. Atenuava-se a hierarquia estabelecida, mas de qualquer forma ambos estavam afiliados a diferentes organizações.

Embora tenhamos mencionado a Associação Integrada de Piripindeua, nossos esforços de análise neste artigo estão centrados na dinâmica das atividades do Clube Agrícola, do Clube de Mães e da Coordenação Regional, visto que ali encontramos dois tipos de evidências de reciprocidade (reciprocidade com retorno material e simbólico e com retorno espiritual), cuja estrutura central é o mutirão.

A reciprocidade com retorno material e simbólico, compreendido a partir das ideias de Polanyi (2000 [1944]) como um tipo de reciprocidade cujo retorno cria um tipo de laço ou vínculo que, além de estimular a produção de bens materiais e serviços (alimentos, assistência técnica e mão de obra), também promove a circulação de bens simbólicos (palavras, gestos, amizade etc.). O que ocorre neste caso está bem próximo da definição de reciprocidade direta mencionada por Sabourin (2008, p. 135) como “prestações materiais ou simbólicas desenvol-

vidas entre dois indivíduos e dois grupos”. No caso em estudo, as relações ocorrem entre pares de uma organização e entre estes e as famílias da comunidade.

Já a reciprocidade com retorno espiritual, analisada a partir da interpretação dos escritos de Mauss (1974 [1950]) como as relações que ultrapassam as fronteiras dos círculos dos humanos entre si, estendendo-se entre estes e deuses, espíritos dos mortos, animais e a natureza em geral. O doador pode receber o retorno a partir da ação de seres sobrenaturais. Como na reciprocidade indireta (Sabourin, 2008), neste caso a análise leva também em consideração a presença de um terceiro para o estabelecimento da retribuição. Os “[...] bens simbólicos não são devolvidos a quem os deu” [...] (Sabourin, 2008, p. 135-136), como descrito pelo autor, mas diferentemente não são passado a outro grupo. Sublinhamos o aspecto religioso dessa circulação “[...] que se evidencia nos sacrifícios, nas dádivas de palavras das rezas, etc.” (Lanna, 2000, p. 178).

Em ambos os casos, diferentemente da troca no mercado, foi identificada a criação de uma obrigação, o que indica uma relação de reciprocidade. No primeiro caso, a retribuição ocorre de forma direta, enquanto no segundo recorre-se a uma divindade como uma terceira pessoa à qual é transferida a obrigação.

## 2 RETORNO MATERIAL E SIMBÓLICO, UM ESTIMULO À PRODUÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA FAMÍLIA

Universo por excelência da reciprocidade com retorno material e simbólico, o Clube Agrícola foi fundado no início da década de

1960, quando a Igreja Católica passou por profundas transformações e adotou a postura de assumir “[...] as formas de associação que o povo desenvolveu historicamente (por exemplo, o mutirão), sua maneira de relacionar-se com a natureza e com os demais homens” (Boff, 1980, p. 26). Como reflexo, foram formadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região do Nordeste Paraense<sup>5</sup> por meio da Prelazia em Bragança<sup>6</sup> no ano de 1958. Compunham o repertório de atuação as ações de evangelização, educação formal e formação profissional dos agricultores por meio da Rádio Educadora, com destaque para a formação de dirigentes<sup>7</sup> de Clubes Agrícolas.

Espaço predominantemente masculino, em 2012, a organização contava com aproximadamente 45 participantes, entre sócios e dirigentes (presidente, secretário e tesoureiro) que se reuniam todas as quartas feiras para a realização de atividades produtivas e recepção de visitantes. Ocasionalmente, as mulheres se reuniam no Clube de Mães para cozinhar para visitantes ou organizar eventos. A segmentação reforça papéis atribuídos aos homens como os responsáveis pela produção e pelas relações com terceiros na vida pública e, às mulheres, a reprodução, pondo em prática a divisão entre as esferas da produção e reprodução, conforme analisado por Hirata e Kergoat (2003) e Chiriac e Padilha (1982).

A reprodução da estrutura é fortalecida pela participação e socialização dos mais jovens, os rapazes no Clube Agrícola e as moças no Clube das Mães. Embora sejam considerados associados somente aqueles que já constituíram família, a participação de filhos e filhas que se integram aos trabalhos visa compensar as ausências dos pais. Essa prática se mantém por diferentes gerações.

As atividades do Clube Agrícola têm no mutirão a sua base e o evento consta da união de pessoas para efetuar trabalhos comuns que podem beneficiar uma família ou todo o grupo da vizinhança (Caldeiras, 1956; Candido, 2001; Sabourin, 2006).

O clube agrícola comporta uma intensa rede de relações para a realização dos trabalhos por meio do mutirão que pode beneficiar a coletividade (todos os membros da comunidade que participam) e as necessidades individuais de uma família.

No caso do mutirão para a coletividade, o trabalho ocorre para a formação da roça (feijão, milho, mandioca) e da piscicultura, ambas as atividades são realizadas em lotes que pertencem a todos os sócios. A novidade do compartilhamento da terra foi introduzida pela Igreja Católica com o objetivo de realizar a assistência técnica, pois nessas áreas são repassadas as orientações de instituições responsáveis por esse tipo de serviços. O trabalho na roça ocorre às quartas feiras e obedece a seguinte se-

---

5 Documento consultado na Diocese de Bragança no dia 3/1/2013 com a denominação VII Parte: JUBILEU DE PRATAS DAS CEBs.

6 Vale ressaltar que a Prelazia surgiu no início do século XIX na cidade de Bragança, recebendo em diferentes períodos históricos as denominações: Paróquia de Bragança (1906 a 1930), Prelazia de Gurupy, depois chamada Prelazia do Guamá (1934 a 1980) e Diocese de Bragança (1980 até os dias atuais) (CONCEIÇÃO, 2002). A longa data de existência dessa instituição no Pará permitiu a sua consolidação e interferência nas localidades próximas a Bragança

7 Agricultor responsável pela mobilização da comunidade com fins de realizar o mutirão para praticar os novos aprendizados.

quência: todas as etapas de produção são realizadas coletivamente (derrubada, plantio, capina e colheita); o momento das refeições e pausa do trabalho é compartilhado, estendendo ainda mais o momento de estar junto. Por fim, ali são distribuídos os alimentos produzidos. Uma parte é destinada aos sócios e a outra é vendida e os recursos gerados são utilizados para os investimentos nos empreendimentos coletivos. Este caso pode ser considerado uma relação binária de compartilhamento de trabalho e de recursos<sup>8</sup>.

A piscicultura exige um trabalho diário que é realizado por equipes que se revezam entre as atividades diurnas (alimentar os peixes, cuidados com o tanque e receber equipes de técnicos que auxiliam no empreendimento) e noturnas (vigiar o local por conta da frequência dos roubos dos peixes e dos equipamentos. Para isso, os membros do Clube Agrícola montam equipes que se revezam, organizadas a partir de uma escala semanal de maneira que não comprometa o desenvolvimento das atividades individuais dos sócios. Ao mesmo tempo em que produtos são divididos entre as famílias dos membros do clube para garantir uma pequena parte da dieta alimentar, os recursos oriundos da venda subsidiam circularmente outras atividades, como a compra de alevinos e a realização de festas. Ocasionalmente, os recursos da venda de um boi podem garantir a ração necessária para a finalização da engorda dos peixes, que, uma vez vendidos, proporcionam recursos para comprar dois bezerros. Como no caso an-

terior, trata-se de uma relação binária de compartilhamento de trabalho e de recursos.

A união nos lotes comunitários gera a continuidade do mutirão realizado historicamente pelo grupo, antes da chegada da Igreja Católica. Os integrantes do clube, muitas vezes, são mobilizados para atender as dificuldades de uma família que está em apuros ou pela falta de mão de obra, ou por uma situação de doença. Em uma ocasião da pesquisa de campo, os sócios foram socorrer um dos integrantes que contava com pouca mão de obra para a fabricação da farinha, já que uma parte dos membros da família dele dividia o tempo para a realização de atividades ligadas ao serviço público. A ajuda tinha um caráter de urgência, também porque o dia seguinte era um dia santo e os agricultores não podiam dedicar tempo ao trabalho, correndo o risco da mandioca estragar. Identificamos neste caso uma reciprocidade binária de “cara a cara” (dádiva e contradádiva).

Quanto aos rituais do mutirão analisados na literatura, o caso em estudo apresenta semelhanças e diferenças. A semelhança se refere ao hábito de compartilhamento das refeições no dia de trabalho na roça, prática que tem favorecido a relação entre membros do Clube Agrícola e do Clube de Mães a partir dos papéis tradicionais, pois as sócias preparam o almoço para os agricultores que se ocupavam com a roça. A diferença central com casos relatados na literatura aparece na ausência do caráter festivo do mutirão, situação interpretada a partir da

---

8 Sabourin (2009, p. 67) explica as estruturas elementares da reciprocidade e afirma que “a ajuda mútua corresponde a pelo menos três tipos de estruturas elementares de reciprocidade”. a) a reciprocidade binária; b) o compartilhamento de trabalho ou recursos que pode ser também unilateral; c) a reciprocidade em forma de estrela. Estas estruturas que foram sistematizadas por Temple produzem sentimentos e valores por meio das relações humanas relacionadas a cada categoria de estrutura (TEMPLE, 2003, p.188-193).

leitura da obra de Esterci (1987) como herança de um passado de conflitos pela posse de terra. Para a autora,

Situações de conflito, quando o campesinato se vê ameaçado de perder suas terras, são favoráveis à implementação de mutirões no sentido de autodefesa do grupo e, então o caráter festivo pode ser substituído pelo caráter político da cooperação (...) (Esterci, 1987, p. 196).

A autora trata de um caso com semelhanças com a experiência de Santa Ana. Os agricultores viviam no povoado Santa Tereziinha, Mato Grosso, e aí empreenderam um projeto denominado de “roça comunitária”, o qual foi implementado por intermédio de um padre nos anos 1960, num contexto de disputa pela posse da terra. O modelo de mutirão era imposto pela Igreja Católica e, por ser diferente daquele tradicionalmente realizado pelos agricultores, não era assimilado pelo grupo. Uma posseira disse: “foi uma ideia do padre Francisco para ver se dava certo trabalhar no mutirão” (Esterci, 1987, p. 191).

O relato permite a percepção da artificialidade e das contradições formadas a partir do convívio de uma estrutura elaborada por um especialista religioso (o padre) com aquelas formadas por agricultores que têm uma religiosidade própria (Wolf, 1976). Por um lado, reside aí a ausência do caráter festivo do mutirão. Por outro, as experiências nos indicam que o mundo do especialista e do agricultor ora podem ser vistos como opostos, ora podem conviver lado a lado, como indica a experiência em análise, a qual os agricultores optam por manter as organizações propostas pela Igreja Católica até os dias atuais.

Certamente, isso ocorre porque naquele caso a coexistência entre os mundos era garantida pela necessidade da posse da terra que, uma vez conquistada, deixou à vista as contradições. Já neste caso, a participação no clube se complementa com o trabalho individual e com outras dimensões da vida, economia, lazer, religião.

O Clube Agrícola tem influenciado na circulação de bens materiais e no recebimento de apoio de entidades externas. No entanto, sendo o mutirão compreendido como uma estrutura de reciprocidade (Sabourin, 2009), o que está em jogo aqui é o estabelecimento de laços sociais, refletido pelo prazer em estar juntos em detrimento dos ganhos econômicos. Por mais que houvesse a previsão de efetivar sanções para os agricultores que faltassem ao mutirão, os sócios do clube (que recebiam a doação) decidiram por não efetivá-las (estavam livres para doar) e, mesmo assim, os envolvidos decidiam evitar faltar (os participantes sentiam uma obrigação espontânea em colaborar).

Mais do que obter bens materiais, a escolha por cooperar pode ser explicada pela importância em manter a tradição e memória do passado, observada quando se sabe que, mesmo que o Clube tenha uma sede, não se alterou a opção de realizar encontros debaixo da sombra de uma árvore, tal qual ocorria tradicionalmente nas ações das CEBs na Amazônia (Boff, 1980). Dessa forma, os membros do grupo discutem problemas e estabelecem redes com organizações externas. Além disso, nos dias de trabalho buscam intensificar a união quando do compartilhamento das refeições, seja para manter uma prática realizada desde a criação da organização, seja pelo fato de que “eles gostam de viver junto, de fazer coisas juntos, por estar junto” (Mota et al., 2011, p. 225).

Esse comportamento gera laços de amizade, que influenciam no hábito da realização do mutirão quando um dos sócios apresenta dificuldades para a realização da produção individual. Comumente, existe a escassez de mão de obra. Por um lado, o socorro aos amigos pode ocorrer com a doação de trabalho que, geralmente, não era solicitado pelo beneficiado, fenômeno caracterizado por Caldeiras (1956) como reciprocidade espontânea. Por outro lado, pode haver a solicitação de ajuda. Este é o caso de um dos agricultores que costuma solicitar o empréstimo da casa de farinha de outro agricultor quando a sua está impossibilitada devido à falta de água para preparar os tubérculos da mandioca para o processamento da farinha d'água, muito consumida no Pará.

Tanto no mutirão realizado para efetuar trabalhos comuns aos sócios do clube, quanto naqueles que podem beneficiar uma família, a retribuição ocorre para além do campo da distribuição da produção. Há uma espécie de competição silenciosa, na qual os integrantes rivalizam-se na doação de dádivas ofertadas para o funcionamento do mutirão e para a ajuda aos “companheiros” de trabalho. Aquele (ele e sua família) que mais doa usufrui de maior prestígio e poder político e poderá assumir o papel de “notável”, sendo escolhido e escolhendo dirigentes para as organizações.

Enfim, o que circula entre os sócios do Clube Agrícola possui um duplo significado: material, porque garante o sustento da família; e simbólico, porque apresenta uma complexidade quanto à liberdade e à obrigação de contribuir, bem como à valorização da pessoa na vida em comunidade.

### 3 RETORNO ESPIRITUAL, UNIÃO PARA ATIVIDADES RELIGIOSAS

A reciprocidade com retorno espiritual é praticada no Clube de Mães e na Coordenação Regional. Nesses casos, ao contrário do que ocorre com a reciprocidade com retorno material e simbólico, há uma dificuldade maior da apreensão do fenômeno em análise, pois esse é o campo do espiritual e das crenças, no qual ocorre a propagação de sentimentos e a circulação de bens simbólicos que, muitas vezes, estão para além da percepção visual.

O Clube de Mães foi fundado no início dos anos 1960, no mesmo contexto da criação do Clube Agrícola. Trata-se de uma organização formada por mulheres que, na sua origem, foram mobilizadas por uma liderança local para realizar atividades de corte e costura, bordado, artesanato e arte culinária, assim como aprender noções de saúde, higiene do lar e hortas caseiras<sup>9</sup>, atividades consideradas pertinentes à esfera doméstica. A atribuição assemelha-se também a uma divisão que era praticada nos serviços de assistência técnica e extensão rural em voga nos anos 1960, na qual aos profissionais homens (extensionistas) e mulheres (economistas domésticas) competiam orientar a “modernização” nas esferas da produção e reprodução, respectivamente. Contrariando as observações recentes, constatamos que as mulheres participavam junto com os homens do mutirão para a produção agrícola mediante a demanda por mão de obra.

O Clube de Mães tem 22 associadas, que se reúnem na sede, construída no ano de 2008, para organizar os eventos festivos, dentre os

<sup>9</sup> Documento consultado na Diocese de Bragança no dia 3/1/2013 com a denominação VII° Parte: JUBILEU DE PRATAS DAS CEBS.

quais a festa da padroeira da comunidade, Santa Ana. Nos dias que antecedem a festa, elas se reúnem para planejar e é comum dividirem o grupo em equipes que, por ocasião da pesquisa, denominavam-se de: “equipe do bolo”, “equipe da ornamentação”, “equipe do frango”, dentre outras. No período da festa, elas preparam os alimentos a serem vendidos. Em todas as ocasiões, elas se fazem acompanhar pelas crianças (meninos e meninas) que se alternam entre a “ajuda” aos adultos e as brincadeiras.

Praticamente inexistente a colaboração das mulheres do Clube de Mães no trabalho coletivo da agricultura, à exceção da preparação do almoço para os integrantes do Clube Agrícola por uma delas. Para isso, ela conta com a ajuda de duas filhas para preparar o almoço nas ocasiões que tem mutirão. Em certa ocasião, elas não puderam preparar a refeição e os homens recorreram à ajuda de uma vizinha. Eles disseram que neste dia a refeição saiu em tempo hábil, mas não estava tão saborosa. A ambiguidade do elogio (tempo hábil para uma, comida saborosa para outra) expressa a retribuição via agradecimento ao trabalho de todas. Tal iniciativa aparece como uma forma de valorizar os participantes que contribuem rotineiramente com o mutirão (Sabourin, 2006).

A experiência descrita assemelha-se àquela analisada por Chiriack e Padilha (1982) em pesquisa sobre Clubes de Mães estimulados pela Igreja Católica no Sudeste Brasileiro. As autoras observam que, embora as atividades reproduzam aquelas realizadas na esfera privada do lar, nesses espaços as mulheres podem partilhar momentos de lazer e dividir problemas. Assim, a possibilidade de participar da organização pode ser considerada como uma retri-

buição, uma vez que estamos em um ambiente propício para criar vínculos de amizade, o qual faz circular palavras de consolo e estímulo para enfrentar dificuldades. Além disso, é a oportunidade de participação em um espaço semi-público, já que a festa da padroeira mobiliza toda a comunidade, visitantes e parentes que chegam. Os integrantes das demais organizações se ocupam com os ritos da procissão, com os reparos da estrutura física do salão comunitário (carpintaria, pintura, construções de barracas) onde ocorre o evento e com a obtenção de produtos para o leilão.

Atuando para além da localidade, a Coordenação Regional, organização fundada oficialmente na década de 1990, é composta por lideranças que representam as suas respectivas comunidades originalmente formadas sob a influência da Igreja Católica nos anos 1970. Todas elas têm nomes de santos e situam-se nas circunvizinhanças, dentro do assentamento Itabocal. São elas: Santa Rita, Santo Antônio, São Francisco, São Paulo, São Pedro, Nossa Senhora de Nazaré, Santa Ana do Jaraquara, Rainha da Paz e São José. Não obstante a sua mais recente fundação, as funções da Coordenação Regional existem desde 1950.

Embora a data da criação seja recente, tal como ocorre com as demais organizações, existe uma preservação da memória do passado local. Todos os integrantes atuam como coordenadores da comunidade nas localidades onde moram. Essa função é uma das mais antigas, criada em 1950, antes mesmo dos clubes.

As lideranças da Coordenação Regional são na sua maioria homens e deles é exigida maior aproximação com a Igreja Católica, seja pela preparação nos sacramentos (batismo, pri-

meira comunhão, crisma), seja por atuarem em celebrações litúrgicas como Ministros da Eucaristia. Essa aproximação com o sagrado reflete nas ações dos participantes, uma vez que são eles que promovem a festa de Corpus Christi e coordenam as ações de apoio a pessoas que passam por dificuldades.

Do mesmo modo que no Clube Agrícola, o mutirão é a estrutura central das ações cujas finalidades são religiosas e de solidariedade. As atividades do grupo são programadas em reuniões quinzenais que ocorrem na casa do coordenador regional. Na ocasião da pesquisa, um mutirão foi organizado para a construção de uma casa para uma família cujos membros estavam em estágio terminal por conta de uma grave doença, o que pode ser considerado, segundo Sabourin (2009, p. 67), um caso de reciprocidade unilateral (compartilhamento unilateral). Foi também programada a coleta de recursos financeiros nas comunidades para alimentar o gado do grupo que se encontrava em pastos individuais. Os animais eram destinados ao almoço festivo da festa religiosa quando seriam consumidos pelos fiéis na comemoração de Corpus Christi, que ocorre na Comunidade Santa Ana, por ser esta considerada o centro do assentamento Itabocal.

Em todas essas ações, não parecia haver explicitamente a expectativa de retorno pelas ações realizadas. Por um lado, pessoas eram ajudadas; por outro, a comunidade usufruía dos momentos de lazer ofertados nas festas religiosas. Ao observado, quanto maior é a aproximação e o envolvimento com o campo religioso do agricultor, maior a tendência para recusar a retribuição. Em um caso e em outro campo religioso, Candido constatou que os curandei-

ros “Não aceitam dinheiro, alegando trabalhar para o bem dos outros; mas aceitavam presentes em espécie das pessoas que os procuravam em boa quantidade” (Candido, 2001, p. 183). É como se houvesse uma tentativa de demarcar diferenças, estando o dinheiro mais próximo do que representa as trocas de mercado e o presente mais coerente com os valores humanos como a fé e o agradecimento.

No caso da Coordenação Regional, são conteúdos da reciprocidade os símbolos e a relação com seres divinos. O esforço para realizar festas religiosas leva os agricultores a estabelecerem vínculos com Santa Ana e Jesus Cristo. São, assim, os santos da Igreja Católica introduzidos nos sentimentos da vida comunitária para retribuir as doações feitas no lugar daqueles que estavam impossibilitadas da devolução da ajuda recebida. Desse modo, as pessoas responsáveis pela procissão da padroeira tratavam de transmitir mensagens de agradecimentos para aqueles que contribuía para a realização do festejo e afirmavam nos discursos que a doação será recompensada, não pelos fiéis, mas por Santa Ana e membros da Sagrada Família.

O céu inteiro está rezando para ti, o céu inteiro está olhando para ti, os santos. Aqui é apenas uma imagem, mas Santa Ana e São Joaquim com certeza estão rezando pelas nossas cozinheiras, estão rezando pelas aquelas que passaram a noite aí para acontecer essa festa, está rezando pela coordenação, estão rezando por aqueles que lutam, por esse povo.·

Os santos não só eram citados em alusão às futuras retribuições da ajuda concedida em favor de terceiros, mas a eles eram concedidas festas e homenagens e, assim, fazem par-

te das relações de reciprocidade. Nesse sentido, para os integrantes de todas as organizações, a cura de uma doença e o sucesso de uma colheita podem ser interpretados como retribuições divinas, concedidas por Jesus e Santa Ana em retribuição pela participação nas festas religiosas e pela ajuda concedida em benefício de pessoas em dificuldades.

As dídivas relacionadas aos santos podem ocorrer, principalmente, no mutirão em benefício de uma família. Segundo constatou Candido: “Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido” (Candido, 2001, p. 68).

No que se refere ao vínculo estabelecido diretamente com o santo, outras interpretações são possíveis. Segundo Forman (1979), existe uma tendência para interpretar o comportamento religioso do agricultor a partir dos parâmetros da troca mercantil. Nessa perspectiva, ou a relação entre santos e agricultores equivalem aos princípios do clientelismo e os santos aparecem como um patrão, que mantém o agricultor subordinado por meio da troca de favores (promessas); ou os agricultores são vistos como indivíduos que buscam otimizar resultados e, tal como num mercado competitivo, escolhem e até substituem o santo padroeiro por outro mais poderoso e/ou especializado para o pedido. Podem ainda estrategicamente pagar a promessa somente depois de ver cumprido o pedido feito ao santo. Um exemplo citado pelo autor ilustra bem a negociação: “se você fizer tal coisa por mim, eu farei...” (FORMAN, 1979, p. 278).

Forman (1979) apresenta argumentos que nos levam a acreditar ser difícil entender o

campo religioso com as mesmas lentes utilizadas para compreender o campo secular. Os vínculos entre um e outro parecem ser distintos e incompatíveis. Nas relações clientelistas o vínculo patrão-cliente ocorre por meio de contrato estipulado e, no caso dos santos e devotos, pela promessa estabelecida a partir de uma relação mais ampla, caracterizada pela expressão de fé, a qual não equivale à expressão de lealdade do clientelismo. Da mesma forma, nas trocas de mercado o vínculo é encerrado com o pagamento da dívida, enquanto entre santo e devoto ele é duradouro, tal como ocorre nas relações de reciprocidade (Godbout, 1998). Por mais que ocorra a transferência de devoção para um santo mais poderoso, o laço com o padroeiro não é rompido de maneira definitiva.

Concordamos com Forman (1979) quanto à possibilidade das duas interpretações, na medida em que o campo religioso pode ser pensado a partir de uma função de amortecer e preencher experiências humanas inevitáveis, como o sofrimento e a morte (Wolf, 1976), mas também sob o ponto de vista do campo secular, onde a religiosidade pode ser apropriada pelo agricultor para criar estratégias de sobrevivência diante da realidade de dependência que vive (Foster, 1963) e para legitimar o sistema de organização da agricultura familiar, no que se refere às especificidades da economia e estrutura familiar (Wolf, 1976).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar as relações de reciprocidade entre os participantes das organizações dos agricultores familiares em uma comunidade rural, que habitam há mais de

70 anos num assentamento de reforma agrária no Pará. Ali, como em outras localidades no Estado, o processo de acesso à terra iniciou-se pela posse, chamado a “época dos antigos”, passando por situações de disputa até a regularização.

A condição de regularização, denominada de reforma agrária pelas instituições públicas, é localmente considerada a “época dos projetos” em associação com os diferentes serviços dotados pela reforma agrária.

Estimulados pelas ações das CEBs, várias organizações se instituíram com diferentes objetivos e recorte de gênero, a exemplo do Clube Agrícola, Clube das Mães e Coordenação Regional. Elas têm em comum o fato de abrigarem os que professam a fé católica e terem como uma das suas ações estruturantes o mutirão. Diferenciam-se pelo tipo de afiliados (se homens ou mulheres), pelo modo de funcionamento (frequência e intenção de encontros) e pelos propósitos (produção, organização de eventos ou apoio a terceiros).

As conclusões indicam que existem dois tipos de evidências de reciprocidade praticados pelos grupos, quais sejam: a reciprocidade com retorno material e simbólico e a reciprocidade com retorno espiritual.

A reciprocidade com retorno material e simbólico, vivenciada por excelência pelos afiliados ao Clube Agrícola estimula a produção que subsidiará tanto o provisãoamento da família dos associados, quanto a própria estrutura que garante a existência do Clube, que é constituída por várias atividades que se reproduzem por meio do mutirão.

A reciprocidade com retorno espiritual, vivenciada pelos afiliados ao Clube de Mães e à Coordenação da Regional, se caracteriza pe-

las relações entre as pessoas e as suas divindades que se consolidam para cada um por meio de bênçãos na colheita, na saúde e na vida em geral.

Metodologicamente, a identificação da reciprocidade com retorno espiritual somente é possível ser analisada quando levamos em consideração a circulação de bens espirituais e simbólicos (palavras, prestígio, amizade, etc.). A relação entre as pessoas e as suas divindades (Deus e Santa Ana) é persistentemente buscada pelo envolvimento de terceiros (os que são ajudados, socorridos).

Mesmo sem a presença da estrutura das CEBs, existe atualmente um esforço por parte dos agricultores para preservar ao máximo a estrutura de organização sugerida pela Igreja Católica no passado.

Trabalho recebido em 20/12/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. 252 p.

BOURDIEU, Pierre. *Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom*. In: Revista Mana, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, 1996a, p.7-20.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1996b. 231 p.

CAILLÉ, Alain. *Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma*

- ma da dádiva*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38, São Paulo, 1998, p. 5-37.
- CALDEIRAS, Clovis. *Mutirão*: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. 222 p.
- CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. Ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001. 376 p. <Original: Tese de doutorado de 1954, publicado em 1964>.
- CHAYANOV, Alexander V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. Tradução: Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizola; José Bonifácio da S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-164.
- CHIRIAC, Jany; PADILHA, Solange. *Características e limites das organizações de base femininas*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 19-203.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. *Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária paraense*. In: HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Org.). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: Editora da UFPA, 2002, p. 131-172.
- ESTERCI, Neide. *Conflitos no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, 208 p.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Tradução Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 340 p.
- FOSTER, George M. *The dyadic contract in Tzintzun, II: patron-client relationship*. In: American Anthropologist, v. 65, n. 6, Arlington, Dec. 1963, p. 1280-1294.
- GODBOUT, Jacques T. *Introdução à dádiva*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38, São Paulo, 1998, p. 39-51.
- GODBOUT, Jacques T. *Le Don, la dette et l'identité*. Montréal: Editions La Découverte; Editions du Boréal. 2000. 190 p.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *A divisão sexual do trabalho revisitada*. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. Trad. Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003, p. 111-123.
- HURTIENNE, Thomas. *A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: Problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia*. In: Revista Econômica do Nordeste, v 30, número especial, O Nordeste no novo milênio, Fortaleza, dez. 1999, p. 442-467.
- LANNA, Marcos. *Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva*. Revista Sociól.Polít., 14, Curitiba, jun. 2000, p.173-194.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. *Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação dos assen-*

- tamentos no Sudeste do Pará.* In: MARTINS, José de Souza (Coord.). *Travessias: A vivência da reforma agrária nos assentamentos.* Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003. p. 202-294.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.* In: *Sociologia e antropologia*, v II. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974, p. 183-294 <Original: 1950>
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas.* Tradução: Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 265 p.
- MOTA, Dalva Maria da; FIGUEIRA, Maria Bárbara de Andrade; CASTRO, Dulcilene Alves; SOUSA, Glaucia Macedo; MAYER, Gustavo. “*Aqui nós já era tudo conhecido*”; *sociabilidades em assentamento de reforma agrária no Pará.* In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza (Org.). *Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes.* Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 209-226.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.* Trad.: M. D. C. Guerreiro; M. L. Faria. Ver. Téc. P. T. Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998. 168 p. <Original: 1965>
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época.* Tradução: Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 337 p. <Original: 1944>
- SABOURIN, Eric. *A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade.* In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006. 16 p. (CD)
- SABOURIN, Eric. *Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade.* In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23 n. 66, São Paulo, fev. 2008, p. 131-139.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.* Tradução: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 325 p.
- TEMPLE, Dominique. *Teoría de la reciprocidad. Tomo II. La economía de reciprocidad.* La Paz: PADEP-GTZ, 2003. 506p.
- VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. *A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental.* In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v.1., n.3, Belém, 2002, p. 41-77.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* 2.Ed. São Paulo: DIFEL, 1979, 261 p.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas.* Tradução: Oswaldo Caldeira C. da Silva. Revisão: Gilberto Velho. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976. 150 p.
- ZALUAR, Alba. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas.* In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, São Paulo, fev. 1997. 20 p.

## COLABORADORES

### COLABORARAM NESTE NÚMERO

#### PARECERISTAS

Aldenor Gomes da Silva  
Celso Gestermeier do Nascimento  
Eli de Fátima Napoleão de Lima  
Elizabeth Christina de Andrade Lima  
Eric Sabourin  
Ghislaine Duque  
Gutenberg Armando Diniz Guerra  
Marco Antonio Mitidiero Junior  
Maria Inês Paulillo  
Marilda Aparecida de Menezes  
Maria de Nazaré Baudel Wanderley  
Mércia Rejane Rangel Batista  
Sônia Maria P. P. Bergamasco

#### COLABORAÇÃO TÉCNICA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho  
Luis Henrique Cunha  
(Revisão do Inglês e do Francês)

Roberto de Sousa Miranda  
(Revisão Linguística e Normatização)

## NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.
2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu (s) autor (es) a manter a com Raíão oferecer zes a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não oferece-lo a outro periódico ou coletânea.
3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.
4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.
5. Eventuais sugestões de de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.
6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.
7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.
8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.
9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.
10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.
11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:
  - . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;
  - . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
  - . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
  - . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
  - Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;
  - . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;
  - . As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;
12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:
  - . LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.
  - . ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.
  - . ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.
13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.
14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:
  - a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;
  - b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;
  - c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.
15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores ad hoc. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.
16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.
17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.
18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.